



UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA

Desafios à (Des) Institucionalização de Crianças e Jovens: processos de autonomização e pós-acolhimento

Trabalho Final na modalidade de Dissertação
apresentado à Universidade Católica Portuguesa
para obtenção do grau de mestre em Economia Social

por

Daniela Teixeira Pereira

sob orientação de
Professora Doutora Liliana Fernandes

Universidade Católica Portuguesa, Católica Porto Business School
março de 2016

“Quando vejo uma criança, ela inspira-me dois sentimentos:
ternura, pelo que é, e respeito pelo que pode vir a ser.”

Louis Pasteur

“Não existe revelação mais nítida da alma de uma
sociedade do que a forma como esta trata as suas crianças.”

Nelson Mandela

Agradecimentos

À minha orientadora, Professora Liliana Fernandes, por ser o exemplo perfeito daquilo que um orientador deve ser. A sua disponibilidade, rigor e dedicação foram o meu melhor suporte ao longo deste trabalho. É com toda a certeza que afirmo que, sem a sua ajuda, não teria conseguido cumprir esta etapa.

Ao Professor Américo Mendes, agradeço a possibilidade que me concedeu de frequentar este mestrado. Sem a sua dedicação não seria possível ter alcançado este objetivo.

Aos meus pais, o apoio, o carinho e a dedicação com que sempre me acompanham. Ao meu irmão, agradeço por ser a minha inspiração e o meu apoio incondicional.

Ao G.A.S.Porto por me ensinar que a vida só faz sentido se contribuirmos para melhorar a vida dos outros.

À Dra. Paula por não me deixar desistir.

Aos meus amigos, a força, a alegria, a motivação e os abraços apertados. Em especial, à Inês Vouga por me deixar tê-la como exemplo, à Fátima por me disponibilizar todo o tempo que precisei, à Sílvia por alegrar os meus dias e me mostrar que vale sempre a pena. À Rafaela e à Jéssica por serem o meu braço direito e as melhores ouvintes nos momentos mais cansativos.

Ao Nuno, por me dar as mãos e transmitir a confiança que preciso. Obrigada por acreditares sempre em mim e seres o meu porto seguro.

Resumo

O trabalho que se segue tem como objetivo fulcral analisar de que forma as instituições que acolhem crianças e jovens trabalham a preparação destes para a sua vida adulta e autónoma, relacionando esse processo de autonomização com os mecanismos legais ou apoios sociais existentes para jovens que, normalmente, entre os 18 e os 21 anos abandonam as instituições que os acolheram.

Para esta análise e consequente compreensão da realidade vivida por estes jovens adultos, é crucial enquadrar este setor da população como um dos que se encontra em maior risco de exclusão social (UNICEF citado em Cunha, 2005), para daqui retirar a importância não só de reforçar as suas competências de autonomia, mas acima de tudo, de criar as condições necessárias à sua integração, através de um esforço que não compete só às instituições, mas à sociedade como um todo. Sem esta complementaridade de esforços e de respostas, dificilmente se poderá alcançar a completa integração destes jovens (Delgado, 2006).

Na condução desta análise, foram utilizados diversos métodos de pesquisa, nomeadamente, a análise de dados estatísticos e de diplomas legais, a realização de entrevistas a diretores das instituições de acolhimento, a técnicos que acompanham os jovens adultos e aos próprios jovens institucionalizados ou ex institucionalizados com idades superiores a 18 anos.

A investigação feita permitiu-nos concluir que o sistema de acolhimento de crianças e jovens terá ainda melhorias a realizar. Embora seja visível o esforço das instituições para que os jovens desenvolvam todas as competências de que necessitam para a sua vida autónoma e independente, fica clara a ausência de respostas e apoios concretos e eficazes no período pós acolhimento.

Palavras – Chave: Exclusão Social, Institucionalização, Pós-acolhimento, Autonomização, Crianças e jovens em risco

Abstract

This work's main goal is to analyze how institutions that shelter troubled children and teenagers are preparing them for an autonomous and independent adult life, relating this process with the existing legal mechanisms and social benefits for the young adults that abandon the institution, usually at ages between 18 and 21.

For this analysis and consequent comprehension of the reality these young adults are subjected to, it's crucial to look at this population segment as one with the highest risk of social exclusion (UNICEF citado em Cunha, 2005), in order to understand not only the importance of increasing their autonomy, but also the importance of creating the necessary conditions to aid their integration, through an effort of both the institutions and society as a whole. Without this complementarity of efforts and answers, it would be difficult to achieve a complete integration of these young adults (Delgado, 2006).

In the elaboration of this analysis several research methodologies were used, such as statistical data and legal documents analysis, interviewing of institution directors, staff, and both currently and formerly institutionalized young adults and children.

This investigation allowed us to conclude that the child and young people care system has margin to improve. Although there is clearly an effort of institutions so that the people they shelter develop the necessary skills for an autonomous and independent life, there is a clear absence of answers and concrete and effective support in the post sheltering period.

Keywords: Social Exclusion, Institutionalisation, Post-care, Empowerment, Children and young people at risk

Índice

Agradecimentos	iii
Resumo	iv
Abstract	v
Índice	vi
Índice de Tabelas.....	viii
Introdução.....	9
 Capítulo 1	12
(Des) Institucionalização e exclusão de crianças e jovens: o contexto português	
1. Introdução	12
2. Exclusão social na infância e juventude.....	14
3. Exclusão social nas crianças e jovens institucionalizados	18
4. As crianças e jovens institucionalizados em Portugal	21
O atual contexto normativo	21
Breve caracterização das crianças e jovens institucionalizados.....	23
A importância da preparação para o momento da desinstitucionalização	25
Instrumentos para o desenvolvimento da autonomia dos jovens institucionalizados	29
5. Conclusões.....	31

Capítulo 2	35
A realidade de um jovem (ex) institucionalizado	
1. Introdução	35
2. Metodologia	37
Processo de recolha e tratamento dos dados e definição da amostra	37
Caracterização da amostra	40
Caracterização das instituições.....	44
3. A (des) institucionalização na perspetiva de diversos atores: os jovens e as instituições.....	46
A preparação para a saída da instituição	47
A importância dos Apartamentos de Autonomização e do Apoio para a Autonomia de Vida no trabalho de autonomia dos jovens	50
Sair da instituição: motivos, idades e escolhas.....	56
Após a saída: apoios e respostas para jovens que saem da instituição ...	61
Sistema de acolhimento de jovens institucionalizados: aspetos positivos e negativos.....	66
4. Discussão e Conclusão	70
 Conclusão.....	 77
Bibliografia.....	80
Anexos	84

Índice de Tabelas

Tabela 1

Dados sobre os diretores dos centros de acolhimento entrevistados..... 41

Tabela 2

Dados sobre os técnicos dos centros de acolhimento entrevistados 42

Tabela 3

Dados sobre os jovens ex institucionalizados nos centros de acolhimento
entrevistados..... 42

Tabela 4

Dados sobre os jovens institucionalizados nos centros de acolhimento
entrevistados..... 43

Tabela 5

Dados sobre a Presidente de uma CPCJ 43

Introdução

“A sociedade tende a ignorar o risco ou a criar instituições onde os jovens são colocados, nada fazendo para alterar as condições do meio a que pertencem e sem a participação do qual dificilmente se poderá alcançar a verdadeira integração” (Delgado, 2006, p.101).

Partindo desta afirmação, pretende-se, neste trabalho, analisar a trajetória que as crianças e jovens institucionalizados percorrem, sobretudo no que diz respeito ao trabalho de autonomização que deverá ser realizado com os jovens mais velhos, mas tendo sempre em conta que o momento pós-acolhimento é essencial para a devida integração destes jovens na sociedade a que pertencem.

A importância deste tema e as questões adjacentes que aqui se pretendem abordar vem refletida numa variada ordem de fatores. Desde logo, as crianças e os jovens são o grupo etário com maior risco de se encontrarem em situação de exclusão social (Fernandes et al, 2011; Sarmiento, 2002; European Commission, 2013), sendo as crianças e os jovens institucionalizados um dos subgrupos onde o risco de exclusão social é superior (UNICEF citado em Cunha, 2005). Em Portugal, este cenário revela-se particularmente significativo se atendermos ao facto de haver o que pode ser considerado um número elevado de crianças e jovens institucionalizados: 8470, segundo o Relatório CASA 2014 (Instituto de Segurança Social, 2015). Além disso, se analisarmos a realidade portuguesa atual, os jovens estudam, normalmente, até mais tarde, atingindo patamares superiores na sua formação académica e iniciam a sua carreira profissional mais tardiamente. Verifica-se também que passam por um período de instabilidade e imprevisibilidade na construção da sua carreira profissional (Fundação Calouste Gulbenkian, 2015). Ora, perante este cenário, a situação dos jovens institucionalizados dificulta-se, pois além de níveis de escolaridade inferiores, não dispõem, na generalidade dos casos, do apoio familiar necessário para

enfrentarem esta etapa com o sucesso pretendido. Ao nível legal também parecem estar desprotegidos, na medida em que apenas se encontram contemplados apoios até aos 21 anos, altura em que terão, obrigatoriamente, de sair da instituição que os acolheu. Neste sentido, se os apoios no momento em que abandonam a instituição não se fizerem sentir na medida das suas necessidades, não só se coloca em risco todo o trabalho desenvolvido até então, como se reforça e aumenta o risco de exclusão social a que estão sujeitos. Como consequência, tanto o Estado como a sociedade em geral poderão estar a contribuir para cidadãos que, por terem vivido em instituições, longe das suas famílias, nem sempre conseguem adquirir as competências sociais, emocionais, escolares, entre outras, necessárias para construírem o seu futuro e inverterem o ciclo de exclusão a que estão sujeitos (Mendes dos Santos, 2010; Fundação Calouste Gulbenkian, 2015).

Tendo em atenção o que foi acima descrito, o presente trabalho pretende analisar o sistema atual relativamente ao pós-acolhimento dos jovens institucionalizados e, conseqüentemente, observar se o mesmo consegue dar a resposta adequada às suas necessidades e expectativas. Para além disso, será analisado o processo de autonomização levado a cabo pelas instituições, no sentido de preparar os jovens para a sua vida autónoma e independente, pois considera-se que este aspeto está diretamente relacionado com o sucesso do pós-acolhimento.

Com vista à concretização dos objetivos acima identificados, o trabalho encontra-se dividido em dois Capítulos. O Capítulo 1, constituído por 4 secções, pretende desenvolver a revisão de literatura alusiva ao tema, constituindo-se como o suporte teórico do trabalho posteriormente executado na investigação. O Capítulo 1 inicia-se, assim, com uma Introdução sobre o tema em análise no trabalho, seguindo-se uma reflexão sobre o conceito de exclusão social e, posteriormente, a ligação entre o referido conceito e a população em estudo neste trabalho: crianças e jovens institucionalizados. Por fim, a quarta secção concretiza

uma análise à realidade das crianças e jovens institucionalizados em Portugal, abordando a legislação que lhe está associada e a caracterização desta população, para depois se focar nos mecanismos atualmente contemplados para se trabalhar as competências de autonomia dos jovens e o impacto da saída da instituição para o seu futuro. O Capítulo 1 terminará com as conclusões sobre a revisão de literatura, focando os conceitos e as relações entre os mesmos que se revelam mais importantes para o trabalho.

No que diz respeito ao Capítulo 2, o mesmo encontra-se dividido em 4 secções. A introdução que procura fazer a ligação entre a revisão teórica plasmada no Capítulo 1 e a investigação desenvolvida no Capítulo 2, seguida pela metodologia que procura explicar o processo de investigação realizado, desde o processo de recolha de dados, o seu tratamento até à caracterização da amostra. A terceira secção integra a análise ao conteúdo das entrevistas e respetiva relação com o referencial teórico presente na revisão de literatura. Pretende-se nesta secção desenvolver a análise das entrevistas realizadas pelo investigador aos intervenientes nesta realidade (diretores, jovens, técnicos e perito de uma Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em risco). O intuito desta análise é procurar na realidade e no dia-a-dia institucionais a resposta para as questões aqui colocadas. A quarta e última secção irá expor as conclusões finais sobre a adequação ou não do processo de preparação para a autonomização dos jovens institucionalizados, por um lado, e sobre suficiência ou insuficiência das respostas existentes no pós-acolhimento, por outro. Desta forma se poderão tecer algumas considerações sobre o sistema institucional que acolhe crianças e jovens, compreendendo se, de facto, estará a cumprir com a sua função de integrar estes jovens na sociedade de que realmente fazem parte.

Por fim, a Conclusão fará o resumo de todo o trabalho, apresentará as principais conclusões alcançadas com o mesmo, as limitações da investigação desenvolvida e integrará também indicações de possíveis tópicos para investigação futura.

Capítulo 1

(Des) Institucionalização e exclusão de crianças e jovens: o contexto português

1. Introdução

A Declaração Universal dos Direitos da Criança (DUDC) (Assembleia Geral das Nações Unidas, 1959) e a Convenção sobre os Direitos da Criança (CDC) (ONU, 1989) referem no seu Preâmbulo que as crianças, devido à sua vulnerabilidade, necessitam de uma proteção e de uma atenção especiais, sublinhando a necessidade de proteção jurídica e não jurídica das crianças antes e após o nascimento, a importância do respeito pelos valores culturais da comunidade da criança e o papel vital da cooperação internacional para que os direitos da criança sejam uma realidade. Neste sentido, todas as decisões relativas às crianças terão primordialmente em conta o interesse superior das mesmas, pelo que compete ao Estado proteger a criança, tomando as medidas necessárias que promovam a proteção efetiva dos direitos que lhe são conferidos (art. 3.º da CDC e Princípio 2º da DUDC).

De acordo com o preceituado no art. 1.º da referida Convenção, a criança é definida como todo o ser humano com menos de 18 anos, exceto se a lei nacional conferir a maioridade em idades anteriores. Quanto à juventude, de acordo com o definido pela Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU), jovens são todos aqueles que têm idades compreendidas entre os 15 e os 24 anos. Contudo, e porque cada Estado Membro deverá adaptar o conceito de juventude à sua cultura, realidade económica e social, a AGNU não vedou a possibilidade de os Estados Membros adotarem outra faixa etária associada a juventude. Nos termos

adotados pela lei portuguesa, de acordo com o art. 5.º/a) da Lei de Proteção de crianças e jovens em perigo (LPCJP) (Lei nº 147/99, de 1 de Setembro, com as alterações impostas pela Lei nº 31/2003 de 22 de agosto e Lei nº 142/2015 de 8 de setembro), considera-se criança ou jovem, as pessoas com menos de 18 anos ou 21 anos, respetivamente. A todos eles, se devem garantir os meios através dos quais se possam desenvolver física, intelectual, moral, espiritual e socialmente de forma saudável e normal, assim como em condições de liberdade e dignidade (Princípio 2º da DUDC), atingindo, deste modo, o seu bem-estar e desenvolvimento integral (art. 1.º da LPCJP).

A noção de juventude é relativamente recente e somente adquiriu uma certa consistência social a partir do momento em que, entre a infância e a idade adulta, se começou a verificar um prolongamento (Pais, 1993; Alves, 2007). São vários os autores que referem a juventude como um período de transição para a fase adulta, durante a qual existe uma preparação para uma autonomia a vários níveis: económica, social, profissional, pessoal e emocional (Pais, 1993; Alves, 2007; Fleming 1988). Esta preparação e consequente desenvolvimento ocorrem através de interações recíprocas e dinâmicas entre o indivíduo (características psicológicas, biológicas, intelectuais e de personalidade) e os contextos envolventes (outras pessoas, os grupos, a cultura, a comunidade e a sociedade) (Alves, 2007), procurando-se, desta forma, a aquisição de diversas competências:

- 1) Competências sociais – relacionadas com os recursos de que um jovem deve dispor para ser capaz de realizar uma comunicação efetiva nas relações pessoais que estabelece;
- 2) Competências de controlo emocional e de resolução de problemas - ao adquirir este tipo de competência, o jovem apresenta-se como capaz de reconhecer sinais de alteração em si próprio e nos outros;
- 3) Competências linguísticas - permitem o relacionamento do jovem com os objetos e as relações presentes, mas também com os objetos e as relações passadas e futuras;
- 4) Competências académicas - aquisição de competências associadas a estratégias de aprendizagem e hábitos de estudo (Alves, 2007).

Desta forma se compreende que tanto o contexto familiar como as relações estabelecidas no grupo de pares desempenham um papel fundamental para o desenvolvimento psicológico e social dos jovens (Alves, 2007), promovendo a aquisição destas e de outras competências fundamentais. A juventude é, assim, um período intenso, com uma índole marcadamente orientada para o futuro, através da preparação das condições do futuro e dos projetos que o indivíduo estipula, apenas sendo possível se o jovem se encontrar socialmente enquadrado e inserido na sociedade de que faz parte (Melucci, 1996).

2. Exclusão social na infância e juventude

“A pobreza e a exclusão social não são uma questão marginal das sociedades europeias contemporâneas. São as questões basilares da organização destas sociedades que estão em causa” (Capucha, 2005). Neste sentido, é importante para o presente trabalho abordar este conceito e a sua definição.

Exclusão social é um conceito não consensual e são, por isso, várias as definições avançadas por inúmeros autores sobre qual poderá ser o seu sentido. Segundo Bruto da Costa (2008), exclusão social implica exclusão dos sistemas sociais básicos que compõem a sociedade, focando-se, assim, sobretudo a força dos laços sociais entre o indivíduo e a sociedade. Na mesma linha de pensamento encontram-se autores como Anthony Giddens (2004) e Room (1995). Para o primeiro autor, o conceito de exclusão social relaciona-se com as formas pelas quais os indivíduos podem ser afastados do pleno envolvimento na sociedade. Na mesma linha, para Room (1995), a exclusão social remete-se, essencialmente, às questões que se prendem com o estabelecimento de relações, isto é, foca-se naquilo que se revela como uma inadequada participação social, consequência de falta de integração social e de falta de poder. Assim, o entendimento de exclusão social adotado no presente trabalho é o apresentado por estes autores,

isto é, exclusão social enquanto exclusão das esferas sociais em que a pessoa vive, tendo sempre a sociedade como referencial.¹

Muito embora tenha vindo a ser utilizado com maior frequência para descrever vulnerabilidades na população adulta, o conceito de exclusão social aplica-se a qualquer grupo ou faixa etária, nomeadamente a crianças e jovens, sendo este o grupo com o maior risco de estar socialmente excluído da sociedade, como visto anteriormente (Fernandes et al, 2011; Sarmento, 2002; European Commission, 2013). Efetivamente, de acordo com a Comissão Europeia (2013), “perto de um em cada quatro dos cerca de 78 milhões de cidadãos europeus que vivem abaixo do limiar de pobreza é uma criança”. Acrescenta ainda que, “em 2005, 19% das crianças com idades compreendidas entre os 0 e os 17 anos encontrava-se em risco de pobreza nos 27 Estados Membros da União Europeia, contra 16% da população total”. Para este facto, alerta-nos também o relatório da EAPN and Eurochild (2013) que nos indica que 25 milhões de crianças da União Europeia (isto é, uma em quatro crianças) estão em risco de pobreza ou exclusão social. Esta realidade mantém-se, na medida em que “continuam a ser as crianças o grupo mais vulnerável a situações de pobreza ou exclusão social” (Rede Europeia Anti Pobreza, 2014).

No caso estritamente Português, segundo o Instituto Nacional de Estatística (INE, 2015), o risco de pobreza continua a aumentar. Os dados recolhidos sobre o ano de 2013 indicam que “19,5% das pessoas estavam em risco de pobreza em 2013 (face a 18,7% em 2012), apesar do aumento do contributo das transferências sociais, relacionadas com a doença e incapacidade, família, desemprego e inclusão social para a redução do risco de pobreza (7,3 p.p. em 2013 face a 6,8 p.p. em 2012) ” (INE, 2015). Além disso, “o aumento do risco de pobreza abrangeu

¹ O presente trabalho não tem como finalidade analisar exaustivamente as diversas definições existentes na literatura sobre exclusão social, pelo que se enumeram apenas as definições de Bruto da Costa, de Room e de Anthony Giddens. Para um maior conhecimento sobre este conceito, recomenda-se a leitura de outros autores como Jordi Estivill (s.d.), Tânia Burchardt (2000) José Pereirinha (1999), Amartya Sen (1999), entre outros (cfr. Capucha, 2005).

todos os grupos etários, tendo sido mais elevado no caso das/os menores de 18 anos, relativamente aos quais passou de 24,4% em 2012 para 25,6% em 2013” (INE, 2015).

Estes dados revelam que, apesar de termos vindo a assistir a inúmeras conquistas ao longo dos séculos nos diferentes domínios da vida social, económica, cultural, científica e tecnológica, continuamos atrasados relativamente a conquistas a favor do bem-estar das crianças e da sua plena integração social (REAPN, 2009). Mais se acrescenta que, ainda que do ponto de vista formal/legislativo tenham sido, de facto, alcançadas muitas conquistas, estas, porém, não correspondem a uma efetiva intervenção/ação em prol da criança (REAPN, 2009).

De todas estas considerações se conclui que a visibilidade social da criança é relativamente recente e para este aumento de preocupação com o momento da infância e da juventude muito contribuiu a publicação da Convenção dos Direitos da Criança de 1989 (VII Congresso de Sociologia, 2012). Não obstante, e apesar destas evoluções, a verdade é que o conceito de exclusão social tem sido, com pouca frequência, adaptado às crianças/jovens e, quando o é, foca-se no futuro destas e no impacto desta exclusão para o futuro adulto (Fernandes et al, 2011). Isto é, não se assume a infância e a juventude como uma fase em si mesma sobre a qual é realmente importante analisar a existência de exclusão social, pelo que as crianças e jovens são observados como adultos do amanhã, esquecendo-se que, por vezes, são, antes de tudo, crianças/ jovens hoje, com competências sociais e direitos próprios (Fernandes et al, 2011).

A sociologia atual tem já em conta este tipo de considerações e, nesse sentido, perspetiva a infância e a juventude como um fenómeno complexo e plural, como uma fase de vida e como uma categoria geracional (VII congresso de sociologia, 2012). Em ambas as faixas etárias a socialização tem necessariamente de envolver a participação em variados contextos sociais e educativos. Tanto a educação

formal, educação não formal, como a educação informal² representam uma importante aprendizagem social constante ao longo da vida, que deve promover a participação estruturante de crianças e jovens na vida social, assente fundamentalmente nas suas competências relacionais e na relação social estabelecida ora com as gerações mais velhas, ora entre pares (VII congresso de sociologia, 2012). Adicionalmente, a infância e a juventude são por si só experiências sociais, marcadas por regras e costumes que dotam crianças e jovens de capacidade para conhecer, criar relações, laços de afetividade e partilhar experiências com os seus pares, de modo a construir uma estrutura afetivo-emocional fundamental para o bom relacionamento interpessoal (Delgado, 2006). Neste sentido, o desenvolvimento de relações sociais satisfatórias revela-se um importante fator de desenvolvimento do capital social e da manutenção da identidade das crianças e jovens (Ridge, 2004). Deste modo, as relações sociais que a criança e/ou jovem vão criando são um importante fator para a construção da sua própria identidade social, determinantes também para o futuro económico e social enquanto adulto (Ridge, 2004).

Daqui se conclui que a exclusão social vivida na infância e/ou na juventude é um fenómeno complexo, na medida em que impede o acesso ou integração dos jovens na sociedade e, está, de igual forma, relacionada com a não aquisição das competências necessárias para a construção do seu futuro (Fernandes et al, 2011). Assim, na secção seguinte procura-se abordar o conceito de exclusão social relacionando-o com os jovens institucionalizados, na tentativa de compreender a vulnerabilidade deste grupo específico ao fenómeno da exclusão social.

² Entende-se aqui educação formal por educação organizada com uma determinada sequência, proporcionada pelas escolas, com estrutura e um plano de estudo que conduz normalmente a um determinado nível oficializado por um diploma; por educação não formal o processo de aprendizagem social, centrado no formando/educando, através de atividades que têm lugar fora do sistema de ensino formal e sendo complementar deste; por educação informal tudo o que aprendemos mais ou menos espontaneamente a partir do meio em que vivemos (das pessoas com quem nos relacionamos informalmente, dos livros que lemos ou da televisão que vemos, das experiências que vivemos quotidianamente, entre outros) (Pinto, 2008).

3. Exclusão social nas crianças e jovens institucionalizados

Na secção anterior abordou-se a importância das relações sociais durante a infância e a juventude enquanto fator crucial na aquisição de competências necessárias para a construção do futuro das crianças e jovens. Referiu-se, ainda, que a exclusão social na infância e juventude pode ter impactos não só nas vivências das crianças e jovens enquanto tal, mas também nas suas experiências futuras enquanto adultos. Neste sentido, e porque entre os grupos de crianças que estão em maior risco de estarem socialmente excluídas descobrimos aquelas que se encontram institucionalizadas (UNICEF citado em Cunha, 2005), importa caracterizar e melhor compreender a situação deste grupo particular.

De acordo com o autor Alcides Monteiro (2004), da interação entre indivíduos ou comunidades, resultam laços sociais consolidados que sustentam a vida de cada um em sociedade, pelo que se revela fundamental perceber se as crianças e jovens institucionalizados conseguem criar e desenvolver laços sociais.

O processo de socialização é imprescindível para o desenvolvimento do indivíduo e são inúmeros os elementos externos que influenciam esse desenvolvimento, assumindo aqueles particular relevância no caso das crianças e jovens, na medida em que se encontram numa fase de construção e identidade social (VII congresso de sociologia, 2012). É durante esta fase e este processo de socialização que interiorizam elementos socioculturais, assumem normas e valores da sociedade em que vivem e que cada indivíduo aprende a comportar-se entre pares, adaptando-se ao funcionamento do grupo e ao papel social que desempenha (Alves, 2007; Delgado, 2006). Nesta importante fase de socialização, a família assume uma ação prioritária enquanto agente socializador (Alves, 2007; Delgado, 2006; art.18º/1 da CDC, 2004). A família é a primeira etapa de socialização da criança, é o contexto educativo onde aprende e sente as normas,

valores sociais, culturais e valores emocionais. A família constitui-se como uma base de aprendizagem, que potenciará na criança um processo de desenvolvimento cognitivo, sensorial, motor e afetivo, pelo que, “Quando falha a relação entre pais e filhos, seja qual for o motivo, estarão criadas as condições que, potencialmente, conduzem à exclusão” (Delgado, 2006, p.35).

Ora, o que acontece quando a família não tem as condições necessárias para assegurar um desenvolvimento biopsicossocial equilibrado, privando a criança de um crescimento e desenvolvimento estável e é substituída por uma instituição? Neste caso, é a instituição que passa a ser o agente socializador central, enquanto principal transmissor de valores, normas, competências e regras. Isto é, a instituição terá de substituir as famílias e prover a educação moral, cívica e escolar (Amado et al, 2003), assegurando o desenvolvimento integral do menor e substituindo a sua família ou responsáveis pelo poder paternal, já que estes revelaram-se incapazes de cumprir a sua finalidade educativa (Delgado, 2006). Assim, as casas de acolhimento enquanto entidades responsáveis pela (re) socialização e (re) integração das crianças, devem proporcionar-lhes as condições de socialização inerentes às fases de desenvolvimento, mas também devem assumir o papel complementar que lhes cabe na ação educativa (Fernandes et al, 1996; art. 20.º da CDC, 2004 e art. 69.º da CRP).

Todavia, “toda a criança que é separada dos seus pais, por mais negligentes que estes tenham sido, sofre (Amado et al, 2003, pp 30). “A separação implica a perda, a angústia que lhe está inerente, e que acompanha a criança no processo de luto que se inicia. Por outro lado, envolve um intenso sentimento de culpa e uma forte necessidade de reparar os pais” (Amado et al, 2003, pp 30). Por isto mesmo, a adaptação ao novo lar, nem sempre é fácil (Amado et al, 2003). Para Alberto (2008), são cinco os principais aspetos que irão afetar a institucionalização de crianças e jovens, tornando a sua adaptação mais difícil: sentimento de punição; diminuição da responsabilização familiar;

estigmatização e discriminação social, bem como a própria criança que cria uma imagem pejorativa de si própria; controlo social/reprodução de desigualdades; possibilidades mais reduzidas de experimentação/ estimulação e de estabelecimento de vinculação segura. Por isso, segundo o mesmo autor, é provável que a criança ou jovem institucionalizado apresente mais dificuldades em integrar-se com os outros indivíduos, gerando sentimentos de baixa auto estima, ansiedade, depressões, somando esses sentimentos a dificuldades diversas, sobretudo de aprendizagem. Neste sentido, é possível compreender que “As crianças e jovens em risco são aqueles que se encontram em circunstâncias que exigem a adoção de medidas preventivas, sob pena de entrarem num processo de inadaptação ou conflitos sociais” (Delgado, 2006, p.53)

Assim, durante a estadia da criança ou jovem na instituição, pressupõe-se que lhe sejam garantidas condições como proteção, educação, bem-estar e que se lhe proporcionem competências pessoais e sociais que os ajudem a criar um projeto de vida (Instituto de Segurança Social, 2015; art. 27.º da CVC). A definição do projeto de vida configura uma estratégia de intervenção da estrutura residencial em parceria com outros atores sociais, tendo como objetivo principal a sua desinstitucionalização segura. Deverá ser assente nas perspetivas futuras dos menores, o que se revela, desde logo, um problema, pois a grande parte dos jovens e crianças institucionalizados não tem qualquer expectativa para o seu futuro: uns porque não têm uma estrutura estável que os ajude a definir o futuro, outros porque apenas se revêm na reprodução dos modelos que observam (Mendes dos Santos, 2010). Este projeto de vida não só orientará o futuro, como pretende ajudar a criança na sua tarefa de reinserção na sociedade, contrariando ou combatendo o estigma a que estão sujeitas (Goffman, 1982)³, pois, regra geral, os interesses socioculturais do grupo a que pertencem desviam-se dos valores

³ Segundo (Goffman, 1988) a sociedade estabelece os meios de categorizar as pessoas e o total de atributos considerados como comuns e naturais para os membros de cada uma dessas categorias.

socialmente aceites, desencadeando sentimentos de exclusão e de conflito social (Delgado, 2006) . Facilmente, os jovens institucionalizados são representados por estereótipos sociais promotores de condições estigmatizantes, a que Goffman denomina de discriminação societal (Amado et al, 2003; Goffman, 1982). Daqui depreende-se que as crianças institucionalizadas acabam por ser excluídas da sociedade porque são desiguais no facto de não terem família e viverem num contexto social distinto do habitual, que nem sempre desenvolve políticas que as insiram na sociedade, aumentando a distância entre estas e a comunidade (Amado et al, 2003). “A sociedade tende a ignorar o risco ou a criar instituições onde os jovens são colocados, nada fazendo para alterar as condições do meio a que pertencem e sem a participação do qual dificilmente se poderá alcançar a verdadeira integração” (Delgado, 2006, p.101).

Desta forma, tanto as instituições como a sociedade têm um papel muito importante na promoção da inclusão social destes jovens e na promoção da sua autonomia, com vista a dotá-los das competências necessárias para o dia em que a instituição deixar de ser o seu lar.

4. As crianças e jovens institucionalizados em Portugal

O atual contexto normativo

A Convenção dos Direitos da Crianças (1989) e a Declaração dos Direitos da Criança (1959) explicitam, no seu texto preambular que “a criança, por motivo da sua falta de maturidade física e intelectual, tem necessidade de uma proteção e cuidados especiais, nomeadamente de proteção jurídica adequada, tanto antes como depois do nascimento.” Mais se acrescenta que todas as decisões relativas a crianças terão primordialmente em conta o interesse superior da mesma (art. 3.º/1

da CDC, 1989). No mesmo preceito se refere também que “os Estados Partes garantem que o funcionamento das instituições, serviços e estabelecimentos que têm crianças a seu cargo e asseguram que a sua proteção seja conforme às normas fixadas pelas autoridades competentes (...)” (CDC, 1989).

No caso Português, são vários os diplomas legais que abordam esta temática. Desde logo, a Constituição da República Portuguesa (CRP, 2005) no seu art. 69.º/2, indica que “o Estado assegura especial proteção às crianças órfãs, abandonadas ou que por qualquer forma privadas de um ambiente familiar normal”. Quanto à juventude, refere-se no art. 70.º/2 da CRP (2005) que “a política de juventude deverá ter como objetivos prioritários o desenvolvimento da personalidade dos jovens, a criação de condições para a sua efetiva integração na vida ativa, o gosto pela criação livre e o sentido de serviço à comunidade.” Daqui se conclui que a CRP (2005) expressamente refere a responsabilidade da sociedade e do Estado pela proteção às crianças e jovens, acentuando, em particular, os órfãos, abandonados ou privados do seu ambiente familiar.

Neste sentido, e concedendo a respetiva efetividade aos direitos das crianças e jovens em perigo, surgiu a Lei nº 147/99 de 1 de setembro, à qual já foram impostas alterações pela Lei nº 31/2003 de 22 de agosto e, posteriormente, pela Lei nº 142/2015 de 8 de setembro. Este diploma legal tem como objeto “a promoção dos direitos e a proteção das crianças e dos jovens em perigo, por forma a garantir o seu bem-estar e desenvolvimento integral”, de acordo com o exposto no art. 1.º. Entenda-se, para efeitos desta lei, que criança ou jovem é a pessoa com menos de 18 anos ou 21 anos respetivamente, que solicite, no último caso, a continuação da intervenção iniciada antes de perfazer 18 anos, conforme o conteúdo do art. 5.º. Neste sentido, e para todas as crianças e jovens em perigo, pretende-se com as medidas de promoção e proteção dos direitos: afastar o perigo, proporcionar-lhes condições de segurança, acesso à saúde, educação, entre outros; garantir a recuperação física e psicológica das crianças e jovens, promovendo o seu bem-estar e desenvolvimento integral (art. 34.º). Para alcançar

este propósito são várias as medidas existentes, entre elas, o acolhimento residencial (art. 35.º/1/f)), que consiste na colocação da criança ou jovem aos cuidados de uma entidade com instalações e equipa técnica, capaz de prover os cuidados adequados às suas necessidades (art. 49.º). O acolhimento residencial pode dividir-se em casas de acolhimento para resposta em situações de emergência (art. 50.º/2/a)); para resposta a problemáticas específicas (art. 50.º/2/b)); ou em apartamentos de autonomização para o apoio e promoção da autonomia dos jovens (art. 50.º/2/c). Independentemente da modalidade de acolhimento aplicada, durante a institucionalização, são conferidos à criança ou jovem diversos direitos: art. 58.º: manter contacto com a sua família ou pessoas próximas (art. 58.º/a)); receber uma educação que garanta o integral desenvolvimento da sua personalidade (art. 58.º/b)); espaço de privacidade e de autonomia na condução da sua vida pessoal, adaptada à sua idade e situação (art. 58.º/c)), entre outros.

Prosseguindo com a análise do diploma legal, verifica-se que as medidas aplicadas à criança ou jovem, independentemente da sua natureza, cessam, entre outros motivos, com a maioridade ou aos 21 anos de idade, caso o jovem tenha solicitado a continuação da medida antes dos 18 anos (art. 63.º/1/d)). Acrescenta-se no nº 2 do mesmo preceito, que após a cessação da medida aplicada, a criança, jovem e a sua família poderão manter o apoio pela comissão, nos termos acordados.

Breve caracterização das crianças e jovens institucionalizados

O Relatório da Caracterização Anual da Situação de Acolhimento das Crianças e Jovens (daqui em diante identificado como Relatório CASA 2014) publicado em

2015 e referente a dados do ano 2014 (Instituto da Segurança Social, 2015) revelam-nos inúmeras informações acerca do panorama atual relativo ao acolhimento de crianças e jovens em Portugal. No ano de 2014, encontravam-se 8470 (população total em análise no Relatório CASA 2014) crianças e jovens em situação de acolhimento, sendo os distritos de Lisboa e Porto os mais requisitados com 1602 (18,9%) e 1568 (18,5%), respetivamente. No que diz respeito ao género, 4392 (51,9%) são do sexo masculino e 4078 (48,1%), do sexo feminino. Relativamente às faixas etárias, aquelas que registam um maior número de crianças ou jovens em situação de acolhimento são: a faixa etária dos 15-17 anos com 2969 jovens (35,1%), seguida dos 12-14 anos com 1784 jovens (21,1%) e, em terceiro lugar, dos 18-20 anos com 1055 jovens (12,5%). Se compararmos os presentes valores com os do Relatório CASA 2013 (Instituto da Segurança Social, 2014), verificamos que ocorreu um aumento no número dos jovens acolhidos dos 15 aos 17 anos e dos 18 aos 20 anos, de 130 e 109 jovens, respetivamente.

De destacar ainda que os motivos que ocasionaram a situação de acolhimento são diversos, sendo que nos primeiros lugares se encontram os seguintes: falta de supervisão do acompanhamento familiar; negligência dos cuidados de educação e saúde e exposição a modelos parentais desviantes (Instituto da Segurança Social, 2015).

Quanto ao tipo de resposta social predominante, encontramos os Lares de Infância e Juventude⁴ que acolhem 5388 jovens (63,6%) e, em segundo lugar os Centros de acolhimento temporário com 2062 jovens (24,3%). As restantes respostas (Lar Residencial, Família de Acolhimento, entre outras) assumem valores bastante inferiores.

No que concerne ao projeto de vida, enquanto direito de cada criança e jovem, verificamos que são três os principais destinos que os projetos abarcam: autonomização (32%), reintegração na família nuclear (30%) e adoção (10,5%). É

⁴ De acordo com a Lei n.º 142/2015 de 8 de setembro, as designações “Lares de Infância e Juventude” e “Centros de Acolhimento Temporário” são substituídas pela designação “Casas de Acolhimento”.

de realçar que por autonomização se compreende o período “durante o qual deverão ser estimuladas e apoiadas as suas competências pessoais e sociais visando a preparação para a sua plena autonomia futura” (Instituto da Segurança Social, 2015). Incluídos nesse tipo de projeto de vida para a autonomização encontram-se 1342 jovens (49%) entre os 15 e os 17 anos de idade e 757 jovens (27,7%) entre os 18 e os 20 anos de idade.

Por fim, destacam-se os números relativos à cessação de acolhimento, na medida em que 30,7% dos jovens que cessaram o acolhimento se encontravam na faixa etária dos 18 aos 20 anos, apresentando como motivo para a sua saída a cessação da medida de colocação aplicada.

Neste sentido, e tendo em conta a realidade que nos é vertida no Relatório CASA 2014, são muitos os jovens em Portugal que vivem a sua infância/adolescência numa instituição, bem como são muitos os que até aos 20 anos permanecem institucionalizados. Deste modo, revela-se importante analisar de que forma é vivido o momento em que todos estes jovens querem ou têm de abandonar a instituição através da qual conheceram o mundo.

A importância da preparação para o momento da desinstitucionalização

O processo de saída das instituições constitui, à semelhança do processo de chegada, um momento vivenciado de modo negativo, pois poderá conjugar diversos sentimentos de difícil gestão por parte do jovem: revolta, liberdade, tristeza, entre outros, conforme a circunstância que leva o jovem a sair da instituição (Mendes dos Santos, 2010; Fundação Calouste Gulbenkian, 2015). É, geralmente, um momento marcante e angustiante, dado o receio de falhar e a impreparação que não sendo admitida, é sentida (Gaspar, 2014).

Estes sentimentos compreendem-se tendo em conta os seus percursos de vida e a vivência de situações de negligência, abusos e maus tratos, pelo que será de esperar que não tenha ocorrido o devido desenvolvimento de competências cognitivas, emocionais e comportamentais, essenciais num processo de autonomização (Fundação Calouste Gulbenkian, 2015).

Desta forma, justifica-se a vulnerabilidade em que se encontram os jovens no período de transição e a necessidade de suporte familiar e social que estes sentem neste período tão significativo e marcante da sua vida (Mendes dos Santos, 2010; Fundação Calouste Gulbenkian, 2015). De um adulto espera-se, entre outras coisas, a capacidade para estabelecer relações saudáveis, estruturadas e estáveis e para planear a sua vida a longo prazo. Porém, muitos dos jovens acolhidos em instituição não têm referências positivas de infância que os remetam para modelos de adultos na família com estas características (Fundação Calouste Gulbenkian, 2015). A grande tarefa de um adolescente no sentido de ser um jovem adulto autónomo passa pela resolução do processo de separação-individação, pelo que é fundamental a existência de uma base segura que sirva de referência na construção identitária. Tal situação complexifica-se no caso de jovens institucionalizados, pois as famílias tendem a não corresponder a este modelo, ficando a cargo das equipas técnicas e educativas assegurar este papel. Parece, assim, ser um aspeto basilar que o apoio a estes jovens seja garantido ao longo do tempo e não restrito ao período da institucionalização, para que se garanta uma transição faseada e mais adequada, começando, desde logo, pela constituição de uma retaguarda relacional e instrumental, acompanhada pelos técnicos que desempenham um papel fulcral na vida destas crianças e se assumem, em muitos casos, como as referências dos jovens adultos (Fundação Calouste Gulbenkian, 2015; Gaspar, 2014).

Neste sentido, a transição para o exterior deverá ser adequada às necessidades, interesses e expectativas de cada jovem (Mendes dos Santos, 2010; Fundação Calouste Gulbenkian, 2015), bem como trabalhada de dentro para fora da

instituição, ficando a sua qualidade e eficácia dependentes da coesão e da estrutura do planeamento (Delgado, 2006). Torna-se, assim, imprescindível que o jovem tenha um acompanhamento de qualidade, uma preparação individualizada e suporte contínuo para que possa ultrapassar com sucesso esta fase da sua vida (Delgado, 2006).

A transição de um jovem em situação de acolhimento em instituição para o exterior implica a necessidade de analisar as formas individuais como este processo é vivido e resolvido, tendo em conta diversas determinantes: padrões de vinculação, condições instrumentais de vida, desenvolvimento cognitivo, emocional e social, entre outros (Fundação Calouste Gulbenkian, 2015).

Para Fuertes e Fernández (1996, citado em Delgado, 2006) as instituições que acolhem os jovens devem desempenhar três principais funções: funções de curto prazo⁵, de médio prazo⁶ e de longo prazo. Das três referidas funções, as de longo prazo apresentam-se como as mais relevantes para a análise do tema em causa, na medida em que se prendem com a preparação dos jovens para a vida independente, especialmente para aqueles em que não foi possível encontrar uma resposta alternativa à institucionalização (Delgado, 2006). Neste sentido, as instituições de acolhimento deverão ser capazes de construir um fio condutor que ajude a alcançar a progressividade e transversalidade no apoio aos jovens, de forma a atenuar o facto de grande parte deles não reunirem um conjunto de competências necessárias para um bom prognóstico no processo de integração social (Gaspar, 2014). Contudo, esta responsabilidade não deverá depender da boa vontade individual ou organizacional. O papel facilitador do Estado tem de ser clarificado e todas as partes têm de assumir responsabilidades (European Commission, 2014).

⁵ As funções a curto prazo constituem-se como uma primeira alternativa para acolher a criança ou jovem (Fuertes e Fernández, 1996, citado por Delgado, 2006).

⁶ As funções de médio prazo relacionam-se com o período de preparação, espécie de estágio temporário para a independência (Fuertes e Fernández, 1996, citado por Delgado, 2006).

Ora, esta função de preparação do jovem para a sua independência aos 18 ou 21 anos de idade (art. 63.º/1/d) da Lei Nº 142/2015) por parte das instituições e do Estado em geral, revela-se ainda mais crucial se atendermos ao atual contexto da sociedade juvenil portuguesa. Verifica-se uma autonomização mais tardia, por parte dos jovens adultos, que resulta de diversos fatores, nomeadamente da procura de graus de formação mais elevados, da entrada mais tardia no mercado de trabalho e da maior instabilidade no planeamento e previsibilidade da carreira profissional (Fundação Calouste Gulbenkian, 2015). Se existem obstáculos e maiores dificuldades nas transições juvenis, de uma forma genérica, é de esperar que os jovens acolhidos em instituições tenham de enfrentar os mesmos e acrescidos problemas decorrentes da sua situação concreta de afastamento da família de origem. É, por isso, crucial compreender se todos os jovens que viveram numa ou em diversas instituições reúnem as condições necessárias para transitar para a autonomia sem usufruir do suporte do sistema (Fundação Calouste Gulbenkian, 2015).

A realidade aqui exposta demonstra a importância de, por um lado, durante a institucionalização se definirem projetos de vida para as crianças e jovens que incluam planos de intervenção com ações específicas, que fomentem a aquisição de vários tipos de competências e promovam o sucesso na transição para a vida independente dos jovens. Por outro lado, constata-se a necessidade de disponibilizar recursos materiais, pessoais e sociais no pós-acolhimento que facilitem a adaptação à independência (Delgado, 2006). Para Maclean (2003), os efeitos negativos da institucionalização são tanto maiores quanto mais associados estiverem a fatores de risco existentes no ambiente pós institucional da criança e do jovem. Quando saem da instituição, os jovens enfrentam dificuldades essencialmente económicas, dificilmente conseguem prosseguir os seus estudos e, quanto à integração profissional, os trabalhos que normalmente desenvolvem são pouco qualificados e precários, não oferecendo grande estabilidade ou satisfação (Mendes dos Santos, 2010). Assim, a provável exclusão ou

delinquência, no futuro, obrigam a sociedade, como um todo, a agir, aplicando as medidas adequadas, oportunas e eficientes perante infâncias ou juventudes de risco (Delgado, 2006).

Instrumentos para o desenvolvimento da autonomia dos jovens institucionalizados

Pelos fatores acima explanados é desejável que, no âmbito da execução de uma medida de promoção e proteção, seja desenvolvida uma intervenção que estimule a autonomia, focando-se nas características específicas dos percursos de vida das crianças e jovens e considerando cada caso em particular (Gaspar, 2014). São vários os autores que se pronunciam sobre os métodos a que as instituições poderão recorrer para desenvolver as competências de autonomia nos jovens institucionalizados, imprescindíveis para o momento em que abandonam a instituição. Iremos de seguida apresentar alguns deles.

Para Delgado “A atribuição de responsabilidades no quotidiano da instituição pode constituir um meio de aprendizagem do conceito de direito e de dever, do valor da partilha e da solidariedade e contribuir, utilizando o próprio Centro, para ensinar as regras e práticas fundamentais de gestão do espaço doméstico” (Delgado, 2006, pp 97). Neste âmbito, atividades de limpeza, de lavandaria, cozinha, a jardinagem ou arrumação serão áreas a explorar, pelo que o quotidiano da organização deve estruturar-se com base na participação das crianças nas diversas atividades da instituição (Delgado, 2006, pp 97). Porém, apesar da importância deste aspeto, verifica-se uma relativa ausência de programas de autonomia nos Centros de Acolhimento que desenvolvam as condições para que os jovens mais velhos possam, no seu dia-a-dia, lidar com

situações do quotidiano, desde fazer compras no supermercado, até resolver assuntos na segurança social ou instituições bancárias (Gaspar, 2014).

Alguns passos vão, contudo, sendo dados com a implementação dos Planos DOM – Desafios, Oportunidades e Mudanças que “visa [m] a implementação de medidas de qualificação da rede de Lares de Infância e Juventude, incentivadoras de uma melhoria contínua da promoção de direitos e proteção das crianças e jovens acolhidos, no sentido da sua educação para a cidadania e desinstitucionalização, em tempo útil” (Despacho Nº 8393/2007). E, posteriormente, com a publicação do Plano SERE + (Sensibilizar, Envolver, Renovar, Esperança, MAIS), “de âmbito nacional, que tem como objetivo principal a implementação de medidas de especialização da rede de lares de infância e juventude, impulsionadoras de uma melhoria contínua na promoção de direitos e proteção das crianças e jovens acolhidas, para que no menor tempo útil, da sua educação para a cidadania, sentido de identidade, de autonomia e segurança resultar a sua desinstitucionalização” (Despacho Nº 9016/2012).

Direcionados para a autonomia e a independência na idade adulta, existem ainda dois apoios específicos legalmente contemplados: o apoio para a autonomia de vida, que consiste “em proporcionar diretamente ao jovem com idade superior a 15 anos apoio económico e acompanhamento psicopedagógico e social, nomeadamente através do acesso a programas de formação, visando proporcionar -lhe condições que o habilitem e lhe permitam viver por si só e adquirir progressivamente autonomia de vida” (art. 45.º/1 da Lei 142/2015) e a possibilidade dos jovens mais adultos serem integrados em apartamentos de autonomização que visam o apoio e promoção da sua autonomia (art. 50.º/c) da Lei Nº 142/2015).

Continua-se, porém, a verificar um claro desinvestimento por parte do Estado na criação e desenvolvimento destas respostas, na medida em que existe um número reduzido de Apartamentos de Autonomização a funcionar no país e o Apoio para a Autonomia de Vida apenas é, em casos residuais, aplicado aos

jovens, uma vez que acarreta despesas ao nível do apoio económico e técnico (Delgado, 2006). O desinvestimento nestes programas de autonomia implica gastos futuros, pois os jovens acolhidos que nunca integraram programas de autonomia de vida dependem mais de ajuda financeira do que jovens que participaram em programas de autonomia (Georgeades, 2005, cit. por Mendes dos Santos, 2010). Além disso, muitas crianças que vivenciaram o acolhimento desenvolvem problemas psicossociais na idade adulta: as estatísticas disponíveis refletem que as crianças que estiveram em situação de acolhimento e, em particular, em contextos de acolhimento institucional, têm maior probabilidade de virem a enfrentar situações de sem abrigo, de cometer crimes, de terem filhos antes dos 20 anos e de os seus próprios filhos vivenciarem também o acolhimento (Mendes dos Santos, 2010). Efetivamente, e de acordo com Strecht “mais tarde, no estatuto de adultos, as crianças negligenciadas, mal tratadas ou abandonadas, tendem a repetir com os seus filhos situações que viveram, perpetuando as perturbações transgeracionais, “numa cadeira solidamente estabelecida em que o amor parece mais frágil que o esquecimento ou perdão” (Strecht, 1998, citado por Delgado, 2006, p.68)

5. Conclusões

“A partir desse ponto não recebi qualquer apoio da instituição. Sair da casa onde viveste grande parte da tua vida, sem qualquer apoio financeiro é um suicídio (...) até hoje não tive ninguém que me ligasse para saber como estou, como me encontro, se preciso de apoio, nada”

(Testemunho de um jovem – Gaspar, 2014)

“Não há um sentido de responsabilidade de ninguém (Instituições de Acolhimento, Segurança Social, família, ...) para com estes jovens – é como se a

partir do momento em que abandonam o lar, deixassem de existir” (Gaspar, 2014, p.152).

Partindo do enquadramento teórico apresentado, constata-se que, embora às crianças e jovens em geral e aos institucionalizados em particular sejam conferidos inúmeros direitos que pretendem protegê-los, em especial pela situação de vulnerabilidade em que estes se encontram, a verdade é que, para muitos autores, ainda existem inúmeras alterações a realizar para que o futuro de um jovem institucionalizado não fique comprometido (REAPN, 2009).

A transição para a fase adulta reveste-se de uma complexidade sentida pela maioria dos jovens que poderá, porém, ser atenuada pelas competências que ao longo da infância e juventude cada indivíduo vai desenvolvendo. Competências, desde logo, sociais, emocionais, académicas, entre outras, que permitem uma maior e melhor capacidade de gerir conflitos, fazer escolhas e percorrer o seu caminho de forma equilibrada (Alves, 2007; Delgado, 2006). Todavia, é reconhecido que os jovens institucionalizados mais dificilmente conseguirão adquirir estas e outras capacidades essenciais ao crescimento e à autonomia de cada um. O afastamento da sua família, a vivência de experiências traumáticas e as dificuldades escolares são alguns dos fatores que poderão impedir a aquisição das competências necessárias para conseguirem definir o seu projeto de vida, autónomo e independente (Delgado, 2006). Neste sentido, se as crianças e jovens são o grupo mais vulnerável a situações de pobreza e exclusão social, maior vulnerabilidade apresentam as crianças e jovens institucionalizados. Por tudo isto, quer as instituições que acolhem estas crianças e as restantes entidades envolvidas, quer a sociedade como um todo, devem assumir o importante papel de acompanhar e integrar estes jovens numa sociedade que nem sempre os soube acolher (Delgado, 2006).

Assim, o processo de autonomização e o pós-acolhimento são duas etapas fundamentais separadas por uma saída da instituição, na maior parte das vezes dolorosa e angustiante (Mendes dos Santos, 2010; Fundação Calouste

Gulbenkian, 2015; Gaspar, 2014). Deve-se, por isso, lutar por uma transição gradual para o exterior, antecipada por um projeto de vida assumido e trabalhado, coerente com os interesses do jovem e que faça uso das respostas legais estipuladas, como o apoio para a autonomia de vida e os apartamentos de autonomização (Delgado, 2006; Fundação Calouste Gulbenkian, 2015; art. 45.º/1 e art. 50.º/c) da Lei 142/2015).

Para além disso, o pós-acolhimento parece ter também nestes jovens uma importância acrescida. Se atentarmos na realidade dos jovens em geral da sociedade portuguesa e a isso acrescentarmos percursos em que não raras vezes escasseiam figuras de referência, apoios financeiros e ligações afetivas, compreendemos que a posição de jovens institucionalizados é dificultada face a todos os outros jovens. (Fundação Calouste Gulbenkian, 2015). Se a este facto adicionarmos a maior probabilidade que estes jovens têm de cometer crimes, tornarem-se sem abrigo, terem filhos antes dos 20 anos e os seus filhos serem também institucionalizados, rapidamente compreendemos a necessidade de existir uma maior preparação para a sua autonomização, bem como a necessidade de um maior acompanhamento e apoio no pós-acolhimento (Mendes dos Santos, 2010). Este momento deve ser enquadrado como uma experiência contínua, combatendo a ideia de que, pelo facto de se atingir a maioridade civil, os problemas e obstáculos são ultrapassados pela simples transição de um estatuto jurídico de menor para adulto (Fundação Calouste Gulbenkian, 2015; Gaspar, 2014).

Perante o exposto, no capítulo que se segue procurar-se-á aprofundar a análise do sistema institucional vigente, em particular no que diz respeito ao processo de autonomização e à forma como decorre o período pós-acolhimento, recorrendo ao estudo do que acontece ao nível de um conjunto selecionado de instituições e jovens, bem como recorrendo à opinião de um perito no assunto. Analisaremos, por isso, a opinião dos entrevistados sobre os mecanismos legais e apoios sociais existentes e necessários para uma transição mais adequada,

adaptada às necessidades dos jovens institucionalizados e capaz de contribuir para um futuro mais estável e equilibrado dos mesmos. Para isso, será analisado o conteúdo das entrevistas realizadas a diretores de Centros de Acolhimento, a técnicos que exercem funções nestas instituições, a jovens institucionalizados com mais de 18 anos e a jovens que já cessaram a sua situação de acolhimento, bem como a uma profissional de uma Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco. Pretende-se, através das entrevistas, compreender a realidade destes jovens e daí concluir sobre a adequabilidade ou não do sistema que os abrange.

Capítulo 2

A realidade de um jovem (ex) institucionalizado

1. Introdução

A análise realizada aos diversos pontos versados no Capítulo 1 permite-nos retirar algumas conclusões sobre os mesmos. Antes de mais, parece claro que o processo de autonomização levado a cabo pelas instituições com o intuito de trabalhar as competências de autonomia dos jovens é um ponto fulcral para o sucesso do trabalho desenvolvido durante a institucionalização. Revela-se fundamental a definição de um projeto de vida que vá de encontro às expectativas do jovem e em que este seja o principal elemento. Além disso, a bibliografia é consensual na importância que atribui ao uso de respostas sociais como os apartamentos de autonomização ou do apoio para a autonomia de vida no trabalho intenso e profundo de desenvolvimento de competências de autonomia dos jovens. Todavia, consensual é também a relevância atribuída ao pós-acolhimento dos jovens, isto é, ao período que se segue à saída da instituição.

A realidade de cada jovem é única e requer respostas adaptadas, tenha o jovem a possibilidade de regressar à sua família ou tenha ele/ela de fazer o seu caminho de forma autónoma, sem retaguarda familiar. Alguns autores (Mendes dos Santos, 2010; Delgado, 2006) tecem inclusive uma relação direta entre o sucesso do percurso do jovem e o acompanhamento que o mesmo teve no período posterior à desinstitucionalização. A vulnerabilidade que o jovem sente quando deixa de ter a proteção e orientação da instituição pode ser o suficiente para que o trabalho e o investimento feito até então sejam colocados em causa, se o mesmo

não for orientado e encaminhado pelas e para as autoridades competentes ou não se concretize o acesso às respostas sociais existentes em tempo útil.

Deste modo, e no sentido de compreender a realidade vivida pelos jovens ao longo do seu processo de autonomização, as expectativas para o seu futuro e os apoios que efetivamente existem para a fase em que deixam de ser institucionalizados e passam a ser, por completo, os únicos responsáveis pelas suas decisões, o presente capítulo consistirá na análise de entrevistas realizadas aos diversos intervenientes da realidade institucional de crianças e jovens: diretores e técnicos dos centros de acolhimento, jovens institucionalizados e ex institucionalizados⁷ e uma profissional de uma Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco (CPCJ). Pretende-se, desta forma, compreender se as questões levantadas pela literatura têm correspondência no dia-a-dia dos jovens institucionalizados, reconhecendo, desde o início que a realidade dos jovens institucionalizados é complexa e que são inúmeras as circunstâncias envolvidas e determinantes para o seu percurso.

Para isso, o presente Capítulo, estará dividido em 4 secções: a Introdução, a Metodologia, na qual procuraremos explicar o método seguido no presente trabalho, desde o processo de recolha e tratamento dos dados, até à caracterização da amostra e das instituições entrevistadas; a 3ª secção, intitulada “A (des) institucionalização na perspetiva de diversos atores: os jovens e as instituições” que irá conter a análise das entrevistas realizadas e a sua relação com os principais conceitos explorado ao longo do Capítulo 1. Por fim, a 4ª secção que apresentará as conclusões relativas à análise de conteúdo realizada, com base nas principais opiniões, ideias e factos recolhidos sobre o sistema institucional que acolhe jovens institucionalizados e a sua desinstitucionalização.

⁷ No presente trabalho, será adotado o termo “ex institucionalizados” como referência aos jovens que já cessaram a sua medida de acolhimento e, consequentemente, já saíram da instituição.

2. Metodologia

Nesta secção será apresentada a metodologia aplicada no presente estudo, identificando os instrumentos de recolha de informação e respetivos procedimentos que serão a base e o fio condutor para a posterior análise e conclusões tecidas. Desta forma pretende-se, através dos dados pesquisados, segundo o método adotado e em articulação ao referencial teórico, tecer considerações que nos permitam responder às questões colocadas.

Assim, o presente trabalho tem como objetivo primordial a compreensão da realidade dos jovens institucionalizados após a saída da instituição que os acolheu, e, antes desse momento, o processo de autonomização levado a cabo pelas instituições para desenvolver competências de autonomia e independência nos jovens institucionalizados. Para isso, serão analisados os mecanismos e apoios existentes para a integração destes jovens na sociedade, bem como de que forma é que os mesmos desenvolveram as suas capacidades de autonomia e independência ao longo do período da institucionalização. Deste modo, e tendo em conta os objetivos delineados, os participantes nesta investigação são os intervenientes da realidade institucional de crianças e jovens, desde os próprios jovens institucionalizados e os que já cessaram a sua situação de acolhimento, aos diretores e técnicos destes Centros de Acolhimento e, ainda, a visão e opinião da Presidente de uma CPCJ do Distrito do Porto.

Processo de recolha e tratamento dos dados e definição da amostra

Por se entender que a realidade institucional seria melhor compreendida se baseada nos relatos dos intervenientes, optou-se pela realização de entrevistas semiestruturadas. Segundo Bogdan & Biklen (1994, p. 134), “uma entrevista é

utilizada para recolher dados descritivos na linguagem do próprio sujeito, permitindo ao investigador desenvolver intuitivamente uma ideia sobre a maneira como os sujeitos interpretam aspetos do mundo.” É, portanto, um método único de recolha de dados, através do qual o investigador poderá reunir dados, conseguidos pela comunicação com os intervenientes (Bogdan & Biklen, 1994). A escolha de entrevistas semiestruturadas justifica-se pela possibilidade que estas concedem de se obter muita informação sobre a realidade questionada e de ser possível a obtenção de dados comparáveis entre os sujeitos (Bogdan & Biklen, 1994).

No contacto inicial com todos os entrevistados foi explicado claramente a cada participante a finalidade do trabalho em questão e da entrevista em concreto (Lessard et al, 1990), garantindo-se o anonimato no caso dos jovens e da presidente da CPCJ e o direito de recusa ou interrupção no momento que entendessem (Lessard et al, 1990).

A entrevista foi previamente planeada e estruturada através de um Guião da Entrevista (Anexos I, II, III, IV, V). O Guião é constituído por questões que procuram orientar o processo de forma flexível, na medida em que se pode reformular e alterar a ordem das mesmas, conforme prossiga o discurso do interveniente e de forma a ser possível aceder a grande quantidade de informação e esclarecimento da mesma. Para responder às questões do Guião elaborado foi definida a amostra, constituída pelos sujeitos selecionados para serem entrevistados na investigação desenvolvida (Antunes, 2011).

A amostra do estudo em causa foi constituída através da técnica de amostragem não probabilística não intencional ou por conveniência que se caracteriza por integrar um grupo de indivíduos que se encontram disponíveis no momento da investigação ou aos quais se tem acesso imediato (Antunes 2011; Ferreira & Campos, s.d.). Este tipo de amostra não é representativo da população, mas pode ser utilizado com êxito numa investigação, cujo principal objetivo é captar ideias gerais e identificar aspetos críticos sobre o tema em análise (Ferreira

& Campos, s.d.). Neste sentido, após um primeiro contacto via *e-mail* a 6 instituições, 3 delas responderam afirmativamente ao pedido endereçado. Todas as instituições contactadas se enquadram na tipologia de Centros de Acolhimento de acordo com o art. 50.º da Lei n.º 142/2015 de 8 de setembro. A primeira entrevista realizada em cada instituição foi ao seu diretor. Seguidamente, o diretor autorizava a realização de entrevistas a um técnico que acompanhasse os jovens mais velhos, a um jovem com mais de 18 anos que ainda permanecesse na instituição e, se possível, indicava o contacto de um jovem que já tivesse saído da referida instituição e que se encontrasse disponível para a realização da entrevista. Assim, a amostra da presente investigação integra 3 diretores e 3 técnicos de 3 centros de acolhimento, 3 jovens que já cessaram a sua medida de acolhimento, 2 jovens com mais de 18 anos que ainda permanecem na instituição e, adicionalmente, uma perita sobre o tema que trabalha numa Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco. Relativamente aos elementos de identificação dos intervenientes, serão disponibilizados os dados identificativos dos diretores e técnicos, mantendo-se o anonimato dos jovens e das entrevistas da CPCJ em causa.

Por se considerar importante definir aquilo que seria pretendido de cada entrevistado, foi atribuído a cada um dos entrevistados um papel específico que determina a importância da sua opinião para a presente investigação. Aos diretores, o importante papel de partilharem a sua opinião sobre uma realidade que conhecem de uma forma privilegiada, concedida pela sua experiência e pela gestão global da instituição. Aos técnicos é atribuído o crucial papel de revelarem a sua visão sobre a questão em análise tendo em conta o acompanhamento direto e continuado que fazem aos jovens no seu dia-a-dia, marcado por avanços e recuos, por conquistas e derrotas que ficam mais explícitas na hora da despedida. A estes profissionais suscitam-se opiniões técnicas sobre o modelo institucional vigente e as melhorias a realizar, bem como se permite o espaço à partilha de sentimentos e emoções vividas no momento da saída dos jovens que

acompanham. No que diz respeito ao papel da presidente entrevistada de uma CPCJ, ambiciona-se uma opinião mais imparcial, desprovida dos sentimentos de quem aprende e cresce com estes jovens diariamente, mas impregnada das aprendizagens absorvidas ao longo do tempo em que se verificaram reformulações legais, sociais e institucionais. Aos jovens, concede-se a possibilidade de, em primeira instância, partilharem o positivo e o negativo de um sistema que os acolhe, mas que nem sempre atende às suas necessidades no momento da sua implementação, atribuindo-lhes a exclusividade de partilharem a realidade de viver numa instituição.

Concluídas as entrevistas, seguiram-se as operações que integram o procedimento designado por tratamento de dados e que implicam o resumo da informação recolhida, a sua posterior organização e estruturação e, por fim, a apresentação das relações daí decorrentes (Lessard et al, 1990). Desta forma, procedeu-se à transcrição das entrevistas (Anexos VI a XVII) e consequente análise do seu conteúdo, enquanto técnica que se propõe a analisar o que é explícito no texto para a obtenção de indicadores que permitam fazer inferências, através de procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens (Bogdan & Biklen, 1994). Foram para isso elaboradas grelhas de análise vertical (Anexos XVIII a XXII) que agregam a informação disponibilizada por cada entrevistado em categorias previamente definidas. Existe uma grelha de análise para cada grupo de entrevistados e categorias distintas adequadas às perguntas elaboradas em cada entrevista, sendo possível retirar as palavras-chave de cada entrevistado, referentes à mesma categoria e confrontá-las.

Caracterização da amostra

A investigação do presente trabalho desenvolveu-se com base numa amostra constituída por diretores, técnicos e jovens dos centros de acolhimento que se

encontram institucionalizados ou que já cessaram a sua medida de acolhimento e por um perito nesta temática que exerce funções numa CPCJ. A sua caracterização será feita através do recurso a tabelas de entrada dupla, nas quais constarão os principais dados caracterizadores de cada grupo de entrevistados.

Na tabela 1, constam os dados relativos aos diretores dos centros de acolhimento, quanto ao sexo e ao cargo que desempenham na instituição em causa. Verificamos assim, que dos 3 diretores, dois desempenham funções enquanto diretores técnicos.

Tabela 1 - Dados sobre os diretores dos centros de acolhimento entrevistados

<i>Entrevistado</i> <i>Nº</i>	<i>Sexo</i>	<i>Cargo</i>
1	Fem.	Diretora Técnica
2	Fem.	Diretora Pedagógica
3	Masc.	Diretor Técnico

Na tabela 2 estão reunidos os dados dos técnicos dos centros de acolhimento entrevistados de acordo com 5 categorias: sexo, cargo que desempenha na instituição, número de anos em que exerce funções na instituição, número de jovens que acompanha e intervalo de idades desses jovens. De acordo com esses dados, compreendemos que dois dos técnicos são educadores sociais, e que os três técnicos exercem funções há cinco anos ou mais. Quanto ao número de crianças acompanhadas, existe uma diferença considerável entre o número de jovens que acompanha o entrevistado número 5 e o entrevistado número 6. O primeiro, acompanha 4 jovens e o segundo faz o acompanhamento direto de 14. Quanto ao intervalo de idades dos jovens que cada técnico acompanha, verifica-se que o intervalo maior integra crianças dos 11 aos 21 anos.

Tabela 2 - Dados sobre os técnicos dos centros de acolhimento entrevistados

<i>Entrevistado Nº</i>	<i>Sexo</i>	<i>Cargo</i>	<i>Nº de anos em que exerce funções na instituição</i>	<i>Nº de jovens que acompanha</i>	<i>Intervalo de idades dos jovens que acompanha</i>
4	Masc.	Educ. Social	5 anos	12 jovens	18 – 20
5	Masc.	Educ. Social	11 anos	4 jovens	14 – 20
6	Fem.	Assist. Social	5 anos	14 jovens	11 – 21

Na tabela que se segue estão incluídos os dados dos jovens entrevistados que já cessaram a sua medida de acolhimento. As categorias presentes na tabela são: sexo, idade, ocupação atual, número de anos de institucionalização e número de anos de institucionalização na instituição em causa. Recorrendo aos dados presentes na tabela destaca-se que todos os entrevistados são do sexo masculino, um dos quais tem 19 anos e dois 23 anos. Realça-se também o facto de todos terem anos de institucionalização diferentes: 3, 9 e 13 anos.

Tabela 3 - Dados sobre os jovens ex institucionalizados nos centros de acolhimento entrevistados

<i>Entrevistado Nº</i>	<i>Sexo</i>	<i>Idade</i>	<i>Ocupação</i>	<i>Nº de anos de institucional- lização</i>	<i>Nº de anos de institucionalização na instituição que constitui a amostra</i>
7	Masc.	23	Estudante Universit.	9 anos	9 anos
8	Masc.	19	12º ano / <i>part-time</i>	13 anos	13 anos
9	Masc.	23	Curso de Jardinagem	3 anos	3 anos

Na tabela 4 estão incluídos os dados dos jovens com mais de 18 anos que se encontram institucionalizados nas instituições entrevistadas. Os dados estão organizados segundo as mesmas categorias da Tabela 3: sexo, idade, ocupação atual, número de anos de institucionalização e número de anos de institucionalização na instituição em causa. Verifica-se que também estes jovens são do sexo masculino, com 18 e 20 anos de idade. Um dos jovens encontra-se na faculdade, a frequentar um curso superior e o outro a terminar o 11º ano. De realçar que os anos de institucionalização dos dois são muito díspares, na medida em que um dos jovens se encontra institucionalizado há menos de 3 anos e o outro há cerca de 15 anos.

Tabela 4 - Dados sobre os jovens institucionalizados nos centros de acolhimento entrevistados

<i>Entrevistado Nº</i>	<i>Sexo</i>	<i>Idade</i>	<i>Ocupação</i>	<i>Nº de anos de institucionalização</i>	<i>Nº de anos de institucionalização na instituição que constitui a amostra</i>
10	Masc.	18	Estudante 11º ano	2 anos e meio	2 anos e meio
11	Masc.	20	Estudante Curso Técnico Superior	15 anos	15 anos

Relativamente à última entrevistada, é do sexo feminino e desempenha funções enquanto Presidente de uma Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco do Distrito do Porto.

Tabela 5 - Dados sobre a Presidente de uma CPCJ

<i>Entrevistado Nº</i>	<i>Sexo</i>	<i>Cargo</i>
12	Fem.	Presidente de uma CPCJ

Caracterização das instituições

Os entrevistados que constituem a amostra, com a exceção da entrevistada pertencente a uma CPCJ, integram/integraram uma instituição de acolhimento, seja no papel de diretor, de técnico, de jovem institucionalizado ou ex institucionalizado. Nesse sentido, seguir-se-á uma breve caracterização de cada uma das instituições que integrará os dados gerais identificativos das mesmas.

A CrescerSer é uma Instituição Particular de Solidariedade Social de âmbito nacional, criada em 1986. Um dos seus Centros de Acolhimento Temporário, designação atribuída de acordo com o art .50.º da Lei nº 147/99 de 1 de setembro, denomina-se Casa do Vale, situa-se no Porto e tem capacidade para acolher 13 rapazes entre os 12 e os 21 anos. Um dos seus principais objetivos é promover, organizar e dinamizar serviços comunitários de apoio à criança, ao jovem e à sociedade familiar (informação recolhida no site da instituição).

De acordo com os dados recolhidos junto da diretora da instituição, a Casa do Vale integra, neste momento, 14 colaboradores, dos quais 12 acompanham diretamente os 12 rapazes que neste momento estão acolhidos na casa. Quanto às suas idades, 8 têm entre os 12 e os 21 anos e 4 entre os 18 e os 21. Relativamente à sua origem étnica, 11 são de origem caucasiana e 1 de origem africana, sendo todos de nacionalidade Portuguesa. No que diz respeito aos motivos da sua institucionalização, e recorrendo ao elenco de motivos definido no Relatório CASA 2014 (2015), constata-se que: 5 jovens estão na instituição devido à falta de supervisão do acompanhamento familiar; 9 jovens estão na instituição pela negligência de cuidados de educação e/ou saúde; 5 jovens estão na instituição pela exposição a modelos parentais desviantes; 3 jovens devido à prática de comportamentos desviantes, e 2 jovens devido à exposição a mau trato físico. Verifica-se, assim, que nalguns casos o mesmo jovem foi institucionalizado pela ocorrência de duas ou mais situações que integram os motivos elencados.

O Centro Juvenil de Campanhã - Seminário dos Meninos Desamparados, tem 200 anos de vida e já albergou cerca de 5300 meninos. Tem como principal objetivo acolher com afeto e educar para a responsabilidade bem como preparar para a vida ativa as crianças e jovens, dando-lhes a oportunidade de construir as suas vidas. Uma das respostas sociais que desenvolve é um Lar de Infância e Juventude, segundo a designação adotada pelo art. 50.º da Lei nº 147/99 de 1 de setembro, que neste momento alberga 60 rapazes dos 12 aos 21 anos, na cidade do Porto (informação recolhida no site da instituição).

De acordo com os dados recolhidos durante a entrevista à Diretora Pedagógica da instituição, o Centro Juvenil de Campanhã integra, atualmente, 19 colaboradores que acompanham diretamente as crianças e os jovens. Dos 60 jovens acolhidos, 54 são de origem caucasiana, 5 de origem africana e 1 de origem cigana, possuindo todos a nacionalidade Portuguesa. Relativamente aos motivos de institucionalização, revela-se mais difícil fazer aqui uma destrição exata dos motivos que estiveram na base da institucionalização de cada jovem, primeiramente devido ao elevado número de casos e, em segundo lugar, porque na maior parte dos casos estão presentes todos ou quase todos os motivos referidos pelo Relatório CASA 2014 (2015).

A terceira e última instituição onde foram conduzidas entrevistas é o Centro Juvenil de São José, situa-se em Guimarães e trata-se de um Lar de Infância e Juventude, conforme a designação do art. 50.º da Lei nº 147/99 de 1 de setembro, que se destina ao acolhimento urgente e temporário de Crianças e Jovens em perigo, com base na aplicação de medida de promoção e proteção. Esta resposta social tem como objetivo geral garantir os cuidados adequados às necessidades das Crianças e Jovens dos 6 aos 21 anos, proporcionando condições que permitam a sua educação, bem-estar e desenvolvimento integral (informação recolhida no site da instituição).

De acordo com as informações recolhidas durante a entrevista realizada à técnica da instituição, a instituição integra um total de 16 colaboradores, dos

quais 12 acompanham diretamente os 23 rapazes que neste momento estão acolhidos no Centro. Dessas 23 crianças e jovens, 20 têm entre os 12 e os 17 anos e 3 entre os 18 e os 21 anos. Relativamente à sua origem étnica, os 23 são de origem caucasiana e todos têm nacionalidade portuguesa. No que diz respeito aos motivos que serviram de base à sua medida de acolhimento, todos os que estão presentes no Relatório CASA 2014 (2015) aplicam-se aos jovens do Centro Juvenil de São José. Relativamente à falta de supervisão do acompanhamento familiar, esta verifica-se nos 23 casos; quanto à negligência dos cuidados de educação e/ou saúde, está presente em 10 dos casos; em relação à exposição a modelos parentais desviantes, 5 casos; quanto à ausência temporária de suporte familiar, 2 casos; relativamente à prática de comportamentos desviantes, 6 casos e, por fim, exposição a mau trato físico, verifica-se em 2 casos.

3. A (des) institucionalização na perspetiva de diversos atores: os jovens e as instituições

A seção que se segue terá como objetivo apresentar os resultados alcançados com a investigação desenvolvida ao longo do trabalho. Pretende-se, de acordo com o conteúdo recolhido através das entrevistas realizadas e, recorrendo ao referencial teórico apresentado no Capítulo 1, expor as opiniões/testemunhos recolhidos que nos permitem tecer considerações sobre o atual processo de autonomização que as instituições de acolhimento desenvolvem e sobre a desinstitucionalização, enquanto etapa que se segue à cessação da medida de acolhimento. De forma a cumprir este objetivo, a secção que se segue terá como fio condutor as categorias definidas nas entrevistas e a perceção dos diferentes grupos de entrevistados sobre as mesmas.

A preparação para a saída da instituição

A preparação para a saída da instituição constitui uma função que as instituições devem cumprir, principalmente, junto dos jovens mais velhos, enquanto meio de atenuar as dificuldades e os obstáculos que estes encontrarão quando cessarem a sua medida de acolhimento (Fuertes e Fernández, citado em Delgado, 2006). Perante a presença de jovens que, não raras vezes, abandonarão a instituição sem retaguarda familiar estruturada que os possa receber, revela-se crucial que as competências necessárias à sua vida autónoma e independente estejam desenvolvidas ao máximo. Neste sentido, de que forma é preparada a saída dos jovens da sua instituição? Que trabalho de autonomia é desenvolvido com estes indivíduos?

O conteúdo das entrevistas realizadas permite-nos afirmar que, para todos os intervenientes, o trabalho de autonomia é um fator-chave importantíssimo para o sucesso destes jovens pois “correm o risco de se ter apenas a si próprios quando saírem daqui” (Ana Moutinho, Diretora Técnica da Casa do Vale). Neste sentido, segundo os diretores e técnicos entrevistados, a autonomia trabalha-se desde que são pequenos e aos mais variados níveis: emocional, funcional e, se possível, ao nível financeiro e, com jovens de 14/15 anos, dever-se-á promover a autonomia do dia-a-dia. Esta autonomia quotidiana significa a inclusão dos jovens na dinâmica da organização, responsabilizando-os pelas suas roupas, pela organização das mesmas, pela arrumação dos seus quartos e dos seus bens em geral, como aliás é defendido pelo autor Delgado (2006). Além disso, retira-se do conteúdo das entrevistas que é fundamental conceder ferramentas aos jovens que os ensinem a saber procurar a quem recorrer quando saem da instituição, desde instituições bancárias a instituições públicas, como a segurança social ou os tribunais, como é também reforçado pelo autor Gaspar (2004). Este trabalho, pode ser conseguido, por exemplo, através de *workshops* sobre gestão de dinheiro,

gestão doméstica ou culinária, como os realizados no Cetro Juvenil São José. Não se devendo esquecer, no entender de Carla Oliveira, técnica do Centro Juvenil São José, que a constante abordagem a temas como os valores pessoais e/ou a resolução de conflitos são imprescindíveis para o crescimento mais equilibrado destes jovens.

Contudo, e apesar de ser claro e transversal em todas as entrevistas dos diretores e técnicos a importância deste trabalho de autonomia, também se tornam visíveis as dificuldades inerentes à efetivação do mesmo. Por um lado, o trabalho imprescindível de autonomia financeira torna-se complicado, pois “sem dinheiro, não se desenvolve a autonomia financeira” (Ana Moutinho, Diretora Técnica da Casa do Vale). Por outro lado, nem sempre a dinâmica da instituição é compatível com este trabalho diário de promoção de competências de autonomia, pelo simples motivo de “neste momento não termos máquinas” (Hernâni Barbosa, Técnico do Centro Juvenil de Campanhã) de lavandaria ou não ser possível o uso do espaço da cozinha pelos jovens. Além disso, “quando a autonomia passa para patamares superiores é muito difícil conciliá-la com o meio envolvente de onde eles provêm ou do meio envolvente que vão integrar. Não raras vezes, retira-se a criança da família para sair de um determinado contexto e acabam depois por se enquadrar numa envolvente igual” (Amélia Martins, Diretora Pedagógica do Centro Juvenil de Campanhã).

Por isto mesmo, a autonomia é relativa, tem de ser adaptada a cada jovem, revelando-se sempre difícil a tarefa de conciliar a autonomia dos jovens mais velhos com os riscos dos contextos em que estes se desenvolvem. É, pois, necessário atender não só à responsabilidade e maturidade de cada um, como, acima de tudo, se demonstra fundamental definir um projeto de vida que equilibre as suas expectativas, o desenvolvimento adequado das suas competências e tenha sempre em conta o envolvimento do jovem em questão, tal como defendem os autores Mendes dos Santos (2010) e a Fundação Calouste Gulbenkian (2015). É necessário partir da premissa de que “se não se envolver o

jovem, ele nem assume o projeto como seu” (Amélia Martins, Diretora Pedagógica do Centro Juvenil de Campanhã) para preparar a criança/jovem para a saída, desde o momento da sua entrada. Daqui se retira que, as competências de autonomia gerais são sempre trabalhadas e parecem sê-lo por todas as instituições entrevistadas. Nas palavras de Pedro Ferreira, técnico da Casa do Vale, “toda a gente é preparada para a autonomia de vida, faz parte do processo de crescimento”.

Nos casos em que o projeto de vida tem como destino a reintegração familiar, procura-se não só trabalhar a aceitação da família, bem como desenvolver um processo mais próximo e continuado com a própria família do jovem. Se o projeto de vida não passa pelo regresso a casa, mas pela autonomia de vida enquanto projeto de vida, o trabalho de autonomia terá de ser mais intenso, podendo implicar a sinalização do jovem para o Rendimento Social de Inserção (RSI), conforme nos afirma o técnico do Centro Juvenil de Campanhã, Hernâni Barbosa: “se eles estiverem a trabalhar, muito bem, se não fazemos a sinalização para o RSI e é o que acontece após os 21, já não há mais nada que possamos fazer”.

Neste âmbito, se se afigura óbvia e fundamental a tarefa primária das instituições trabalharem as competências de autonomia e independência dos jovens institucionalizados, não se revela tão óbvia e uniforme a opinião dos jovens sobre a eficácia da mesma. Por um lado, a autonomia é caracterizada por um dos jovens como sendo diminuta, pois nem sempre existe uma real separação entre os jovens mais velhos e os mais novos. Além disso, verificam-se queixas em relação aos funcionários e às suas competências, a par da ausência de jovens mais velhos exemplares que sirvam de orientação aos mais novos “os jovens tentam focar-se no exemplo dos mais velhos, mas aqui não há mais velhos que sejam exemplares. E isso é muito mau...” (entrevistado 10). Um dos jovens revela, inclusive, que no percurso dele não sentiu que tenha sido desenvolvido algum trabalho de autonomia. Nas suas palavras, “eu sempre fui tranquilo, desde os 18

anos ou 17 nunca tive *stresses* nenhuns, talvez por isso nunca trabalharam muito comigo”.

Todavia, também se detetam referências várias e exemplos diversos do trabalho de autonomia que as instituições se preocuparam em desenvolver junto dos seus jovens. Desde a participação em *workshops* de finanças, gestão doméstica, através da “realização de compras ou de lista de móveis para a casa” (entrevistado 11), à realização de recados ou da necessidade de “contar o dinheiro” (entrevistado 9), até à execução de “tarefas do dia-a-dia desde os 6 anos” (entrevistado 8) parece, de facto, haver espaço para a realização de pequenas tarefas que promovam a autonomia dos jovens. A par destas tarefas mais rotineiras e da maior liberdade concedida aos jovens mais velhos, testemunhou-se que o trabalho de autonomia também é desenvolvido pelo papel que a instituição atribui ao jovem, “Senti isso na forma como já lidava comigo, como me faziam chefe entre aspas dos outros jovens” (entrevistado 8).

A importância dos Apartamentos de Autonomização e do Apoio para a Autonomia de Vida no trabalho de autonomia dos jovens

O que se revela um ponto fulcral no trabalho de autonomia, de acordo com as respostas fornecidas pelos jovens, quer institucionalizados, quer ex institucionalizados, é a possibilidade de terem um quarto individual, onde possam ter mais privacidade e conforto. À exceção de apenas um jovem que não abordou este tópico, todos os restantes foram claros na importância de terem um espaço seu, privado, em que podem estar sozinhos. Neste sentido, parecem ter ficado claramente evidentes dois aspetos. Por um lado, o esforço das instituições em organizarem os seus espaços em função da cedência de alguma autonomia e

independência aos jovens mais velhos e, por outro lado, a insuficiência de alguns desses espaços, pois não concedem a privacidade pretendida. “Mesmo que feche a porta e que eu esteja no meu sossego, eles podem estar junto à porta e se estiverem a fazer barulho, eu acabo por ouvir e isso também me atinge” (entrevistado 10). Quais são então as medidas que podem ser efetivadas neste âmbito?

Se recuarmos ao Capítulo 1, verificamos, por um lado, que a lei determina duas medidas essenciais para trabalhar a autonomia dos jovens: o Apoio para a autonomia de vida e os Apartamentos de Autonomização (art. 45.º/1 e art. 50.º/c) da Lei 142/2015, respetivamente), mas verificamos, por outro lado, que a literatura confirma que ambas as medidas representam uma expressão muito reduzida no panorama nacional, pelos custos associados e pela maior dificuldade de implementação (Delgado, 2006). De facto, as entrevistas realizadas, indicam-nos que há um desconhecimento generalizado dos jovens sobre estas medidas, essencialmente sobre o apoio para a autonomia de vida, pois nenhum jovem institucionalizado ou ex institucionalizado o conhece. Este desconhecimento deve-se, possivelmente, ao facto de apenas numa das instituições existirem 2 jovens com o apoio para a autonomia de vida. Numa das instituições partilhou-se que “Nunca calhou, eu estou aqui há 5 anos e nunca saiu nenhum jovem para a autonomia de vida com esse apoio” (Hernâni Barbosa, técnico do Centro Juvenil de Campanhã). Esta realidade parece ser transversal ao sistema institucional de jovens pois, de acordo com as palavras da Presidente da CPCJ entrevistada, “temos alguns jovens com estas medidas, mas é um número muito reduzido”.

Segundo a informação recolhida, o apoio para a autonomia de vida terá de ser pedido pelo técnico que acompanha o jovem, seja da CPCJ ou da Equipa Multidisciplinar de Apoio aos Tribunais (EMAT). Normalmente os pedidos de apoio demoram entre três a quatro meses a serem atribuídos e o seu valor ronda os 419€ mensais, segundo um técnico de uma das instituições. Todavia, parecem

existir dois fatores cruciais que impedem que a medida tenha a eficácia desejada. Por um lado, os valores normalmente atribuídos neste tipo de apoios não chegam em tempo útil, inviabilizando qualquer projeto de autonomia que esteja a ser promovido e, por outro lado, o acompanhamento feito pelo técnico do jovem é insuficiente, segundo a opinião de um dos técnicos entrevistados. Para Carla Oliveira, técnica do Centro Juvenil São José, “A questão da supervisão é uma questão muito importante”. O sucesso destas medidas, seja do apoio para a autonomia de vida, seja dos próprios apartamentos de autonomização, é o acompanhamento. Um acompanhamento efetivo, que não seja feito através de relatórios ou *e-mails*. Um acompanhamento do dia-a-dia: “A supervisão tem de ser próxima e constante...” “até porque para muitos jovens terem dinheiro no bolso é para gastar” (Carla Oliveira, Técnica do Centro Juvenil São José), não conseguindo realizar uma gestão eficaz e equilibrada do seu dinheiro. Esta situação leva a que, apesar do apoio, muitas vezes tenham de recorrer a ajudas externos, nomeadamente cabazes alimentares ou de outros bens essenciais. Ou seja, a autonomia que se pretende promover não é equilibrada e se o acompanhamento for insuficiente mais difícil será dotar os jovens das competências necessárias para a promoção da sua autonomia. Para a entrevistada que desempenha funções numa CPCJ, há o reconhecimento de que esta medida é raramente utilizada e que isso se deve a duas principais ordens de fatores: por um lado, porque há pouca aposta da segurança social nesta medida por falta de fundos e, por outro lado, porque implica muita maturidade e responsabilidade da parte dos jovens que dela poderão usufruir.

Relativamente aos apartamentos de autonomização, alguns jovens reconheciam o nome e sabiam do que se tratava. Um dos jovens que se encontra institucionalizado refere, inclusivamente, alguns aspetos sobre os apartamentos de autonomização, nomeadamente que seria necessário haver avaliações rigorosas sobre quem merece ir para um desses sítios: “Deviam ir os que merecem, (...), que já têm condições para tal. Não é por ter 18 ou 20 anos que

mereço ir para aí” (entrevistado 10). O mesmo jovem alerta ainda para o facto de que, na sua opinião, estes apartamentos devem ser sempre considerados como locais de passagem, evitando-se assim que os jovens se habituem, acomodem e não procurem respostas por eles. No fundo, reconhece que “era ótimo poder viver num sítio desses” (entrevistado 10).

Quanto aos técnicos e diretores, quando questionados sobre os apartamentos de autonomização, foi consensual a mais-valia atribuída a estes apartamentos. Considerada uma transição interessante e válida, na medida em que permite um trabalho mais individualizado, impossível nas instituições por terem muitos jovens e, invariavelmente, massificarem o trabalho, apresenta-se também como uma forma de facilitar o trabalho relativo ao desenvolvimento das competências de autonomia dos jovens. Aqui, o jovem é obrigado a gerir as suas atividades, o seu dinheiro, a realizar as suas compras, promovendo uma maior autonomia, independência e preparação para o quotidiano no exterior. De acordo com Ana Moutinho, Diretora Técnica da Casa do Vale, “Num apartamento de autonomia com 3/4 jovens, o enquadramento é diferente, pelo que certas competências de autonomia eram treinadas automaticamente”. Porém, e ainda no que respeita aos apartamentos de autonomização, Amélia Martins alerta para a pouca preparação que muitos jovens têm para integrar estes apartamentos, apesar da supervisão técnica a que os mesmos estão sujeitos, pois poder-se-á estar a conceder “liberdade em demasia” a um jovem impreparado para tal. Para além disso, relembra que estes apartamentos apenas são possíveis de ser frequentados até aos 21 anos, pelo que após esta idade, o problema de não haver respostas para estes jovens adultos mantém-se.

Porém, se consensual é a importância atribuída a estes apartamentos pela sua natural facilidade de desenvolver capacidades de autonomia dos jovens, também é uniforme a inexistência destes apartamentos nas 3 instituições entrevistadas. Apesar de serem subsidiados pela segurança social e de, nas palavras de Amélia Martins, Diretora Pedagógica do Centro Juvenil de Campanhã, serem uma

prioridade para esta entidade, é necessário que assuma isso. Na verdade, o que se verifica é que a existência dos apartamentos de autonomização acaba por ficar a cargo das Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS). Instituições estas que, normalmente, não têm fundos para arcar com as despesas da construção e manutenção de um espaço como este. Todavia, Pedro Ferreira, um dos técnicos entrevistados, partilhou que “não é líquido que seja mais caro do que uma instituição, não é”, acrescentando que “acho que muitas vezes mais do que ter a ver com a falta de fundos, tem que ver com um caminho natural de evolução do contexto institucional que tem de ser percorrido”. O mesmo técnico acrescenta ainda que, “Da mesma forma que a certa altura se percebeu que uma instituição com 130 jovens não era funcional e era melhor serem 13, isto não foi pacífico, isto é muito caro, mas funciona melhor objetivamente. ... Penso que com os apartamentos de autonomia funcionará assim também”. Assim sendo, seja pela ausência de fundos ou por estar ainda a ser percorrido um caminho natural, o que fazem as instituições para conseguirem dar resposta a uma necessidade considerada como fundamental pelos jovens de terem um quarto individual, um espaço próprio?

Nos 3 Centros de Acolhimento verificou-se a criação de espaços dentro da instituição em que os jovens mais crescidos tenham mais autonomia e privacidade. Numa das instituições são disponibilizados quartos individuais aos jovens mais velhos que se encontrem numa fase de transição, noutra existe uma espécie de setor de autonomia, onde se encontram alguns quartos individuais e na outra instituição, uma ala denominada de ala de autonomia, separada do edifício onde se encontram os restantes jovens, pelo que já será possível aproximar o ambiente desta ala ao de um apartamento de autonomização. Para estes espaços em que se procura criar condições similares aos apartamentos de autonomização, de forma a treinarem e desenvolverem competências de autonomia, normalmente só transitam os jovens a quem se reconhece alguma maturidade e responsabilidade, pois terão maior flexibilidade nos horários e nas

saídas, maior autonomia na organização do seu espaço e dos seus pertences, tendo o jovem de estar integrado em alguma atividade fixa: estudo ou trabalho. De acordo com o testemunho de Amélia Martins, Diretora Pedagógica do Centro Juvenil de Campanhã “Neste sítio eles tomam conta do quarto, limpam, arrumam, têm a possibilidade de ter televisão, de sair, comunicando sempre ao seu educador previamente e têm mais liberdade”.

Em síntese, da análise conduzida nesta secção é-nos possível concluir sobre a inequívoca importância de trabalhar as competências sociais e emocionais dos jovens, bem como todas aquelas que serão importantes para enfrentarem e ultrapassarem os obstáculos com que se irão deparar na sua vida futura. Das entrevistas e das questões relacionadas com este tópico específico são claras as preocupações dos profissionais no que respeita ao futuro dos jovens que residem nas suas instituições, mas são também reconhecidas as limitações das suas instituições e do sistema que as acolhe. “A lei não está mal, a lei tem de se adequar à realidade” (Pedro Ferreira, Técnico da Casa do Vale) e as instituições têm igualmente de ser capazes de a acompanhar, partindo do princípio de que “quanto mais normativo for o meio em que eu cresço, mais feliz vou ser na minha vida, integrado, equilibrado” (Pedro Ferreira, Técnico da Casa do Vale) e nunca esquecendo que “se as instituições não são capazes de acompanhar isto, (...) então não são capazes de fazer o nosso trabalho de promoção e muito menos de proteção” (Pedro Ferreira, técnico da Casa do Vale). No entendimento da entrevistada da CPCJ, o sucesso do processo de autonomização dos jovens depende das instituições que acolhem os jovens e das equipas técnicas que de perto os acompanham. Nas suas palavras “As respostas existem e parecem-me boas, mas a operacionalização às vezes falha”.

Sair da instituição: motivos, idades e escolhas

Aos 18 anos o jovem que se encontra institucionalizado pode decidir continuar ou não na instituição, conforme o exposto no art. 5.º da Lei nº 142/2015. Na hora da decisão são vários os fatores que pesam, os argumentos que os fazem ficar e as vontades que os fazem querer sair. Nesta categoria as opiniões coincidem e todos os intervenientes desta realidade parecem reconhecer claramente os motivos que fazem parte desta ponderação. É unânime que na instituição os jovens estão mais seguros, integrados num contexto mais equilibrado, têm acesso a atividades que em casa dos pais, de familiares ou na sua própria casa não teriam, da mesma forma que têm maior acesso ou probabilidade de conseguir ingressar o ensino superior, por exemplo. Alguns destes motivos são confirmados por Tiago Borges, Diretor Técnico do Centro Juvenil São José, “Desde logo, a segurança, o equilíbrio. (...) o facto de aqui poderem encontrar muitas atividade desportivas que podem frequentar (...) e depois o próprio ambiente da instituição que é muito familiar...”. Têm, normalmente, mais conforto, mais ferramentas para traçar o seu caminho e mais acompanhamento.

Parece ser por esta ordem de fatores que tantos jovens decidem permanecer na instituição após os 18 anos: a consciência de que se saíssem teriam de interromper, inevitavelmente, o seu percurso formativo, de regressar a uma família desestruturada da qual foram retirados ou mesmo consciência da inexistência de uma retaguarda familiar capaz de os receber. De acordo com Carla Oliveira, Técnica do Centro Juvenil São José, “Os próprios jovens sabem que a família é tão frágil que preferem ficar aqui. Aqui sentem-se parte”. A falta de alternativas e a “constatação realista de que saindo não vão conseguir sobreviver com dignidade” (Ana Moutinho, Diretora Técnica da Casa do Vale), fá-los permanecer na instituição.

Porém, e apesar destes fatores atrás enunciados e partilhados pelos próprios jovens, porque são tantos os que resolvem, aos 18 anos, abandonar a instituição? Quanto a este aspeto, mais uma vez, as opiniões encontram-se. Os jovens anseiam sair da instituição, independentemente da idade, por isso mesmo, aos 18 anos, muitos deles, efetivam esse desejo sem pensar nas consequências. Aliás, “muitos deles ignoram as consequências” (Hernâni Barbosa, Técnico do Centro Juvenil de Campanhã). “Isto pode parecer um bocado exagerado porque apesar de terem essa idade, homens feitos já, eles não têm consciência da situação até ao momento em que saem daqui. Eles sabem que até aquele dia vão ter de sair, mas até ao dia chegar, não se preocupam.” (entrevistado 10). A vontade de não ter de cumprir regras, de ser livre para fazer o que quiser, quando quiser, sem pedir autorização, a esperança de encontrarem na família aquilo que precisam ou aquilo com que sonham e a falta de cuidados personalizados ou de acompanhamento próximo sentido na instituição leva a que os jovens concretizem esta opção, tantas vezes frágil e inconsequente.

Partindo dos testemunhos dos jovens entrevistados, poderemos reconhecer nas suas histórias de vida um pouco de cada uma destas realidades. Do jovem que aos 18 anos decide permanecer na instituição porque quer prosseguir os seus estudos, pelo menos concluir o 12º ano, e porque a maturidade lhe permite reconhecer que não tem retaguarda familiar que o receba e acompanhe: “O meu problema baseava-se na família (...) Então se não tenho família nem de um lado nem do outro, tenho de ser eu a criar a minha ... vou ter de ser eu a construir a minha própria estrada para fazer o meu caminho. Foi só por causa disso que fiquei aqui.” (entrevistado 10). O mesmo jovem partilhou que quer sair da instituição quando terminar os estudos e antes dos 21 anos. De um outro jovem que aos 18 anos decide continuar na instituição, pois sabe que aqui tem a possibilidade de continuar o seu percurso num Curso Profissional Superior. Reconhece ainda que pretende caminhar um percurso diferente do dos seus pais, afirmando que pretende sair aos 21 anos e continuar os estudos. “Optei por ficar

lá mais por causa do ambiente e ser mais (...) é mais confortável estar lá e tenho mais oportunidades” (entrevistado 11). O jovem prossegue dizendo que, se possível, gostaria de ir para fora estudar, mas tudo depende das ajudas que tiver. Um terceiro jovem que aos 18 anos decidiu ficar, pois apenas tinha os seus tios para o receber e sabia que não era o sítio para onde queria ir. Decidiu permanecer também porque a vontade de trabalhar na área social, na institucionalização de jovens falou mais alto e ele sabia que apenas estando na instituição poderia concretizar a possibilidade de frequentar a faculdade “Se saísse daqui não poderia continuar os meus estudos” (entrevistado 7). O jovem em questão saiu da instituição apenas com 22 anos, quando a sua permanência já não era mais permitida.

Estes parecem ter sido os casos positivos, os casos em que a consciência e a maturidade se sobrepuseram ao desejo precoce de abandonar a instituição aos 18 anos. Mas as experiências menos positivas, de arrependimento posterior também ficaram registadas. Recolhemos o testemunho de um jovem que aos 18 anos pretendia sair e, uma vez que não tinha retaguarda familiar, foi viver para junto da família da sua namorada. Neste momento tem o 6º ano como grau de escolaridade, frequenta um curso de jardinagem e vive do RSI. Quando questionado sobre possíveis arrependimentos da decisão tomada aos 18 anos, responde: “ a gente escolhe as opções com a memória quente e foi nessa altura que escrevi para o tribunal a dizer que queria sair e fui para casa dos pais dela” (entrevistado 9). Um dos outros jovens que aos 19 anos resolveu sair da instituição que o acolheu desde os 6 anos de idade vive atualmente em casa de uns tios, mas diz estar por sua conta. Arrependimento é o que sente por ter saído da instituição, pois está agora a confirmar que a vida fora dela não é tão boa como pensava. Nas suas palavras “Saí com 19 anos. Neste momento, se pudesse voltar, voltava. Normalmente, eu pensava que só nas instituições é que isto acontecia, mas reparei que problemas temos em todo o lado” (entrevistado 8). Percebeu que não tem maturidade suficiente para cuidar de si e motivar-se a ser melhor, sente

difficuldade de tratar dos seus assuntos do dia-a-dia e não tem ninguém que o oriente. Agora percebeu que a vida fora da instituição não é fácil, que as ideias de que é simples arranjar emprego e que a família vai ajudar não correspondem à realidade.

Perante estas realidades, ainda que pela amostra recolhida não seja possível realizarem-se generalizações, o discurso dos intervenientes parece ser claro quanto a uma saída dos jovens que normalmente é precoce. Partilha connosco Ana Moutinho, Diretora Técnica da Casa do Vale, “A maior parte deles toma a decisão sem pensar conscientemente. Nós compreendemos que eles queiram sair, mas na maior parte dos casos seria melhor adiarem a saída, no mínimo, por um ano ou dois”. Uma das causas apontadas por alguns dos entrevistados relativamente a esta saída antecipada prende-se com a idade em que os jovens integram a instituição. Nas palavras desses entrevistados (Amélia Martins, Tiago Borges, entrevistado 8 e entrevistado 11) as crianças entram cada vez mais tarde no sistema de acolhimento, o que acarreta dificuldades acrescidas de trabalhar com estes jovens valores, princípios e regras. Um jovem que entra com 16/17 anos chega com a personalidade formada, sendo mais difícil provocar mudanças de comportamento. Pelo contrário, quando as crianças entram mais pequenas, adaptam-se melhor, incutem os valores que lhe são transmitidos mais facilmente e revêm-se na instituição, reconhecem-na como a sua casa. Tiago Borges, Diretor Técnico do Centro Juvenil São José afirma “cada vez constatamos que o jovem chega à instituição com mais idade (...) é muito complicado trabalhar com jovens cuja personalidade já está completamente formada”. Por isso, parece conseguir-se fazer aqui uma relação entre os jovens que entram mais cedo e que aos 18 anos pretendem continuar no local que os viu crescer e os jovens que entram mais tarde e fazem dos 18 anos o limite para permanecerem na instituição, saindo logo após o momento em que completam a maioridade.

Nas palavras de um dos técnicos, Pedro Ferreira, “Temos uma lei fundamental que é a Constituição que diz que somos iguais em direitos e deveres, mas pronto,

uns são mais iguais do que outros". A lei não é igual para todos e por isso mesmo, as instituições têm o dever acrescido de arranjar respostas para os seus jovens. Normalmente os que saem aos 18 anos, e de acordo com a sua experiência enquanto técnico, vão para casa dos seus familiares. Se assim for, é necessário preparar esta saída com antecedência, integrando a família do jovem nas várias vertentes da sua vida. Ainda de acordo com Pedro Ferreira, normalmente, os casos de reintegração familiar são bem-sucedidos. Os que conscientemente assumem que não têm retaguarda familiar ou que a mesma não é adequada pedem para ficar na instituição após os 18 anos. "Objetivamente, com 18 anos, nos dias de hoje, não é nada fácil" (Pedro Ferreira, técnico da Casa do Vale). Sair com 18 anos e conseguir construir o seu caminho é extremamente difícil para um jovem nestas circunstâncias. Aliás, um dos exemplos que Pedro Ferreira recorda é o de um jovem com 18 anos que todos consideravam ter as competências necessárias para se orientar por si. Passado algum tempo as coisas haviam corrido mal, nomeadamente porque a prestação da segurança social que iria receber não chegou em tempo útil. É, por isso, extremamente importante que exista um acompanhamento efetivo e próximo destes jovens após a desinstitucionalização. Sem ele, na opinião do técnico, a realidade destes jovens não parece ter muitas perspetivas e oportunidades.

De acordo com o testemunho de um dos jovens que já saiu da instituição, só um número reduzido de jovens continua os estudos quando abandona a instituição e alguns precisam de recorrer a apoios exteriores ao nível alimentar para poderem satisfazer as suas necessidades básicas. Uns saem para casa de amigos ou da namorada. Dos 3 jovens ex institucionalizados que entrevistamos, um saiu com 18, outro com 19 pois queriam mais autonomia. O outro jovem saiu com 22 anos pois já não podia mais permanecer na instituição. Dos que saíram assim que completaram a maioria o sentimento comum é o arrependimento. Referem-se a uma tomada de decisão inconsciente e irrefletida. A vontade de ter mais autonomia e a pouca consciência sobre o mundo real levou-os a fazer uma

escolha que agora caracterizam de errada e inconsciente. O jovem que saiu aos 22 anos foi viver com os tios, não tinha mais ninguém que o acolhesse. O que sente é que os tios o recebem “Mas é aquele acolher em que eles acolhem, mas é aquela coisa estranha porque é meio caridade, eu sempre senti isso, não é.” (entrevistado 7). Por isto mesmo, o jovem reporta não se sentir bem com a situação e gostaria de ter alternativas e apoios para encontrar outra resposta. Alternativas e apoios que parecem escassear.

Após a saída: apoios e respostas para jovens que saem da instituição

Quando completam a maioridade, os jovens podem escolher entre permanecer ou abandonar a instituição, sendo que, no máximo, poderão manter-se na mesma até aos 21 anos, exceto se tiverem alguma debilidade e for pedida a prorrogação da sua medida de acolhimento. Nos casos em que o jovem não apresenta nenhuma patologia a sua saída dar-se-á aos 21 anos, altura em que a lei determina que cessa a medida de acolhimento, de acordo com o preceituado no art. 63.º/1/d) da Lei nº 142/2015.

Independentemente da idade, a sua saída da instituição significa um passaporte para a autonomia e a independência, não havendo mais nenhuma responsabilidade do estado, da segurança social ou da instituição que acolheu o jovem. Nesta altura são considerados adultos e, como tal, estão por sua conta, terão de orientar-se por si. Poderão usufruir das ajudas estatais que outro qualquer cidadão poderá usufruir, até para não ser criada aqui uma discriminação positiva que poderia ser estigmatizante (refere a entrevistada 12), mas que parecem não dar a resposta necessária a jovens que “são penalizados porque a regulação emocional não existe, está tudo baralhado na cabeça deles”

(Ana Moutinho, Diretora Técnica da Casa do Vale). Se a isto acrescentarmos níveis de escolaridade baixos e enormes dificuldades sentidas na obtenção de emprego, conseguimos facilmente prever que os resultados futuros não serão, na maior parte dos casos, muito positivos. As instituições, o que procuram fazer é, no caso em que o jovem vai para casa de algum familiar, preparar essa saída, através da reintegração do jovem nesta família, criando aqui um suporte que receba e acompanhe o jovem. Porém, muitos são os casos que não têm retaguarda ou, pelo menos, uma retaguarda capaz de os receber e orientar. Assim sendo, as instituições podem apoiar na procura de emprego e no pedido de apoios financeiros, nomeadamente o RSI, podem permitir a continuidade do acompanhamento psicológico, nos casos em que tal seja necessário ou até “fazer um trabalho prévio de construção de relações com pessoas da comunidade (...) para que quando a saída se dá, a Casa do Vale não seja o único elo” (Pedro Ferreira, Técnico da Casa do Vale).

Algumas instituições conseguem fazer um acompanhamento informal após a saída, mas que não é claramente suficiente, sendo avançado por aquelas que deveria haver uma estrutura formal de apoio pós-saída, que fosse universal, para todos os jovens e efetuada por todas as instituições de igual forma. Nas palavras de Ana Moutinho, “o que acontece entre a infância e a juventude é que parece haver um meio-termo, mas não existe neste caso ... ou é jovem ou é adulto”. O problema aqui intensifica-se porque falamos, neste caso, de adultos a quem falta, na maior parte das vezes, figuras de referência, suporte afetivo e acompanhamento. Carla Oliveira, técnica do Centro Juvenil São José, numa das suas respostas, partilha que tinha muitas expectativas que a nova lei, que acabou por entrar em vigor em setembro de 2015, trouxesse alterações e melhorias significativas neste aspeto específico do sistema institucional, mas as expectativas não foram, infelizmente, alcançadas. Possivelmente porque “Quem legisla não questiona quem está no terreno, não perguntam.” (entrevistada 12).

A saída continua, assim, a ser complicada porque não existem respostas definidas, imediatas e eficazes. Para os jovens que saem com o apoio para a autonomia de vida, se não houver acompanhamento, a medida por si só parece tornar-se ineficaz. Para os casos que saem e que pedem o RSI, este não chega ou tarda em chegar. Assim, sem retaguarda, sem acompanhamento, sem figuras de referência é difícil para o jovem fazer o seu percurso e “Depois, muitos perdem-se, claro ... Perdem-se mesmo” (Carla Oliveira, Técnica do Centro Juvenil São José). Para Pedro Ferreira, técnico da Casa do Vale, a solução ideal seria estes jovens terem um emprego quando saem da instituição, sendo esta solução melhor do que qualquer subsídio ou apoio institucional. Mas como isso não acontece, têm de agarrar os apoios existentes para que os jovens possam “com esse pouco, seguir em frente”.

Desta forma, se a sociedade não consegue acompanhar estes jovens no pós-acolhimento, ela própria se responsabiliza pelo insucesso destes jovens que foram retirados de um contexto de risco e que “depois dos 21 se ninguém os agarra e os acompanha, vão cair no risco de novo, não há hipótese... Deveria haver uma equipa que os acompanha após a saída da instituição” (Carla Oliveira, Técnica do Centro Juvenil São José). Relativamente a este aspeto, recorda a Presidente da CPJC entrevistada que “é verdade que as respostas sociais que temos vão de mal a pior”. Porém, reforça o facto de que, ainda que possam não ser as melhores, a Lei de Promoção e Proteção trouxe respostas e soluções para estes casos, mas “esta é uma realidade muito complexa, não há receitas”, acrescenta a mesma entrevistada.

Quanto a este aspeto dos apoios após a desinstitucionalização, os jovens institucionalizados e ex institucionalizados tiveram também uma importante palavra a partilhar. De acordo com o testemunho do entrevistado 7, que já saiu da instituição, neste momento está a receber uma bolsa do estado para estudar. Estuda numa Faculdade Privada e a bolsa apenas lhe permite pagar as propinas de 10 meses, não restando dinheiro para as restantes despesas. Por isso mesmo,

além de recear perder a bolsa no próximo ano, “Porque já não sou institucionalizado (...), o que faz com que eu não saiba o meu futuro não é”, são os seus tios que o apoiam, situação que o deixa desconfortável, pois acredita que os tios o fazem por caridade. No decorrer da entrevista, o mesmo jovem partilha que a saída traz um sentimento de insegurança e instabilidade enorme, conforme explícito no Capítulo 1 (Mendes dos Santos, 2010; Fundação Calouste Gulbenkian, 2015; Gaspar, 2014), pois apesar de saber que pode tentar concorrer a apoios financeiros, reconhece que são insuficientes para as despesas e que os trabalhos que conseguiria arranjar são precários, como os que os seus colegas arranjam, “parece que ando sempre em areias movediças”, conclui o jovem. Relata também que existe alguma incompreensão dos técnicos que o acompanharam relativamente aos sentimentos e aos medos dos jovens que estão institucionalizados: “Por parte dos técnicos sentes muita incompreensão, é tudo muito simples, quando nada é simples, nós somos pessoas, não é?”. No seu entender a melhor solução para um pós-acolhimento estável e seguro é o trabalho de preparação antes da saída, que o entrevistado considera que nem sempre é feito. Se este trabalho prévio não for realizado, verifica-se uma grande incapacidade de resolver as questões do dia-a-dia, de procurar emprego, de autonomia no geral.

O mesmo jovem prossegue a sua entrevista, afirmando ser importante que se deem passos mais pequenos, graduais, que se motive a conclusão dos estudos e que se promova a procura de emprego, mesmo antes de se abandonar a instituição: “Acho que isso passaria por começar a procurar emprego enquanto se está na instituição e ser trabalhador estudante. Começar a preparar-se ao meio externo. Nestes casos, o importante é perceber como é que se pode fazer esta mudança, mas mais ténue, com mais tempo (...) dando um passo de cada vez e não logo 10 ao mesmo tempo” (entrevistado 7). Caso contrário, a imprevisibilidade da vida fora da instituição e a impreparação para lidar com os obstáculos que surgem, impede o sucesso destes jovens. Sem o adequado

processo de autonomização, realizado durante a institucionalização, todas as respostas sociais no pós-acolhimento serão ineficazes, segundo o mesmo entrevistado.

Para outro dos jovens ex institucionalizados, apesar de reconhecer que poderá sempre pedir orientação e ajuda na sua instituição, considera que o mais positivo ou o mais necessário em termos de ajudas no pós-acolhimento é o acompanhamento de alguém, a orientação permanente. Alguém que colocasse regras na sua vida, que lhe desse bons exemplos e o motivasse, simplesmente, a ir à escola. Perceber que não tem maturidade suficiente para cuidar de si, mas que também já não poderá voltar à instituição e que está agora por sua conta, foi um duro impacto para uma saída precoce da instituição. “Se calhar, foi um erro meu ter saído, porque não saí bem e pensei que a vida cá fora fosse fácil, mas de fácil não tem nada. Por isso, para concretizar os objetivos por mim próprio é preciso ter uma pessoa ou outra por trás a incentivar-nos e eu pensei que já era o adulto suficiente para isso e não sou” (entrevistado 8).

Relativamente aos jovens institucionalizados, o conhecimento sobre a quem poderão recorrer no futuro é diminuto, como o comprova o testemunho de um dos jovens: “Pois não sei bem ... cá na instituição não costumam dizer essas informações de ajudas. E até agora nenhum dos meus colegas que saiu me disse que tinha algum apoio quando saía. (...) Todos os que saíram tiveram que se safar sozinhos, nem as famílias lhes estenderam a mão” (entrevistado 10). Verifica-se que, do que conhecem, os jovens tiveram de se orientar sozinhos, ficando, todavia, a partilha de um dos jovens que revê na instituição o local certo para pedir ajuda e orientação, “Mesmo após os 21 anos, sei que posso recorrer à instituição porque eles vão ajudar-me.” (entrevistado 11).

Quando questionados sobre o que consideram importante para conseguirem concretizar os seus objetivos, os jovens entrevistados referem ser importante ajuda para a conclusão dos estudos e para a procura de emprego. Mencionam que a ajuda poderia incluir um quarto, alimentação e os estudos financiados, mas

que os jovens teriam de ser responsabilizados, trabalhando ao mesmo tempo ou mal acabassem os estudos para conseguirem ter o seu dinheiro. Na perspetiva de um dos jovens, saberá que terá muitas dificuldades pois não tem família para o receber, mas reconhece que dar dinheiro para a mão destes jovens não é o adequado. O adequado é ajudar os que merecem para continuarem os estudos, promovendo a responsabilização de cada um pelo seu futuro. Diz-nos este jovem que “Dar dinheiro para a mão não era a melhor coisa a fazer, mas ter uma habitação, nem que fosse um quarto, alimentação, nem que fosse mínima, mas ter alimentação e os estudos. Terminando os estudos, aí, teríamos de ser nós a fazer isso, a procurar. Termos um apoio, mas termos de trabalhar na mesma” (entrevistado 10).

Sistema de acolhimento de jovens institucionalizados: aspetos positivos e negativos

Ao longo de todas as entrevistas foram partilhadas opiniões e ideias sobre um sistema que, apesar de aspetos positivos, carece ainda melhorias a fazer. Aliás, haverá sempre, por se tratar de um “processo dinâmico” (Carla Oliveira, Técnica do Centro Juvenil São José), com necessidade de readaptações constantes, sendo necessário, por isso, compreender que se trata de um processo natural, cuja evolução será sempre gradual. “Durante o período da institucionalização as coisas vão sendo feitas de forma aceitável, depois é que é uma desgraça” (Ana Moutinho, Diretora Técnica da Casa do Vale). O que poderia então ser feito de forma diferente para que o período pós-acolhimento não fosse tão negativo e até prejudicial para o percurso dos jovens que estiveram institucionalizados?

Em primeiro lugar, é consensual, para jovens e profissionais, que o acompanhamento após a desinstitucionalização seria fundamental,

independentemente de o jovem ter retaguarda familiar capaz de o acolher ou não. Haver um *follow-up* após o acolhimento é, portanto, um dos aspetos mais importantes para que o investimento feito com estes jovens através da institucionalização não seja em vão, estes jovens são prioritários.

Em segundo lugar, um outro aspeto considerado por quase todos como essencial é o apoio financeiro. Nenhum jovem consegue sobreviver sozinho aos 18 anos, alguns até conseguem organizar-se, mas essa não é regra, “a regra não é saírem e conseguirem singrar por eles” (Ana Moutinho, Diretora Técnica da Casa do Vale). Por isso mesmo seria necessário que a própria segurança social tivesse um “olhar diferente” (Amélia Martins, Diretora Pedagógica do Centro Juvenil de Campanhã) sobre estes jovens que acabam de sair de uma instituição.

Para os que decidem ficar até aos 21 anos, que para a maior parte dos entrevistados é considerada a decisão certa, foi vincada a ideia de que o estado deveria providenciar o máximo de apoio possível a estes jovens. Sair da instituição sem dinheiro e conseguir sustentar-se, tentado em simultâneo prosseguir os estudos, não é fácil, segundo os testemunhos recolhidos. Pelo menos aos jovens cumpridores, segundo a entrevistada Amélia Martins, “devia dar-se um rendimento mínimo para o começo de vida” e de seguida apoiar com a procura de emprego. Acrescenta a mesma entrevistada que, mesmo no caso de ficarem em casa dos seus pais ou familiares, deveriam receber um montante de forma a conseguirem dar o seu contributo para as despesas familiares e criarem-se assim relações mais “salutares”. No que diz respeito ao apoio do RSI, Amélia Martins considera que com um relatório da instituição, o jovem deveria ter acesso imediato a esta ajuda, pois os jovens terão dificuldade de o solicitar por si, além de que a espera entre o seu pedido e a resposta é normalmente grande, pelo que o jovem tem de encontrar outras maneiras de se sustentar.

Em terceiro lugar, relacionado com o pensamento global sobre o sistema de acolhimento institucional de jovens, surgiu a discussão sobre as idades em que este sistema se norteia para realizar as principais mudanças. Por um lado, temos

os 18 anos como a idade em que o próprio jovem, a não ser que lhe seja levantada alguma inabilitação, tem a possibilidade de decidir pela sua permanência ou não na instituição. Os motivos que levam a uma e outra decisão já foram expostos, mas seria este o momento indicado para compreendermos sobre a sua adequabilidade ou não. Num primeiro plano, parece fazer todo o sentido que a jovens que atingem a maioridade seja dada a possibilidade de escolherem o próximo passo. Apenas com a exceção de um dos entrevistados, um dos jovens ex institucionalizados que refere “Não sei, como é aos 18 que normalmente é tudo entre aspas, acaba por ser a idade certa, agora para muitos jovens como eu não deveria ser aos 18 anos”.

Porém, as opiniões não são tão consensuais em relação aos 21 anos enquanto idade limite a partir da qual já não é possível permanecer na instituição. A maioria dos entrevistados considera que é a idade adequada para sair da instituição, caso contrário o sistema estaria a promover a dependência do jovem perante o mesmo. Contudo, registaram-se, também, opiniões discordantes, essencialmente porque atualmente, na sociedade portuguesa, os jovens não saem dos seus lares aos 21 anos de idade, pelo menos de forma definitiva, além de que, mesmo prosseguindo os estudos de uma forma regular, aos 21 anos não está concluído um percurso formativo que inclua o ensino superior. Ora, assim sendo, e no entender de Pedro Ferreira, técnico do Centro Juvenil São José, uma das alterações que faria seria a “prorrogação do período de institucionalização porque aos 21 anos parece-me efetivamente pouco para quem não tem nenhuma retaguarda, é a evolução natural”. Outro entrevistado, um dos jovens que se encontra institucionalizado, refere que “eu... eu acho bem. Eu estou de acordo com isso, mas, no entanto, certas vezes nós pensamos que ‘bem temos de sair agora, é obrigatório sair’ e às vezes falta acabar os estudos ou concretizar algo que nós tínhamos em mente e temos de interromper isso e recomeçar é muito complicado. Não sei... é muito complicado” (entrevistado 10). Além disso, esta opinião de que os 21 anos não é a idade certa para os jovens terem de abandonar

a instituição é partilhada por um dos jovens ex institucionalizados que afirma ser impossível atingir o ensino superior e terminá-lo com esta idade. Jovens com percursos escolares normalmente negativos, que entretanto até possam ter ganho alguma ambição e gosto pelos estudos, ficarão com esse percurso formativo a meio, pois não tiveram tempo para o concluir, “ou seja, aos 21 para mim não faz sentido... uma coisa é querer ir trabalhar, mas para quem quer estudar, é tirar o tapete, é literalmente isto, tirar o tapete...” (entrevistado 7).

Em quarto lugar, nas entrevistas realizadas foram feitas várias referências a aspetos do sistema de acolhimento em si que têm repercussões no pós-acolhimento. Por um lado, o pouco acompanhamento dos técnicos das CPJC e das EMAT é prejudicial, pois não conhecem o jovem, não lidam com o seu dia-a-dia, tornando-se mais complicado na hora de tomar decisões importantes para a sua vida. Além disso, por parte de todos os entrevistados verifica-se o reconhecimento de que poder desenvolver as capacidades de autonomia e independência dos jovens através das medidas contempladas na lei, seria, sem dúvida, um grande benefício. Por isso, haver mais apartamentos de autonomização e mais apoios para a autonomia de vida pedidos e concedidos, era um importante passo para o trabalho de autonomização que as instituições pretendem fazer e que teria impactos positivos no momento em que os jovens tivessem de sair da instituição. É o que nos relata, inclusive, uma das entrevistadas, Carla Oliveira, Técnica do Centro Juvenil São José: “É muito positivo, uma vez que permite adaptarem-se ao quotidiano no exterior. Nestes apartamentos eles têm a sua autonomia e independência”.

Finalmente, parece ser reconhecido pelos entrevistados que são necessárias alterações no sistema de acolhimento de crianças e jovens, nomeadamente no pós-acolhimento, pois estes jovens “já viveram uma vida para a aquela não foram chamados, merecem chegar a essa altura e serem compensados” (Amélia Martins, Diretora Pedagógica do Centro Juvenil de Campanhã). Porém, por ser um processo complexo, a evolução da lei e a sua correspondência com as

necessidades da realidade institucional é gradual, nem sempre se verificando à velocidade que se pretende.

4. Discussão e Conclusão

“Existe um desacreditar de tudo, eles vão perder o quê? Não há nada a perder, o que é que há a perder não é? Todo o discurso seja político, na rua, seja onde for ... o discurso da sociedade é desmotivador, existe um desacreditar de tudo.”
(testemunho de um jovem entrevistado)

A investigação realizada tinha como propósito final a análise dos apoios existentes para os jovens que cessam a sua medida de acolhimento e correspondente conclusão sobre a adequabilidade e suficiência dessas respostas para o futuro destes jovens. Para isso, e porque a realidade é complexa e plural, considerou-se essencial analisar o trabalho desenvolvido pelos Centros de Acolhimento no âmbito da promoção de competências de autonomia nos seus jovens, incluindo aqui uma reflexão sobre a relevância dos apartamentos de autonomização e do apoio para a autonomia de vida. Além disso, revelava-se também imprescindível a análise do momento de saída da instituição, compreendendo em que idades esta etapa se costuma verificar, que motivos levam à sua ocorrência e que opções ou alternativas existem a partir desse momento. De toda a investigação resultaram, invariavelmente, considerações sobre os aspetos positivos e negativos do sistema de acolhimento institucional de crianças e jovens, bem como pontos claramente relacionáveis com o conceito de exclusão social. Como tal, procurar-se-á nesta conclusão apresentar os principais aspetos sobre cada tópico abordado.

“Quando falha a relação entre pais e filhos, seja qual for o motivo, estarão criadas as condições que, potencialmente, conduzem à exclusão social” (Delgado,

2006). Partindo do princípio de que a família é a primeira etapa de socialização da criança, sendo neste contexto onde ela aprende e sente as normas, valores sociais, culturais e valores emocionais, parece claro que todas as instituições, apesar de terem consciência das suas limitações, procuram desenvolver um trabalho intenso no que diz respeito à transmissão de valores e regras. Através das entrevistas realizadas foi também possível concluir que todas as instituições procuram desenvolver programas e realizar atividades que dotem os jovens institucionalizados das competências necessárias para a sua vida após a desinstitucionalização. Abordou-se a importância da definição do projeto de vida, sempre com o envolvimento total do jovem, referiu-se a dificuldade de trabalhar competências de autonomia financeira, bem como a necessidade e dificuldade de adaptar o programa de autonomia a cada jovem, tendo sempre em ponderação a maturidade e responsabilidade que cada um revela.

Quanto a este aspeto do trabalho de autonomização, ficou clara a importância atribuída pelos jovens à existência de um espaço individual, no qual tenham privacidade e segurança. Neste sentido, as instituições procuram criar condições para que os jovens mais velhos possam ter um quarto individual, verificando-se que isso fica, normalmente, dependente dos fundos de cada instituição, bem como do seu espaço físico. E, apesar de ser unânime a importância concedida aos apartamentos de autonomização enquanto ferramenta fundamental para promover a autonomia dos jovens, nenhuma instituição usufruía do acesso a estes apartamentos. Compreendeu-se, aliás, que são escassos os apartamentos de autonomização existentes e escasso o número de jovens que deles usufrui. Evidenciaram-se aqui as dificuldades de serem as próprias instituições a promoverem estes apartamentos, devendo esta função ficar a cargo da Segurança Social.

Surgiram também algumas opiniões sobre o apoio para a autonomia de vida, destacando-se o número diminuto de jovens que usufruem deste apoio, pois os fundos disponíveis são escassos, além de que é necessário garantir que o jovem

manifesta a responsabilidade e maturidade suficientes. Quanto aos valores atribuídos neste apoio, fica por um lado a opinião de que são reduzidos no sentido de não permitirem adequadamente que o jovem possa ser independente e viver com dignidade e, por outro, a constatação de que são razoáveis, quando comparados com outros apoios sociais.

Porém, e independentemente de estarem ou não adquiridas as competências mínimas necessárias para a saída das instituições, os jovens têm a possibilidade de, ao atingirem a maioridade, optarem pela sua permanência ou não nas instituições até aos 21 anos, no máximo. Da investigação realizada verifica-se que um número elevado de jovens, se não a maioria, pretende abandonar a instituição assim que perfaz 18 anos. São apontados vários motivos para esta decisão, mas destaca-se a vontade sentida por todos os jovens de quererem ser livres, não tendo tantas regras para cumprir. No entanto, dos testemunhos obtidos, verifica-se que para quase todos os jovens que abandonam a instituição aos 18 anos seria benéfico permanecer por mais algum tempo na mesma. Aliás, verificou-se que é comum o sentimento de arrependimento por parte dos jovens que saem da instituição mal atingem a maioridade. Parece isto significar que deveria ser dada especial atenção a este aspeto, no sentido de transmitir aos jovens as consequências exatas de uma decisão tão importante quanto esta. Ou até estipular um período durante o qual o jovem que decide abandonar a instituição tenha a possibilidade de regressar e usufruir do apoio que ainda precisa para se conseguir autonomizar. Quanto aos jovens que permanecem na instituição para além dos 18 anos, normalmente parecem tomar esta decisão pois pretendem continuar os seus estudos e compreendem que dificilmente conseguirão concretizar esse objetivo sem a ajuda financeira e o acompanhamento da instituição.

Independentemente da idade de saída, pretendíamos também com a presente investigação compreender em concreto que respostas se encontram contempladas para apoiar estes jovens no momento do abandono da instituição.

Concluímos, pois, que as respostas são poucas e que as que existem são lentas e ineficazes.

Quando um jovem decide abandonar a instituição ou a isso é obrigado por atingir os 21 anos, independentemente de ter retaguarda familiar ou não que o acolha, não parece ter muitas escolhas e muitas portas parecem estar fechadas. Prosseguir os estudos, se for essa a sua pretensão, de acordo com os testemunhos recolhidos, poderá não ser muito fácil, pois terá de trabalhar para se sustentar. O normal é interromperem o percurso formativo assim que abandonam a instituição, pois as bolsas de estudo que poderiam eventualmente obter não se revelam suficientes. Caso pretendam trabalhar ou seja essa a única opção, devido à escolaridade que normalmente é baixa nestes jovens e à conjuntura atual, os trabalhos tendem a ser precários. “Em relação ao emprego, mandam currículos, alguns mandam imensos currículos, não tendo muita experiência é complicado e o que calhar calhou” (entrevistado 10). No caso de pretenderem solicitar o RSI, segundo os testemunhos recolhidos, a resposta quanto à atribuição deste rendimento é demorada, normalmente é rejeitada e quando é atribuída não permite a sobrevivência condigna do jovem.

Para alguns dos entrevistados, a saída obrigatória aos 21 anos não é razoável, nem está de acordo com a realidade da sociedade portuguesa, “no mundo real onde vivemos, os jovens autonomizam-se cada vez mais tarde” (Pedro Ferreira, Técnico da Casa do Vale). Todavia, para os que concordam com os 21 anos enquanto idade de saída, todos concordam com a necessidade de “haver uma equipa que os acompanha após a saída da instituição” (Carla Oliveira, Técnica do Centro Juvenil São José). A falta deste acompanhamento posterior, de apoios financeiros e da retaguarda familiar necessária pode levar a que “certos jovens ex institucionalizados iniciem uma vida de roubos ou de venda de droga para conseguirem o dinheiro, se calhar fazem-no porque não têm dinheiro nenhum ou suficiente” (Amélia Martins, Diretora Pedagógica do Centro Juvenil de Campanhã).

Assim sendo, consegue-se mais facilmente enquadrar os percursos tantas vezes desviantes que estes jovens adultos adotam, seja por falta de alternativas, por falta de competências para mudar de rumo ou por falta de acompanhamento. Aliás, várias referências foram feitas à necessidade de acompanhamento dos jovens no pós-acolhimento. Com ou sem retaguarda, com mais ou menos competências académicas, de autonomia e de socialização, parece ter ficado claro que estes jovens necessitariam de uma equipa ou de alguém capaz de os acompanhar após a desinstitucionalização. Alguém que saiba o que será melhor para o jovem, que apoie no preenchimento de um documento, que aconselhe na gestão do dinheiro ou que simplesmente motive o jovem a procurar o melhor caminho. Parecem começar a ser dados os primeiros passos na criação de respostas que apoiem o pós-acolhimento desses jovens. É exemplo disso, a promoção de um recente projeto denominado de Paje – Plataforma de apoio a Jovens Ex-acolhidos, desenvolvido pela Unidade de I&D da Universidade de Coimbra. Trata-se de uma Plataforma que visa promover a inclusão, proporcionando apoio em situações burocráticas do quotidiano, através de uma equipa multidisciplinar.

Todavia, em Portugal um acompanhamento posterior formal, de âmbito nacional parece não existir, pelo que o trabalho realizado ao longo da institucionalização pode ser colocado em causa, prejudicando os jovens e a própria sociedade em que se encontram inseridos. Pela falta de acolhimento, de apoios financeiros e, essencialmente, de recursos para traçarem o seu caminho, não são poucos os casos de jovens que se aproximam do mundo do crime e/ou que vivem dependentes de apoios. Estas situações acabam por revelar a fragilidade do sistema de acolhimento de crianças e jovens, colocando em causa a sua eficácia e revelando a necessidade de o mesmo se adaptar à realidade em que se integra, caso contrário parece não conseguir diminuir o risco de exclusão social a que os jovens institucionalizados estão sujeitos.

Para a construção de um sistema institucional para crianças e jovens mais adaptado à realidade foram tecidas algumas considerações por parte dos entrevistados. Em primeiro lugar, a necessidade de um trabalho ainda mais intenso no que diz respeito ao processo de autonomização dos jovens. Nenhuma resposta após o acolhimento será suficiente se os jovens em causa não tiverem a oportunidade de colocar em prática as suas competências de autonomia enquanto ainda se encontram suportados e acompanhados pelo sistema. Talvez seja necessária uma transição mais gradual entre o acolhimento e a desinstitucionalização. Por isso mesmo, seria importante existirem mais apartamentos de autonomização e mais apoios para a autonomia de vida concedidos.

Em segundo lugar, revela-se fundamental o pensamento sobre a idade em que o jovem é obrigado a sair da instituição. A realidade portuguesa tem vindo a mudar, os jovens são autónomos cada vez mais tarde, como consequência de um investimento superior na formação académica e de uma dificuldade acrescida de encontrar emprego. Por isso mesmo, saem mais tarde de casa. Sendo a instituição a casa destes jovens, talvez eles devessem também abandonar mais tarde o sistema institucional e terem mais oportunidades para concluir os seus estudos e procurarem empregos mais estáveis. “Largá-los só porque têm 21 anos e muitas vezes sem retaguarda familiar, é irresponsabilidade” (Carla Oliveira, técnica do Centro Juvenil São José). E daqui, resultam “inúmeros casos em que eles se sentem mesmo assim, desamparados” (entrevistado 10), pois saíram da instituição “sem nada” (entrevistado 7). Talvez por estas razões se perpétua um ciclo, no qual as crianças que estiveram em instituições de acolhimento têm maior probabilidade de virem a enfrentar situações de sem abrigo, de cometerem crimes, de terem filhos antes dos 20 anos e de os seus próprios filhos vivenciarem também o acolhimento institucional (Mendes dos Santos, 2010).

Em terceiro lugar, são realizadas também diversas menções à idade tardia em que as crianças atualmente são acolhidas. Embora a discussão deste assunto

implique inúmeras variantes que não conseguiremos aqui desenvolver, ficou claro que, no entender de vários entrevistados, este aspeto comporta consequências para o trabalho de autonomia do jovem e para a idade em que o jovem pretende abandonar a instituição.

Por fim, parece destacar-se o facto de que estes jovens “não têm as mesmas competências que um jovem da mesma idade que tenha vivido e crescido com a sua família (...) Eles vão atrasados, não saem em pé de igualdade.” (Ana Moutinho, Diretora Técnica da Casa do Vale). É importante não esquecer esta realidade para que todos os esforços sejam feitos no sentido de diminuir o risco de exclusão social a que estão sujeitos.

Assim, ao longo da investigação, vários aspetos sobre a realidade institucional de crianças e jovens foram abordados e muitas opiniões partilhadas. De todas elas parece fundamental destacar uma: cada jovem é diferente, tem uma vida e experiências ímpares, cada jovem deve ser tratado como único e especial e a todos eles devem ser garantidas mais oportunidades. Oportunidades que estejam ao seu alcance e que lhes mostrem que a sociedade acredita neles.

Conclusão

O presente trabalho teve como objetivo principal a análise dos apoios e respostas existentes para os jovens institucionalizados após a cessação da sua medida de acolhimento e a adequabilidade e suficiência dos mesmos. Para isso, revelou-se fundamental analisar também a importância do trabalho que é desenvolvido pelas instituições no sentido de promover competências de autonomia nos jovens.

Tendo em conta a prossecução dos objetivos acima referidos, no Capítulo 1 realizou-se o devido enquadramento teórico, apontando a vulnerabilidade a que as crianças e jovens estão sujeitos, enquanto a faixa etária que apresenta o maior risco de exclusão social - entendida aqui como exclusão das esferas sociais em que a pessoa vive, tendo a sociedade como referencial. Dentro daquela faixa etária, os jovens institucionalizados constituem um dos subgrupos com maior risco de exclusão social. Neste sentido, e uma vez que se encontram separados das suas famílias, cumpre às instituições a tarefa de promover o desenvolvimento integral dos jovens, concedendo-lhe as ferramentas de que estes necessitam para o seu crescimento equilibrado e completo. As competências de autonomia e independência têm aqui especial importância, pois partindo do princípio de que muitos jovens não terão retaguarda familiar capaz de os acolher, cabe às instituições a função de desenvolver essas competências. Esta função deverá caber também ao Estado enquanto promotor do uso das respostas legais contempladas, como os apartamentos de autonomização e o apoio para a autonomia de vida.

De especial relevância reveste-se também o momento da saída da instituição. Seja aos 18 ou aos 21 anos, trata-se de um momento importante, que mistura sentimentos, medos e ambições e que implica o esforço da sociedade como um todo para acolher e integrar estes jovens.

No que diz respeito ao Capítulo 2, após a apresentação da metodologia, do processo de tratamento e recolha de dados e da definição da amostra, seguiu-se a análise às entrevistas realizadas aos diversos intervenientes na realidade institucional - diretores e técnicos de centros de acolhimento, jovens institucionalizados e ex institucionalizados e a uma presidente de uma CPCJ.

Desta análise verificou-se, por um lado, o esforço protagonizado pelas instituições em promover o desenvolvimento das competências de autonomia nos jovens que acolhem e, por outro lado, a insuficiência do mesmo. Os testemunhos recolhidos permitiram-nos concluir sobre a dificuldade de trabalhar determinadas competências em instituições que muitas vezes acolhem um número elevado de jovens e, sobretudo, com perfis tão heterogéneos. Desta forma, na hora da saída, ficam a descoberto as suas fragilidades, visíveis nas dificuldades de prosseguirem os estudos, de encontrarem um emprego ou, simplesmente, de pedirem ajuda. Estas dificuldades parecem intensificar-se por não existirem respostas posteriores à desinstitucionalização, que sejam capazes de acompanhar, providenciar aconselhamento e mesmo acolhimento a jovens que, simplesmente porque atingiram a maioridade, passam a estar por sua própria conta.

Dos testemunhos recolhidos destaca-se a urgência de haver técnicos ou equipas que acompanham a desinstitucionalização dos jovens. Um acompanhamento efetivo, próximo e que diminua o impacto de uma saída repentina do sistema de acolhimento. Destaca-se também a necessidade de repensar a idade a partir da qual os jovens são obrigados a abandonar a instituição. A lei deve refletir e enquadrar-se na realidade que pretende regular. Por isso mesmo, jovens que saem aos 21 anos de uma instituição e que partem em desigualdade quando comparados com muitos outros jovens (não institucionalizados), acabam por ser prejudicados por esta imposição de saída. “Os jovens são reprovados por não cumprirem as suas obrigações cívicas, apesar do Estado não cumprir os seus deveres para os proteger.” (Delgado, 2006, p.40).

Consideramos, por isso, que deveria haver um ajustamento da legislação vigente e que, tanto o estado, as instituições como a sociedade como um todo devem ser responsabilizadas por contrariar o risco de exclusão social a que estes jovens parecem estar sujeitos, de forma coerente, continuada e a longo-prazo.

Apesar das conclusões aqui presentes é fundamental mencionar que a análise conduzida nesta investigação não está livre de limitações. Desde logo, limitações relacionadas com a metodologia, na medida em que a mesma restringe o número possível de entrevistados, diminuindo o número de observações recolhidas que poderiam ser úteis para o desenrolar da presente investigação. Além disso, a realização de entrevistas acarreta por si só um conjunto de limitações difíceis de contornar, como a veracidade das informações prestadas ou a compreensão plena da questão que é colocada aos entrevistados. Verificam-se, portanto, as limitações inerentes ao uso de uma metodologia qualitativa que está, acima de tudo, sujeita à interpretação do investigador. Contudo, o rigor e a imparcialidade com que procuramos desenvolver a nossa análise pretende contrabalançar estas limitações.

Por fim, para a análise do presente tema que é complexo e plural, seria importante investigar algumas questões que aqui ficam por responder. Desde logo, considera-se relevante uma análise mais profunda sobre os motivos que levam os jovens a abandonar a instituição de forma precoce, pois entendemos que se trata de um tópico intimamente ligado ao sucesso do pós-acolhimento. Seria, de facto, importante compreender o porquê de muitos jovens abandonarem as instituições por iniciativa própria e antes dos 21 anos, mesmo não possuindo, na maior parte dos casos, a retaguarda familiar adequada e sabendo que não existem apoios que lhes permitam satisfazer as suas necessidades básicas. Para além disso, afigura-se importante compreender como se processa o pós-acolhimento em países vizinhos. Seria útil analisar experiências positivas e boas práticas de outros sistemas de acolhimento, como forma de implementar mudanças no sistema de acolhimento português.

Bibliografia

Alberto, I., (2008). "Como pássaros em gaiolas"? Reflexões em torno da institucionalização de menores em risco. In Machado, C., e Gonçalves, R., (Coord.). *Violência e Vítimas de Crimes: crianças*. (3ª ed., pp.223-244) Coimbra, Editora Quarteto.

Alves, S. (2007). *Filhos da Madrugada: Percursos Adolescentes em Lares de Infância e Juventude*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

Amado, J., et al. (2003). *A Escola e os Alunos Institucionalizados*. Lisboa: Departamento da Educação Básica.

Antunes, R., (2011). *Amostragem probabilística*. Obtido em 12 de fevereiro de 2016. Sondagens e Estudos de Opinião:
<https://sondagenseestudosdeopinioao.wordpress.com/amostragem/amostras-probabilisticas-e-nao-probabilisticas/>

Assembleia Geral das Nações Unidas. Obtido a 29 de setembro de 2015 em <http://www.un.org/esa/socdev/undp/qanda.htm>

Bogdan, R. C., & Biklen, S. K., (1994). *Investigação qualitativa em educação - Uma introdução à Teoria e aos Métodos*. Porto: Porto Editora.

Capucha, L. (2005). *Desafios da Pobreza*. Oeiras: Celta.

Centro Juvenil de Campanhã. Obtido em 20 novembro de 2015. <http://www.centrojuvenilcampanha.com/apex/f?p=20000:1:0>

Centro Juvenil São José. Obtido em 20 novembro de 2015. <http://www.cjsj.pt/lij/>

CrescerSer. Obtido em 20 novembro de 2015. <http://www.crescerser.org/pt-pt/asnossascasas/casadovale.aspx>

Constituição da República Portuguesa.

Costa, A. B., Baptista, I., Perista, P., & Carrilho, P., (2008). *Um olhar sobre a pobreza – vulnerabilidade e exclusão social no Portugal contemporâneo*. Lisboa: Gradiva – pp. 19-30 e 59-65.

Cunha, S. (2005). *Todos juntos para sempre- representações e expectativas sobre a família e a adoção em crianças e jovens institucionalizados*. Lisboa: ed. do autor.

Delgado, P. (2006). *Os Direitos da Criança da participação à responsabilidade - o Sistema de proteção e educação das crianças e jovens*. Porto: Profedições.

Despacho N° 8392/2007 - Criação do Plano DOM – Desafios, Oportunidades e Mudanças.

Despacho N° 9016/2012 – Criação do Plano SERE + (Sensibilizar, Envolver, Renovar, Esperança, MAIS).

European Anti-Poverty Network and Eurochild. (2013). *Towards children's well-being in Europe – Explainer on child poverty in the EU*. Brussels.

European Commission. (2013). *Commission Recommendation – Investing in children: breaking the cycle of disadvantage*. Brussels.

Fernandes, L., Mendes, A. T., & Aurora, A. C., (2011). *A Review Essay on the Measurement of Child Well-Being*. In *Social Indicators Research* (Vol. 106, pp. 239-257).

Fernandes, M., Silva, M., (1996). *Lar para crianças e jovens - Condições de implantação, localização, instalação e funcionamento. Guiões Técnicos*. Lisboa: Direção Geral de Ação Social, Núcleo de Documentação Técnica e Divulgação.

Ferreira, M. J., Campos, P., (s.d) *Dossiês Didáticos XI – O Inquérito estatístico - uma introdução à elaboração de questionários, amostragem, organização e apresentação dos resultados*. Universidade Fernando Pessoa.

Fleming, M. V. (1988). *Autonomia comportamental na adolescência e percepções das atitudes parentais*. Tese de Doutoramento em Ciências Médicas. Instituto de Ciências Biomédicas de Abel Salazar da Universidade do Porto, Porto.

Fundação Calouste Gulbenkian. (2015). *Transições-Desafios e práticas no acolhimento de jovens em instituição*. In Coleção «Práticas e Reflexão sobre Acolhimento de Jovens em Instituição».

Gaspar, J. P. M., (2014). *Os desafios da autonomização: Estudo compreensivo dos processos de transição para diferentes contextos de vida, na perspectiva de adultos e jovens adultos ex-institucionalizados*. Tese de Doutoramento, Universidade de Coimbra, Coimbra.

Giddens, A. (2004). *Sociologia*. (4a ed). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. pp. 325-328.

Goffman, E. (1982). *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: Zahar editores.

Instituto da Segurança Social, I.P. (2014). *CASA 2013 – Relatório de caracterização Anual da Situação de Acolhimento das Crianças e Jovens*. Lisboa.

Instituto da Segurança Social, I.P. (2015). *CASA 2014 – Relatório de caracterização Anual da Situação de Acolhimento das Crianças e Jovens*. Lisboa.

Instituto Nacional de Estatística (2015). *Rendimento e Condições de Vida 2014 (Dados Provisórios)*.

Lei n.º 142/2015 de 8 de setembro de 2015. (2015). *Diário da República*, Iª Série, nº175 (pp. 7198 – 7212).

Lessard-Hébert et al. (1990). *Investigação Qualitativa: Fundamentos e Prática*. Lisboa: Instituto Piaget.

Maclean, K., (2003). *The Impact of Institutionalization on Child Development*. Article in *Development and Psychopathology*. (n.º 15, pp. 853 – 884). USA.

Melucci, A., (1996). *Juventude, tempo e movimentos sociais*. In *Revista Young*. (v. 4, nº 2, pp. 3-14). Universidade degli Studi di Milano.

Mendes dos Santos. M. A., (2010). *O acolhimento institucional prolongado dos jovens em risco – a experiência passada da institucionalização e o seu significado atual para os jovens adultos*. Tese de doutoramento, Universidade de Coimbra, Coimbra.

Monteiro, A. A. (2004). *Associativismo e Novos Laços Sociais*. Coimbra: Editora Quarteto.

ONU. (1959). *Declaração dos Direitos da Criança*. Resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas 1386 (XIV).

ONU. (1989). *Convenção sobre os Direitos da Criança*. Resolução n.º 44/25 da Assembleia Geral das Nações Unidas.

Pais, J. M. (1993). *Culturas juvenis*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.

Pinto, L. S. (2008). *Educação não-formal - Um contributo para a compreensão do conceito e das práticas em Portugal*. Lisboa: ISCTE.

Rede Europeia Anti Pobreza. (2009). *Pobreza Infantil*. Gabinete de Investigação e projetos. Portugal.

Rede Europeia Anti Pobreza. (2014). *Indicadores sobre a pobreza – Dados Europeus e Nacionais*. Porto.

Rede Europeia de Peritos Independentes no Domínio da Inclusão Social. (2014). *Investir nas crianças para quebrar o ciclo vicioso da desigualdade - Análise de Políticas Nacionais Portugal*. Comissão Europeia.

Ridge, T. (2004). *Childhood poverty and social exclusion*. The policy press.

Room, G. (1995). *Poverty and social exclusion: the new European agenda for policy and research*. Bristol: The policy press.

Samagaio G., & Florbela M., (2012). *VII Congresso de Sociologia*. Porto: Faculdade de Letras e Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação.

Sarmiento, M. J. (2002). *Infância, exclusão social e educação como utopia realizável*. Braga: Instituto de Estudos da Criança da Universidade do Minho.

Anexos

Anexo I

Guião de Entrevista aos Diretores dos Centros de Acolhimento

Parte I – Identificação geral

1. IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO E ENTREVISTADO	
1.1. Nome da instituição:	
1.2. Concelho de localização:	
1.3.1. Nome do entrevistado:	
1.3.2. Função do entrevistado:	
2. CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO E DAS CRIANÇAS/JOVENS NELA ACOLHIDOS	
2.1. Número total de colaboradores:	_____
2.1.1. Dos quais técnicos que acompanham as crianças:	_____
2.2. Número total de crianças/jovens acolhidos na instituição:	_____
2.2.1. Dos quais crianças (____-17 anos):	_____
2.2.2. Dos quais jovens (18-21 anos):	_____
2.2.3. Dos quais jovens com mais de 21 anos:	_____

2.3. Sexo das crianças/jovens acolhidos:	<input type="checkbox"/> Feminino	<input type="checkbox"/> Masculino	<input type="checkbox"/> Misto, e neste caso:
			Nº de crianças do sexo feminino _____
			Nº de crianças do sexo masculino _____
2.4. Origem étnica das crianças/jovens:	2.4.1. Caucasiana		_____
	2.4.2. Africana		_____
	2.4.3. Asiática		_____
	2.4.4. Cigana		_____
	2.4.5. Outra: _____		_____
2.5. Nacionalidade das crianças/jovens:	<input type="checkbox"/> Portuguesa		<input type="checkbox"/> Outra: _____
2.6. Motivos de institucionalização:	2.6.1. Falta de supervisão do acompanhamento familiar:		_____
	2.6.2. Negligência dos cuidados de educação e/ou de saúde:		_____
	2.6.3. Exposição a modelos parentais desviantes		_____
	2.6.4. Ausência temporária de suporte familiar		_____
	2.6.5. Prática de comportamentos desviantes		_____
	2.6.6. Exposição a mau trato físico		_____
	2.6.7. Outro: _____		_____

Parte II – Questões sobre o processo de autonomização dos jovens institucionalizados

1. De que forma e desde que idade se começa a trabalhar a autonomia do jovem, preparando-o para a saída da instituição?

2. Qual a sua opinião sobre a possibilidade de o jovem viver os seus últimos anos de institucionalização num apartamento de autonomia?

3. Esta instituição tem apartamento de autonomia para onde possa reencaminhar os jovens que estejam preparados para viver sozinhos, mas que ainda necessitem da supervisão?

3.1. Se sim, como considera que funcionam? Dão a resposta adequada à necessidade de trabalhar a autonomia dos jovens? De que forma são financiados estes apartamentos?

3.2. Se não tem, como trabalham a autonomia dos jovens? E porque razão não tem? (falta de fundos, de recursos humanos...)

4. Há jovens que após os 18 anos pretendem permanecer nesta instituição? O que considera que os motiva a ficar?

4.1. E no caso dos jovens que aos 18 anos pretendem sair da instituição, o que entende que os faz querer sair tão precocemente?

5. De que tipo de apoios financeiros, psicológicos, de habitação, entre outros, dispõem estes jovens quando saem da instituição por sua vontade, por imposição legal ou por indicação da instituição?

6. Daquilo que conhece ser a prática em Portugal relativamente ao processo de autonomização dos jovens institucionalizados, considera que é o indicado ou que existem melhorias a realizar?

7. Se pudesse alterar algum aspeto do regime legal direccionado para o apoio aos jovens que já saíram da instituição, que alteração/alterações faria?

Anexo II

Guião de Entrevista aos Técnicos dos Centros de Acolhimento

Parte I – Identificação geral

1. IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO E ENTREVISTADO
1.1. Nome da instituição:
1.2. Concelho de localização:
1.3.1. Nome do entrevistado:
1.3.2. Função do entrevistado:
2. DADOS SOBRE A SUA FUNÇÃO:
2.1. Há quantos anos exerce funções nesta instituição:
2.2. Quantas crianças acompanha diretamente:
2.3. Qual o intervalo de idades das crianças que acompanha? De _____ anos até aos _____ anos

Parte II – Questões sobre o processo de acompanhamento e de autonomização dos jovens institucionalizados

1. De que forma e desde que idade se começa a trabalhar a autonomia do jovem, preparando-o para a saída da instituição?

2. Há jovens que após os 18 anos pretendem permanecer nesta instituição? O que considera que os motiva a ficar?

3. E no caso dos jovens que aos 18 anos pretendem sair da instituição, o que entende que os faz querer sair tão precocemente?

4. Qual a sua opinião sobre a possibilidade de o jovem viver os seus últimos anos de institucionalização num apartamento de autonomia?

5. E relativamente ao apoio para a autonomia de vida, considera uma boa opção para trabalhar a autonomia dos jovens?

6. Há algum jovem nesta instituição que esteja a viver num apartamento de autonomização ou a usufruir do apoio para a autonomia de vida?

7. Já acompanhou a saída de algum jovem desta instituição? Enquanto técnica, como viveu esse acontecimento? E para o jovem, como decorreu esse momento de saída?

8. De que tipo de apoios dispõem estes jovens quando saem da instituição por sua vontade, por imposição legal ou por indicação da instituição?

9. Daquilo que conhece ser a prática em Portugal relativamente ao processo de autonomização dos jovens institucionalizados, considera que é o indicado ou que existem melhorias a realizar?

10. Se pudesse alterar algum aspeto do regime legal direcionado para o apoio aos jovens que já saíram da instituição, que alteração/alterações faria?

Anexo III

Guião de Entrevista aos jovens ex institucionalizados

Parte I – Identificação geral

1. IDENTIFICAÇÃO DO JOVEM
1.1. Sexo:
1.2. Idade:
1.3. Ocupação:
1.4. Quantos anos esteve institucionalizado:
1.4.1. Quantos anos viveu nesta instituição:

Parte II – Questões sobre o seu processo de autonomização/saída da instituição

1. De que forma e desde que idade sentiste que começaram a trabalhar a tua autonomia?
2. Já ouviste falar do Apoio para a autonomia de vida? E de apartamentos de autonomização? O que sabes sobre cada um destes aspetos?
3. Com que idade saíste da instituição e porquê?
4. Quem te ajudou no momento em que tiveste de sair? Tiveste algum apoio específico da instituição ou da Segurança Social?
5. Que apoio consideras fundamental teres no momento em que saís da instituição para conseguires concretizar os teus objetivos?
6. Em relação aos outros jovens que vivem aqui contigo, tens conhecimento sobre se a maioria opta por ficar após os 18 anos ou se querem sair assim que completam a maioridade? Tens conhecimento dos motivos que os levam a optar entre sair ou ficar?
7. Conheces muitos jovens que saem da instituição aos 21 anos? O que costumam fazer quando saem com essa idade?
8. Relativamente às idades em que tens de tomar decisões importantes, 18 e 21 anos, concordas que sejam as idades ideais para fazer estas escolhas ou te tornares independente?

Anexo IV

Guião de Entrevista aos jovens institucionalizados

Parte I – Identificação geral

1. IDENTIFICAÇÃO DO JOVEM
1.1. Sexo:
1.2. Idade:
1.3. Frequenta o ____ ano
1.4. Há quantos anos está institucionalizado:
1.4.1. Há quantos anos vive nesta instituição:

Parte II – Questões sobre o seu processo de autonomização/saída da instituição

1. De que forma e desde que idade sentiste que começaram a trabalhar a tua autonomia?
2. Tens conhecimento de que a partir dos 18 anos podes optar por permanecer na instituição ou então sair? Por que motivo (s) quiseste continuar aqui?
3. Em relação aos outros jovens que vivem aqui contigo, tens conhecimento sobre se a maioria opta por ficar após os 18 anos ou se querem sair assim que completam a maioridade? Tens conhecimento dos motivos que os levam a optar entre sair ou ficar?
4. Conheces muitos jovens que saem da instituição aos 21 anos? O que costumam fazer quando saem com essa idade?
5. Relativamente às idades em que tens de tomar decisões importantes, 18 e 21 anos, concordas que sejam as idades ideais para fazer estas escolhas ou te tornares independente?
6. Com que idade pensas sair desta instituição?
7. E o que pensas fazer quando saíres?
8. Tens conhecimento sobre quem te poderá ajudar nesse processo de saída?
9. Que apoio consideras fundamental teres nesse momento para conseguires concretizar os teus objetivos?
10. Já ouviste falar do Apoio para a autonomia de vida? E de apartamentos de autonomização? O que sabes sobre cada um destes apoios?

Anexo V

Guião de Entrevista da Presidente de uma Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em risco

Parte I – Identificação geral

1. IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO
1.1. Cargo:
1.2. Sexo:

Parte II – Questões sobre o processo de autonomização dos jovens institucionalizados e o acompanhamento após a sua saída:

1. Qual é a sua opinião sobre o trabalho que é executado pelas instituições relativamente ao processo de autonomização dos jovens?

2. A lei contempla duas medidas para os jovens mais crescidos: os apartamentos de autonomização e o apoio para a autonomia de vida. No seu entender, como funcionam?

3. Do que conhece, estas duas medidas são frequentemente acionadas ou só em casos muito raros é que são aplicadas?

4. Daquilo que conhece ser a prática em Portugal relativamente ao processo de autonomização dos jovens institucionalizados e à sua própria saída, considera que é o indicado ou que existem melhorias a realizar?

5. A lei apenas contempla apoios para os jovens institucionalizados até aos 21 anos. De que apoios dispõem estes jovens quando saem da instituição por sua vontade, por imposição legal ou por indicação da instituição?

6. Há ou considera que deveria haver alguma diferença no tratamento dado aos jovens ex institucionalizados, face aos restantes jovens, quando recorrem a apoios da segurança social ou outros apoios estatais?

7. Se pudesse alterar algum aspeto do regime legal direcionado para o apoio aos jovens que já saíram da instituição, que alteração/alterações faria?

Anexo VI

Entrevista realizada ao Entrevistado 1

Parte I – Identificação geral

1. IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO E ENTREVISTADO	
1.1. Nome da instituição: Casa do Vale – CrescerSer	
1.2. Concelho de localização: Contumil, Porto	
1.3.1. Nome do entrevistado: Ana Moutinho	
1.3.2. Função do entrevistado: Diretora Técnica	
2. CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO E DAS CRIANÇAS/JOVENS NELA ACOLHIDOS	
2.1. Número total de colaboradores:	14
2.1.1. Dos quais técnicos que acompanham as crianças:	12
2.2. Número total de crianças/jovens acolhidos na instituição:	12
2.2.1. Dos quais crianças (12-17 anos):	8
2.2.2. Dos quais jovens (18-21 anos):	4
2.2.3. Dos quais jovens com mais de 21 anos:	0

2.3. Sexo das crianças/jovens acolhidos:	<input type="checkbox"/> Feminino	<input checked="" type="checkbox"/> Masculino	<input type="checkbox"/> Misto, e neste caso:
			Nº de crianças do sexo feminino _____
			Nº de crianças do sexo masculino _____
2.4. Origem étnica das crianças/jovens:	2.4.1. Caucasiana		11
	2.4.2. Africana		1
	2.4.3. Asiática		_____
	2.4.4. Cigana		_____
	2.4.5. Outra: _____		_____
2.5. Nacionalidade das crianças/jovens:	<input checked="" type="checkbox"/> Portuguesa		<input type="checkbox"/> Outra: _____
2.6. Motivos de institucionalização:	2.6.1. Falta de supervisão do acompanhamento familiar:		5
	2.6.2. Negligência dos cuidados de educação e/ou de saúde:		9
	2.6.3. Exposição a modelos parentais desviantes		5
	2.6.4. Ausência temporária de suporte familiar		0
	2.6.5. Prática de comportamentos desviantes		3
	2.6.6. Exposição a mau trato físico		2
	2.6.7. Outro: _____		_____

Parte II – Questões sobre o processo de autonomização dos jovens institucionalizados

1. De que forma e desde que idade se começa a trabalhar a autonomia do jovem, preparando-o para a saída da instituição?

Desde o momento da entrada, independentemente da idade. Em primeiro lugar, porque a autonomia deve ser trabalhada desde muito pequenos: ensiná-los a comerem e a vestirem-se sozinhos, isso faz parte da autonomia, da não dependência. Quando as crianças são institucionalizadas a partir dos 12 anos, significa que muita coisa para trás falhou e, portanto, correm o risco de se terem apenas a si próprios quando saírem daqui, por isso é bom que se trabalhe a autonomia a vários níveis: emocional, funcional e, se possível, a financeira. Quanto à financeira, não é que seja mais complicada do que as outras, mas não se encontra tanto ao nosso alcance desenvolver. Sem dinheiro não se desenvolve a autonomia financeira e sem dinheiro há muita coisa que não se consegue fazer.

2. Qual a sua opinião sobre a possibilidade de o jovem viver os seus últimos anos de institucionalização num apartamento de autonomia?

Penso que era uma transição interessante. Aqui só são 13 jovens, mas há casas em que são 20 ou 30 e, assim sendo, é mais difícil trabalhar as competências pessoais, sociais e de autonomia num grupo de miúdos. Mesmo sendo 13, é difícil que não haja uma certa massificação do trabalho, nem sempre se consegue ir ao pormenor ou individualizar o trabalho. Num apartamento de autonomia com 3/4 jovens, o enquadramento é diferente pelo que certas competências de autonomia eram treinadas automaticamente, não havendo quem realizasse a limpeza ou confeccionasse as refeições, alguém tinha de realizar essas tarefas, além de que sendo 3 ou 4 jovens as coisas seriam resolvidas de maneira diferente do que sendo 13 e um grupo tão heterogéneo como o que nós temos. Também sabemos que para os apartamentos de autonomia não transitam jovens muito diferentes uns dos outros, tentam alguma harmonia a nível de maturidade, de responsabilidade. Pessoalmente, enquanto técnica, considero uma opção interessante.

3. Esta instituição tem apartamento de autonomia para onde possa reencaminhar os jovens que estejam preparados para viver sozinhos, mas que ainda necessitem da supervisão?

Enquanto instituição poderíamos ter um apartamento de autonomia para onde iriam os meninos mais velhos de 16/17 anos, mas não temos. Não é uma resposta que tenhamos. A CrescerSer é uma IPSS que já tem a seu cargo mais de 100 crianças, temos casas de acolhimento em todo o país, logo não nos podemos aventurar em novos projetos que impliquem mais custos, acompanhamento técnico e mais meios que a associação, possivelmente, não reunirá.

Em todo o caso, cada instituição deverá ter as suas razões para não integrar os apartamentos de autonomia, visto que a maior parte não inclui esta resposta. Eu penso que deve ter a ver com o facto de já se assumir muitas responsabilidades. Nunca abordei o tema com a minha direção, mas já temos muitas responsabilidades, pelo que ter um apartamento de autonomia significaria assumir novas responsabilidades. Isso depende de cada instituição.

3.1. Se sim, como considera que funcionam? Dão a resposta adequada à necessidade de trabalhar a autonomia dos jovens? De que forma são financiados estes apartamentos?

3.2. Se não tem, como trabalham a autonomia dos jovens? E porque razão não tem? (falta de fundos, de recursos humanos...)

Em relação ao trabalho de autonomia, desde sempre, trabalhamos as competências sociais, emocionais, com os jovens desta faixa etária. Mas há algum tempo, estamos a aplicar um programa que provém de um projeto que uma das nossas casas apresentou à Fundação Calouste Gulbenkian e que foi aprovado e financiado. O projeto denomina-se Projét'Arte e visa precisamente trabalhar as competências para a autonomia de vida. Este projeto contempla 3 eixos de intervenção: 1) regulação emocional com os jovens cognitivamente mais capazes, aos quais estamos a aplicar o GPS - Gerar Percursos Sociais. Com jovens com limitação cognitiva temos um grupo artístico de teatro. Nesses dois grupos, uma vez por semana, com técnicos da instituição e no grupo artístico recorrendo a um encenador da comunidade, estamos a trabalhar as questões emocionais que são um grande entrave destes jovens no seu dia-a-dia; 2) trabalhar as competências pessoais e sociais: culinária, gestão doméstica, tarefas de vida diária - lavar roupa, fazer compras...; 3) ESAAC - estrutura de apoio e acompanhamento pós saída da instituição. Enquanto cá estão trabalhamos com eles as questões com as quais se vão defrontar quando saírem: o papel da família, como arranjar emprego, uma série de questões que vão encontrar e que são, normalmente, de difícil resolução. Depois, quando saem da instituição, com os que aceitarem, é afirmado um acordo, isto é, pressupõe sempre o consentimento do jovem, em que o jovem diz se quer ou não ser acompanhado quando sair da instituição. Como se sabe, quando há uma decisão de encaminhamento, o jovem pode nunca mais cá voltar que não lhe acontece nada. Aqui, não é que lhe aconteça alguma coisa, mas o que estamos a dizer e a assumir é: "nós compreendemos que queiras sair, vamos apoiar-te na saída, mas como sabemos que vais ter momentos difíceis, estamos disponíveis para elaborar um plano contigo, onde iremos ajudar-te naquilo que precisares: elaborar um currículo; almoçares ou jantares na instituição quando precisares"... cada jovem é que indicará como era bom ser ajudado depois de sair, dando total liberdade aos que não quiserem ser acompanhados em nenhuma vertente.

O projeto está mais ou menos há um ano em funcionamento na casa do canto, em Leiria. A verdade é que este projeto surgiu e obteve financiamento porque a Fundação

Calouste Gulbenkian considera que esta é uma das áreas mais a descoberto, até porque durante o período da institucionalização as coisas vão sendo feitas de forma aceitável, depois é que é uma desgraça.

4. Há jovens que após os 18 anos pretendem permanecer nesta instituição? O que considera que os motiva a ficar?

A constatação realista de que saindo não vão conseguir sobreviver com dignidade. Quando chegam aos 18 anos, os que não têm interdição judicial, consentem ou não em ser apoiados até aos 21 anos. Os que têm interdição judicial não têm opção e têm de ficar, ser transferidos para outra instituição ou então haver um tutor na comunidade, familiar ou não, que assuma a tutela. Dos jovens que temos neste momento com mais de 18 anos, há 2 que têm possibilidade de escolha e 2 que não têm. Os dois que têm, de forma clara, sentem que se saíssem da casa iriam interromper um percurso nomeadamente formativo, porque não se conseguiriam sustentar. Com o jovem que vai fazer 21 anos para o próximo ano, falei com ele no sentido de o tranquilizar de que a casa só o obrigará a sair quando ele tiver uma situação estável, sendo a Casa a financiar a permanência dele aqui, após o momento em que legalmente ele terá de sair. Neste momento, este jovem está a fazer um curso de engenharia nível 5, tem um percurso exemplar e, sem dúvida nenhuma afirmo que se sair tem de trabalhar para se sustentar, interrompendo os estudos. Por isso, até termos esta conversa com ele, faço ideia da sua angústia sobre este assunto! Ele é esforçado, trabalha para cumprir objetivos, pratica desporto, não se pode dizer nada de mal deste jovem, por isso, tem de ser apoiado. Relativamente ao outro jovem, até tem certa debilidade, ainda vamos ver se será caso de intervenção ou não, mas apesar disso, ele quer terminar o curso e foi ele que consentiu em ficar na casa porque quer terminar o curso, mesmo tendo uma tia de quem gosta como retaguarda familiar. Estes, felizmente, são os bons casos. Mas há miúdos que não têm rede segurança e aos 18 anos querem voar e sair da instituição.

4.1. E no caso dos jovens que aos 18 anos pretendem sair da instituição, o que entende que os faz querer sair tão precocemente?

São várias as razões, uma delas não terem de cumprir regras, mas depois quando pegamos na mala para irem embora, nota-se que ficam a pensar. A maior parte deles toma a decisão sem pensar conscientemente. A meu ver, temos de trabalhar neste aspeto específico muito antes dos 18 anos, dizer-lhes que pensem bem. Nós compreendemos que eles queiram sair, mas na maior parte dos casos seria melhor adiarem a saída, no mínimo, por um ano ou dois. Será sempre importante alertá-los para o que de bom têm na casa, até porque grande parte dos jovens que vivem com as suas famílias não têm, por exemplo, a prática regular de desportos, muitos deles, bastante caros: remo, andebol, ténis de mesa. É esta conversa generosa, paciente, tranquila que se tem de ter. E alguns deles dizem-nos “esta bem, eu fico!”, como se estivessem a fazer-nos um favor, mas percebemos perfeitamente o que nos querem dizer e só ficamos é contentes com isso.

Outros querem ser livres. O problema é que, ser livre implica, muitas vezes viver com pouca dignidade em famílias muito desorganizadas, às vezes com problemas de saúde mental, entre outros. A pobreza é um problema sério, mas não implica desorganização, mas quando está ligada com outras problemáticas, pode ser desastrosa na vida destes jovens. O que nós reparamos é que a maior parte deles, quando volta cá para nos ver, tomar um café, cumprimentar, tem um discurso engraçado com os outros. Dizem eles para os que continuam aqui na Casa: “você aproveitem bem que lá fora é muito duro, aqui é que estão bem”. Este discurso é sempre igual da parte dos que já saíram, sempre. Aliás, no Projeto que lhe falei anteriormente, o eixo de intervenção e estrutura de apoio e acompanhamento, contempla a vinda de jovens que já saíram da casa para partilhar o seu testemunho do que é sair da instituição precocemente. Eles têm todos que ir embora da instituição, mas muitos vão precocemente e é invariável o seu discurso, mesmo os que estão bem: “olha que isto viver lá fora não tem nada a ver, quando os adultos vos derem na cabeça é para o vosso bem; é bom termos quem se preocupe connosco”. E não precisamos de esperar 20 anos para que eles deem este valor. Ora, as pessoas que pensaram neste programa foram inteligentes em chamar quem já saiu para partilhar o seu testemunho, pois o facto de serem jovens adultos que já passaram pela situação deles, faz com que os jovens que estão institucionalizados fiquem atentos, respeitem, ouçam com atenção e até os fiquem a admirar. Infelizmente, depois há inúmeros casos de miúdos que se perdem.

5. De que tipo de apoios financeiros, psicológicos, de habitação, entre outros, dispõem estes jovens quando saem da instituição por sua vontade, por imposição legal ou por indicação da instituição?

Sinceramente, nós temos ideia daquilo que já aconteceu aqui na Casa, mas existem outras medidas que, possivelmente, nós não conhecemos. O que já aconteceu aqui com um jovem que até vai ficar depois dos 21 anos é que se o jovem fosse pedir o apoio pecuniário para viver fora da casa, mal chegaria para fazer face às despesas essenciais. Portanto, a percepção que eu tenho dos casos que acompanho é que, a seguir à saída da instituição, com 18 anos, eles passam a ser adultos. Têm de preencher papéis, concorrer para o Rendimento Social de Inserção (RSI) ou bolsas de estudo, ir ao centro de emprego e, neste sentido, não tenho noção de que exista alguma distinção por ser um jovem que esteve institucionalizado.

O que para mim é um ponto essencial é o facto de estes jovens serem penalizados porque a regulação emocional não existe, está tudo baralhado na cabeça deles, e, por isso mesmo, são jovens que não sabem pedir as coisas, não sabem tratar das coisas. São jovens que em muitas áreas da sua vida são incompetentes... não têm as mesmas competências que um jovem da mesma idade que tenha vivido e crescido com a sua família. Nós não nascemos todos exatamente iguais, mas nascemos todos com um terreno mais ou menos fértil e depois dependendo da forma como é tratado, o terreno florescerá ou não. No caso destes jovens, o terreno será fértil quando nascem, mas é pouco tratado e adubado, não

floresce muita coisa e por isso não estão em pé de igualdade com os jovens que viveram em casa com a sua família, com boas referências, que foram amados, cuidados... Eles vão atrasados, não saem em pé de igualdade. Podem não saber falar, pedir, tratar dos assuntos o que faz com que fiquem cada vez mais para trás. Com uma agravante que é a de os jovens institucionalizados não terem uma escolaridade normal. A maior parte deles tem reprovações, uma grande parte deles não gosta a escola e a escola não gosta deles, uma parte significativa deles tem debilidades ou défice cognitivo. Alguns deles nem num estágio no âmbito de uma formação sabe estar, portanto, tudo isto só dificulta.

Eu não quero ser injusta com a segurança social, até porque não conheço ao detalhe o plano de apoio, mas do que conheço, para além daquele apoio para a autonomia de vida que já é tratado enquanto o jovem está institucionalizado e tem 16/17 anos, pouco mais existe. O que me parece é que há aqui uma obrigação de eles crescerem muito rapidamente, pois entre a infância e a juventude parece haver meio-termo, mas que não existe neste caso... ou é jovem ou é adulto.

As instituições evoluem com o tempo, não podem estagnar, os problemas, as pessoas não são os mesmos, as instituições têm de se adaptar. Nós estamos aqui para servir e para servir as necessidades que existem. A meu ver, era necessário que as instituições adotassem mais formalmente uma estrutura de apoio pós saída, para que pudéssemos dizer ao jovem: “vai e não te preocupes, se caíres, nós estamos aqui para te ajudar”. Nós fazemos isto informalmente (por exemplo, damos um cabaz alimentar todas as semanas a um jovem que já saiu da instituição e que vive com o seu pai que não tem condições nenhuma), mas deveria ser algo universal, igual para todas as instituições. Na Casa que temos em Cedofeita, este apoio informal é mais recorrente, pois recebem meninos mais pequeninos, que só reconhecem a instituição como sua casa. Neste momento, há um jovem em vida militar no sul e que é apoiado pela Casa de Cedofeita. Ele traz a sua farda para ser lavada, ligam-lhe a perguntar se se está a alimentar bem ... É um gosto vê-lo quando nos vem visitar porque a vida dele não parou, não entortou. E tenho a certeza absoluta de que se ele não tivesse este suporte afetivo da parte da Casa, as coisas não seriam assim. Estes jovens fingem que não gostam deste tratamento, mas como é óbvio, gostam. Informalmente estas coisas vão se fazendo. Por isso, acho que teria de haver um suporte destes, mas assumido formalmente, uma função da instituição, nem que fossem 6 meses após o acolhimento. Embora aqui na casa não haja esse prazo!

6. Daquilo que conhece ser a prática em Portugal relativamente ao processo de autonomização dos jovens institucionalizados, considera que é o indicado ou que existem melhorias a realizar?

Há uns tempos havia uma medida em que os jovens podiam sair e ir para uma pensão, onde tinham dormida, roupa lavada, comida pronta, não têm de pagar nada e têm tudo feito. Ora, nas pensões infelizmente temos exemplos disfuncionais... tenho presente a história de dois deles que foram parar à prisão... Deveriam sair e ir, por exemplo, para um desses apartamentos de autonomia, num regime mais aberto, mas

onde houvesse algumas obrigações e deveres, porque isso cria estrutura, forma, prepara para vida real. Isto de chegarem e terem sempre tudo feito e pronto, não é bom para eles. Eles têm de aprender a fazer e, nesse sentido, acho que há muito a mudar... esses apartamentos não deveriam ser as instituições a preparar. A segurança social sabe que isto é um problema e que existe. Nenhum jovem aos 18 anos, consegue sobreviver sozinho, mesmo trabalhando. Alguns saem e orientam-se, mas não é a regra. A regra não é saírem e conseguirem singrar por eles. Além disso, existe a questão familiar. Um dos trabalhos que se faz com eles é trabalhar a aceitação da família que têm. Alguns deles mantêm a relação com a família depois de saírem daqui, mas uma relação distante, outros vão viver com a família, mas estão reforçados, já não são os meninos de 13 anos quando entraram. A intenção durante a institucionalização é trabalhar a família, as coisas devem andar a par. O menor a avançar e a família sempre atrás, não é bom. Mas há famílias que não permitem e que boicotam este trabalho. Por isso, a regra é que estes jovens não singrem por si pois, na maioria, não têm competências, suporte, ferramentas, nem dinheiro para o conseguirem fazer por si. Essa é a verdade!

7. Se pudesse alterar algum aspeto do regime legal direcionado para o apoio aos jovens que já saíram da instituição, que alteração/alterações faria?

Acho que, acima de tudo, é importante que na comunidade as entidades, nomeadamente a segurança social, tenham aqui um olhar diferente para um jovem de 18 anos que acabou de sair da instituição.

Esta questão do acompanhamento e do suporte é muito importante, pois eles poderão não ter mais ninguém a quem recorrer, a não ser à instituição ou ao técnico que os acompanhou e que é em quem se confia, quem sabe a nossa história. Parece-me adequado que aos 18 anos eles possam escolher entre continuar ou não na instituição, tal como me parece adequado que aos 21 anos eles tenham de sair, se não quanto mais tarde, mais se aumenta o sentimento de que estar na instituição se tem tudo pronto, se está bem assim sem se fazer nada! Não me parece é adequado que se saia de uma instituição, tantas vezes com anos de institucionalização e não se tenha nada: suporte, família, dinheiro, competências, acompanhamento regular e eficaz.

Viver numa instituição com tanta gente, não é fácil... são muitas pessoas diferentes, um sítio onde hoje sai um jovem de quem até gostávamos e amanhã entra outro que é mal comportado, agride, provoca... Depois sai um funcionário e entra outro. A vida deles não é de invejar! O percurso deles é difícil e a sociedade deveria estar mais atenta. Eles mereciam ser muito melhor tratados por todos nós!

Anexo VII

Entrevista realizada ao Entrevistado 2

Parte I – Identificação geral

1. IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO E ENTREVISTADO	
1.1. Nome da instituição: Centro Juvenil de Campanhã	
1.2. Concelho de localização: Campanhã, Porto	
1.3.1. Nome do entrevistado: Maria Amélia Martins	
1.3.2. Função do entrevistado: Diretora Pedagógica	
2. CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO E DAS CRIANÇAS/JOVENS NELA ACOLHIDOS	
2.1. Número total de colaboradores:	_____
2.1.1. Dos quais técnicos que acompanham as crianças:	19
2.2. Número total de crianças/jovens acolhidos na instituição:	60
2.2.1. Dos quais crianças (____-17 anos):	_____
2.2.2. Dos quais jovens (18-21 anos):	_____
2.2.3. Dos quais jovens com mais de 21 anos:	_____

2.3. Sexo das crianças/jovens acolhidos:	<input type="checkbox"/> Feminino	<input checked="" type="checkbox"/> Masculino	<input type="checkbox"/> Misto, e neste caso:
			Nº de crianças do sexo feminino _____
			Nº de crianças do sexo masculino _____
2.4. Origem étnica das crianças/jovens:	2.4.1. Caucasiana		64
	2.4.2. Africana		5
	2.4.3. Asiática		_____
	2.4.4. Cigana		1
	2.4.5. Outra: _____		_____
2.5. Nacionalidade das crianças/jovens:	<input checked="" type="checkbox"/> Portuguesa		<input type="checkbox"/> Outra: _____
2.6. Motivos de institucionalização:	2.6.1. Falta de supervisão do acompanhamento familiar:		Todos estes motivos se verificam
	2.6.2. Negligência dos cuidados de educação e/ou de saúde:		
	2.6.3. Exposição a modelos parentais desviantes		
	2.6.4. Ausência temporária de suporte familiar		
	2.6.5. Prática de comportamentos desviantes		
	2.6.6. Exposição a mau trato físico		
	2.6.7. Outro: Insucesso e absentismo escolar		

Parte II – Questões sobre o processo de autonomização dos jovens institucionalizados

1. De que forma e desde que idade se começa a trabalhar a autonomia do jovem, preparando-o para a saída da instituição?

Com o surgimento do Plano DOM e o Plano SERE +, com o qual trabalhamos, um dos objetivos desses projetos é, desde o momento em que a criança entra, pensar na sua saída. Antigamente as institucionalizações eram bastante prolongadas, pelo que ainda recebi várias crianças que entravam aos 5 anos e mantinham-se até à idade adulta. Neste momento não se recebem crianças tao pequenas, geralmente são institucionalizadas a partir dos 13/14 anos, o que me deixa um pouco reticente. As idades com que entram nas instituições, depois dos 13/14 anos e, até, com 16/17 anos, revelam-se idades muito complicadas para trabalhar ou intervir e conseguir resultados mais profundos. Antigamente, o facto de a criança ser retirada mais cedo, permitia a realização de um trabalho mais profundo e intenso, salvaguardando-se sempre que é na família que ela está melhor. Porém, se na sua família se verifica alguma problemática complicada, não se deve deixar avançar no tempo e retirar a criança já crescida, porque as instituições não fazem milagres. Se recebemos um jovem com 16/17 anos a consumir, com insucesso ou absentismo escolar muito grande, a verdade é que os resultados da nossa intervenção são mais limitados, é difícil provocar mudanças de comportamento. Quando entram pequeninos, como acontecia, em que começávamos a trabalhar com eles no 1º ciclo, a criança ia criando laços, regras e incutindo os valores que lhe transmitíamos. Isto sempre a meu ver com a grande preocupação de manter um contacto muito intenso com a família. Sou apologista de que a família não pode ser esquecida de forma alguma, deve ser promovida, tenha ela os defeitos que tiver, afinal, é a família deles.

O que é que nós fazemos para promover a autonomia? Vai depender da idade em que recebemos determinada criança ou jovem. A autonomia que pretendemos promover e que pode ser promovida em jovens mais novinhos, de 14/15 anos, prende-se com a liberdade de organizarem as suas roupas, a nível de equipamentos escolares, autonomia nos seus deveres, autonomia para se deslocarem daqui para a sua escola sozinhos. Ter atenção e guardar a roupa deles nos seus armários, arrumar quartos e fazer as camas. Quando a autonomia passa para patamares superiores é muito difícil conciliá-la com o meio envolvente de onde eles provêm ou do meio envolvente que vão integrar. Não raras vezes, retira-se a criança da família para sair de um determinado contexto e acabam depois por se enquadrar numa envolvente igual. O equilíbrio entre autonomia e a responsabilidade do jovem é muito complicada de se encontrar, pois tem de ser adaptada ao grau de responsabilidade de cada um. Apesar de haver um trabalho interno muito intenso a nível de responsabilização, formação, negociação e comunicação, nunca se consegue no imediato, é muito complicado porque há jovens que vêm com gravíssimos problemas. Por isso, o que fazemos para lhes dar essa autonomia é tudo muito relativo, depende do jovem. Tudo é visto caso a caso, os processos dos jovens são completíssimos. O importante é trabalhar com eles um projeto de vida desde que

entram... eles é que têm de fazer o seu projeto de vida, defini-lo com a ajuda dos técnicos. Elaborado por eles connosco, reformulado milhentas vezes, mas sempre ele ele ele. Se não se envolver o jovem ele nem assume o projeto como seu.

O percurso destes jovens é difícil, muito intenso, feito degrau a degrau ... por vezes, num dia sobe um e no outro dia desce 2 ou 3. No meio desta intensidade, as relações vão se aprofundando, tanto que, o grande sucesso destas casas são as ligações fortes que se consegue fazer com as pessoas. Essas ligações importantíssimas para o desenvolvimento sócio afetivo do jovem são fundamentais para que se possam impor regras e, acima de tudo, para que se consiga desenvolver um trabalho de confiança e partilha entre o jovem e o seu técnico. Só depois de se atingir este patamar de confiança é que se consegue trabalhar mais a fundo com o jovem!

2. Qual a sua opinião sobre a possibilidade de o jovem viver os seus últimos anos de institucionalização num apartamento de autonomia?

Em relação aos apartamentos de autonomia, acho que são uma opção bastante válida, contudo, por vezes, os jovens não estão devidamente preparados para estar num apartamento com outros jovens, alguns que conhecem, outros que não. Apesar de haver supervisão de um técnico, parece-me complicado em relação a alguns jovens. Além disso, aos 21 anos teremos o mesmo problema de terem de sair e não terem apoios posteriores.

3. Esta instituição tem apartamento de autonomia para onde possa reencaminhar os jovens que estejam preparados para viver sozinhos, mas que ainda necessitem da supervisão?

Não, não tem.

3.1. Se sim, como considera que funcionam? Dão a resposta adequada à necessidade de trabalhar a autonomia dos jovens? De que forma são financiados estes apartamentos?

3.2. Se não tem, como trabalham a autonomia dos jovens? E porque razão não tem? (falta de fundos, de recursos humanos...)

Os apartamentos de autonomia são subsidiados pela segurança social. Quando algum jovem é reencaminhado para um destes apartamentos, é o próprio que gere as suas atividades, faz as suas comidas, organiza o dinheiro... Exige uma grande capacidade de organização e gestão que tem depois de ser conciliada com os outros jovens que partilham o apartamento, ainda que exista sempre a supervisão externa das instituições. O Centro Juvenil de Campanhã não tem nenhum destes apartamentos, embora pudesse ter. O ano passado pensamos em avançar, mas ainda não iniciamos. A verdade é que grande parte das instituições não tem apartamentos de autonomia. Para que uma instituição consiga ter e manter estes apartamentos é necessário ter fundos. Além disso, os apartamentos, mesmo construídos por uma instituição em particular, depois têm de

ser abertos à segurança social que também poderá reencaminhar jovens para lá, conforme as vagas. A segurança social tem um valor por cada jovem, que é entregue a instituição, sendo que depois, cada jovem tem também acesso a um valor determinado para gerir... Mas também só podem ficar até aos 21 anos.

No meu entender, não me parece que a existência de apartamentos de autonomização enquanto resposta social possa estar dependente das Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS). Sei que uma das prioridades da Segurança Social são estes apartamentos, mas é necessário que assuma isso.

Como já referi, trabalhar a autonomia é muito relativo, pois depende cada jovem. No caso dos mais crescidos, normalmente com 17 anos ou mais, se notarmos que o jovem adquiriu responsabilidade, vai às aulas, tem o seu quarto arrumado, é uma referência para os outros jovens ... Encaminhamos esse jovem para os chamados quartos de pré autonomia, que podem ser ou não individuais. Neste sítio eles tomam conta do quarto, limpam, arrumam, tem a possibilidade de ter televisão, de sair, comunicando sempre ao seu educador previamente e têm mais liberdade: por exemplo, os outros meninos têm de estar na sala entre as 18h e as 19h, eles não.

Mas estes quartos não são iguais aos apartamentos de autonomização. São quartos que estão dentro da própria instituição, apenas separados da secção dos outros jovens. E que poderão sair destes quartos se tiverem condutas inadequadas, eles têm de ter um comportamento exemplar, ser referência para os outros.

4. Há jovens que após os 18 anos pretendem permanecer nesta instituição? O que considera que os motiva a ficar?

Um jovem quando tem 18 anos, se quiser, envia declaração ao tribunal a pedir para ficar mais tempo na instituição. Muitos jovens ficam, principalmente os que entraram mais novinhos, porque isto é a casa deles, revêem-se aqui. Muitos querem ficar porque já têm uma meta, as suas namoradas, querem preparar a sua vida e avançar e sabem que com a nossa ajuda será mais fácil.

Outros, porque não lutaram por isso, por força das circunstâncias, voltam para a sua casa ou para a beira de algum familiar.

4.1. E no caso dos jovens que aos 18 anos pretendem sair da instituição, o que entende que os faz querer sair tão precocemente?

Desde logo, convém frisar que com essa idade, de 18 anos, os jovens ou estão a trabalhar, e nessa altura têm o seu dinheiro e têm de se organizar ou encontram-se a estudar e têm bolsas. Não podem estar em apartamentos sem nenhuma ocupação, sem uma situação para a qual a resposta foi o apartamento de autonomia. Muitos dos que ficam aqui no Centro Juvenil de Campanhã até aos 21 anos é porque estão a acabar o seu curso. Se tiver um miúdo de 18 que não vai à escola porque não quer, não quer trabalhar, porque não quer, eu não posso ficar com ele. Ele tem de sair com o apoio da instituição, com o apoio da família, se tiver, mas na instituição não se justifica. Com 18 anos ele é

adulto, ele opta... ou fica ou sai, mas só fica se tiver a sua vida organizada, está a estudar, a trabalhar!

5. De que tipo de apoios financeiros, psicológicos, de habitação, entre outros, dispõem estes jovens quando saem da instituição por sua vontade, por imposição legal ou por indicação da instituição?

A partir dos 21 anos eles têm de sair da instituição, seja aqui ou nos apartamentos de autonomia. Mas podem existir exceções: temos um jovem que faz 21 em fevereiro e acaba o curso em julho. Claro que não vamos colocar este jovem fora, fica connosco até acabar o curso. Mas se estivesse no começo, não poderia ficar, a segurança social não permite que eles fiquem.

Em termos de Centro Juvenil de Campanhã temos uma grande preocupação com estes jovens mais velhos. Quando retomei funções aqui, tínhamos muitos jovens com mais de 21 anos, mas como a segurança social não permite, falamos com eles e demos-lhes um prazo para se prepararem e vão sair em breve. Além disso, o educador social trabalha com eles e as famílias e com quem não tem famílias, procura empregos, tenta falar com algum familiar que queira apoiar o jovem durante algum tempo, tentando que eles não saiam daqui completamente desamparados.

A nível de apoio psicológico, as instituições têm técnicas de acompanhamento da segurança social. Qualquer jovem aqui recebido tem um técnico afeto e temos destacadas duas técnicas de apoio para os jovens, pelo que qualquer jovem pode recorrer a este apoio. Quanto ao apoio financeiro ou mesmo habitação, os jovens procuram muitas vezes os seus familiares, tentam obter o Rendimento Social de Inserção que lamentavelmente demora muito a responder, não sendo um apoio com que, normalmente, os jovens possam esperar no imediato. No que diz respeito às questões profissionais, se está complicado para quem estuda e tem boa formação, para estes jovens é, obviamente, ainda mais complicado. Alguns que seguiram cursos de restauração, vão conseguindo arranjar emprego porque realizam estágios e depois têm a sorte de serem contratados. Em todo caso, é muito complicado, porque não há uma resposta definida, imediata e eficaz para isso.

6. Daquilo que conhece ser a prática em Portugal relativamente ao processo de autonomização dos jovens institucionalizados, considera que é o indicado ou que existem melhorias a realizar?

Quanto aos 21 anos como idade limite para saírem da instituição, acho que sim, se não entramos na fase das baldas, em que eles nunca procuram nada... Com 21 anos já tem de ser um homem. Se se é homem para se tomar um tipo de atitudes, também se é homem para trabalhar. Agora, claro que o estado deve ajudá-lo o mais possível. Mesmo que esteja a estudar, se tem de sair da instituição e não tem dinheiro, não vai continuar a estudar e se o estado ajudar, talvez acabe os seus estudos. Todos precisamos de

dinheiro, estes jovens também até porque têm muito pouco... Faltam-lhes infâncias felizes.

7. Se pudesse alterar algum aspeto do regime legal direccionado para o apoio aos jovens que já saíram da instituição, que alteração/alterações faria?

Para mim, se forem miúdos cumpridores, devia dar-se um rendimento mínimo para um começo de vida. Para procurarem trabalho, para seguirem com a sua vida. Se há gente que merece são eles. Já viveram uma vida para a qual não foram chamados, merecem chegar a essa altura e serem compensados. Mesmo que vão viver com familiares, ele deve ter possibilidade de contribuir para as despesas. Para mim era a grande solução.

Certos jovens xx institucionalizados que iniciam uma vida de roubos, ou de venda de droga para conseguirem dinheiro, se calhar fazem-no porque não têm dinheiro nenhum ou suficiente. Eles têm necessidades e muitas vezes usam estratégias para arranjar dinheiro, mas não são as mais adequadas.

O jovem quando sai deve ter apoio, deve ter o seu dinheiro para seguir com a sua vida. Acho que é a forma mais adequada do jovem se sentir seguro. Se um familiar até receber uma participação monetária dele por mês se calhar até o recebe com mais agrado e consegue-se construir uma relação familiar mais salutar.

Mesmo no caso dos jovens que com 18 anos não estão a realizar nenhuma atividade, acho que a segurança social deveria conceder um apoio estatal. O jovem sair com emprego. Eles vêm-se aflitos, pois as habilitações são poucas. Existe também outro caso que é o de jovens exemplares para os quais deveria ser obrigatório, com um relatório institucional a dizer que o jovem merece, receber um apoio do estado, um Rendimento Social de Inserção (RSI), um emprego... para não se perder um percurso tão bonito construído com tanto custo. Aqui a falha está, a meu ver, num apoio extra, depois da instituição. As IPSS não se querem esquivar, mas nós devíamos poder recorrer à segurança social e ser automática a resposta e rápida. Quando vamos com um jovem para pedir o RSI deveríamos ser logo atendidos e os jovens deveriam receber logo e não é isso que acontece. Estes jovens são prioritários, se não o dinheiro que já foi gasto com eles, é em vão... o que não faz sentido nenhum! É frustrante, é trabalho em vão! Se é difícil para os outros jovens criarem asas, para estes ainda é mais. Eles sabem que a casa mãe está sempre aberta, nunca fecha portas e que os pode alimentar, mas têm de criar asas, ter dinheiro para pagar as suas coisas, mesmo que em casa de famílias. Se tiverem ajuda, conseguem avançar. Muitos deles depois pensam em ter a sua casa, a sua meta, a sua família. Por isso, se os ajudarmos a construírem a sua família, já poderão ajudar a sua família também!

Anexo VIII

Entrevista Realizada ao Entrevistado 3

Parte I – Identificação geral

1. IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO E ENTREVISTADO	
1.1. Nome da instituição: Centro Juvenil de S. José	
1.2. Concelho de localização: Guimarães	
1.3.1. Nome do entrevistado: Tiago Borges	
1.3.2. Função do entrevistado: Diretor Técnico	
2. CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO E DAS CRIANÇAS/JOVENS NELA ACOLHIDOS	
2.1. Número total de colaboradores:	16
2.1.1. Dos quais técnicos que acompanham as crianças:	12
2.2. Número total de crianças/jovens acolhidos na instituição:	23
2.2.1. Dos quais crianças (____-17 anos):	20
2.2.2. Dos quais jovens (18-21 anos):	3
2.2.3. Dos quais jovens com mais de 21 anos:	0

2.3. Sexo das crianças/jovens acolhidos:	<input type="checkbox"/> Feminino	<input checked="" type="checkbox"/> Masculino	<input type="checkbox"/> Misto, e neste caso:
			Nº de crianças do sexo feminino _____
			Nº de crianças do sexo masculino _____
2.4. Origem étnica das crianças/jovens:	2.4.1. Caucasiana		23
	2.4.2. Africana		_____
	2.4.3. Asiática		_____
	2.4.4. Cigana		_____
	2.4.5. Outra: _____		_____
2.5. Nacionalidade das crianças/jovens:	<input checked="" type="checkbox"/> Portuguesa		<input type="checkbox"/> Outra: _____
2.6. Motivos de institucionalização:	2.6.1. Falta de supervisão do acompanhamento familiar:		23
	2.6.2. Negligência dos cuidados de educação e/ou de saúde:		10
	2.6.3. Exposição a modelos parentais desviantes		5
	2.6.4. Ausência temporária de suporte familiar		2
	2.6.5. Prática de comportamentos desviantes		6
	2.6.6. Exposição a mau trato físico		2
	2.6.7. Outro: _____		_____

Parte II – Questões sobre o processo de autonomização dos jovens institucionalizados

1. De que forma e desde que idade se começa a trabalhar a autonomia do jovem, preparando-o para a saída da instituição?

Nós quando recebemos um jovem na instituição, nunca sabemos à partida qual será o seu projeto de vida. Por isso, após os relatórios sociais enviados temos a perspetiva de que poderá regressar a casa ou poderá ir para a autonomia ou poderá ir para casa de um familiar alargado, um tio, padrinho, avó, por aí. O que é que acontece, nós acreditamos que todos os jovens devem ser alvos de uma intervenção que promova competências de autonomia, por isso, a partir dos 15/16 anos começamos a trabalhar mais afincadamente essas questões da autonomia de vida. Seria então esse o limite de idade que nós utilizaríamos para começar a intervir dessa forma, pese embora, nós temos várias atividades e dinâmicas em que contamos sempre com a colaboração dos jovens. Por exemplo, quando temos aqui jantares com convidados, gostamos que os jovens participem ativamente. Estamos sempre de forma direta ou indireta a trabalhar estas competências de autonomia de vida porque consideramos que são muito muito importantes. Depois, tratarem da roupa, da arrumação do quarto, zelarem dos bens, dos próprios equipamentos, ajudarem também na cozinha, fazerem pequenas tarefas que os ajudem no futuro, de facto, a conseguirem ter uma vida mais autónoma e responsável e que não estejam sempre à espera de que as coisas lhes apareçam feitas, é este o nosso propósito também enquanto educadores destes jovens.

2. Qual a sua opinião sobre a possibilidade de o jovem viver os seus últimos anos de institucionalização num apartamento de autonomia?

A minha opinião é muito favorável, não sei se há alguma idade que sugira para este acompanhamento em apartamento de autonomia, o que a nossa experiência nos diz é que aos 18 anos, para aqueles jovens sobretudo que não têm retaguarda familiar, consideramos que estes apartamentos de autonomia são fulcrais para que ele consiga consolidar aquilo que foi aprendendo ao longo da sua institucionalização e que depois mais tarde, por exemplo, eu tenho jovens que já estão neste momento a trabalhar, mas que ainda continuam a contar com o apoio da nossa instituição na ala de autonomia. Nós não temos um apartamento de autonomia, mas como a nossa casa é muito grande, temos condições para recriar uma ala de autonomia que fica afastada do nosso lar de infância e juventude, no mesmo edifício mas noutro setor. Aqui os jovens tem uma autonomia diferente, já ninguém controla as horas ou está a pedir esclarecimentos de uma ou determinada coisa como com os miúdos mais pequenos. Quando o jovem já esta em autonomia de vida já não temos esta preocupação constante, pese embora façamos este acompanhamento. Para ter uma ideia eu reúno mais ou menos uma vez por semana com estes jovens. Neste momento, temos 3 jovens na ala de autonomia. Dois têm 20 anos e

um com 19 anos, um de 20 e o de 19 estão a trabalhar e o outro jovem de 20 está no ensino superior, no instituto politécnico de leiria.

3. Esta instituição tem apartamento de autonomia para onde possa reencaminhar os jovens que estejam preparados para viver sozinhos, mas que ainda necessitem da supervisão?

Não temos apartamento de autonomia, mas temos uma ala funcional específica apenas para jovens em autonomia de vida. Neste sítio apenas estão os jovens desta instituição, não recebemos jovens que venham de outras instituições reencaminhados pela segurança social. Para todos os efeitos, nós não podemos considerar isto de apartamentos de autonomização porque isso já tem alguma regulamentação e isto ainda é um projeto que está agora a iniciar. Não queremos deixar os jovens sem qualquer retaguarda e então continuamos a prestar o nosso melhor acompanhamento para que não lhes falte nada.

O que acontece é que os jovens na ala de autonomia têm uma renda mensal para pagar que lhes dá direito à alimentação, à estadia e que lhes dá direito também à lavagem da roupa, secagem, ao tratamento da roupa. Essa renda mensal é de 150€, é um valor simbólico, ninguém está a pensar enriquecer com os jovens que estão a dar o primeiro passo nesta autonomia de vida. De facto é apenas um sinal ou um vínculo para eles poderem ser co responsabilizados para estas questões, porque na verdade se eles saírem da instituição terão sempre despesas de renda, de água, de luz...

Nós temos jovens que contam com o apoio para a autonomia de vida da segurança social e temos jovens que ainda não estão a receber esse apoio para a autonomia de vida, mas que já foi pedido entretanto, mas estes pedidos demoram sempre 3/4 meses a serem aprovados pela segurança social. Até lá, não expulsamos o jovem, se ele tiver forma ou rendimento de nos pagar através do salário, aceitamos esse dinheiro, caso contrário esperamos até que o jovem consiga restituir os valores em falta e o jovem continua connosco. O pedido de autonomia de vida é normalmente feito pelas entidades que coordenam os processos, estamos a falar das equipas multidisciplinares de apoio aos tribunais (EMAT) e estamos a falar das comissões de proteção de crianças e jovens, as CPCJ. Habitualmente quando um jovem diz que aos 18 anos quer um apoio para autonomia de vida, habitualmente o técnico coordenar desse caso que esta na CPCJ ou na EMAT faz o pedido para esse apoio económico junto da segurança social, não é a instituição que trata dessa situação. Mas temos de ser nós a dizer aos jovens, porque eles não têm noção na maioria das vezes, desconhecem por completo este tipo de apoios. Na nossa instituição, posso dizer que este ano que passou, o ano 2015, é que começamos a ter os primeiros casos para este apoio de autonomia de vida e só a partir de agora é que conseguimos pedir este apoio junto da segurança social, por intermédio quer das CPCJ quer das EMAT, porque não tínhamos esse habito também e felizmente em 2015 já começou a acontecer.

Do que eu consegui apurar junto da própria segurança social, há dois apoios para autonomia de vida. Como assim? Vamos imaginar que temos um jovem que aos 18 anos sai das listagens do lar de infância e juventude porque já está a trabalhar e porque e que tem de sair das listagens da segurança social? Porque a partir do momento que começamos a trabalhar, começamos a fazer os descontos para a segurança social e, se por um lado ele estaria a receber uma verba por estar no lar de infância e juventude, por outro estava a descontar para a segurança social por ter um contrato de trabalho. Ora, estas duas situações não são compatíveis para a segurança social e então nós tivemos estes casos nas nossas mãos que eram jovens que estavam a trabalhar, que ainda estavam nas nossas listagens, mas que a partir do momento que a segurança social tomou conhecimento de que o jovem estaria a fazer descontos desse trabalho para a segurança social, entrou em contacto connosco e disse-nos que não os podíamos ter na nossas listagens. No limite, o que podemos fazer em comunicação com o técnico da CPCJ ou EMAT é fazer o pedido para esse apoio para a autonomia de vida. O que acontece é que nós temos dois valores: para jovens que estão a trabalhar e que fazem descontos para a segurança social, a verba que está estipulada mensal para o jovem poder usar são os 150€ que, por coincidência é o mesmo valor que nos cobramos pela estadia do jovem cá. Ou seja não queremos que o jovem utilize o dinheiro que ganha com o seu trabalho. Contamos com esse apoio que vem da segurança social, os 150€. Mas há outra modalidade para jovens que estão em ensino superior, não é o caso do nosso jovem porque nós ainda continuamos com ele na listagem, porque ele pediu prorrogação da medida até aos 21 anos e não está a trabalhar e por isso a segurança social considera-o ainda nas nossas listagens e bem. Neste caso, o jovem já não estaria na nossa listagem, mas tinha pedido apoio para autonomia de vida, ele não iria ficar apenas com os 150€, porque para todos os efeitos ele não está a trabalhar, portanto, não tem contrato de trabalho, não efetua descontos e então a verba que a segurança social lhe iria aprovar seria 419€, mais ou menos, para poder sustentar-se. Os dois valores, os 150€ para quem trabalha e faz descontos para a segurança social ou então 419€, eu não sei se é este valor ao certo, mas sei que não chega aos 500€, para jovens que necessitam deste apoio para a autonomia de vida, mas que ainda não trabalham. No nosso caso, da nossa experiência, nos apenas contamos com o apoio de 150€ porque o outro jovem ainda faz parte da listagem, o que está no ensino superior. Nós apenas o deslocamos para a ala de autonomia porque o jovem está a residir em leiria, ou seja, não está cá connosco e para não mantermos o quarto no Lar de Infância e Juventude, para ter um espaço mais autónomo, com as coisas deles e maior segurança e privacidade, optamos por colocá-lo na ala de autonomia e é lá que ele tem estado quando vem ao fim de semana. Quanto a estes valores eu acho que ninguém consegue arranjar uma casa por 150€ quanto mais pagar água, luz, telefone e alimentação, não é? Posso dizer que os jovens que pagam 150€ cá na nossa instituição têm a perfeita noção de que um dia que saiam para o exterior que esses 150€ provavelmente irão gastar ou nem irá chegar para a alimentação deles, se ainda tiverem de pagar mais 200 ou 250 por uma renda de uma casa mais 100 para

despesas da habitação, quer dizer, vai-se o salário todo e o apoio para a autonomia de vida não serviu para quase nada. Esses 150€ de facto nunca serão suficientes para qualquer jovem subsistir. É um apoio, sem dúvida que é, não será substituto do trabalho, de um rendimento mensal, mas pronto, de facto não é um valor que permita a sustentabilidade e a autonomia plena dos jovens. Quer os 150€, quer os 419€, é uma ajuda, mas ainda assim será sempre arriscado para o jovem que está a começar uma vida conseguir assegurar as despesas todas com 400€ no bolso, quer dizer, é muito complicado.

3.1. Se sim, como considera que funcionam? Dão a resposta adequada à necessidade de trabalhar a autonomia dos jovens? De que forma são financiados estes apartamentos?

3.2. Se não tem, como trabalham a autonomia dos jovens? E porque razão não tem? (falta de fundos, de recursos humanos...)

4. Há jovens que após os 18 anos pretendem permanecer nesta instituição? O que considera que os motiva a ficar?

Desde logo, a segurança, o equilíbrio Quando falo em equilíbrio falo em equilíbrio emocional, pese embora tenhamos jovens muito diferente uns dos outros, temos jovens com mais necessidades psíquicas, com menos necessidades psíquicas, com maiores problemas de personalidade, com menores, temos problemas de comportamento, mas ainda assim, o jovem quando chega aos 18 anos... posso-lhe dizer ainda hoje da experiência de um jovem que perfaz 18 anos em fevereiro e que foi acolhido apenas em novembro de 2015. Foi assim um pedido de acolhimento urgente e eu ainda me recordo quando recebi cá a técnica e o jovem de perguntar à técnica da CPCJ o que esperava de mim enquanto diretor técnico para fazer um trabalho de 4 meses com um jovem que aos 18 anos pode ir embora. A técnica ficou a olhar para mim e não conseguiu responder, apenas me pediu para darmos o nosso melhor dentro das nossas possibilidades. Isto é tudo muito bonito mas é muito vago e ajuda-nos pouco ou nada. A verdade é que o jovem já tinha verbalizado comigo que queria permanecer na instituição depois dos 18 anos e hoje então viemos a confirmar através de um pedido escrito que ele já fez para enviarmos à CPCJ. Aos 18 anos quer continuar na instituição, quer arranjar um emprego por Guimarães e ficar por cá e pronto, foram boas notícias e isto deixa-nos muito contentes porque de facto acreditamos que estamos a fazer o melhor com eles. Com isto, de facto, é a tal segurança, equilíbrio que eles conseguem encontrar, o facto de aqui poderem encontrar muitas atividades desportivas que podem frequentar e podem participar, o facto de estarmos numa zona central da cidade de Guimarães que também lhes dá um acesso mais facilitado, quer à diversão, quer ao exterior, quer a outro tipo de atividades também e depois o próprio ambiente da instituição que é muito familiar, somos todos muitos próximos, tratamo-nos sempre como uma família e eu costumo

dizer que esta é quase a minha primeira família porque é com eles que eu passo a maior parte do meu tempo e de facto eu acho que eles conseguem respirar este ambiente também. Depois temos o outro fator muito preponderante que são as dificuldades da integração ou da reintegração familiar. Muitas das vezes estes jovens já não têm retaguarda familiar quer da família nuclear, quer da família alargada porque de facto muitas das vezes os jovens já tiveram muitas oportunidades e a família cansou-se. Muitas das vezes é mesmo este o problema e a família fica cansada de mais promessas e incumprimentos e acaba por não aceitar os jovens de volta a casa e são estes os grandes motivos.

4.1. E no caso dos jovens que aos 18 anos pretendem sair da instituição, o que entende que os faz querer sair tão precocemente?

Nós quando percebemos que um jovem vai sair aos 18 anos por livre vontade ficamos sempre com muito receio, principalmente quando esse jovem não tem a retaguarda familiar mais adequada às necessidades do próprio perfil desse jovem. Nunca pretendemos que a família tenha as melhores condições financeiras do mundo, não precisamos de famílias ricas, precisamos de famílias que consigam acompanhar estes jovens, dar-lhes aquilo que eles precisam e muitas vezes aquilo que eles precisam também é de um não, de conseguir estabelecer limites e muitas vezes é esta a grande dificuldade. Cada vez mais nos deparamos com esta dificuldade de estabelecer limites junto do jovem, cada vez constatamos que o jovem chega à instituição com mais idade, cada vez recebemos mais pedidos de jovens para acolhermos com 16, 17 anos. Quer dizer, é muito complicado trabalhar jovens cuja personalidade já está completamente formada, não é, quer dizer é muito complicado depois mudar hábitos, a própria postura perante determinadas situações porque quanto maior é o número de vezes que passamos por determinadas situações, maior é a probabilidade de depararmo-nos no futuro com situações semelhantes, ora ao depararmo-nos com situações semelhante vamos buscar atrás o nosso background e as respostas tendem a ser semelhantes. Portanto, já é muito tarde, já há muita bagagem ali arquivada. Os motivos que habitualmente invocam é a procura de uma maior liberdade, é a procura de facto de outros tipos de oportunidades no exterior, de não terem regras, de procurar junto da família um apoio que muitas das vezes não vai existir e de facto é isto que os jovens procuram. É um bocadinho esta liberdade e libertinagem também. Mas temos casos de sucesso, mesmo assim, mesmo que saiam aos 18 anos, temos casos de jovens que ainda nos ligam hoje a dizer “ai, você dizia tantas vezes isto, agora é que eu percebo. Mas estou a trabalhar, esta a correr tudo bem”. E nós ficamos muito contentes porque o nosso trabalho não foi em vão e ainda bem. Eu conseguiria dizer que 90% dos jovens que saem da instituição sem retaguarda têm uma tendência muito grande para que as coisas não corram bem porque de facto a determinada altura vai-lhes faltar o acompanhamento e aquela orientação que tinham cá e o caminho mais fácil é sempre o mais prejudicial, muitas das vezes, até porque muitas das vezes é a história deles. O que sentimos é que se não há uma retaguarda

sólida lá fora e boas figuras de referência no exterior, é mesmo muito difícil para o jovem manter a estabilidade que conseguiu manter enquanto cá esteve.

A nós também nos custa porque temos sempre expectativas muito elevadas para que corra tudo pelo melhor e quando recebemos más notícias é muito triste para nós e principalmente para o jovem porque é sinal que não está a conseguir seguir o seu projeto de vida.

5. De que tipo de apoios financeiros, psicológicos, de habitação, entre outros, dispõem estes jovens quando saem da instituição por sua vontade, por imposição legal ou por indicação da instituição?

Um jovem quando sai aos 18 anos e não tem retaguarda familiar, se o tribunal ou a CPCJ entenderem que de facto este jovem até tem alguma margem de manobra para ser autonomizado, o próprio jovem junto da técnica da segurança social que depois comunica com o tribunal ou a CPCJ podem fazer esse pedido de apoio para autonomia de vida, ou seja, não é pelo jovem sair daqui que não pode contar com esse apoio. O que é que acontece, na grande maioria das vezes, quando os jovens saem daqui aos 18 anos, os técnicos que acompanham os processos também já fizeram muita pressão para que o jovem continue e tudo mais e apercebem-se realmente de que o que o jovem quer é uma libertinagem e uma vida mais fácil. A experiência diz-nos que pelo menos para apoios financeiros não costumam ser aprovados quando os jovens saem por livre vontade. Agora, os apoios de saúde será sempre o sistema público. Enquanto instituição temos parceria com o hospital privado de Guimarães, mas depois não conseguimos manter essa parceria porque o jovem não já está cá. Quando saem, depois ficam dependentes única e exclusivamente do sistema público de saúde e pronto, é o que podem contar, quer com a saúde, quer escola... Terão sempre de recorrer às instâncias públicas.

Da nossa parte, o que fazemos é uma articulação muito próxima com os técnicos da CPJC ou EMAT. Quando o jovem toma a decisão e nós ficamos com os contactos, futura morada para se houver alguma questão que seja necessário articular com ele termos alguma referência geográfica, agora um jovem que saia por livre vontade e que não queria facultar os seus dados, nós não conseguimos garantir. Imaginemos que jovem sai aos 18 anos e não quer dar informações sobre para onde vai, com quem vai viver, não podemos obrigar um jovem maior de idade a facultar-nos essas informações. Habitualmente, os jovens informam-nos sempre com quem vão viver, mas não têm essa obrigação. Isto tem de ficar claro porque de facto, por muito boa vontade que tenhamos não conseguimos, até porque o jovem nos pode enganar. Nós costumamos estudar junto das instituições da primeira linha como o caso das equipas de RSI, as equipas de habitação social e tudo mais, tentamos sempre articular com essas equipas e pomos sempre os jovens em contacto com elas. Aliás, eles começam isso já previamente quando estamos a estabelecer competências de autonomia, começamos a ensinar a quem recorrer, para que serve a segurança social, para que servem os tribunais, os bancos... Assim, quando o jovem quiser começar a procurar uma autonomia diferente, pode ter

essa possibilidade e saber onde recorrer. Mas efetivamente são essas equipas que fazem esse acompanhamento, mas tem de ser sempre o utente a procurar a equipa e não ao contrário. No caso de RSI já tivemos pelo menos um caso que eu me recorde em que foi pedir RSI, também tenho informação de que não foi aprovado porque era um jovem que tinha muitos problemas de comportamento de consumo de estupefacientes e então a segurança social como já tinha conhecimento disso, não aprova este tipo de apoios e a meu ver de forma fundamentada. Não se pode permitir este tipo de comportamentos em idades tão jovens. Se apoiamos um comportamento destes ao 18, como vamos apoiar aos 30 ou 40, quando a situação já não tiver nenhum controlo. Nós nunca tivemos um caso em que o jovem recebesse RSI, mas parto do princípio de que essas equipas estão atentas a este tipo de situações e que se um jovem já apresenta alguma solidez no seu percurso que até conseguiu arranjar trabalho, tem estado estável... e eu quero crer que nestas situações os jovens conseguem o apoio da segurança social. Mas para os 3 mais velhos, tenho a certeza de que não saem antes dos 21 anos porque nós somos a família deles.

6. Daquilo que conhece ser a prática em Portugal relativamente ao processo de autonomização dos jovens institucionalizados, considera que é o indicado ou que existem melhorias a realizar?

Eu faria algumas mudanças no sistema de acolhimento residencial e tentaria pôr mais em prática o que nos diz a própria legislação. O que nós estamos a verificar é que é cada vez mais difícil pedir ajudas a outras instâncias. Por exemplo, perante um jovem que apresente consumos, que apresente imensos comportamentos disruptivos, estou a falar de roubos, furtos, de furtos qualificados e de coisas já gravosas, de facto quando tentamos recorrer às instâncias que encaminharam para cá o jovem para pedir apoio e dizemos que não estamos a conseguir lidar com este comportamento, que precisamos urgentemente de uma intervenção mais especializada, sentimos que de facto aqui as respostas fogem todas. Ninguém nos dá uma resposta efetiva, temos de colocar na mesma casa jovens que necessitam de proteção, quer pelas situações familiares de onde vinham, quer pelas situações em que eles próprios se puseram em risco e depois também temos de os proteger dos jovens que estão cá a colocar esses mesmos jovens em risco. À tantas já não sei se estou a defender criminosos ou vítimas porque é mesmo assim que estamos neste momento com o acolhimento residencial. A minha principal sugestão era para as equipas que coordenam os casos, já nem me refiro aos tribunais porque o juiz não vem aqui, mas as EMATS, equipas da segurança social que prestam este acompanhamento direto junto dos tribunais e as CPCJ que acompanham os casos. Quando eu digo acompanham, deveriam acompanhar não só através de e-mail ou telefone, deveriam estar cá, porque de facto a maioria dos jovens sei lá passam um ano e se tiverem cá a presença de um técnico uma vez num ano eu acho que seria já muito bom. À distância, com base num papel é sempre muito relativo, as pessoas cingem-se ao que está escrito, não têm contacto direto, não questionam o jovem, não falam com eles,

não perguntam o que se passa contigo. Muitas das vezes os miúdos vêm encaminhados pela polícia, sem o acompanhamento de mais ninguém, muitas das vezes sem a própria roupa de casa, vêm com a roupa que têm no corpo e chegam cá assim e muitas outras vezes chegam sem o técnico que esta a coordenar o caso da CPCJ ou EMAT. Estas situações para mim são muito más porque o miúdo chega cá desprotegido, vem para uma instituição habitualmente associada a uma carga negativa, é uma prisão, uma coisa muito má. Não é de facto, aliás das primeiras coisas que tento desmistificar é o facto de isto não ser uma prisão, não ser um regime fechado. É um regime aberto, os jovens frequentam a escola no exterior, a maioria das atividades também é no exterior, quer dizer, a nossa casa caba por ser uma casa como outra qualquer em que nós estamos na escola durante o dia e depois vimos a casa fazer refeições, tomamos banho, temos apoio ao estudo, claro que aqui é especializado, porque temos uma equipa de voluntários enorme que presta este apoio ao estudo diariamente e de facto depois dormem aqui. É uma casa normalíssima, só que vivem mais crianças e jovens, mas de facto não é esta a construção mental nem a identidade que os jovens têm sobre este tipo de casas. Há uma carga negativa muito forte associada a estas casas. Se calhar também pela falta de acompanhamento que os técnicos que encaminham para cá os jovens têm. Eles não conhecem estas casas e como não conhecem, também não poderão dizer aos jovens que vêm para uma casa diferente daquilo que eles estão à espera. A experiência, o que nos tem dito é que 90% dos casos dos técnicos que chegam até cá ficam tanto ou mais surpreendidos que os próprios jovens. Porque chegam cá e esperam uma coisa, mas posso-lhe dizer que o acolhimento é feito numa sala de reuniões e que tenho sempre à vontade cerca de 6 pessoas do Lar, mas dois jovens que fazem este acolhimento, eu faço questão nos acolhimentos dos novos de ter a casa cheia, porque é um jovem que vem para a nossa família.

7. Se pudesse alterar algum aspeto do regime legal direcionado para o apoio aos jovens que já saíram da instituição, que alteração/alterações faria?

Penso que a minha alteração principal seria a questão que referi na pergunta anterior sobre o acompanhamento dos técnicos das CPCJ ou EMATS durante todo o processo, que, claramente, depois influencia o apoio que é dado posteriormente, no momento de saída da instituição. Pois quanto menos o técnico conhece o jovem e a sua vida, menos poderá ajudá-lo e encaminhá-lo para as respostas adequadas.

Anexo IX

Entrevista Realizada ao Entrevistado 4

Parte I – Identificação geral

1. IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO E ENTREVISTADO
1.1. Nome da instituição: Centro Juvenil de Campanhã
1.2. Concelho de localização: Campanhã
1.3.1. Nome do entrevistado: Hernâni Barbosa
1.3.2. Função do entrevistado: Educador Social
2. DADOS SOBRE A SUA FUNÇÃO:
2.1. Há quantos anos exerce funções nesta instituição: 5 anos
2.2. Quantas crianças acompanha diretamente: 12 jovens
2.3. Qual o intervalo de idades das crianças que acompanha? De anos 18 até aos 20 anos

Parte II – Questões sobre o processo de acompanhamento e de autonomização dos jovens institucionalizados

1. De que forma e desde que idade se começa a trabalhar a autonomia do jovem, preparando-o para a saída da instituição?

Ahhh... A preparação para a saída da instituição, é assim, nos jovens mais velhos, tem-se vindo a preparar para que eles acabem o curso, frequentem cursos, frequentem aqui o programa de lavandaria que neste momento não temos máquina não pode ser executado, que aprendam a fazer algumas refeições que também não está a ser executado, mas uma boa parte dos jovens já sabe e depois vamos também estudando os casos. Alguns com 20 anos vão regressar junto da família, pronto, nós sabemos disso e vamos preparando a integração deles junto da família. Procuramos prepará-los para a integração na família, embora muitos, por vezes, como já não têm retaguarda familiar, é assim, se eles estiverem a trabalhar, muito bem, se não fazemos a sinalização para o RSI e é o que acontece após os 21, já não há nada que possamos fazer.

Nós, por exemplo, pode chegar aqui um jovem com 14 anos e depois nós vamos definir o projeto de vida, se vai ser reunificação familiar ou autonomia, que são esses os dois principais. Se for reunificação nós vamos ter de preparar a reintegração, pronto, desse jovem nessa família, através depois de visitas domiciliárias, trabalhar com a família alguns aspetos, porque nós podemos ter um jovem que está aqui um mês por algum problema que surgiu e sei lá, tive um caso em que o jovem tinha agredido o pai porque tinha feito consumos em casa e na escola cumpria com tudo, era bom aluno e depois, passado 4 meses regressou a casa, porque o problema tinha-se resolvido. Tudo isso depende um bocadinho do que é que o leva a estar institucionalizado, o motivo.

2. Há jovens que após os 18 anos pretendem permanecer nesta instituição? O que considera que os motiva a ficar?

Às vezes, para alguns, há faltas de alternativas, porque eles sabem que regressando a casa, a vida deles não vai melhorar e porque entendem que enquanto na instituição, alguns podem atingir o ensino superior. É mais fácil enquanto estiverem aqui poderem estudar.

3. E no caso dos jovens que aos 18 anos pretendem sair da instituição, o que entende que os faz querer sair tão precocemente?

Alguns porque já não querem cumprir mais, estarem sujeitos a regras, muitos ignoram completamente os que lhes está a ser pedido. Muitos ignoram as consequências.

4. Qual a sua opinião sobre a possibilidade de o jovem viver os seus últimos anos de institucionalização num apartamento de autonomia?

Nós não temos apartamentos de autonomização. Acho que a instituição está a apresentar um projeto, mas não sei como isso está, pelo menos era a intenção desta administração. Acho que era muito benéfico para eles.

5. E relativamente ao apoio para a autonomia de vida, considera uma boa opção para trabalhar a autonomia dos jovens?

Há a medida de promoção de autonomia de vida que é aplicada em que eles recebem um montante e os jovens têm que ter umas certas condições. Não sei muito bem como é que funciona... Sei que têm de ter uns certos requisitos e eles podem ter um valor que ronda mais ou menos o valor que ronda o salário mínimo, mas não ficam aqui, em geral. Nunca calhou, eu estou aqui há 5 anos e nunca saiu nenhum jovem para a autonomia de vida com esse apoio.

6. Há algum jovem nesta instituição que esteja a viver num apartamento de autonomização ou a usufruir do apoio para a autonomia de vida?

Não, não temos nenhum jovem em nenhum desses casos.

7. Já acompanhou a saída de algum jovem desta instituição? Enquanto técnico, como viveu esse acontecimento? E para o jovem, como decorreu esse momento de saída?

Após os 21 não fazemos o acompanhamento, até mesmo após os 18 anos. Quando os jovens que são menores de idade vão para casa por vezes o tribunal pode pedir à segurança social para fazer o acompanhamento durante 3, 4 ou 6 meses em meio natural de vida. Após os 18 anos quando sai, ele assina e não há mais nada. O que nós sabemos é quando eles aparecem aqui e nos dizem que as coisas correm bem ou não. Depois temos jovens que sabemos que estão presos outros são sem abrigo, outros até conseguiram estar a trabalhar.

Relativamente ao momento de saída em si, também depende do jovem. Com aqueles em que já me habituei mais vivo com alguma tristeza, porque era daqueles jovens que já estava habituado, mas também é assim. Eles em algum momento tinham de sair e quando começam a caminhar sozinhos também é sinal que alguma coisa teve efeito, teve um resultado positivo. Por exemplo, um jovem daqui arranhou emprego porque fez um estágio e embora o restaurante depois tivesse fechado, já soube que ele está a trabalhar noutro restaurante. Pelo menos nisso, é positivo, porque foi um jovem que saiu daqui para trabalhar ou pelo menos está a trabalhar, porque a pior coisa que pode acontecer é quando os jovens que saíram e ficaram dependentes do RSI e estão metidos no mundo do crime, pronto ... Por exemplo, para este jovem, ele saiu em novembro e eu nem o vi, ele foi de férias e eu nunca mais o vi, entretanto não regressou. Eu deixei prolongar um bocadinho a situação do acolhimento e entretanto ele veio aí buscar as coisas dele e pronto.

8. De que tipo de apoios dispõem estes jovens quando saem da instituição por sua vontade, por imposição legal ou por indicação da instituição?

É assim, cessando com a maioria o processo de promoção e proteção, nunca mais o processo pode ser reaberto, ou seja, cessam todas as medidas. Depois com essa idade é a ação social, é candidatarem-se ao RSI e beneficiarem dos apoios previstos no âmbito do RSI e alguma coisa se for alojamento, dirigindo-se à ação social da segurança social, estão dependentes de uma consulta.

9. Daquilo que conhece ser a prática em Portugal relativamente ao processo de autonomização dos jovens institucionalizados, considera que é o indicado ou que existem melhorias a realizar?

Nisso eu não me posso pronunciar muito. Eu acho que em alguns casos, a idade devidamente justificados devia ser prolongado, pelo menos 22/23 anos. De resto, da parte de como está a funcionar a medida de autonomização e mesmo a medida de promoção eu não sei e dos apartamentos de autonomização também não sei responder. O que eu sei dos apartamentos de autonomização é benéfico porque eles são praticamente obrigados a aprender como gerir uma casa, luz, água, cozinhare, tratarem das roupas.

10. Se pudesse alterar algum aspeto do regime legal direcionado para o apoio aos jovens que já saíram da instituição, que alteração/alterações faria?

Se calhar, em alguns casos, a idade ser prolongada, nos casos que fosse devidamente justificado e que o jovem necessitasse mesmo. Acho que era só isso.

Anexo X

Entrevista Realizada ao Entrevistado 5

Parte I – Identificação geral

1. IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO E ENTREVISTADO
1.1. Nome da instituição: Casa do Vale
1.2. Concelho de localização: Porto
1.3.1. Nome do entrevistado: Pedro Ferreira
1.3.2. Função do entrevistado: Educador Social / Diretor Adjunto
2. DADOS SOBRE A SUA FUNÇÃO:
2.1. Há quantos anos exerce funções nesta instituição: 11 anos
2.2. Quantas crianças acompanha diretamente: 4
2.3. Qual o intervalo de idades das crianças que acompanha? Dos 14 anos até aos 20 anos

Parte II – Questões sobre o processo de acompanhamento e de autonomização dos jovens institucionalizados

1. De que forma e desde que idade se começa a trabalhar a autonomia do jovem, preparando-o para a saída da instituição?

Pode ser a partir dos 12 ou dos 11, pois já tivemos um jovem dessa idade aqui. O que é importante, antes de mais, é perceber o que significa isto da autonomia de vida porque toda a gente é preparada para a autonomia de vida, faz parte do processo de crescimento e da nossa educação em família. A casa do vale é um centro de acolhimento temporário, portanto, se as coisas funcionassem no melhor dos mundos, nos acolheríamos jovens por 6 meses, 1 ano ou um ano e meio, sempre na perspetiva de trabalhar o regresso ao contexto familiar. É isso que diferencia a resposta de CAT dos LIJ, sendo que a lei fala do superior interesse da criança e identifica a família como elemento privilegiado de todo o trabalho que se faz com as crianças, o que faz todo o sentido. E por isso, para dizer que, independentemente de haver a perspetiva do regresso a casa num curto espaço de tempo (6 meses – 1 ano), há aspetos que se relacionam com o crescimento de cada jovem que são naturalmente, competências de autonomia. Se eles entram com 14 e saem com 15 ou 16 espera-se, naturalmente que saiam mais autónomos, com mais capacidade de lidar com as suas dificuldades sozinhos, competências de viver em sociedade, gerir o seu espaço, a sua casa. Porém, posto isto, há jovens que imaginamos que dificilmente terão um contexto familiar para onde possam ir e ser integrados. Por contextos de razão familiar, uma dinâmica patológica, pai, mãe ou adultos de referência podem ser pessoas com uma deficiência mental. Ora, prevemos logo que os jovens fiquem por um período de tempo mais longo. Amanhã teremos um jovem que faz 7 anos que está aqui, é o jovem com o maior período de institucionalização, mas já tivemos um com mais de 6 anos e vários com mais 5 anos. Portanto, o trabalho que fazemos aqui com eles é de longo prazo e imaginando que quando tiverem de sair daqui vão ter de viver sozinhos, logo a autonomia coloca-se como projeto de vida, mas o trabalho de autonomia não é diferenciado. A autonomia de vida enquanto projeto de vida, é digamos, o projeto de vida quando não há projeto de vida, porque o projeto de vida pode ser o regresso à família nuclear, ou à família alargada, pode ser institucionalização para a vida. A autonomia de vida acontece quando não há uma resposta objetiva. O miúdo que lhe falei que está aqui há 7 anos tem 19 anos, fará 20 brevemente. Trata-se de um jovem que foi retirado à sua família para um processo de adoção, ele teria 5/6 anos, na altura foram retirados 3 irmãos. O mais novo foi adotado e os outros dois não foram, o que é uma realidade muito comum. Como não foram adotados permaneceram em contexto institucional desde essa idade, ora, está há 15 anos institucionalizado, tendo em conta as suas características, tem uma debilidade mental que é incapacitante no sentido de ele ser autónomo, não obstante trabalharmos as competências de autonomia. Este rapaz com 20 anos vai de transportes públicos para onde precisa de ir, para Matosinhos para a praia... se precisar prepara uma refeição para si. Portanto, tem estas competências de autonomia,

embora não seja capaz de fazer uma gestão de dinheiro, de gerir o seu espaço, de constituir família. Neste caso, tem um tutor e estará institucionalizado para o resto da vida, mas a autonomia também foi trabalhada aqui. A autonomia de vida é sempre trabalhada, faz parte dos processos normativos de uma instituição desta, como suponho que de todas as outras.

2. Há jovens que após os 18 anos pretendem permanecer nesta instituição? O que considera que os motiva a ficar?

A resposta é muito taxativa. Aqueles que cá estão nessa fase da vida só não ficam aqui quando têm uma resposta familiar e quando têm uma resposta bem estruturada. Os outros pedem sempre para ficar. Objetivamente, com 18 anos, nos dias de hoje, não é nada fácil. Estou a pensar no caso de um rapaz que saiu daqui com 18 anos, já foi seguramente há 7 anos, um miúdo com várias competências, que conclui um curso de formação com equivalência ao 12º ano na área de informática, que era na área do seu interesse. Este jovem, com 18 anos entendeu que tinha condições para se autonomizar. Nós, na altura, tínhamos pouca experiência nestas saídas, mas procuramos todas as respostas para o ajudar na sua saída e as coisas não correram muito bem, aliás, não correram nada bem porque a segurança social supostamente iria suportar parte do aluguer de uma pensão e o dinheiro nunca veio, veio muito tarde. Por outro lado, eu com 18 anos, deus me livre ter ido viver sozinho, faço ideia do que teria sido da minha vida.

Neste momento, alguns jovens com 16/17 anos dizem que lhes apetece sair daqui, que já estão fartos disto tudo, mas eles sabem que o melhor é ficar e costumam ficar. Se me perguntasse há uns anos atrás qual era a tipologia da Casa do Vale eu dir-lhe-ia que era receber jovens dos 12 aos 18 anos, hoje digo que são jovens dos 12 aos 21. É cada vez mais prática comum estas institucionalizações até esta idade. Já há exemplos de instituições que prestam apoio de uma forma não oficiosa, com um enorme jogo de rins, a jovens com mais de 21 anos. Conheço uma instituição que acolhe raparigas e tem miúdas com 22/23 anos e que estão no ensino superior e que estão a receber este tipo de apoio. Nós temos aqui dois casos muito concretos, no meio de 13, que possivelmente ficarão aqui depois dos 21 anos. Um deles, tem 20 anos, fará 21 agora em abril e é um caso no âmbito da saúde mental que não tem condições para viver sozinho, por exemplo, nem sai sozinho da Casa. Logo, o projeto de vida deste rapaz é institucionalização para a vida e não há vagas. Nós podemos no dia em que ele faz 21 anos ir com ele ali à sede da segurança social e dizer, pronto, aqui está. Nós não vamos fazer isso, nem a segurança social deixa que se chegue a uma situação dessas. Por isso, ele ficará por cá até haver uma resposta para ele. Agora, os gastos com ele após os 21 anos, serão da responsabilidade da segurança social e, como é evidente, ela não vai descartar ninguém. O outro caso, tem todas as competências para ser autónomo, está a fazer um processo formativo, saindo daqui vai ter de arranjar um emprego, um salário e entendemos que há aqui todo um processo formativo que será no mínimo interrompido e não faz muito

sentido, não faz sentido nenhum. Temos uma lei fundamental que é a Constituição que diz que somos iguais em direito e deveres, mas pronto, uns são mais iguais do que outros. Cabe-nos a nós, claro, dar resposta a estes casos.

3. E no caso dos jovens que aos 18 anos pretendem sair da instituição, o que entende que os faz querer sair tão precocemente?

É haver uma resposta familiar, necessariamente a família é melhor do que a instituição e é bom que assim seja. No dia em que cumprem 18 anos, se não houver um pedido de prorrogação, a medida cessa. Mas estas decisões não são tomadas no dia anterior ao aniversário, há um trabalho que vai sendo feito e a família é aqui um elemento muito importante, seja ao nível da medida de autonomia de vida, seja noutras medidas. Tem a ver com as próprias dinâmicas da instituição. Nós procuramos que os pais, ou os adultos de referência estejam nas consultas médicas, reuniões de escola. O paradigma antigo de o jovem sai da família para a instituição e deixa de pertencer à família, isso não faz sentido. Nós não temos um trabalho de acompanhamento posterior à desinstitucionalização, gostaríamos de o ter. Eu pessoalmente até o gostaria de fazer, eventualmente noutra altura e com outras condições. Vamos começar agora a fazer um trabalho mais ou menos nesse âmbito e acompanhar alguns processos, mas pela própria natureza desta casa, porque são poucos jovens, 13 e nós também somos poucos, podem-se criar aqui alguns laços de afetividade muito interessantes e importantes que perduram. Nós depois vamos fazendo aqui um especial de follow-up, mas sempre oficioso. E conhecemos muitos casos, e há casos que não perdemos. Em cento e tal acompanhamos aqui, seguramente 30, eles vem cá, mostrar os filhos, falar connosco. Os casos de reintegração familiar, habitualmente correm bem porque há aqui um trabalho prévio que é feito com a família.

4. Qual a sua opinião sobre a possibilidade de o jovem viver os seus últimos anos de institucionalização num apartamento de autonomia?

Aqui nesta casa juntamente com outro colega desenvolvemos um projeto de apartamento de autonomia, podendo ser uma valência desta casa. Concorreremos a um financiamento da Calouste Gulbenkian, mas não foi aprovado. Esta associação entende que não tem a ver com a sua missão, enfim, acabamos por não conseguir avançar e a Câmara do Porto até já nos tinha doado um apartamento, ficando a cargo da casa decorar e manter a casa, sendo a casa a garantir a manutenção. Há varias instituições que estão a optar por essa via. Neste contexto de centro de acolhimento temporário ou LIJ, faz todo o sentido. O que lhe falei dos miúdos que ficam para lá dos 21, não diz que a lei esta mal, a lei tem de se adequar à realidade, se não é uma anedota. Efetivamente, em 1998/99 quando a lei de promoção e proteção foi aprovada, foi um passo gigantesco naquilo que havia que era miserável, entretanto já se passaram uns anos, quase 20 e as exigências que a sociedade vai colocando também se alteram. Efetivamente, sejamos nós muitos ricos ou pobres, pretos, brancos ou amarelos, no nosso país, no mundo real onde vivemos, os jovens autonomizam-se cada vez mais tarde de casa. Um jovem que saia com 27 anos de

casa dos pais, quer dizer, não é um desgraçado, nem um perigo social, é uma pessoa normal. E portanto, se as instituições não são capazes de acompanhar isto que é uma tendência social então não estamos a fazer o nosso trabalho de promoção e de muito menos de proteção. Estamos a promover o quê? Estamos a manter aqui uns sujeitos 3 / 4 anos que ficam muito caros ao estado, pelo menos que sirva para alguma coisa, para eles, desde logo e depois para os outros, para a sociedade. O princípio economicista faz todo o sentido aqui, pois é mais barato pagar a Casa do Vale para os miúdos estarem aqui 3 ou 4 anos, do que pagar ali a Cadeia de paços ferreira para estarem 10 ou 15. Por outro lado, naqueles 10 ou 15 anos se ele estiver integrado, trabalhar, contribuir para a sociedade, se calhar é capaz de ser mais positivo. Ter um espaço onde este pessoal possa estar, possa ter um espaço de autonomia, mais individualizado, sem doutores em cima, onde haja espaço para a gestão da casa, só temos a ganhar com isto. E acho que muitas vezes mais do que ter a ver com a falta de fundos, tem que ver com um caminho natural de evolução do contexto institucional que tem de ser percorrido. Quanto menos instituição for a instituição, melhor é a instituição. Quanto mais normativo for o meio em que eu cresço, mais feliz vou ser na minha vida, integrado, equilibrado. Há muitas dinâmicas dentro de uma instituição destas que nem são dinâmicas caseiras, logo, estes espaços seriam sítios positivos para se proporcionar mais privacidade e dinâmicas mais caseiras, trabalhávamos melhor. Depois, não é líquido que seja mais caro do que ima instituição, não é. Quando se faz um trabalho para integrar uma residência de autonomia, há um trabalho anterior, Não se espera que o jovem a integre e depois tenha de descer de divisão e voltar pra instituição. Há uma série de características, competências de autonomia que se esperam que estejam adquiridas e nem toda a gente as adquire com a mesma idade. Mas depois não haverá lá 3 técnicos, monitor, cozinheira e senhora da limpeza e depois os municípios estão disponíveis para apoiar. Todos os exemplos que conheço de residência de autonomia fora do contexto institucional são apoiados pelo município, objetivamente, com uma casa. Da mesma forma que a certa altura se percebeu quem uma instituição com 130 jovens não era funcional e era melhor serem 13, isto não foi pacífico, isto é muito caro, mas funciona melhor objetivamente, os trabalhos que vão sendo feito até ao nível académico vão dando conta de que os resultados são melhores. Penso que com os apartamentos de autonomia funcionará assim também. Há pouco falava-me de um jovem que sai de casa aos 18 anos para ir estudar, o comum é o pai ligar, saber se esta tudo bem, se jantou, se tem dinheiro, isto é normativo não é? Então porque é que não podemos fazer isso? Acho que o devemos fazer.

Toda a gente que procura aqui fazer trabalho no âmbito da autonomia e por todas as instituições onde vão estando, identificam esta necessidade. Nós abdicamos aqui de 2 gabinetes para termos mais 2 quartos individuais e para quem são? Um sempre para quem entra de novo, evitar praxes e coisas idiotas que agora não costumam acontecer, mas podem acontecer. Os outros 3 quartos individuais são para os jovens mais velhos, criamos as condições que podemos para que eles tenham o melhor processo de

autonomização e do que conheço todas as instituições procuram fazer isso, desde que tenham condições físicas para tal.

5. E relativamente ao apoio para a autonomia de vida, considera uma boa opção para trabalhar a autonomia dos jovens?

Normalmente, isso é utilizado quando não há mais nenhuma alternativa, mas faz sentido que exista. Eu não tenho muitos casos, apenas 2 ou 3. Um que não correu nada bem, outro que já correu um bocadinho melhor, pronto não tenho uma opinião formada sobre isto. Não me lembro das verbas destes jovens e do que sei, o problema não era tanto o valor, era o facto de ele não cegar em tempo útil. Durante algum tempo, os jovens saíam das instituições e iam para pensões, que não eram espaços muito agradáveis, onde havia prostituição e comportamentos do género. Faz sentido que a própria segurança social procure espaços adequados para os jovens viverem.

6. Há algum jovem nesta instituição que esteja a viver num apartamento de autonomização ou a usufruir do apoio para a autonomia de vida?

Neste momento não.

7. Já acompanhou a saída de algum jovem desta instituição? Enquanto técnico, como viveu esse acontecimento? E para o jovem, como decorreu esse momento de saída?

Já acompanhei várias, algumas muitos boas. Eles vivem de forma ambivalente, porque tirando o caso de miúdos que entram aqui e fogem no dia seguinte, os que vão ficando, vão criando empatia, relações positivas e vão apropriando-se deste espaço como deles e regressar a casa trás um conjunto de desafios, por vezes assustadores. Jovens que estão institucionalizados durante um certo período fazem grandes aquisições, conquistas e depois nos últimos ¾ meses parece que anda tudo para trás porque têm medo. Mas quando saem, os dias seguintes nem sempre são maus, muitas vezes é o regresso ao colo materno. Quando saem aos 21 anos e vão ter de trabalhar, nós também procuramos fazer um trabalho prévio de construção de relações com pessoas da comunidade. Temos voluntários, idealmente um por jovem, inicialmente pede-se apoio escolar, mas o interessante é que a relação se vá construindo, para que quando a saída se dá, a casa do vale não seja o único elo. Nós procuramos que todos os jovens estejam em escolas diferentes, que façam desporto ou cursos que queiram ou aulas de música para que construam laços. Isto para que quando se dê a saída, existam diversos suportes sociais diferentes. A saída é sempre assustadora, principalmente quando estão cá por muito tempo, mas a vida também tem coisas muito boas.

8. De que tipo de apoios dispõem estes jovens quando saem da instituição por sua vontade, por imposição legal ou por indicação da instituição?

Há muitos. Quando saem antes dos 18, habitualmente o técnico responsável da CPCJ ou da EMAT continua ligado ao caso para acompanhar a ida para casa. Depois há

organizações que acompanham as famílias e fazem um trabalho intenso até ao nível das relações familiares. Além disso, muitas destas famílias têm apoios sociais como o RSI, logo existe também acompanhamento técnico. Depois existem organizações até ligadas à religião, vicentinos, paróquias, projetos municipais. Um dos grandes desafios que se coloca quando um jovem entra na instituição é pôr toda a gente que está a trabalhar com a família, a conversar e a perceber o que se está a fazer.

Os mais velhos, que saem para trabalhar ou para tratar da sua vida, no caso de quererem ir para a faculdade, o que nunca aconteceu aqui com nenhum jovem, a não ser com um que pensou em ir para a faculdade e nessa altura até liguei para uma colega que já tinha estado na FAP e que me referiu que se conseguiria arranjar bolsa e alojamento. Agora, se é um jovem com 19, 20 anos que quer sair da instituição e não tem retaguarda familiar, eu sou da opinião de que deve ficar na instituição, pois é um lugar mais protegido, mais seguro, onde poderá trabalhar ainda as suas competências, tem outras condições ... penso que é sempre preferível. Mas havendo saída, existe o RSI... Se é suficiente, não sei, mas pelo menos é um ponto de partida, temos de ser pragmáticos e não nos podermos focar só nas soluções ideias, o que não significa que não devamos procurar as soluções ideias. Agora, que não é suficiente, isso não!

O problema destes jovens não é estarem institucionalizados, o problema deles é estarem num país que não dá resposta aos jovens em geral. O ideal para um miúdo que sai daqui com 19/20 anos que não está em formação, era ter um posto de trabalho com os direitos reservados pela lei. Isto é a melhor forma de integração, melhor do que subsídios, do que apoios institucionais... Se eu conseguisse que uma empresa em vez de me dar cheques prenda no natal, me dissesse “nós garantimos um posto de trabalho na nossa linha de produção durante x anos”. Isto era incrível, mas isso nós não temos. Há apoios do estado, a questão do subsídio de autonomia, o RSI, estes são os que existem, temos de os agarrar para que estes jovens possam, com este pouco, que é pouco, seguir em frente. Mas esta é a realidade social, não é a realidade dos meninos da casa do vale. É a realidade dos meninos do país onde está a casa do vale.

9. Daquilo que conhece ser a prática em Portugal relativamente ao processo de autonomização dos jovens institucionalizados, considera que é o indicado ou que existem melhorias a realizar?

Durante anos e anos foram institucionalizados crianças com dias e semanas de vida retiradas às famílias e muito bem, mas nós já sabemos há quantas dezenas de anos o que é a vinculação e a importância da vinculação para a nossa vida futura e equilíbrio mental. Mas sabemos isto e continuamos a ter de retirar crianças com semanas e meses de vida que têm uma figura de referência em cada turno de trabalho e às vezes nem são sempre as mesmas, ora bem, não podemos escravizar os adultos, se calhar faz sentido é que não haja instituições com menos de 3 anos. Aqui em Espanha, por exemplo, não se pode institucionalizar crianças com 3 anos, isto é a evolução natural, e o que nos diz a ciência e o que nos diz a prática, mas não é de um dia para o outro. A autonomização eu penso

que será a mesma coisa. Os exemplos que existem dos apartamentos de autonomia e de respostas similares e penso que a resposta será por aqui.

10. Se pudesse alterar algum aspeto do regime legal direccionado para o apoio aos jovens que já saíram da instituição, que alteração/alterações faria?

Penso que os apartamentos de autonomia e a prorrogação deste período de institucionalização porque os 21 anos parece-me efetivamente pouco para quem não tem nenhuma retaguarda, é a evolução natural.

Anexo XI

Entrevista Realizada ao Entrevistado 6

Parte I – Identificação geral

1. IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO E ENTREVISTADO
1.1. Nome da instituição: Centro Juvenil de S. José
1.2. Concelho de localização: Guimarães
1.3.1. Nome do entrevistado: Carla Maria Esteves de Oliveira
1.3.2. Função do entrevistado: Assistente Social
2. DADOS SOBRE A SUA FUNÇÃO:
2.1. Há quantos anos exerce funções nesta instituição: 5 anos
2.2. Quantas crianças acompanha diretamente: 14
2.3. Qual o intervalo de idades das crianças que acompanha? Dos 11 anos até aos 21 anos

Parte II – Questões sobre o processo de acompanhamento e de autonomização dos jovens institucionalizados

1. De que forma e desde que idade se começa a trabalhar a autonomia do jovem, preparando-o para a saída da instituição?

Desde os 15 anos de idade, embora nesta fase ainda não seja tão exigente e meticoloso, mas começa a preparar para a vida quotidiana. Depois fazemos atividades de diversos tipos: por exemplo, foi um voluntário da instituição que trabalha num banco, ensinar como depositar um cheque, como gerir o dinheiro, etc. Depois, no dia-a-dia, reforçamos a questão de gestão doméstica, dos valores pessoais, da família. Vamos falando das nossas famílias também, mostrando-lhes que não há famílias perfeitas. E apostamos muito também na questão da resolução de conflitos, tentando atenuar a experiência e os exemplos que eles trazem de má resolução de conflitos. Além disso, vamos começar agora com *workshops* de culinária: saber fazer uma refeição, saber fazer as compras para casa.

2. Há jovens que após os 18 anos pretendem permanecer nesta instituição? O que considera que os motiva a ficar?

Sim, porque não tem retaguarda familiar sólida. Neste momento temos 3 jovens mais velhos, sem retaguarda familiar nenhuma. Não tem nenhum familiar que os possa receber de uma forma adequada. Os próprios jovens sabem que a família é tão frágil que preferem ficar aqui. Aqui sentem-se parte. Os pais não têm o mínimo de competências. Sabem que é a família deles, gostam deles, mas reconhecem que não querem ser iguais aos seus pais.

3. E no caso dos jovens que aos 18 anos pretendem sair da instituição, o que entende que os faz querer sair tão precocemente?

‘Curiosidade’ de experimentar uma vida autónoma, fazer o que querem, chegarem às horas que querem a casa e outros porque querem regressar à família nuclear. Mas muitos deles arrependem-se logo a seguir.

4. Qual a sua opinião sobre a possibilidade de o jovem viver os seus últimos anos de institucionalização num apartamento de autonomia?

É muito positivo, uma vez que permite adaptarem-se ao quotidiano no exterior. Nestes apartamentos eles têm a sua autonomia e independência.

5. E relativamente ao apoio para a autonomia de vida, considera uma boa opção para trabalhar a autonomia dos jovens?

O apoio para a autonomia contempla um apoio financeiro de 419€ e um apoio ao nível de recursos humanos. O caso é sempre supervisionado pela CPCJ ou EMAT, no máximo até aos 21 anos, pois normalmente estes jovens estão fora da instituição. Porém, os

técnicos da CPCJ ou EMAT têm inúmeros casos e não conseguem acompanhar devidamente estes casos. Um jovem que viva num apartamento de autonomização ou que receba o apoio para autonomia de vida que não tenha um apoio muito próximo é complicado. Esta supervisão deveria ser constante, até porque para muitos jovens terem dinheiro no bolso é para gastar. É bom ter o dinheiro, mas ele acaba por ter de se desenrascar sozinho porque o dinheiro não dá para tudo. A questão da supervisão é uma questão muito importante neste tipo de medidas. Há jovens em autonomia de vida, mas é uma autonomia muito pouco autónoma porque recebem o dinheiro e uns dias depois já não têm o dinheiro e andam a pedir cabazes. A supervisão tem de ser próxima e constante que não há.

6. Há algum jovem nesta instituição que esteja a viver num apartamento de autonomização ou a usufruir do apoio para a autonomia de vida?

Não há apartamentos fora da instituição, o que temos é uma ala de autonomia. Do apoio para autonomia de vida estão 2 a usufruir, mas é a instituição que os supervisiona, os técnicos não vêm visitar os jovens, é tudo transmitido por relatórios. Mas não concordo que assim seja, é importante que a pessoa a quem o processo esta entregue veja in loco o que está a ser feito... A lei é muito bonita, mas depois na prática é difícil e as pessoas que a aplicam deviam vê-la quotidianamente.

7. Já acompanhou a saída de algum jovem desta instituição? Enquanto técnica, como viveu esse acontecimento? E para o jovem, como decorreu esse momento de saída?

Não é fácil... Claro que há jovens a quem nos afeioamos mais do que a outros, empatias, feitos, valorização do próprio jovem pelo nosso trabalho. Mas é um bocadinho perder um filho, temos um sentimento muito protetor em relação a todos. Mesmo os que se portam mal, quando eles saem, há sempre aquela saudade e aquela nostalgia. E a muitos, não perdemos o rasto, mas há muitos que perdemos, até porque eles não querem manter nenhuma relação. Para nós é sempre um vazio grande, são momentos muito emocionais. E depois há os que nos ligam e estão bem, mas também há os que vemos na rua, a cometer crimes, sempre envolvidos com a polícia, é muito triste. Quando saem ficam muito ansiosos, porque sempre o desejaram, sair da instituição. Euforia para alguns, mas para muitos é euforia e muita tristeza porque sabem que vão ter muitas saudades, é um misto de emoções. A intensidade das institucionalizações é muito grande.

8. De que tipo de apoios dispõem estes jovens quando saem da instituição por sua vontade, por imposição legal ou por indicação da instituição?

Dos mesmos benefícios que a restante população tem direito através dos apoios sociais do Estado. Mas como os apoios escasseiam, quando um jovem vai sair e não tem retaguarda, tentamos prepará-lo para ter o quarto alugado junto com alguém que conheça... Mas a sociedade não está a dar o apoio necessário, isso não. Depois, muitos

perdem-se, claro... Perdem-se mesmo! Tínhamos que o acompanhar após a desinstitucionalização. Largá-los só porque têm 21 anos e muitas vezes nem retaguarda familiar, é irresponsabilidade. Na Inglaterra, os jovens não ficam tantos anos na instituição, mas quando saem são acompanhados, há equipas que os orientam. Se não estamos aqui em contra ciclo, foram retirados do seio familiar porque estavam em risco e depois do 21 se ninguém os agarra e os acompanha, vão cair no risco de novo, não há hipótese, e é isso que faz falta... não faz sentido, é trabalho em vão! Deveria haver uma equipa que os acompanha após a saída da instituição. Além disso, a nível financeiro, quando acabam os 21 anos, não há nada. Podem ter o RSI, mas tenho dúvidas que isto resulte. O nosso sistema de proteção é muito bonito, mas precisa de ir muito mais além. Mesmo com a nova lei não houve grandes alterações, pensei que ia haver uma revolução na medida de proteção e promoção, mas nada.

9. Daquilo que conhece ser a prática em Portugal relativamente ao processo de autonomização dos jovens institucionalizados, considera que é o indicado ou que existem melhorias a realizar?

É um processo dinâmico, pelo que há sempre melhorias a realizar, nomeadamente o acompanhamento efetivo após a desinstitucionalização.

10. Se pudesse alterar algum aspeto do regime legal direcionado para o apoio aos jovens que já saíram da instituição, que alteração/alterações faria?

Maior acompanhamento técnico e financeiro no Processo de Autonomização. Haver uma equipa de *follow up*. Uma equipa multidisciplinar para estes jovens, que intervinha havendo ou não retaguarda familiar.

Anexo XII

Entrevista realizada ao Entrevistado 7

Parte I – Identificação geral

1. IDENTIFICAÇÃO DO JOVEM
1.1. Sexo: Masculino
1.2. Idade: 23 anos
1.3. Ocupação: estudante na Universidade Fernando Pessoa, Curso de Educação Social
1.4. Quantos anos esteve institucionalizado: 9 anos
1.4.1. Quantos anos viveu nesta instituição: 9 anos

Parte II – Questões sobre o seu processo de autonomização/saída da instituição

1. De que forma e desde que idade sentiste que começaram a trabalhar a tua autonomia?

Durante uns anos vivi nos quartos de autonomia que a instituição tem lá dentro, onde temos casas de banho e tal...Estive praí 5 anos num desses quartos e estive institucionalizado 9 anos, sim, estive praí 5 anos sozinho. Eu sempre fui tranquilo, desde 18 anos ou 17 nunca tive *stresses* nenhuns, talvez por isso nunca trabalharam muito comigo.

2. Já ouviste falar do Apoio para a autonomia de vida? E de apartamentos de autonomização? O que sabes sobre cada um destes aspetos?

Não, sobre apoio para a autonomia de vida não. Sobre os apartamentos acho que estavam a tentar fazer alguma coisa disso aqui, mas não sei como está.

3. Com que idade saíste da instituição e porquê?

Fui institucionalizado até aos 22 anos. Depois, tive de deixar de ser institucionalizado e deixaram-me usar umas instalações aqui ao lado para continuar a estudar. No entanto, em maio optei por ir para casa dos meus tios, já não dava, já não me estava a sentir confortável, até porque as instalações que nos deram não tinham boas condições. Mas assim que conseguir, vou sair de casa deles. Eles disseram que me podiam acolher, tranquilo. Mas é aquele acolher em que eles acolhem, mas é aquela coisa estranha porque é meio caridade, eu sempre senti isso, não é.

4. Quem te ajudou no momento em que tiveste de sair? Tiveste algum apoio específico da instituição ou da Segurança Social?

Eu estou a receber uma bolsa do estado. O problema é que estou numa privada e não pedi transferência porque me disseram que não ia ter problemas, mas para o ano poderei ter problemas não é? Porque já não sou institucionalizado, não estou a viver na instituição, o que faz com que eu não saiba o meu futuro não é? Parece que ando sempre em areias movediças... em que não sei se vou... há uma probabilidade de eu receber, mas também existe a probabilidade de eu não receber, daí querer ir trabalhar.

Houve gente aqui que saiu sem nada. Acho que ainda não concluiu o 12º ano um deles, e teve de arranjar um trabalho precário, em que recebe à comissão praí 200 e tal euros, a recibos verdes acho. O outro que também é estudante ainda não concluiu os estudos, também teve de sair porque tem mais de 21 anos ... os dois tentaram arranjar um quarto, cada um vai pagar 90€ e conseguiram o RSI e um deles vai ter um abono. No entanto, são muito baixos rendimentos. Como é óbvio o RSI e o abono são uma ninharia, como é óbvio. Eu sei que posso ir a esses sítios pedir ajuda, mas se as respostas se enquadram ou não isso é outra coisa e eu acho que não.

Também posso sempre recorrer aos técnicos da instituição, mas sei lá, falar com um técnico é como falar com os meus tios... Eles podem tentar perceber, mas não vão perceber e começam “ai, na minha época também tive uma vida muito dura” e então sentes-te meio incompreendido. Por parte dos técnicos sentes muita incompreensão, é tudo muito simples, quando nada é simples, nós somos pessoas, não é? Em casa dos meus tios também é esse o problema. Por isso é que é muito difícil recorrer a um técnico muitas vezes, prefiro recorrer a um amigo, do que a um técnico, mas de longe!

5. Que apoio consideras fundamental teres no momento em que saís da instituição para conseguires concretizar os teus objetivos?

Primeiro, antes de tudo, o trabalho que é feito connosco. Se calhar como não damos tanto trabalho, alguns, não vai sendo feito nenhum trabalho connosco. Então, não sendo feito esse trabalho contínuo, quando nos dizem que vamos ter de deixar de ser institucionalizados e que nos vão ceder umas instalações e que temos de ver a nossa vida, pronto. Ou seja, não foi feito um trabalho para que existisse essa preparação para a autonomia. Quem está com os pais, tem os pais que orientam de alguma forma e isso não existiu.

Essa preparação antes é muito importante. Comigo não houve essa preparação, nem comigo, nem com os meus colegas. Esta preparação implica como é que podemos começar a procurar trabalho enquanto ainda estamos institucionalizados, não é só dizer fazes “assim, assim e assim”. É “olha, tu tens 18 anos e é importante começares a perceber como te vais organizar para quando saíres daqui”. Acho que isso passaria por começar a procurar emprego enquanto se está na instituição e ser trabalhador estudante. Começar a preparar-se ao meio externo. Nestes casos, o importante é perceber como é que se pode fazer esta mudança, mas mais ténue, com mais tempo, em que tenhamos

tempo para nos adaptarmos a essa mudança, dando um passo de cada vez e não logo 10 ao mesmo tempo. De repente dizem-me que tenho um mês e que tenho de ir para outros quartos, tenho um mês para essas mudanças, ainda por cima estava num quarto sozinho e tenho de começar a partilhar um quarto que envolve uma série de outras coisas, mesmo que seja muito nosso amigo, e ir para instalações que na minha opinião têm más condições, pronto, mas eles também disseram que não tinham outra solução... Eu não aguentei estar lá e por opção minha saí, os meus colegas ficaram lá agora até dezembro, foi o prazo que lhe deram, que também não tinham dito que dariam esse prazo numa fase inicial, mas tudo bem, percebo. O que acontece é que me mudei, de repente estou em casa dos meus tios, com os problemas daquilo que é estar em casa, não é... Num ano, tive de mudar de casa 3 vezes e para mim é complicado gerir tudo isso, enquanto estou a estudar.

Apesar de tudo, se não houver essa preparação, és atirado aos leões, sempre... és sempre atirado aos leões, por maior que seja a estrutura, tu não conheces. Eu tive 9 anos aqui, são muitos anos, é quase metade da minha vida em que não vivi lá fora, então de repente, é outra coisa viver numa instituição ou viver lá fora. Tive um amigo que teve aqui 12, 13, 14 anos... Não, que 14? Ele tem 22 anos, esteve aqui praí 17 anos, ele nunca viveu lá fora, nem aos fins-de-semana ia para casa. Nenhuma resposta social, por mais que lhe dessem uma casa, não ia ter uma pessoa que lhe tratasse da papelada como temos aqui, sei lá, preencher ingressos, limpar o quarto, saber cozinhar, passar a ferro, meter roupa a lavar na máquina ou à mão... São coisas básicas que se não forem aprendidas antes, por mais estrutura que exista material ou física, não conseguem, não é suficiente, isto é a minha opinião.

Depois, é óbvio que faz sentido um apoio monetário e darem outro tipo de condições, mas acho que essa é a última coisa a ser pensada, ou seja, esse apoio deve entrar, mas tudo para trás deve ser trabalhado nesse âmbito... é como o RSI, toda a gente recebe aquilo, mas não sabe porque é que o recebe. Aquilo chama-se Rendimento social de inserção, mas de inserção não tem nada, é apenas um dinheiro que é dado, mas que não é explicado às pessoas o porque de estarem a receber aquele dinheiro.

6. Em relação aos outros jovens que vivem aqui contigo, tens conhecimento sobre se a maioria opta por ficar após os 18 anos ou se querem sair assim que completam a maioridade? Tens conhecimento dos motivos que os levam a optar entre sair ou ficar?

Para mim era impossível sair, não tinha para onde ir. Tinha apenas os meus tios que me acolhiam ao fim de semana, mas não tinha para onde ir. Se saísse daqui não poderia continuar os meus estudos. Mas muitos dos jovens saem. A todos nós já deu vontade de com 18 anos e antes sair daqui. É duro estar aqui até aos 21/22 anos, apesar de conseguirmos estudar, existem uma série de mordomias que se tem em casa que não temos aqui, coisas básicas, como chegar a casa e ter o prato preferido de comida, ou eu não gosto de ervilhas e até não se faz com ervilhas ou preciso desta camisola e a camisola

é passada a ferro... é muito diferente, ou apetece-me sair... tendo uma estrutura familiar tentam dar 5€ ou 10 €, o que puderem para a pessoa sair.

Nós aqui, quem quer ir para a faculdade tem de estar tão focado porque sabe que esta é das poucas oportunidades que se tem e se a deixa escapar ainda vai ser mais difícil e depois há um conjunto de coisas que se perdem...Não gostam de aqui estar! Poucos deles, pelo menos que eu conheça ou saiba, poucos vão para o ensino superior, seja com 18 ou 21. Atualmente, da minha geração, só estão dois na faculdade, eu e outro e ainda éramos alguns. Com 18 anos vão para casa dos pais. Mas eles quando vêm para a instituição, em princípio, vêm porque têm uma família desestruturada. O que acontece é que, como o ambiente na instituição pode não ir de acordo com eles e eles não se sentirem bem, eles vão de novo para esse espaço desestruturado, ora, vai ser desestruturado na mesma, não há muito a fazer, sei lá!

7. Conheces muitos jovens que saem da instituição aos 21 anos? O que costumam fazer quando saem com essa idade?

Quase ninguém esta a estudar, só eu e outro colega é que estamos a estudar neste momento. Todos a trabalhar, os que conseguiram emprego. Dos meus amigos mais próximos, todos conseguiram. Os que eram mais novos acho e saíram aos 18, 17, 16, muitos deles que saíram por mau comportamento, continuam a tê-lo, a ter comportamentos desviantes ou delinquentes como quisermos chamar, é isso.

Normalmente, têm esses trabalhos precários. Um rapaz saiu daqui com 18 ou 19 anos, foi mandado embora porque ele não ia às aulas, aquelas confusões. Foi para casa da mãe, ele já sabia que ia trazer problemas, ele sempre conseguiu arranjar trabalhos, mas houve uma altura que quis ou teve de ir viver sozinho, não sei e andava a comer pouco com manteiga.

No meu caso, quando sair de casa dos meus tios, terei de pedir o tal RSI, arranjar um quarto mais barato possível, pedir o abono, pedir ajuda a alimentar à freguesia, à AMI, que é o que vou fazer, senão não há outra forma de o fazer ... a bolsa de estudo que eu recebo, só nos dá para 10 meses, o ano tem 12 e nós pagamos propinas para 12 meses.

8. Relativamente às idades em que tens de tomar decisões importantes, 18 e 21 anos, concordas que sejam as idades ideais para fazer estas escolhas ou te tornares independente?

Aos 18 acho que sim, que devem fazer essa pergunta. Aos 21, acho que não faz sentido nenhum e acho que a legislação vai mudar para os 23 anos, não é? É assim qualquer coisa... essa questão da obrigação aos 21 anos agora não faz sentido nenhum... Antigamente, a idade mínima não era aos 21, a idade foi aumentando, mas a idade tem tendência a aumentar... ou seja, nós vimos para aqui muitos de nós, já reprovamos... Tenho um amigo que acabou o 6º ano com 17 anos, então... são pessoas que já vêm das famílias desestruturadas, não é? Então não têm qualquer ambição, se depois começam a ganhar essa ambição... aos 21 anos, mesmo os que estão lá fora no meio externo, aos 21

não acabaram... acabam lá para os 22, 23 não é? Ou seja, aos 21 para mim não faz sentido... uma coisa é querer ir trabalhar, mas para quem quer estudar, é tirar o tapete, é literalmente isto, tirar o tapete... claro que depois temos de nos desenrascar, lá fora também existem muitas outras pessoas que se safam...

No meu caso, eu estive um ano ainda parado a perceber o que queria fazer. Estudei 5 anos cozinha, mas depois, com o teatro que fiz, fiquei mais sensibilizado para as questões sociais, pois era teatro do oprimido e ao ficar mais sensibilizado para esse tipo de problemáticas, fez com que eu acreditasse e ainda acredito que posso ser um fator de mudança e é isso que me motiva. Para mim, faz sentido trabalhar na institucionalização, pelo mau funcionamento desta respostas que não existem após 21 e até aos próprios 21anos que não funcionam porque se funcionassem o insucesso escolar se calhar não seria tão grande ou as fugas não seriam tão elevadas, não é... Pronto!

Para outros o que motiva, como no caso de um amigo meu, é o facto de dizer que vai fazer, vai ser bom, vai ser o melhor, vai arranjar trabalho, vai ter dinheiro e nunca mais vai precisar de nada. Então são essas as motivações, até porque não há grandes motivações externas para nós.

Existe um desacreditar de tudo, eles vão perder o quê? Não há nada a perder, o que é que há a perder não é? Todo o discurso seja político, na rua, seja onde for... O discurso da sociedade é desmotivador, existe um desacreditar de tudo.

Anexo XIII

Entrevista realizada ao Entrevistado 8

Parte I – Identificação geral

1. IDENTIFICAÇÃO DO JOVEM
1.1. Sexo: Masculino
1.2. Idade: 23 anos
1.3. Ocupação: Frequenta um curso de jardinagem
1.4. Quantos anos esteve institucionalizado: 3 anos
1.4.1. Quantos anos viveu nesta instituição: 3 anos

Parte II – Questões sobre o seu processo de autonomização/saída da instituição

1. De que forma e desde que idade sentiste que começaram a trabalhar a tua autonomia?

A partir dos 16 anos. Eu sentia-me bem, era uma forma de a gente ver como era a vida no dia-a-dia. Sim, tinha de fazer recados, contar dinheiro, o básico.

2. Já ouviste falar do Apoio para a autonomia de vida? E de apartamentos de autonomização? O que sabes sobre cada um destes aspetos?

Não, não sei nada.

3. Com que idade saíste da instituição e porquê?

Saí com 18 anos. Porque arranjei uma rapariga e prontos, a gente escolhe as opções com a memória quente e foi nessa altura que escrevi para o tribunal a dizer que queria sair e fui para casa dos pais dela.

4. Quem te ajudou no momento em que tiveste de sair? Tiveste algum apoio específico da instituição ou da Segurança Social?

Através de apoios não tive nenhum, foi por minha opção própria. Recorri só ao tribunal, com uma carta e os motivos a dizer que queria sair e esperei pela resposta que deu como arquivado o meu processo.

5. Que apoio consideras fundamental teres no momento em que saís da instituição para conseguires concretizar os teus objetivos?

Pelo menos arranjar trabalho, não é. Ou se não concluir os estudos, concluir os estudos principalmente o 9º ano, arranjar uma empresa conhecida ou alguma cunha entre aspas, porque agora é difícil arranjar emprego Ou então continuar a tirar algum curso ou ir para a faculdade.

Depois, apoio de habitação eu estou a tratar disso, mas a casa camarária demora o seu tempo porque estão outras pessoas com prioridade. A opção para mim que eu estou a ver é alugar uma casa, mas como as coisas ainda não estão muito bem financeiramente ainda não procuro muito.

6. Em relação aos outros jovens que vivem aqui contigo, tens conhecimento sobre se a maioria opta por ficar após os 18 anos ou se querem sair assim que completam a maioridade? Tens conhecimento dos motivos que os levam a optar entre sair ou ficar?

Já conheço muitos, é assim, muitos saíram porque a família já estava organizada e foram para a família, outras saíram por opção deles. Quem não tem família, ou tem mas não está organizada, normalmente fica aqui. Quem tem família, normalmente fica até aos 18 anos.

Eu estou a receber o rendimento mínimo. A primeira vez foi fácil ter, tive uma técnica específica que tratou do meu caso e foi fácil, depois entrei numa empresa a trabalhar, a fazer descontos por 2 meses e acabaram com o rendimento mínimo, aí já demora muito tempo a voltar a ter, mas neste momento já estou a receber.

7. Conheces muitos jovens que saem da instituição aos 21 anos? O que costumam fazer quando saem com essa idade?

Pelo menos conheço um que foi do meu tempo aqui na instituição. Aos 18 anos estava a começar a organizar a vida dele e aos 21 anos já tinha tudo organizado. Muitos, depois do estudo arranjam trabalho, outros saem e vão para casa das namoradas ou de um amigo. No meu caso já trabalhei em muitos lados, por outro lado é difícil porque o que conta são os estudos e eu só tenho o 6º, é difícil.

8. Relativamente às idades em que tens de tomar decisões importantes, 18 e 21 anos, concordas que sejam as idades ideais para fazer estas escolhas ou te tornares independente?

Sim, são adequadas. Há a exceção de se a pessoa não resolver a vida até aos 18 anos, resolver depois até aos 21 anos e aos 21 anos sair.

Anexo XIV

Entrevista realizada ao Entrevistado 9

Parte I – Identificação geral

1. IDENTIFICAÇÃO DO JOVEM
1.1. Sexo: Masculino
1.2. Idade: 19
1.3. Ocupação: a melhorar as notas (12º) e a trabalhar em <i>part-time</i>
1.4. Quantos anos esteve institucionalizado: 13 anos
1.4.1. Quantos anos viveu nesta instituição: 13 anos

Parte II – Questões sobre o seu processo de autonomização/saída da instituição

1. De que forma e desde que idade sentiste que começaram a trabalhar a tua autonomia?

Logo que fiz os meus 18 anos. Senti isso na forma como já lidava comigo, como me faziam chefe entre aspas dos outros jovens. Depois mesmo na mudança de quarto para não estar com jovens tão mais novos do que eu e eu estivesse na minha zona de conforto e com jovens mais da minha idade e foi aí que eu fui sentindo. A nível do horário deixavam-me sair até mais tarde, era uma questão de responsabilidade. Depois também desde que estou lá, desde os 6 anos, já tinha de fazer a cama, arrumar as minhas coisas, fazer tudo sozinho. É bom porque somos mais autónomos. E eu poderia ter um quarto individual, só não tinha porque gostava de ter companha e não estar sozinho no quarto.

2. Já ouviste falar do Apoio para a autonomia de vida? E de apartamentos de autonomização? O que sabes sobre cada um destes aspetos?

Conheço os apartamentos, não através da minha instituição, mas de outras. Nesses apartamentos de autonomização os jovens conseguiam crescer ainda mais porque os jovens não estavam tanto tempo com as pessoas que tomam conta de nós. Do apoio para a autonomia de vida, concretamente, não sei nada.

3. Com que idade saíste da instituição e porquê?

Saí com 19 anos. Neste momento, se pudesse voltar, voltava. Normalmente eu pensava que só nas instituições é que isto acontecei, mas reparei que problemas temos em todo o lado. Mas eu queria mais autonomia do que a que eu tinha, lá está, se calhar

precisava de um apartamento onde pudesse ser mais autónomo. Eu com 19 anos sentia que tinha muitas pessoas à volta a tomarem conta. Lá dentro não consegui, por exemplo, sair às 16h da tarde, chegar às 17h e sair novamente. Na instituição não era por mal, mas perguntavam logo, vais sair outra vez? Eu sentia-me logo, fogo, não posso sair outra vez? E na minha opinião, sentia muitos conflitos entre a equipa técnica e a educativa e os jovens eram os culpados, quando não tínhamos culpa nenhuma. Incomodava-me o controlo e a parte dos conflitos.

4. Quem te ajudou no momento em que tiveste de sair? Tiveste algum apoio específico da instituição ou da Segurança Social?

Eu... Não, falaram-me que poderia ter ido à segurança social se pretendesse ter algum apoio, mas eu, não sei se deveria ter ido, mas não fui e não pedi ajuda. Na minha instituição, eu gostaria pelos anos todos que estive lá, gostaria de ter saído melhor, foi tipo um pontapé de algumas pessoas que mais gostava. Agora, há pessoas dentro da instituição que me disseram que se eu precisasse de alguma coisa podia falar com elas. Apesar de eu já andar assim indeciso desde os meus 18 anos, quando eu disse que era desta e eles ficaram “é mesmo desta?”. Neste momento, vivo com os meus tios e o meu irmão que também saiu de lá há 2 meses.

5. Que apoio consideras fundamental teres no momento em que saís da instituição para conseguires concretizar os teus objetivos?

Nesse aspeto, a nível de concretizar esses objetivos, eu não posso dizer que tenho das melhores famílias do mundo, eu sabia que ia ser muito difícil porque eu posso estar, falando agora em pormenores, porque eu posso estar em casa dos meus tios, mas eu vou ter de me orientar por mim mesmo. Lá está, tem coisas boas em sair e tem coisas más, como na instituição tem coisas boas e más. Se calhar, foi um erro meu ter saído, porque não saí bem e pensei que a vida cá fora fosse fácil, mas fácil não tem nada. Por isso, para concretizar os objetivos por mim próprio é preciso ter uma pessoa ou outra por trás a incentivar-nos e eu pensei que já era o adulto suficiente para isso e não sou. É das coisas que necessito, ter apoio, alguém que puxasse por mim para alcançar os meus objetivos. Porque no colégio eu sentia-me preguiçoso para ir aqui ou acolá e sabia que tinha alguém a obrigar-me o que era ótimo que tivesse ainda e agora tenho de ser eu próprio a obrigar-me, não são os meus tios que vão fazer isso. E neste momento eu não tenho regras aqui em casa e isso é muito mau para mim e para o meu irmão também, porque o meu irmão é um pouco mais novo do que eu e às vezes até tenho de ser eu a estabelecer regras por ser tipo o mais velho. Somos dois irmãos a tomar conta um do outro e é difícil. Uma boa ajuda era então alguém que me orientasse e que até já tivesse passado por isto de ter de trabalhar para depois até ir para a faculdade, ter exemplos. Agora cá fora sou eu que tenho de fazer, se quiser melhor notas, sou eu que tenho de saber isso, se quiser ir a uma consulta sou eu que tenho de marcar. Muitas vezes chego a casa tarde e ainda tenho de ir fazer o jantar, passar a roupa, tenho de ser sempre eu. Estes exemplos pequenos acaba

por ser muita coisa. Para entrar na faculdade, pro exemplo, no colégio tinha a Dra. Rafaela que dizia vamos ver estas, tu vês esta e esta e eu estas, agora não, tenho de ser eu a ver tudo, a ir ali e acolá, é muita coisa. São coisas que lá tenho tudo e ainda digo hoje, acho que naquela instituição nós temos tudo.

6. Em relação aos outros jovens que vivem aqui contigo, tens conhecimento sobre se a maioria opta por ficar após os 18 anos ou se querem sair assim que completam a maioridade? Tens conhecimento dos motivos que os levam a optar entre sair ou ficar?

A maioria, falando por eles quer sair. Muitos, até fazer 18 anos, falam em sair, mas qualquer um deles pode chegar aos 18 anos e pensar se sair o que vou ter, se ficar o que vou ter. Mas ao pensar, querem sair. Mas a maior parte saiu, apesar de... É uma mudança que há, de para as instituições parece que só vão a partir de mais idade, 13/14 anos e vão por causa dos comportamentos ou andam com substâncias e antes não. Eu quando entrei na instituição, todos os casos que entravam era porque não tinham condições, não tinham a ver com comportamento ou de usarem coisas más, era sempre por causa das famílias não terem isto ou aquilo. E esses jovens que viveram comigo desde pequeninos, viveram tanto tempo no colégio que quando chegaram aos 18 anos quase todos escolheram ficar. Agora, o que posso dizer é que do presente de 3/4 anos atrás, chegam aos 18 anos e saem porque entram por mau comportamento. Enquanto uma parte vê aquilo como uma casa, outra metade vê aquilo mesmo como um colégio. Eu acho que até aos 18 anos e mesmo depois disso, eu também pensei erradamente é isso é que temos liberdade, que podemos fazer tudo o que queremos e que as coisas vão aparecer. E não, não é assim, é difícil.

Por exemplo, eu sempre disse que só queria sair da instituição depois da universidade e depois de ter tudo organizado e acabei por sair antes. Muitos jovens pensam que saem, vão para casa dos pais e que arranjam assim um trabalho à toa e que a vida vai ser assim, outros sabem que se ficarem na instituição, a vida pode ser muito melhor, sabemos que se algo correr melhor, temos a instituição sempre por trás, mesmo ficar sem dinheiro, sem isto ou aquilo.

7. Conheces muitos jovens que saem da instituição aos 21 anos? O que costumam fazer quando saem com essa idade?

Conheço, conheço. Não conheço muitos jovens ... Quer dizer conheço, porque eram jovens que estavam quando eu estava na instituição. Agora destes últimos tempos, dos que entraram há 5/6 anos são raros os casos que saem aos 21 anos. Mas quando eu entrei com 6 anos e todos os jovens que entraram com 7, 8, 9 anos... Não sei, eu posso ter uma média de 2002 a 2008 entravam casos que não eram derivados do mau comportamento e ficaram lá, alguns até trabalham na tipografia do colégio, adaptaram o trabalho mesmo enquanto viviam no colégio e tiveram logo trabalho. Todos os que eu vi, quando saem, já tinham trabalho. Alguns até já acabaram a faculdade. Outros, acabam o 12º, podem arranjar trabalho e depois saem. Agora, quase todos os casos que eu conheço, o motivo

de saída foi o mesmo do que o meu, os conflitos que existem lá dentro. Conheço jovens que, muitas vezes depende das capacidades deles porque se forem para casa e não tiverem ninguém que os apoiem os incentivem eles não vão lá. Há casos que correm bem, mas lembro-me de um rapaz que tinha assim problemas, acho que era deficiência e que saio de lá sem pensar.

8. Relativamente às idades em que tens de tomar decisões importantes, 18 e 21 anos, concordas que sejam as idades ideais para fazer estas escolhas ou te tornares independente?

Não, não. Eu não posso dizer como são as outras instituições, mas eu, quer dizer, se calhar isso são coisas que estão escritas, mas se eu pretendo seguir os estudos ou mesmo um trabalho e quiser ficar na instituição posso ficar aos 18, 20, até onde eu achar que tenho a minha vida organizada. Sim, 18 e 21 anos nunca vão ser as idades certas. Chegar aos 18 estamos nós a chegar à faculdade, a não ser que tenhamos tudo em casa dos pais, que não é o caso destes jovens. Não sei, como é aos 18 que normalmente é tudo entre aspas, acaba por ser a idade certa, agora para muitos jovens como eu não deveria ser aos 18 anos.

Anexo XV

Entrevista realizada ao Entrevistado 10

Parte I – Identificação geral

1. IDENTIFICAÇÃO DO JOVEM
1.1. Sexo: Masculino
1.2. Idade: 18
1.3. Frequenta o 11º ano
1.4. Há quantos anos está institucionalizado: 2 anos e meio
1.4.1. Há quantos anos vive nesta instituição: 2 anos e meio

Parte II – Questões sobre o seu processo de autonomização/saída da instituição

1. De que forma e desde que idade sentiste que começaram a trabalhar a tua autonomia?

Hummm, não sei bem! Eu neste momento estou numa parte mais separada da instituição onde tenho o meu quarto individual. Há uma diferença entre estar nestes quartos e viver em conjunto com os outros todos, mas não é nada assim fora do normal. A autonomia é basicamente como uma parede ou uma porta que me separa deles. Eu abro a porta e estou com eles, fecho a porta e estou sem eles, basicamente serve para eu ter um momento só para mim... Para dormir sozinho, estudar sem ouvir os barulhos e as brincadeiras deles e coisas desse género. Mas, por exemplo, mesmo que feche a porta e que eu esteja no meu sossego, eles podem estar junto à porta e se estiverem a fazer barulho, eu acabo por ouvir e isso também me atinge. E mesmo que me empenhe para isto não me abalar, acaba por abalar.

Importante é também as restrições e controlo no interior da instituição em si. Muitas vezes tal como em todo o lado não é, há corrupções, há muitas falhas... Até há pouco tempo houve aquela polémica de os diretores, a antiga direção daqui, que andavam a fazer as coisas um pouco más em relação às crianças e jovens de cá, como por exemplo, agressões, ameaças, não se preocuparem com questões fundamentais, tal como a ida do jovem a casa... eles até chegavam a proibir essas idas... E um jovem está aqui trancado um ano inteiro, por vezes mais, semana, fim-de-semana, semana, fim-de-semana e é muito cansativo. E depois também é costume virem muitos jovens para cá e estarem misturados grandes com pequenos e isso não é bom para o crescimento dos jovens e os

jovens tentam focar-se no exemplo dos mais velhos, mas aqui não há mais velhos que sejam exemplares. E isso é muito mau...

2. Tens conhecimento de que a partir dos 18 anos podes optar por permanecer na instituição ou então sair? Por que motivo (s) quiseste continuar aqui?

Durante o meu processo de institucionalização eu tive de aprender muita coisa, O meu problema baseava-se na família, relação familiar. Então eu vim para cá, deixei a minha família, o meu pai, madrasta e irmãos e fiquei sozinho. No entanto, devido a esse conflito eu tentei apegar-me a outra parte da família que me era próxima, mas com o tempo também percebi que não era opção, então se não tenho família de um lado nem do outro, tenho de ser eu a criar a minha e mesmo que não consiga criar, vou ter de ser eu a construir a minha própria estrada para fazer o meu caminho. Foi só por causa disso que fiquei aqui. Isto é uma oficina onde eu tenho de fazer o meu carro para me conseguir mover.

3. Em relação aos outros jovens que vivem aqui contigo, tens conhecimento sobre se a maioria opta por ficar após os 18 anos ou se querem sair assim que completam a maioridade? Tens conhecimento dos motivos que os levam a optar entre sair ou ficar?

Há casos e casos. Muitos deles, o que têm de fazer, é tentar trabalhar, porque as famílias para onde eles costumam ir, não ajudam. Eles também não querem estudar, está fora de questão para eles. Mas ficar na instituição também não é opção, sentem-se presos.

4. Conheces muitos jovens que saem da instituição aos 21 anos? O que costumam fazer quando saem com essa idade?

Isto pode parecer um bocado exagerado porque apesar de terem essa idade, homens feitos já, eles não tem consciência da situação ate ao momento em que saem daqui. Eles sabem que até aquele dia vão ter de sair, mas até o dia chegar, não se preocupam. É como os trabalhos de casa que o aluno tem de fazer na escola, só se preocupa no dia em que a professora os vai ver e já é tarde. Então, estando eles desamparados porque lhes tiraram o tapete, eles não sabem o que fazer e têm de andar por aí. Conheço inúmeros casos em que eles se sentem mesmo assim, desamparados. Tentam arranjar habitação, depois da habitação arranjar trabalho e o que eles deviam fazer depois disso era tentar prosseguir com os estudos, mas a ânsia por dinheiro é tanta que eles esquecem os estudos. Se eles arranjam um emprego ali na *Worten*, eles vão aceitar o emprego e depois não vão querer mais e acabam por se estragar.

Quanto à habitação, eles pedem ajuda a familiares ou à namorada, mas a verdade é que os familiares não estão lá muito presentes, então eles costumam apoiar-se em amigos, melhores amigos ... Têm que fazer uma amizade com alguém que esteja na mesma situação e que queira uma casa ou um quarto, têm de se juntar a alguém. Em relação ao emprego, mandam currículos, alguns mandam imensos currículos, não tendo muita experiência é complicado e o que calhar calhou. Mas até terem assim um emprego

fixo, eles tentam fazer outras coisas, mesmo que sem contrato. O que interessa para eles é safarem-se.

O que acontece quando eles saem é que... basicamente aqui tem-se tudo, água, habitação, ninguém se precisa de preocupar com nada, no entanto, ao sair daqui sentem-se com dificuldades nisso. Estando lá fora não estão presos, o conceito de liberdade muda drasticamente e eles ficam arrependidos de não ter aproveitado enquanto tiveram tempo, mas também ficam com o alívio de estarem por conta deles, de fazerem o que querem.

5. Relativamente às idades em que tens de tomar decisões importantes, 18 e 21 anos, concordas que sejam as idades ideais para fazer estas escolhas ou te tornares independente?

Eu... Eu acho bem. Eu estou de acordo com isso, mas no entanto, certas vezes nós pensamos que “bem temos de sair agora, é obrigatório sair” e às vezes falta acabar os estudos ou concretizar algo que nós tínhamos em mente e temos de interromper isso e recomeçar é muito complicado. Não sei ... é muito complicado!

6. Com que idade pensas sair desta instituição?

Bem, eu tenho o limite de 21 anos e eu planeio sair antes dos 21. Não quero olhar para mim e dizer “ olha, fiz 21 e tenho de sair”. Não, eu quero fazer de mim um homem, construir-me e sair daqui tal como o pássaro tem de sair do ninho, eu tenho de sair daqui. Tenciono terminar primeiro os estudos e depois sair daqui, antes dos 21. E depois, depois continuar...

7. E o que pensas fazer quando saíres?

Eu não tenho muito jeito para a escola, mas claro que eu tenho de a fazer. O 12º ano é obrigatório por isso tenho de o fazer, mas gostava de alcançar a faculdade, nem que vá a morrer, mas tenho de alcançar e depois de a faculdade começar a trabalhar. Nem que tenha de trabalhar primeiro e depois pagar a minha própria faculdade, nem é por aí, não há limites.

8. Tens conhecimento sobre quem te poderá ajudar nesse processo de saída?

Pois, não sei bem ... cá na instituição não costumam dizer essas informações de ajudas. E até agora nenhum dos meus colegas que saiu me disse que tinha algum apoio quando saía, seja da segurança social, seja de qualquer outra instituição, por isso, se nenhum deles me disse é porque não devem ter nenhum apoio desses. Todos os que saíram tiveram que se safar sozinhos, nem as famílias lhes estenderam a mão.

Soube de um caso há pouco tempo de um jovem que ia pedir RSI e que lhe iam pagar habitação, mas eu não acreditei muito porque esse jovem não é lá grande exemplo.

9. Que apoio consideras fundamental teres nesse momento para conseguires concretizar os teus objetivos?

Na minha opinião, quando saímos daqui, eu penso que precisávamos de ajuda, pois muitos de nós não temos onde nos apoiar. Se eu tivesse de sair daqui neste momento, sem família, sem dinheiro, sem nada, era muito complicado, o que é que eu iria fazer? O melhor a fazer, era receber um apoio. Dar dinheiro para a mão não era a melhor coisa a fazer, mas ter uma habitação, nem que fosse um quarto, alimentação, nem que fosse mínima, mas ter alimentação e os estudos. Terminando os estudos, aí, teríamos de ser nós a fazer isso, a procurar. Termos um apoio, mas termos de trabalhar na mesma. Mas este apoio não teria de ser dado a qualquer um, teria de ser a quem merece. Para a Faculdade vai quem quer, quem precisa e quem tem capacidades para isso, a faculdade não é para qualquer um, se não era grátis.

10. Já ouviste falar do Apoio para a autonomia de vida? E de apartamentos de autonomização? O que sabes sobre cada um destes apoios?

Já ouvir falar dos apartamentos de autonomização, mas... O que nos dizem aqui é que isso ficou congelado, tal como uma obra que depois fica sem fundos e não é terminada, é só isso que eu sei.

Era ótimo poder viver num sítio desses, mas tinha de haver avaliações muito rigorosas. Mas como referi aqui há bocado, não costumam ser rigorosas, costumam até ... como é que se diz ... quando não há rigor no que se faz... corrompido. Só devia ir quem merece, mas também acaba por ir quem não merece, quem não devia ir. Não sei se é por medo ou por respeito, ou é o filho do dono, mas devia ser imparcial, mas não é. Para irem para esses apartamentos de autonomização não é? Deviam ir os que merecem, quem já se encontra nessas condições, que já tem condições para tal. Não é por ter 18 ou 20 anos que mereço ir para aí. Mas eu acho que isso também devia ter um limite de tempo e de maturidade. O que acontece muito aqui é as pessoas ficaram já assim acostumadas e depois não querem sair porque sabem que aqui estão bem. Aquilo devia ser como a casa de banho de manhã, lavar os dentes e dar o lugar a outro.

Anexo XVI

Entrevista realizada ao Entrevistado 11

Parte I – Identificação geral

1. IDENTIFICAÇÃO DO JOVEM
1.1 Sexo: Masculino
1.2. Idade: 20 anos
1.2. Frequenta o 1º ano do Curso Técnico Superior Profissional de Audiovisual e Multimédia
1.4. Há quantos anos está institucionalizado: 15 anos
1.4.1. Há quantos anos vive nesta instituição: 15 anos

Parte II – Questões sobre o seu processo de autonomização/saída da instituição

1. De que forma e desde que idade sentiste que começaram a trabalhar a tua autonomia?

Ahhh, de que idade? Penso que foi por volta dos 16, 17 anos... Com *workshops* que fizemos de finanças, como fazer compras no supermercado, tudo o que precisamos para a casa... tentaram fazer uma lista de móveis, tudo o que nós precisávamos para a casa e nós tínhamos de escolher o mais barato, promoções, saldos, foi mais ou menos à base de *workshops* que a instituição organizava. Eu também na parte da cozinha, na parte de autonomia de cozinha, eu é que tinha a vontade própria de aprender a cozinhar e aprender a fazer tudo mais ou menos direitinho para me desenrascar.

Além disso, quando já temos trabalho fixo ou no meu caso, de estar na universidade vamos para o setor de autonomia. Não tem a ver com a idade, mas com a ocupação ser fixa. A diferença de estar aqui é que temos de ter mais responsabilidade, é um sítio mais calmo, porque não temos de andar atrás das pessoas porque já se sabe fazer muita coisa sozinho, não temos de esperar, porque às vezes é preciso esperar muito tempo, pode-se ir ter diretamente com o técnico e falar diretamente, pelo menos lá é assim. Neste setor tenho um quarto só para mim, mas estou com mais dois jovens lá. Cada um com o seu quarto.

2. Tens conhecimento de que a partir dos 18 anos podes optar por permanecer na instituição ou então sair? Por que motivo (s) quiseste continuar aqui?

Sim, sei que posso optar e decidi ficar. Os meus motivos foram mais porque me sinto melhor na instituição e prefiro visto que eles podem pagar tudo e têm mais condições

do que os meus pais e sempre me ajudaram, desde pequeno que estou lá. Optei por ficar lá mais por causa do ambiente ser mais, como é que eu hei-de dizer, é mais confortável estar lá e tenho mais oportunidades, exatamente se eu estivesse em casa não teria oportunidade de ir para a faculdade, enquanto que na instituição deram-me oportunidade de vir estudar para longe e tudo mais.

3. Em relação aos outros jovens que vivem aqui contigo, tens conhecimento sobre se a maioria opta por ficar após os 18 anos ou se querem sair assim que completam a maioridade? Tens conhecimento dos motivos que os levam a optar entre sair ou ficar?

Penso que quem quer sair assim que completem os 18 anos, sim, a maioria prefere sair. Muitos é por não gostar das regras outros é porque se sentem muito apertados por estarem lá, outros é porque não gostam daquele tipo de vida, de estar sempre metido lá, outros é por não terem a liberdade que tinham em casa, basicamente é por esses motivos que eles querem todos sair. No meu caso, quis ficar para continuar a estudar, mas os meus colegas querem sair todos, querem liberdade e acho que isso também tem a ver com o facto de terem entrado mais tarde. Eu quando entrei tinha mais regras, estudar todos os dias, fazer tarefas todos os dias. Agora não, a maior parte das tarefas são feitas pelos funcionários, educadores e técnicas.

4. Conheces muitos jovens que saem da instituição aos 21 anos? O que costumam fazer quando saem com essa idade?

Quando saem com 18 anos, as situações que conheço são: ou vão viver com os pais e vão trabalhar, outros vão viver com os pais e continuam a estudar e outros não têm para onde ir e eu não sei como é que eles resolvem essa situação. Agora quando saem aos 21 anos penso que é diferente porque dos 18 aos 21 já tiveram oportunidade de continuar a ajudar e ter as ajudas sociais possíveis, ou de terem arranjado um trabalho bom, que queriam, ganhar um salário que, mais ou menos querem, basicamente acho que é isto. Sair com 18, não têm essa oportunidade de explorar mais um bocadinho o futuro, enquanto que aos 21 já tiveram possibilidade de pensar um bocadinho mais e sair com mais calma. Dos que eu conheço com 21 anos estão a trabalhar e um deles está numa fábrica de automóveis, que é o único que eu sei.

Por exemplo, os dois que estão comigo no setor de autonomia, um é mais velho e trabalha e o outro, que é mais novo, também já está a trabalhar.

5. Relativamente às idades em que tens de tomar decisões importantes, 18 e 21 anos, concordas que sejam as idades ideais para fazer estas escolhas ou te tornares independente?

Penso que sim, eu acho que sim porque quando chegam aos 18 anos eles têm de ver, “ora bem, vou para casa dos meus pais e tenho condições para continuar a estudar ou para ir trabalhar ou fico aqui mais 2 anos e eles ainda me ajudam mais um bocado, mais apoio social, os meus pais não têm de se preocupar tanto comigo e com o dinheiro que

vão gastar comigo, para o caso de ir estudar ou vou trabalhar e eles conseguem arranjar-me um *part-time* ou um trabalho mais ou menos bom”. Penso que aos 18 anos é a idade certa para escolher se quer sair ou se não quer sair.

Acho que aos 21 anos também é a idade certa, porque já tiveram 2 anos para pensar no futuro, se querem estudar ou trabalhar e sair com algumas ideias de como trabalhar, organizar economicamente e por aí fora...

6. Com que idade pensas sair desta instituição?

Neste momento estou a fazer um curso nas Caldas da Rainha e concorri a uma bolsa nacional e como estava na instituição ainda tive direito a receber uma bolsa máxima anualmente. Só tenho de pagar propinas e alojamento e depois é só comprar comida... tudo o que precisar tento controlar o dinheiro que tenho de gastar para ter dinheiro o mês todo. Eu giro o dinheiro da bolsa. Por isso, quando sair eu quero continuar a estudar, o meu curso são 2 anos, por isso, quando acabar este curso estou a pensar ir estudar para fora, mas não sei muito bem por causa das ajudas e do dinheiro e tudo mais...

7. E o que pensas fazer quando saíres?

Quando sair da instituição ainda não sei muito bem o que fazer, se vou para casa dos meus pais, se continuo a estudar ou vou trabalhar para ganhar algum dinheiro. Aqui nas residências universitárias, tenho sempre a ajuda da bolsa de estudos. Basicamente ainda estou a pensar...

8. Tens conhecimento sobre quem te poderá ajudar nesse processo de saída?

Acho que sim, sim. Pode ser na instituição, pode ser na segurança social, mas provavelmente será na instituição porque já estou mais habituado, já consigo falar melhor com eles. Mesmo após os 21 anos, sei que posso recorrer à instituição porque eles vão ajudar-me.

9. Que apoio consideras fundamental teres nesse momento para conseguires concretizar os teus objetivos?

Primeiro, queria que me ajudassem a arranjar um quarto ou uma casa baratinha para não gastar muito dinheiro, depois ajuda para o caso de querer ir trabalhar, se não puder estudar fora, para o caso de ir trabalhar, ajudarem-me a arranjar um trabalho bom, na minha área e penso que se depois precisasse de mais alguma coisa, estaria sempre em contacto com eles, nunca perderia o contacto.

10. Já ouviste falar do Apoio para a autonomia de vida? E de apartamentos de autonomização? O que sabes sobre cada um destes apoios?

Não, nunca ouvi falar.

Anexo XVII

Entrevista realizada ao Entrevistado 12

Parte I – Identificação geral

1. IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO
1.1. Presidente de uma Comissão de Proteção de Crianças e Jovens do Distrito do Porto
1.2. Sexo: Feminino

Parte II – Questões sobre o processo de autonomização dos jovens institucionalizados e o acompanhamento após a sua saída:

1. Qual é a sua opinião sobre o trabalho que é executado pelas instituições relativamente ao processo de autonomização dos jovens?

Temos aqui um processo e resposta diferentes. Se estamos a falar de reunificação familiar e se falarmos, por exemplo, no caso dos CATs, a criança é institucionalizada e tanto a instituição, como o técnico que acompanha o caso desenvolvem programas na instituição e no domicílio, de responsabilidades parentais, que promovam a reintegração. Temos casos positivos em que um ano, dois anos depois da institucionalização a criança volta a casa. Se estamos a falar de adolescentes, temos situações em que o trabalho é mais centrado no jovem, nomeadamente dos jovens institucionalizados por questões comportamentais em que o problema é do jovem e não da família. Temos também casos de sucesso porque os psicólogos das instituições trabalham de forma intensa na mudança dos comportamentos dos jovens. Se falamos depois da saída dos jovens da instituição, para se trabalhar a autonomia já é necessário haver fundos financeiros que deem a possibilidade ao jovem de apreender competências de autonomia e independência. Isto fica dependente ou da segurança social ou da possibilidade das instituições.

Qualquer instituição terá como objetivo promover essa autonomia, mas tenho muitos exemplos de todos os tipos. Teoricamente, elas deveriam promover essa autonomia, elas existem para cumprir essa função.

2. A lei contempla duas medidas para os jovens mais crescidos: os apartamentos de autonomização e o apoio para a autonomia de vida. No seu entender, como são aplicadas estas medidas?

Nestes casos, temos sempre exemplos de tudo, muitos positivos e muitos negativos. Temos alguns jovens com estas medidas, mas é um número muito reduzido. Esta medida de autonomia de vida implica um apoio económico, o que significa que se tem de reconhecer uma grande responsabilidade, e uma grande maturidade porque eles têm de gerir o dinheiro que lhes é dado, pagar a água, a luz, a alimentação, têm de fazer uma gestão muito equilibrada. Quanto ao valor, parece-me um valor muito adequado mesmo, ainda para mais se compararmos com o Rendimento Social de Inserção.

3. Do que conhece, estas duas medidas são frequentemente acionadas ou só em casos muito raros é que são aplicadas?

Sim, em casos raros, porque temos de reconhecer uma grande maturidade àquele jovem para lhe ser dado este apoio. Depende de onde está o processo, se for na comissão, é a comissão que avalia o caso e solicita à segurança social, se for o tribunal, é a EMAT que trata deste apoio.

Quanto aos apartamentos de autonomização acho que há falta de verbas para o efeito, não há muito aposta nas instituições neste tipo de medida, mas conheço instituições em que os jovens mais velhos estão separados, ou seja, têm de fazer eles as refeições, arrumar as suas coisas, mas sempre com o apoio da instituição, porque não pagam nada: água, luz, alimentos... Eles confeccionam os alimentos, mas não os pagam. Portanto, é uma espécie de pré autonomia.

4. Daquilo que conhece ser a prática em Portugal relativamente ao processo de autonomização dos jovens institucionalizados e à sua própria saída, considera que é o indicado ou que existem melhorias a realizar?

Nós temos experiências que são muito positivas, tudo depende das instituições, das equipas técnicas que temos nas instituições. Teoricamente, qualquer instituição deve promover esta autonomia, se não, os jovens estavam nas famílias. Melhorias, não sei se há melhorias, o que me parece é que a operacionalização não é a melhor. As respostas existem e parecem-me boas, mas a operacionalização às vezes falha. Todos conhecemos jovens que a institucionalização foi muita má para o jovem, em que eles pioram os seus comportamentos, há jovens que não têm ganhos por serem institucionalizados. Jovens que antes não consumiam e passam a consumir, por exemplo. Teoricamente, as respostas parecem-me boas, mas claro que as instituições queriam ter mais meios, se em vez de um tivessem dois psicólogos era melhor.

5. A lei apenas contempla apoios para os jovens institucionalizados até aos 21 anos. De que apoios dispõem estes jovens quando saem da instituição por sua vontade, por imposição legal ou por indicação da instituição?

Só o apoio social normal, que está disponível para qualquer outra pessoa. Agora isto está dentro da eterna questão em que se discute qual é a idade certa para se ser inimputável ou a idade certa para se ser maior de idade, vamos ter sempre esta

discussão... Com as políticas sociais e respostas que temos atualmente, isto não se coloca só para estes jovens com 21 anos. Ao contrário do que as pessoas pensam, as pensões de RSI baixaram drasticamente. Quando dizem que as pessoas recebem de RSI milhares de euros, as pessoas não sabem do que estão a falar. Temos famílias monoparentais que recebem 60€. Ou seja, esta questão coloca-se para toda a população em geral. Ora, 21 anos, parece-me um prazo razoável se a instituição tiver promovido este processo de autonomização. 21 anos já é um adulto, terá o apoio de qualquer adulto. Se eles permanecem na instituição, a instituição tem de promover este processo de autonomização que implica perceberem o que é o mundo cá fora. Em termos de apoios que possam ter fora deste ambiente protegido, é mesmo a resposta que qualquer adulto têm. E parece-me bem que sim, pois se não seria uma discriminação positiva. Nós não podemos continuar a ter crianças institucionalizadas aos 2/3 anos e permanecerem até aos 21 anos. Quando são institucionalizados, se não há retorno à família, temos de encontrar respostas: adoção, apadrinhamento civil... agora a instituição não, a instituição não é uma família.

6. Há ou considera que deveria haver alguma diferença no tratamento dado aos jovens ex institucionalizados, face aos restantes jovens, quando recorrem a apoios da segurança social ou outros apoios estatais?

Não, penso que não, acho que até seria uma forma de os estigmatizar. Acho que não faz sentido.

Antigamente, antes da entrada em vigor da Lei de Promoção e Proteção e da Lei Tutelar Educativa, em 2001, as crianças eram praticamente depositadas nas instituições e apenas havia uma intervenção judicial, mais nada, as crianças estavam completamente abandonadas. Nós tínhamos crianças, que algumas nem se sabia o nome do pai e da mãe porque a criança era depositada na instituição e sem qualquer decisão das comissões ou do tribunal. Tivemos de fazer um levantamento sobre quem eram essas crianças. Foram décadas e décadas em que não se encontraram outras respostas. Mas agora existem respostas. Agora, é verdade que as respostas sociais que temos vão de mal a pior. No fundo, esta é uma realidade muito complexa, não há receitas.

7. Se pudesse alterar algum aspeto do regime legal direcionado para o apoio aos jovens que já saíram da instituição, que alteração/alterações faria?

Em setembro, houve uma alteração que nós comissões pensamos que ia trazer algo de novo, decorrente de uma série de sugestões nossas. Pelos vistos as sugestões não foram ouvidas e a lei pouco ou nada se alterou. Quem legisla não questiona quem está no terreno, não perguntam. Por isso, haveria muitas alterações a fazer.

O que considero é que se não tivermos políticas sociais de apoio às pessoas que se encontram vulneráveis, é difícil que elas se orientem sozinhas, seja quem for.

O nosso sistema de proteção de promoção, no meu entender, em muitos aspetos é perfeito, agora a operacionalização é que me parece que falha muitas das vezes.

Anexo XVIII

Grelha de Análise Vertical do conteúdo das entrevistas aos diretores

1. Trabalho da autonomia dos jovens e preparação para a sua saída da instituição	
Transcrição das Respostas	Síntese do Conteúdo
<p>Citação 1 – “Desde o momento da entrada, independentemente da idade. (...) a autonomia deve ser trabalhada desde muito pequenos: ensinar a comer e a vestirem-se sozinhos, isso faz parte da autonomia, da não dependência. Quando as crianças são institucionalizadas a partir dos 12 anos, significa que muita coisa para trás falhou e, portanto, correm o risco de se terem apenas a si próprios quando saírem daqui, por isso é bom que se trabalhe a autonomia a vários níveis: emocional, funcional e, se possível, a financeira. Quanto à financeira, não é que seja mais complicada do que as outras, mas não se encontra tanto ao nosso alcance desenvolver. Sem dinheiro não se desenvolve a autonomia financeira e sem dinheiro há muita coisa que não se consegue fazer. (Ana Moutinho/entrevistado 1)</p> <p>Citação 2 – “Com o surgimento do Plano DOM e o Plano SERE +, (...) um dos objetivos desses projetos é, desde o momento em que a criança entra, pensar na sua saída. (...) O que é que nós fazemos para promover a autonomia? Vai depender da idade em que recebemos determinada criança ou jovem. A autonomia que pretendemos promover e que pode ser promovida em jovens mais novinhos, de 14/15 anos, prende-se com a liberdade de organizarem as suas roupas, a nível de equipamentos escolares, autonomia nos seus deveres, autonomia para se deslocarem daqui para a sua escola sozinhos. Ter atenção e guardar a roupa deles nos seus armários, arrumar quartos e fazer as camas. Quando a autonomia passa para patamares superiores é muito difícil conciliá-la com o meio envolvente de onde eles provêm ou do meio envolvente que vão integrar. Não raras vezes, retira-se a criança da família para sair de um determinado contexto e acabam depois por se enquadrar numa envolvente igual. O equilíbrio entre autonomia e a responsabilidade do jovem é muito complicado de se encontrar, pois tem de ser adaptado ao grau de responsabilidade de cada um. Apesar de haver um trabalho interno muito intenso a nível de responsabilização, formação, negociação e comunicação, nunca se consegue no imediato, é muito complicado porque há jovens que vêm com gravíssimos problemas. Por isso, o que fazemos para lhes dar essa autonomia é tudo muito relativo, depende do jovem. (...) O importante é trabalhar com eles um projeto de vida desde que entram... eles é que têm de fazer o seu projeto de vida, defini-lo com a ajuda dos técnicos. Elaborado por eles connosco, reformulado milhentas vezes, mas sempre ele ele ele. Se não se envolver o jovem ele nem assume o projeto como seu. O percurso destes jovens é difícil, muito intenso, feito degrau a degrau ... por vezes, num dia sobe um e no outro dia desde 2 ou 3.” (Amélia Martins / entrevistado 2)</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Trabalhar a autonomia desde pequenos e em diversos níveis (emocional, funcional e financeiro), pois podem não ter ninguém quando saírem; - Preparar a criança para a saída, desde a sua entrada; - Sem dinheiro é difícil trabalhar a autonomia financeira; - Com jovens de 14/15 anos, promover a autonomia do dia-a-dia; - Dificuldade de conciliar a autonomia dos mais velhos com o meio envolvente; - A autonomia é relativa, depende de cada jovem; - Necessidade de adaptar o tipo de autonomia à responsabilidade de cada jovem; - Importância do projeto de vida para a autonomia; - Incluir os jovens na dinâmica da organização, responsabilizá-los;

<p>Citação 3 – “(...) nós acreditamos que todos os jovens devem ser alvos de uma intervenção que promova competências de autonomia, por isso, a partir dos 15/16 anos começamos a trabalhar mais afincadamente essas questões da autonomia de vida. Seria então esse o limite de idade que utilizaríamos para começar a intervir dessa forma, pese embora, temos várias atividades e dinâmicas em que contamos sempre com a colaboração dos jovens. Por exemplo, quando temos aqui jantares com convidados, gostamos que os jovens participem ativamente. Estamos sempre de forma direta ou indireta a trabalhar estas competências de autonomia de vida porque consideramos que são muito muito importantes. Depois, tratam da roupa, da arrumação do quarto, zelarem os bens, os próprios equipamentos, ajudarem também na cozinha, fazerem pequenas tarefas que os ajudem no futuro, de facto, a conseguirem ter uma vida mais autónoma e responsável e que não estejam sempre à espera de que as coisas lhes apareçam feitas, é este o nosso propósito também enquanto educadores destes jovens.” (Tiago Borges / entrevistado 3)</p> <p>Citação 4 – “Aliás, eles começam isso já previamente quando estamos a estabelecer competências de autonomia, começamos a ensinar a quem recorrer, para que serve a segurança social, para que servem os tribunais, os bancos... Assim quando o jovem quiser começar a procurar uma autonomia diferente, pode ter essa possibilidade e sabe onde recorrer.” (Tiago Borges, entrevistado 3)</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Tratar das suas roupas, de arrumar o seu quarto, zelar pelos bens; - Dar-lhe ferramentas para quando eles saírem da instituição saberem a quem recorrer: banco, tribunais, segurança social; - Intensidade do percurso destes jovens;
2. Adequação do atual processo de autonomização	
<i>Transcrição das Respostas</i>	<i>Síntese do Conteúdo</i>
<p>Citação 1 – “Em relação ao trabalho de autonomia, desde sempre, trabalhamos as competências sociais, emocionais, com os jovens desta faixa etária. Mas há algum tempo, estamos a aplicar um programa que provem de um projeto que uma das nossas casas apresentou à Gulbenkian e que foi aprovado e financiado. É um projeto que se chama Projet’ Arte e que visa precisamente trabalhar as competências para a autonomia de vida. Este projeto contempla 3 eixos de intervenção: 1 - regulação emocional com os jovens cognitivamente mais capazes, aos quais estamos a aplicar o GPS - gerar percursos sociais. (...) trabalhar as questões emocionais que são um grande entrave destes jovens no seu dia a dia. O 2 eixo tem a ver com o trabalho de competências pessoais e sociais: culinária, gestão doméstica, tarefas de vida diária - lavar roupa, fazer compras... e o 3 eixo de intervenção tem a ver com uma estrutura que foi criada e que se chama ESAAC - estrutura de apoio e acompanhamento pós saída da instituição. Enquanto cá estão trabalhamos com eles as questões com as quais se vão defrontar quando saírem: o papel da família, como arranjar emprego, uma série de questões que vão encontrar e que são, normalmente, de difícil resolução. Depois, com os que aceitarem, é afirmado um acordo, isto é, pressupõe sempre o consentimento do jovem, em que o jovem diz se quer ou não ser acompanhado quando sair da instituição. (...) Aqui, (...) o que estamos a dizer e a assumir é: “nós compreendemos que queiras sair, vamos apoiar-te na saída, mas como sabemos que vais ter momentos difíceis, estamos disponíveis para elaborar um plano contigo, onde iremos ajudar aquilo que precisares: elaborar um currículo; almoços ou jantares na instituição quando precisares”... cada jovem é que indicará como era bom ser ajudado depois de sair, dando total liberdade aos que não quiserem ser acompanhados em nenhuma vertente. (...), até porque durante o período da institucionalização as coisas vão sendo feitas de forma aceitável, depois é que é uma desgraça.” (Ana Moutinho/entrevistado 1)</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Trabalhar as competências sociais, emocionais; - Existência de um programa financiado pela Gulbenkian que se preocupa com o pós-acolhimento, pois não existem respostas para essa etapa; - Necessidade de serem as instituições a criarem respostas para trabalhar a autonomia e para o pós-acolhimento - Trabalhar as questões com as quais se vão defrontar no futuro; - Com esse projeto pretende-se que cada jovem indique de que maneira gostava de ser apoiado;

<p>Citação 2 – “Antigamente as institucionalizações eram bastante prolongadas, pelo que ainda recebi várias crianças que entravam aos 5 anos e mantinham-se até à idade adulta. Neste momento não se recebem crianças tao pequenas, geralmente são institucionalizadas a partir dos 13/14 anos, o que me deixa um pouco reticente. As idades com que entram nas instituições, depois dos 13/14 anos e, até, com 16/17 anos, revelam-se idades muito complicadas para trabalhar ou intervir e conseguir resultados mais profundos. Antigamente, o facto de a criança ser retirada mais cedo, permitia a realização de um trabalho mais profundo e intenso, salvaguardando-se sempre que é na família que ela está melhor. Porém, se na sua família se verifica alguma problemática complicada, não se deve deixar avançar no tempo e retirar a criança já crescida, porque as instituições não fazem milagres. Se recebemos um jovem com 16/17 anos a consumir, com insucesso ou absentismo escolar muito grande, a verdade é que os resultados da nossa intervenção são mais limitados, é difícil provocar mudanças de comportamento. Quando entram pequeninos, como acontecia, em que começávamos a trabalhar com eles no 1º ciclo, a criança ia criando laços, regras e inculcando os valores que lhe transmitíamos. Isto sempre a meu ver com a grande preocupação de manter um contacto muito intenso com a família. Sou apologista de que a família não pode ser esquecida de forma alguma, deve ser promovida, tenha ela os defeitos que tiver, afinal, é a família deles. “ (Amélia Martins / entrevistado 2)</p> <p>Citação 4 – “cada vez constatamos que o jovem chega à instituição com mais idade, cada vez recebemos mais pedidos de jovens para acolhermos com 16, 17 anos. (...) é muito complicado trabalhar jovens cuja personalidade já esta completamente formada,(...) é muito complicado depois mudar hábitos, a própria postura perante determinadas situações (...). Portanto, já e muito tarde, já há muita bagagem ali arquivada. (Tiago Borges, entrevistado 3)</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Durante a institucionalização as coisas vão acontecendo, mas depois é uma desgraça; - Atualmente recebem crianças mais crescidas – 13/14 anos - Maior dificuldade de trabalhar com jovens que entram tão crescidos (16/17 anos) – personalidade formada; - Instituições não fazem milagres; - É sempre na família que a criança está melhor; - Quando entravam mais pequenos era mais fácil trabalhar valores, princípios, regras; - Preocupação de manter sempre contacto com a família; - Desigualdade no tratamento que cada jovem tem acesso, conforme a instituição em que está.
3. Importância dos Apartamentos de Autonomização e do apoio para a autonomia de vida no trabalho de autonomia dos jovens	
<i>Transcrição das Respostas</i>	<i>Síntese do Conteúdo</i>
<p>Citação 1 – “Porém, e apesar de não termos, penso que era uma transição interessante. Aqui só são 13 jovens, mas há casas em que são 20 ou 30 e, assim sendo, é mais difícil trabalhar as competências pessoas, sociais e de autonomia num grupo de miúdos. Mesmo sendo 13, é difícil que não haja uma certa massificação do trabalho, nem sempre se consegue ir ao pormenor ou individualizar o trabalho. Num apartamento de autonomia com 3/4 jovens, o enquadramento é diferente pelo que certas competências de autonomia eram treinadas automaticamente, não havendo senhora da limpeza ou cozinheira, alguém tinha de realizar essas tarefas, além de que sendo 3 ou 4 jovens as coisas seriam resolvidas de maneira diferente do que sendo 13 e um grupo tão heterogéneo como o que nós temos. Também sabemos que para os apartamentos de autonomia não transitam jovens muito diferentes uns dos outros, tentam alguma</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Transição interessante; - Massificação do trabalho nas instituições, nos apartamentos isto não aconteceria; - Maior facilidade de trabalhar as competências de autonomia dos jovens; - Opção muito válida;

harmonia a nível de maturidade, de responsabilidade. Pessoalmente, enquanto técnica, considero uma opção interessante.” (Ana Moutinho/entrevistado 1)

Citação 2 – “Em relação aos apartamentos de autonomia, acho que são uma opção bastante válida, contudo, por vezes, os jovens não estão devidamente preparados para estar num apartamento com outros jovens, alguns que conhecem, outros que não. Apesar de haver supervisão de um técnico, parece-me complicado em relação a alguns jovens. Além disso, aos 21 anos teremos o mesmo problema de terem de sair e não terem apoios posteriores.” (Amélia Martins, entrevistada 2)

Citação 3 – “Os apartamentos de autonomia são subsidiados pela segurança social. Quando algum jovem é reencaminhado para um destes apartamentos, é o próprio que gere as suas atividades, faz as suas comidas, organiza o dinheiro... Exige uma grande capacidade de organização e gestão que tem depois de ser conciliada com os outros jovens que partilham o apartamento, ainda que exista sempre a supervisão externa das instituições. O Centro Juvenil de Campanhã não tem nenhum destes apartamentos, embora pudesse ter. O ano passado pensamos em avançar, mas ainda não iniciamos. A verdade é que grande parte das instituições não tem apartamentos de autonomia. Para que uma instituição consiga ter e manter estes apartamentos é necessário ter fundos. Além disso, os apartamentos, mesmo construídos por uma instituição em particular, depois têm de ser abertos à segurança social que também poderá reencaminhar jovens para lá, conforme as vagas. (...) Mas também só podem ficar até aos 21 anos. No meu entender, não me parece que a existência de apartamentos de autonomização enquanto resposta social possa estar dependente das Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS). Sei que uma das prioridades da Segurança Social são estes apartamentos, mas é necessário que assuma isso. (...) No caso dos mais crescidos, normalmente com 17 anos ou mais, se notarmos que o jovem adquiriu responsabilidade, vais às aulas, tem o seu quarto arrumado, é uma referência para os outros jovens ... Encaminhamos esse jovem para os chamados quartos de pré autonomia, que podem ser ou não individuais. Neste sítio eles tomam conta do quarto, limpam, arrumam, tem a possibilidade de ter televisão, de sair, comunicando sempre ao seu educador previamente e têm mais liberdade: por exemplo, os outros meninos têm de estar na sala entre as 18h e as 19h, eles não. Mas estes quartos não são iguais aos apartamentos de autonomização. São quartos que estão dentro da própria instituição, apenas separados da secção dos outros jovens. E que poderão sair destes quartos se tiverem condutas inadequadas, eles têm de ter um comportamento exemplar, ser referência para os outros.” (Amélia Martins / entrevistada 2)

Citação 4 – “Nós temos jovens que contam com o apoio para a autonomia de vida da segurança social e temos jovens que ainda não estão a receber esse apoio para a autonomia de vida, mas que já foi pedido entretanto, mas estes pedidos demoram sempre 3/4 meses a serem aprovados pela segurança social. Até lá, não expulsamos o jovem, se ele tiver forma ou rendimento de nos pagar através do salário, aceitamos esse dinheiro, caso contrário esperamos até que o jovem consiga restituir os valores em falta e continua connosco. O pedido de autonomia de vida é normalmente feito pelas entidades que coordenam os processos, estamos a falar das equipas

- Impreparação de muitos jovens para integrarem os apartamentos de autonomia, apesar da supervisão técnica;
- O problema de aos 21 anos não terem resposta, mantêm-se, mesmo que estejam nestes apartamentos;
- São subsidiados pela segurança social
- Jovem é obrigado a gerir as suas atividades, dinheiro, compras;
- Nenhuma das instituições em causa tem apartamentos de autonomia;
- Necessidade de ter fundos para ter estes apartamentos;
- Existência de apartamentos de autonomização não pode estar dependente das IPSS;
- Estes apartamentos são uma prioridade da segurança social, mas é necessário que assuma isso;
- Criação de espaços dentro da instituição em que os jovens mais crescidos tenham mais autonomia e privacidade – quartos de pré-autonomia ou ala de autonomia, por exemplo;
- Os pedidos de apoio para a autonomia de vida demoram 3 / 4 meses;

<p>multidisciplinares de apoio aos tribunais (EMAT) e estamos a falar das comissões de proteção de crianças e jovens, as CPCJ. Habitualmente quando um jovem diz que aos 18 anos quer um apoio para autonomia de vida, habitualmente o técnico que coordena esse caso que está na CPCJ ou na EMAT faz o pedido para esse apoio económico junto da segurança social, não é a instituição que trata dessa situação. Mas temos de ser nós a dizer aos jovens, porque eles não têm noção na maioria das vezes, desconhecem por completo este tipo de apoios. Na nossa instituição, posso dizer que este ano que passou, o ano 2015, é que começamos a ter os primeiros casos a sério para este apoio de autonomia de vida e só a partir de agora é que conseguimos pedir este apoio junto da segurança social, por intermédio quer das CPCJ quer das EMAT, porque não tínhamos esse habito também e felizmente em 2015 já começou a acontecer.” (Tiago Borges / entrevistado 3)</p> <p>Citação 5 – “A minha opinião é muito favorável, não sei se há alguma idade que sugira para este acompanhamento em apartamento de autonomia, o que a nossa experiência nos diz é que aos 18 anos, para aqueles jovens sobretudo que não têm retaguarda familiar, nós consideramos que este apartamento de autonomia é fulcral para que ele consiga consolidar aquilo que foi aprendendo ao longo da sua institucionalização (...) Nós não temos um apartamento de autonomia, mas como a nossa casa é muito grande, temos condições para recriar uma ala de autonomia que fica afastada do nosso lar de infância e juventude, no mesmo edifício mas noutro setor. Aqui os jovens tem uma autonomia diferente, já ninguém controla as horas ou está a pedir esclarecimentos de uma ou determinada coisa como com os miúdos mais pequenos. (...) Neste momento, temos 3 jovens. Dois têm 20 anos e um com 19 anos, nessa aula de autonomia, dois dos quais, um de 20 e um de 19 estão a trabalhar e o outro jovem de 20 está no ensino superior, no Instituto Politécnico de Leiria.” (Tiago Borges / entrevistado 3)</p> <p>Citação 6 – “Não temos apartamento de autonomia, mas temos uma ala funcional específica apenas para jovens em autonomia de vida. Neste sítio apenas estão os jovens desta instituição, não recebemos jovens que venham de outras instituições reencaminhados pela segurança social. Para todos os efeitos, não podemos considerar isto de apartamentos de autonomização porque isso já tem alguma regulamentação e isto ainda é um projeto que está agora a iniciar. Não queremos deixar os jovens sem qualquer retaguarda e então continuamos a prestar o nosso melhor acompanhamento para que não lhes falte nada. O que acontece é que os jovens em autonomia têm uma renda mensal para pagar que lhes dá direito à alimentação, à estadia e que lhes dá direito também à lavagem da roupa, secagem, ao tratamento da roupa. Essa renda mensal é de 150€, é um valor simbólico, ninguém está a pensar enriquecer com os jovens que estão a dar o primeiro passo nesta autonomia de vida. De facto é apenas um sinal ou um vínculo para eles poderem ser co responsabilizados para estas questões, porque na verdade se eles saírem da instituição terão sempre despesas de renda, de água, de luz...” (Tiago Borges / entrevistado 3)</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Os pedidos são feitos pela CPCJ ou EMAT; - Os técnicos é que têm de informar os jovens de que têm este apoio; - Jovens com 18 anos que não têm retaguarda nenhuma, deveriam poder estar em apartamentos de autonomia, pois é o sítio indicado para trabalhar as suas competências; - Alternativas para a inexistência de apartamentos de autonomização ou de respostas para jovens mais velhos: ala de autonomia em que o jovem paga um determinado valor;
4. Motivos que levam os jovens com 18 anos a sair ou a permanecer na instituição	
Transcrição das Respostas	Síntese do Conteúdo

Citação 1 – “A constatação realista de que saindo não vão conseguir sobreviver com dignidade. (...) Dos jovens que temos neste momento com mais de 18 anos, há 2 que têm possibilidade de escolha. (...) Os dois que têm, de forma clara, sentem que se saíssem da casa iriam interromper um percurso nomeadamente formativo, porque não se conseguiriam sustentar. O que vai fazer 21 anos para o próximo ano, já falei com ele no sentido de o tranquilizar de que a casa só o obrigará a sair quando ele tiver uma situação estável, sendo a Casa a financiar a permanência dele aqui. Neste momento, este jovem está a fazer um curso de engenharia nível 5 e se sair tem de trabalhar para se sustentar, interrompendo os estudos. (...) Mas este miúdo, até termos a conversa com ele, faço ideia da angústia dele sobre este assunto! Ele é esforçado, trabalha para cumprir objetivos, pratica desporto, não se pode dizer nada de mal deste jovem, por isso, tem de ser apoiado. (...) E estes são os bons casos. Mas há miúdos que não têm rede de segurança e aos 18 anos querem voar e sair da instituição.” (Ana Moutinho/entrevistado 1)

Citação 2 – “São várias as razões: uma delas não terem de cumprir regras, mas depois quando pegamos na mala para irem embora, nota-se que ficam a pensar. A maior parte deles toma a decisão sem pensar conscientemente. Nós compreendemos que eles queiram sair, mas na maior parte dos casos seria melhor adiarem a saída, no mínimo, por um ano ou dois. Será sempre importante alertá-los para o que de bom têm na casa, até porque grande parte dos jovens que vivem com as suas famílias não têm, por exemplo, a prática regular de desportos, muitos deles, bastante caros (...). É esta conversa generosa, paciente, tranquila que se tem de ter. E alguns deles dizem-nos “está bem, eu fico!”, como se estivessem a fazer-nos um favor, mas percebemos perfeitamente o que nos querem dizer e, só ficamos é contentes com isso. Outros querem ser livres. O problema é que, ser livre implica, muitas vezes viver com pouca dignidade em famílias muito desorganizadas, às vezes com problemas de saúde mental, entre outros. (...). O que nós reparamos é que a maior parte deles, quando volta cá para nos ver, tomar um café, cumprimentar, tem um discurso engraçado com os outros. (...) “você aproveitem bem que lá fora é muito duro, aqui é que estão bem” (...) “olha que isto viver lá fora não tem nada a ver, quando os adultos vos derem na cabeça é para o vosso bem; é bom termos quem se preocupe connosco”. E não precisamos de esperar 20 anos para que estes deem este valor. (...) Infelizmente, depois há inúmeros casos de miúdos que se perdem.” (Ana Moutinho/entrevistado 1)

Citação 3 – “Um jovem quando tem 18 anos, se quiser, envia declaração ao tribunal a pedir para ficar mais tempo na instituição. Muitos jovens ficam, principalmente os que entraram mais novinhos, porque isto é a casa deles, revêem-se aqui. Muitos querem ficar porque já têm uma meta, as suas namoradas, querem preparar a sua vida e avançar e sabem que com a nossa ajuda será mais fácil. Outros, porque não lutaram por isso, por força das circunstâncias, voltam para a sua casa ou para a beira de algum familiar. (Amélia Martins / entrevistada 2)

Citação 4 – “Desde logo, convém frisar que com essa idade, de 18 anos, os jovens ou estão a trabalhar, e nessa altura têm o seu dinheiro e têm de se organizar ou encontram-se a estudar e têm bolsas. (...) Muitos dos que ficam aqui no Centro Juvenil de Campanhã

- Consciência de que não vão sobreviver com dignidade;
- Interrupção inevitável do percurso formativo, por falta de recursos;
- Instituição é que se responsabiliza pela permanência do jovem na instituição após os 21 anos, para que consiga terminar o ano letivo;
- Angústia vivida pelo jovem até saber se a instituição o poderá apoiar;
- Muitos jovens querem voar da instituição, mesmo não tendo retaguarda;
- Não terem de cumprir regras, vontade de liberdade;
- Tomada da decisão inconscientemente;
- Regresso a famílias desestruturadas;
- Arrependimento após a saída;
- Os jovens que entram mais novos têm mais tendência para querer ficar na instituição após os 18 anos;
- Após os 18 anos, para ficarem na instituição, têm de ter uma ocupação: trabalhar ou estudar;
- A maior parte dos que fica até aos 21 anos é porque está a estudar;
- Jovens ficam na instituição porque sentem mais segurança e equilíbrio do que se saíssem;

até aos 21 anos é porque estão a acabar o seu curso. Se tiver um miúdo de 18 que não vai à escola porque não quer, não quer trabalhar, porque não quer, eu não posso ficar com ele. Ele tem de sair com o apoio da instituição, com o apoio da família, se tiver, mas na instituição não se justifica. Com 18 anos ele é adulto, ele opta... Ou fica ou sai, mas só fica se tiver a sua vida organizada. Esta a estudar, a trabalhar ... (Amélia Martins / entrevistada 2)

Citação 5 – “Desde logo, a segurança, o equilíbrio. Quando falo em equilíbrio falo em equilíbrio emocional, pese embora tenhamos jovens muito diferente uns dos outros, temos jovens com mais necessidades psíquicas, (...) com maiores problemas de personalidade, com menores, temos problemas de comportamento, mas ainda assim, o jovem quando chega aos 18 anos... posso-lhe dizer ainda hoje da experiência de um jovem que perfaz 18 anos em fevereiro e que foi acolhido apenas em novembro de 2015. Foi assim um pedido de acolhimento urgente e eu ainda me recordo quando recebi cá a técnica e o jovem de perguntar à técnica da CPCJ o que esperava de mim enquanto diretor técnico para fazer um trabalho de 4 meses com um jovem que aos 18 anos pode ir embora. (...) Isto é tudo muito bonito mas é muito vago e ajuda-nos pouco ou nada. A verdade é que o jovem já tinha verbalizado comigo que queria permanecer na instituição depois dos 18 anos e hoje então viemos a confirmar através de um pedido escrito que ele já fez para enviarmos à CPCJ. Aos 18 anos quer continuar na instituição, quer arranjar um emprego por Guimarães e ficar por cá e pronto, foram boas notícias e isto deixou-nos muito contentes (...) Com isto, de facto, é a tal segurança, equilíbrio que eles conseguem encontrar, o facto de aqui poderem encontrar muitas atividades desportivas que podem frequentar, o facto de estarmos numa zona central da cidade de Guimarães que também lhes dá um acesso mais facilitado quer a diversão, quer ao exterior, quer a outro tipo de atividades também e depois o próprio ambiente da instituição que é muito familiar, somos todos muitos próximos, tratamo-nos sempre como uma família (...) eu acho que eles conseguem respirar este ambiente também. Depois temos o outro fator muito preponderante que são as dificuldades da integração ou da reintegração familiar. Muitas das vezes estes jovens já não têm retaguarda familiar quer da família nuclear, quer da família alargada porque de facto muitas das vezes os jovens já tiveram muitas oportunidades e a família cansou-se. Muitas das vezes é mesmo este o problema e a família fica cansada de mais promessas e incumprimentos e acaba por não aceitar os jovens de volta a casa e são estes o grandes motivos.” (Tiago Borges, entrevistado 3)

Citação 6 – “Nós quando percebemos que um jovem vai sair aos 18 anos por livre vontade ficamos sempre com muito receio, principalmente quando esse jovem não tem a retaguarda familiar mais adequada às necessidades do seu próprio perfil. Nunca pretendemos que a família tenha as melhores condições financeiras do mundo, não precisamos de famílias ricas, precisamos de famílias que consigam acompanhar estes jovens, dar-lhes aquilo que eles precisam e muitas vezes aquilo que eles precisam também é de um não, de conseguir estabelecer limites e muitas vezes é esta a grande dificuldade e cada vez mais nos deparamos com esta dificuldade de estabelecer limites junto do jovem. Os motivos que habitualmente invocam é a procura de uma maior liberdade, de outros tipos de oportunidades no exterior, de não terem regras, de procurar junto da família um apoio que muitas das vezes não vai existir e de facto é isto que os jovens procuram. É um bocadinho esta liberdade e libertinagem também. (...)” (Tiago Borges, entrevistado 3)

- Poderem participar em atividades que não conseguiriam se estivessem em casa dos pais ou sozinhos;
- Dificuldade de reintegração familiar, famílias cansadas de promessas que, por vezes, não aceitam o regresso do jovem;
- Procura de liberdade e libertinagem;
- Esperança de encontrarem na família aquilo que precisam, quando já sabemos que isso não vai acontecer;
- O discurso dos jovens quando regressam à instituição é sempre o mesmo: aconselham os jovens que se encontram institucionalizados a aproveitarem as oportunidades que têm, a ouvirem os técnicos e a respeitarem-nos;

5. Apoios financeiros, psicológicos, de habitação, entre outros, de que dispõem os jovens quando saem da instituição	
Transcrição das Respostas	Síntese do Conteúdo
<p>Citação 1 – “Sinceramente, nós temos ideia daquilo que já aconteceu aqui na Casa, mas existem outras medidas que, possivelmente, nós não conhecemos. O que já aconteceu aqui com um jovem que até vai ficar depois dos 21 anos é que se o jovem fosse pedir o apoio pecuniário para viver fora da casa, não ia chegar para aquilo que ele precisa. Portanto, a percepção que eu tenho dos casos que acompanho é que, a seguir à saída da instituição, com 18 anos, eles passam a ser adultos. Têm de preencher papéis, concorrer para o RSI ou bolsas de estudo, ir ao centro de emprego e, neste sentido, não tenho noção de que exista alguma distinção por ser um jovem que esteve institucionalizado.</p> <p>O que para mim é um ponto essencial é que estes jovens, às vezes são penalizados porque a regulação emocional não existe, está tudo baralhado na cabeça deles, e, por isso mesmo, são jovens que não sabem pedir as coisas, não sabem tratar das coisas. São jovens que em muitas áreas da sua vida são incompetentes... não têm as mesmas competências que um jovem da mesma idade que tenha vivido e crescido com a sua família. (...) Eles vão atrasados, não saem em pé de igualdade. Com uma agravante que é a de os jovens institucionalizados não terem uma escolaridade normal. A maior parte deles tem reprovações, uma grande parte deles não gosta da escola e a escola não gosta deles, uma parte significativa deles tem debilidades ou défice cognitivo. Alguns deles nem num estágio no âmbito de uma formação sabe estar, portanto, tudo isto só dificulta. (...) O que acontece entre a infância e a juventude é que parece haver meio termo, mas não existe neste caso... ou é jovem ou é adulto. (...) A meu ver, era necessário que as instituições adotassem mais formalmente uma estrutura de apoio pós saída, para que pudéssemos dizer ao jovem: “vai e não te preocupes, se caíres, nós estamos aqui para te ajudar”. Nos fazemos isto informalmente, mas deveria ser algo universal, igual para todas as instituições. Ainda não implementamos esta estrutura deste projeto que lhe falei de acompanhamento pós saída. Nós temos aqui um jovem há vários anos com debilidades, vive com o pai que não quer saber do miúdo e nós para ajudarmos damos-lhe um cabaz duas vezes por semana (...). E temos um jovem em vida militar lá em baixo no sul e que é apoiado pela Casa de Cedofeita... são elas que lhe lavam a farda, ele vai lá muitas vezes e é um gosto vê-lo quando nos vem visitar porque a vida dele não parou, não entortou. E tenho a certeza absoluta de que se ele não tivesse este suporte afetivo (já tomaste banho, estas a alimentar-te bem? Anda cá ver-nos...) porque eles fingem que não gostam disto, mas gostam. Informalmente estas coisas vão-se fazendo. Por isso, acho que teria de haver um suporte destes, mas assumido formalmente, uma função da instituição, nem que fossem 6 meses após o acolhimento. Embora aqui na casa não haja esse prazo! (Ana Moutinho/entrevistado 1)</p> <p>Citação 2 – “A partir dos 21 anos eles têm de sair da instituição, seja aqui ou nos apartamentos de autonomia. Mas podem existir exceções: temos um jovem que faz 21 em fevereiro e acaba o curso em julho. Claro que não vamos colocar este jovem fora, fica connosco até acabar o curso. Mas se estivesse no começo, não poderia ficar, a segurança social não permite que eles fiquem. Em termos de Centro Juvenil de Campanhã temos uma grande preocupação com estes jovens mais velhos. Quando retomei funções aqui, tínhamos muitos</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Depois dos 18 anos, se saírem da instituição os jovens são adultos, têm de se desenrascar por si; - Apoio pecuniário não chegaria para o que o jovem precisava; - Jovens penalizados por não estarem emocionalmente regulados, incapacidade de saber resolver problemas; - Jovens institucionalizados não têm uma escolaridade normal; - Os jovens institucionalizados vão atrasados, não estão em pé de igualdade com os outros jovens; - Só conheço o apoio para a autonomia de vida, tratado enquanto o jovem está na instituição, se tiver um percurso regular; - Entre a infância e a juventude há meio-termo. Entre a juventude e a idade adulta não há; - Instituições deveriam adotar uma estrutura formal de apoio pós saída; - Instituições acompanham os jovens após os 21 anos informalmente, mas deveria ser universal, igual para todas; - Falta de suporte afetivo limita o percurso dos jovens institucionalizados;

jovens com mais de 21 anos, mas como a segurança social não permite, falamos com eles e demos lhes um prazo para se prepararem e vão sair em breve. Além disso, o educador social trabalha com eles e as famílias e com quem não tem famílias, procura empregos, tenta falar com algum familiar que queira apoiar o jovem durante algum tempo, tentando que eles não saiam daqui completamente desamparados. A nível de apoio psicológico, as instituições têm técnicas de acompanhamento da segurança social. Qualquer jovem aqui recebido tem um técnico afeto e temos destacadas duas técnicas de apoio para os jovens, pelo que qualquer jovem pode recorrer a este apoio. Quanto ao apoio financeiro ou mesmo habitação, os jovens procuram muitas vezes os seus familiares, tentam obter o Rendimento Social de Inserção que lamentavelmente demora muito a responder, não sendo um apoio com que, normalmente, os jovens possam esperar no imediato. No que diz respeito às questões profissionais, se está complicado para quem estudo e tem boa formação, para estes jovens é, obviamente, ainda mais complicado. Alguns que seguiram cursos de restauração, vão conseguindo arranjar emprego porque realizam estágios e depois têm a sorte de serem contratados. Em todo caso, é muito complicado, porque não há uma resposta definida, imediata e eficaz para isso.” (Amélia Martins / entrevistada 2)

Citação 3 – “Do que eu consegui apurar junto da própria segurança social, há dois apoios para autonomia de vida. Como assim? Vamos imaginar que temos um jovem que aos 18 anos sai das listagens do lar de infância e juventude porque já está a trabalhar (...) a partir do momento que começamos a trabalhar, começamos a fazer os descontos para a segurança social e se por um lado ele estaria a receber uma verba por estar no lar de infância e juventude, por outro estava a descontar para a segurança social (...). Ora, estas duas situações não são compatíveis para a segurança social (...). No limite, o que podemos fazer em comunicação com o técnico da CPCJ ou EMAT é fazer o pedido para esse apoio para a autonomia de vida. O que acontece é que nós temos dois valores: para jovens que estão a trabalhar e que fazem descontos para a segurança social, a verba que está estipulada mensal para o jovem poder usar são os 150€ que por coincidência o mesmo valor que cobramos pela estadia do jovem cá. Ou seja não queremos que o jovem utilize o dinheiro que ganha com o seu trabalho. Contamos com esse apoio que vem da segurança social, os 150€. Mas há outro modalidade para jovens que estão em ensino superior, não é o caso do nosso jovem porque nós ainda continuamos com ele na listagem, porque ele pediu prorrogação da medida até aos 21 anos e não está a trabalhar e por isso a segurança social considera no ainda nas nossas listagens e bem. Neste caso, o jovem já não estaria na nossa listagem, mas tinha pedido apoio para autonomia de vida, ele não iria ficar apenas com os 150€, porque para todos os efeitos ele não está a trabalhar, (...) então a verba que a segurança social lhe iria aprovar seria 419€, mais ou menos, para poder sustentar-se. Os dois valores, os 150€ para quem trabalha e faz descontos para a segurança social ou então 419€, eu não sei se é este valor ao certo, mas sei que não chega aos 500€, para jovens que necessitam deste apoio para a autonomia de vida, mas que ainda não trabalham. No nosso caso, da nossa experiência, apenas contamos com o apoio de 150€ (...) Quanto a estes valores eu acho que ninguém consegue arranjar uma casa por 150€ quanto mais pagar água, luz, telefone e alimentação, não é? Posso dizer que os jovens que pagam 150€ cá na nossa instituição têm a perfeita noção de que um dia que saiam para o exterior que esses 150€ provavelmente irão gastar ou nem irá chegar para a alimentação deles se ainda tiverem de pagar mais 200 ou 250 por uma renda de

- Felicidade quando vemos o caminho dos nossos jovens a correr bem;
- Trabalho do educador social na procura de emprego;
- Apoio psicológico através da instituição;
- Ao nível de habitação, os jovens procuram familiares;
- Ao nível financeiro, recorrem ao RSI, mas as respostas demoram muito;
- Profissionalmente, se está mal para a generalidade dos jovens, para os institucionalizados ainda é pior;
- A saída é sempre complicada porque não há uma resposta definida, imediata e eficaz;
- O apoio para a autonomia de vida inclui dois valores: 150€ para os jovens que já estão a trabalhar e 419€ para os jovens que não estão a trabalhar;
- Jovens têm noção de que 150€ não chega para nada e que mesmo os 419€ não chegam para tudo;
- O apoio para a autonomia de vida é um apoio, mas não é suficiente para a total autonomia dos jovens;
- 90% dos jovens que saem da instituição sem retaguarda têm tendência para que as coisas não corram bem;

<p>uma casa mais 100 para despesas da habitação, quer dizer, vai-se o salário todo e o apoio para a autonomia de vida não serviu para quase nada. Esses 150€ de facto nunca serão suficientes para qualquer jovem subsistir. É um apoio, sem dúvida que é, não será substituído do trabalho, de um rendimento mensal, mas pronto, de facto não é um valor que permita a sustentabilidade e a autonomia plena dos jovens. Quer os 150€, quer os 419€, é uma ajuda, mas ainda assim será sempre arriscado para o jovem que está a começar uma vida conseguir assegurar as despesas todas com 400€ no bolso, quer dizer, é muito complicado.” (Tiago Borges, entrevistado 3)</p> <p>Citação 4 – “Eu conseguiria dizer que 90% dos jovens que saem da instituição sem retaguarda têm uma tendência muito grande para que as coisas não corram bem porque de facto a determinada altura vai-lhes faltar o acompanhamento e aquela orientação que tinham cá e o caminho mais fácil é sempre o mais prejudicial, muitas das vezes, até porque muitas das vezes é a história deles. O que sentimos é que se não há uma retaguarda sólida lá fora e boas figuras de referência no exterior, é mesmo muito difícil para o jovem manter a estabilidade que conseguiu manter enquanto cá esteve.” (Tiago Borges, entrevistado 3)</p> <p>Citação 5 - “Um jovem quando sai aos 18 anos e não tem retaguarda familiar, se o tribunal ou a CPCJ entenderem que de facto este jovem até tem alguma margem de manobra para ser autonomizado, o próprio jovem junto da técnica da segurança social que depois comunica com o tribunal ou a CPCJ podem fazer esse pedido de apoio para autonomia de vida, ou seja, não é pelo jovem sair daqui que não pode contar com esse apoio. O que é que acontece, na grande maioria das vezes, quando os jovens saem daqui aos 18 anos, os técnicos que acompanham os processos também já fizeram muita pressão para que o jovem continue e tudo mais e apercebem-se realmente de que o que o jovem quer é uma libertinagem e uma vida mais fácil. A experiência diz nos que pelo menos para apoios financeiros não costumam ser aprovados quando os jovens saem por livre vontade. (...) Nós costumamos estudar junto das instituições da primeira linha como o caso das equipas de RSI, as equipas de habitação social e tudo mais, tentamos sempre articular com essas equipas e pomos sempre os jovens em contacto com elas. Mas efetivamente são essas equipas que fazem esse acompanhamento, mas tem de ser sempre o utente a procurar a equipa e não ao contrário. No caso de RSI já tivemos pelo menos um caso que eu me recorde em que foi pedir RSI, também tenho informação de que não foi aprovado porque era um jovem que tinha muitos problemas de comportamento de consumo de estupefacientes e então a segurança social como já tinha conhecimento disso, não aprova este tipo de apoios e a meu ver de forma fundamentada, não se pode permitir este tipo de comportamentos em idades tão jovens. Nós nunca tivemos um caso em que o jovem recebesse RSI, mas parto do princípio de que essas equipas estão atentas a este tipo de situações e que se um jovem já apresenta alguma solidez no seu percurso que até conseguiu arranjar trabalho, tem estado estável (...) e eu quero crer que nestas situações os jovens conseguem o apoio da segurança social. (Tiago Borges, entrevistado 3)</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Sem retaguarda, sem acompanhamento, sem figuras de referência é muito difícil para o jovem caminhar; - Muitas vezes os apoios não são aprovados porque já foi feita muita pressão para que o jovem se mantivesse institucionalizado até aos 18 anos, pelo que não se acredita que ele consiga gerir o dinheiro;
6. Avaliação global do regime existente direcionado para os apoios aos jovens quando saem da instituição	
<i>Transcrição das Respostas</i>	<i>Síntese do Conteúdo</i>

Citação 1 – “ Acho que a segurança social a manter essas mesmas medidas deveria revê las porque há uma ou outra medida. Há uns tempos havia uma medida em que eles podiam sair e ir para uma pensão, onde tinham dormida, roupa lavada, comida pronta. Ora, nas pensões infelizmente temos exemplos disfuncionais... tenho presente a história de dois deles que foram parar à prisão... não têm de pagar nada, têm tudo feito... com exemplos maus na pensão.. deveriam sair e ir por exemplo para um desses apartamentos, num regime mais aberto, mas onde houvesse algumas obrigações e deveres, porque isso cria estrutura, forma, prepara para vida real. (...) Eles têm de aprender a fazer, e nesse sentido, acho que há muito a mudar... esses apartamentos não deveriam ser as instituições a preparar. A segurança social sabe que isto é um problema e que existe. Nenhum jovem aos 18 anos, consegue sobreviver sozinho, mesmo trabalhando, alguns dos jovens que aqui não faziam nada e os jovens que depois saem e chegam lá fora e trabalham muito, formam a sua família, muitos emigraram, mas não é a regra. A regra não e saírem e conseguirem singrar por eles. “(...) (Ana Moutinho/entrevistado 1)

Citação 2 – “(...) Agora o que é importante é que na comunidade as entidades, nomeadamente a segurança social, tenha aqui um olhar diferente para um jovem de 18 anos que acabou de sair da instituição. Agora sendo atirada para uma pensão é desastroso. (...) Esta questão do acompanhamento, do suporte é muito importante... é em quem se confia, quem sabe a nossa história... (...) Aos 18 anos porque é quando atingem a maioridade e aos 21 anos também me parece adequado, pois se seguirem um percurso mais ou menos normal, já terão alguma formação. Se não quanto mais tarde, mais se aumenta o sentimento de que estar na instituição se tem tudo pronto, se esta bem assim sem se fazer nada! Viver numa instituição com tanta gente, não é fácil... são muitas pessoas diferentes... (...). A vida deles não é de invejar!” (Ana Moutinho/entrevistado 1)

Citação 3 – “Quanto aos 21 anos como idade limite para saírem da instituição, acho que sim, se não entramos na fase das baldas, em que eles nunca procuram nada... Com 21 anos já tem de ser um homem. Agora, claro que o estado deve ajudá-lo o mais possível. Mesmo que esteja a estudar, se tem de sair da instituição e não tem dinheiro, não vai continuar a estudar e se o estado ajudar, talvez acabe os seus estudos. Todos precisamos de dinheiro, estes jovens também até porque têm muito pouco... Faltam-lhes infâncias felizes.” (Amélia Martins / entrevistada 2)

Citação 4 – “ Para mim, se forem miúdos cumpridores, devia dar-se um rendimento mínimo para um começo de vida. Para procurarem trabalho, para seguirem com a sua vida. Se há gente que merece são eles. Já viveram uma vida para a qual não foram chamados, merecem chegar a essa altura e serem compensados. Mesmo que vão viver com familiares, ele deve ter possibilidade de contribuir para as despesas. Para mim era a grande solução. Certos jovens ex institucionalizados que iniciam uma vida de roubos, ou de venda de droga para conseguirem dinheiro, se calhar fazem-no porque não têm dinheiro nenhum ou suficiente. (...) O jovem quando sai deve ter apoio, deve ter o seu dinheiro para seguir com a sua vida. Acho que a forma mais adequada do jovem se sentir seguro. Se

- Havia uma medida em que a segurança social colocava os jovens em pensões e foi desastroso pois nas pensões havia maus exemplos;
- Dois jovens foram para a prisão;
- Nenhum jovem consegue sobreviver sozinho aos 18 anos;
- Muitos conseguem organizar-se, mas a regra não é essa. A regra é não conseguirem singrar por eles;
- Segurança social deveria ter um olhar diferentes para um jovem que acaba de sair da instituição;
- Acompanhamento e suporte são muito importantes;
- Tomarem a decisão de continuar aos 18 anos é indicado;
- Terem de sair da instituição aos 21 anos é adequado, pois caso contrário o sistema estaria a promover a dependência;
- O estado deve ajudar o máximo possível estes jovens após a saída – sair da instituição, sem dinheiro e a estudar, é difícil;
- Vida dos jovens institucionalizados não é de invejar;
- Faltam-lhes infâncias felizes;
- Se os jovens são cumpridores, deveriam receber um rendimento

um familiar até receber um participação monetária dele por mês se calhar até o recebe com mais agrado e consegue-se construir uma relação familiar mais salutar. (...) Eles vêem-se aflitos, pois as habilitações são poucas. Existe também outro caso que é o de jovens exemplares para os quais deveria ser obrigatório, com um relatório institucional a dizer que o jovem merece, receber um apoio do estado, um Rendimento Social de Inserção (RSI), um emprego... para não se perder um percurso tão bonito construído com tanto custo. Aqui a falha está, a meu ver, num apoio extra, depois da instituição. As IPSS não se querem esquivar, mas nós devíamos poder recorrer à segurança social e ser automática a resposta e rápida. ... Quando vamos com um jovem para pedir o RSI deveríamos ser logo atendidos e os jovens deveriam receber logo e não é isso que acontece. Estes jovens são prioritários, se não o dinheiro que já foi gasto com eles, é em vão... o que não faz sentido nenhum! É frustrante, é trabalho em vão! Se é difícil para os outros jovens criarem asas, para estes ainda é mais. Eles sabem que a casa mãe está sempre aberta, nunca fecha portas e que os pode alimentar, mas têm de criar asas, ter dinheiro para pagar as suas coisas, mesmo que em casa de familiares. Se tiverem ajuda, conseguem avançar. Muitos deles depois pensam em ter a sua casa, a sua meta, a sua família... Por isso, se os ajudarmos a construírem a sua família, já poderão ajudar a sua família também! (Amélia Martins / entrevistada 2)

Citação 5 – “Eu faria algumas mudanças no sistema de acolhimento residencial e tentaria pôr mais em prática o que nos diz a própria legislação. O que nós estamos a verificar é que a cada vez mais muito difícil por exemplo, perante um jovem que apresente consumos que apresente imensos comportamentos disruptivos, estou a falar de roubos, furtos, de furtos qualificados e de coisas já gravosas, de facto quando nos tentamos recorrer às instâncias que encaminharam para cá o jovem para pedir apoio e quando dizemos que não estamos a conseguir lidar com este comportamento, que precisamos urgentemente de uma intervenção mais especializada, nós sentimos que de facto aqui as respostas fogem todas. Ninguém nos dá uma resposta efetiva, temos de colocar na mesma casa jovens que necessitam de proteção, quer pelas situações familiares de onde vinham, quer pelas situações em que eles próprios se puseram em risco e depois também temos de os proteger dos jovens que estão cá a colocar esses mesmos jovens em risco. (...) A minha principal sugestão era para as equipas que coordenam os casos, já nem me refiro aos tribunais porque o juiz não vem aqui, mas as EMATS, equipas da segurança social que prestam este acompanhamento direto junto dos tribunais e as CPCJ que acompanham os casos. Quando eu digo acompanham, deveriam acompanhar não só através de e-mail ou telefone, deveriam estar cá, porque de facto a maioria dos jovens sei lá passam um ano e se tiverem cá a presença de um técnico uma vez num ano eu acho que seria já muito bom. À distância, com base num papel é sempre muito relativo, as pessoas cingem-se ao que está escrito, não têm contacto direto, não questionam o jovem, não falam com eles, não perguntam o que se passa contigo. Muitas das vezes os miúdos vêm encaminhados pela polícia, sem o acompanhamento de mais ninguém, muitas das vezes sem a própria roupa de casa, vem com a roupa que tem no corpo e chegam cá assim e muitas outras vezes chegam sem o técnico que esta a coordenar o caso da CPCJ ou EMAT. Estas situações pra mim são muito más porque o miúdo chega cá desprotegido, vem para a uma instituição habitualmente associada a uma carga negativa, é uma prisão, uma coisa muito má. (...) Há uma carga negativa muito forte associada a estas casas. ” (Tiago Borges, entrevistado 3)

mínimo, um emprego para o começo da vida;

- Merecem chegar a esta fase da vida e serem compensados;
- Mesmo que fiquem em casa dos pais, deveriam ter o seu dinheiro e poderem contribuir para as despesas familiares;
- Os jovens exemplares deveriam ser apoiados automaticamente, com um relatório da instituição;
- Estes jovens são prioritários, se não a ajuda que se lhes dão é em vão e o dinheiro gasto também;
- Dificuldade de obter ajuda quando os jovens apresentam problemáticas específicas;
- A junção de vítimas e agressores na mesma instituição é prejudicial;
- As equipas e os técnicos da CPJC ou EMAT deveriam acompanhar efetivamente o jovem, o caso, não através de *emails* ou relatórios;
- Muitas vezes o jovem chega à instituição sem acompanhamento de técnicos;
- Carga negativa das instituições, estereótipos negativos sobre as casas de acolhimento;
- Jovens que iniciam uma vida de roubos e de venda de droga porque não conseguem ter dinheiro.

Anexo XIX

Grelha de Análise Vertical do conteúdo das entrevistas aos técnicos

1. Trabalho da autonomia dos jovens e preparação para a sua saída da instituição	
Transcrição das Respostas	Síntese do Conteúdo
<p>Citação 1 – “Desde os 15 anos de idade, embora nesta fase ainda não seja tão exigente e meticoloso, mas começa a preparar para a vida quotidiana. Depois fazemos atividades de diversos tipos: por exemplo, foi um voluntário da instituição que trabalha num banco, ensinar como depositar um cheque, como gerir o dinheiro, etc. Depois, no dia-a-dia, reforçamos a questão de gestão doméstica, dos valores pessoais, da família. Vamos falando das nossas famílias também, mostrando-lhes que não há famílias perfeitas. E apostamos muito também na questão da resolução de conflitos, tentando atenuar a experiência e os exemplos que eles trazem de má resolução de conflitos. Além disso, vamos começar agora com <i>workshops</i> de culinária: saber fazer uma refeição, saber fazer as compras para casa.” (Carla Oliveira, entrevistado 6)</p> <p>Citação 2 – “A preparação para a saída da instituição, nos jovens mais velhos, tem-se vindo a preparar para que eles acabem o curso, frequentem cursos, frequentem aqui o programa de lavandaria que neste momento não temos máquina não pode ser executado, que aprendam a fazer algumas refeições que também não está a ser executado, mas uma boa parte dos jovens já sabe e depois vamos também estudando os casos. Alguns com 20 anos vão regressar junto da família, pronto, nós sabemos disso e vamos preparando a integração deles junto da família. (...) muitos, por vezes, como já não têm retaguarda familiar, é assim, se eles estiverem a trabalhar, muito bem, se não fazemos a sinalização para o RSI e é o que acontece após os 21, já não há nada que possamos fazer. (...) pode chegar aqui um jovem com 14 anos e depois nós vamos definir o projeto de vida, se vai ser reunificação familiar ou autonomia, que são esses os dois principais. Se for reunificação nós vamos ter de preparar a reintegração, pronto, desse jovem nessa família, através depois de visitas domiciliárias, trabalhar com a família alguns aspetos(...). (Hernâni Barbosa, entrevistado 4)</p> <p>Citação 3 – “Pode ser a partir dos 12 ou dos 11, pois já tivemos um jovem dessa idade aqui. O que é importante, antes de mais, é perceber o que significa isto da autonomia de vida porque toda a gente é preparada para a autonomia de vida, faz parte do processo de crescimento e da nossa educação em família. A casa do vale é um centro de acolhimento temporário,</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Trabalho de autonomia começa aos 15 anos com as questões da vida quotidiana; - <i>Workshops</i> sobre gestão de dinheiro, gestão doméstica e culinária; - Abordagem de temas como valores pessoais, lidar com a família e resolução de conflitos; - Cursos de lavandaria e culinária não estão em funcionamento; - Trabalha de reintegração familiar: aceitação da família; - Sinalização de RSI para os que vão sair e não têm retaguarda familiar; - Importância de definir o projeto de vida para trabalhar a autonomia; - A partir dos 12 anos, mal entram na instituição; - Competência de autonomia gerais são sempre trabalhadas, independentemente do tempo e institucionalização e do destino da criança; - Para os que não vão regressar a casa, o trabalho de autonomia é mais profundo; - A autonomia de vida enquanto projeto de vida apenas existe quando não há mais respostas;

<p>portanto, se as coisas funcionassem no melhor dos mundos, nos acolheríamos jovens por 6 meses, 1 ano ou um ano e meio, sempre na perspectiva de trabalhar o regresso ao contexto familiar. (...). E por isso, para dizer que, independentemente de haver a perspectiva do regresso a casa num curto espaço de tempo (6 meses – 1 ano), há aspetos que se relacionam com o crescimento de cada jovem que são naturalmente, competências de autonomia. (...) Porém, posto isto, há jovens que imaginamos que dificilmente terão um contexto familiar para onde possam ir e ser integrados. (...) Ora, prevemos logo que os jovens fiquem por um período de tempo mais longo. Amanhã teremos um jovem que faz 7 anos que está aqui, é o jovem com o maior período de institucionalização, mas já tivemos um com mais de 6 anos e vários com mais 5 anos. Portanto, o trabalho que fazemos aqui com eles é de longo prazo e imaginando que quando tiverem de sair daqui vão ter de viver sozinhos, logo a autonomia coloca-se como projeto de vida, mas o trabalho de autonomia não é diferenciado. A autonomia de vida enquanto projeto de vida, é digamos, o projeto de vida quando não há projeto de vida, porque o projeto de vida pode ser o regresso à família nuclear, ou à família alargada, pode ser institucionalização para a vida. A autonomia de vida acontece quando não há uma resposta objetiva. O miúdo que lhe falei que está aqui há 7 anos tem 19 anos, fará 20 brevemente. (...) tendo em conta as suas características, tem uma debilidade mental que é incapacitante no sentido de ele ser autónomo, não obstante trabalharmos as competências de autonomia. Este rapaz com 20 anos vai de transportes públicos para onde precisa de ir, para Matosinhos para a praia... se precisar prepara uma refeição para si. Portanto, tem estas competências de autonomia, embora não seja capaz de fazer uma gestão de dinheiro, de gerir o seu espaço, de constituir família. Neste caso, tem um tutor e estará institucionalizado para o resto da vida, mas a autonomia também foi trabalhada aqui. A autonomia de vida é sempre trabalhada, faz parte dos processos normativos de uma instituição desta, como suponho que de todas as outras.” (Pedro Ferreira, entrevistado 5)</p>	<p>- Mesmo no caso dos jovens com debilidades, procura-se trabalhar a autonomia dentro das suas capacidades;</p>
2. Motivos que levam os jovens com 18 anos a sair ou a permanecer na instituição	
<i>Transcrição das Respostas</i>	<i>Síntese do Conteúdo</i>
<p>Citação 1 – “Sim, porque não tem retaguarda familiar sólida. Neste momento temos 3 jovens mais velhos, sem retaguarda familiar nenhuma. Não tem nenhum familiar que os possa receber de uma forma adequada. Os próprios jovens sabem que a família é tão frágil que preferem ficar aqui. Aqui sentem-se parte. Os pais não têm o mínimo de competências. Sabem que é a família deles, gostam deles, mas reconhecem que não querem ser iguais aos seus pais.” (Carla Oliveira, entrevistado 6)</p> <p>Citação 2 – “‘Curiosidade’ de experimentar uma vida autónoma, fazer o que querem, chegarem às horas que querem a casa e outros porque querem regressar à família nuclear. Mas muitos deles arrependem-se logo a seguir.” (Carla Oliveira, entrevistado 6)</p>	<p>- Não ter retaguarda familiar ou tendo, saber que não terão as mesmas condições na família que têm na instituição;</p> <p>- Vontade de fazerem um percurso diferente dos seus pais;</p> <p>- Curiosidade, vontade de ter uma vida mais independente, livre, sem regras;</p> <p>- Arrependimento da maioria dos jovens após a saída;</p> <p>- Falta de alternativas à saída da instituição;</p>

<p>Citação 3 – “Às vezes, para alguns, há faltas de alternativas, porque eles sabem que regressando a casa, a vida deles não vai melhorar e porque entendem que enquanto na instituição, alguns podem atingir o ensino superior. É mais fácil enquanto estiverem aqui poderem estudar.” (Hernâni Barbosa, entrevistado 4)</p> <p>Citação 4 – “Alguns porque já não querem cumprir mais, estarem sujeitos a regras, muitos ignoram completamente os que lhes está a ser pedido. Muitos ignoram as consequências.” (Hernâni Barbosa, entrevistado 4)</p> <p>Citação 5 – “Aqueles que cá estão nessa fase da vida só não ficam aqui quando têm uma resposta familiar e quando têm uma resposta bem estruturada. Os outros pedem sempre para ficar. Objetivamente, com 18 anos, nos dias de hoje, não é nada fácil. Estou a pensar no caso de um rapaz que saiu daqui com 18 anos, já foi seguramente há 7 anos, um miúdo com várias competências, que conclui um curso de formação com equivalência ao 12º ano na área de informática, que era na área do seu interesse. Este jovem, com 18 anos entendeu que tinha condições para se autonomizar. Nós, na altura, tínhamos pouca experiência nestas saídas, mas procuramos todas as respostas para o ajudar na sua saída e as coisas não correram muito bem, aliás, não correram nada bem porque a segurança social supostamente iria suportar parte do aluguer de uma pensão e o dinheiro nunca veio, veio muito tarde. Por outro lado, eu com 18 anos, deus me livre ter ido viver sozinho, faço ideia do que teria sido da minha vida.</p> <p>Neste momento, alguns jovens com 16/17 anos dizem que lhes apetece sair daqui, que já estão fartos disto tudo, mas eles sabem que o melhor é ficar e costumam ficar. Se me perguntasse há uns anos atrás qual era a tipologia da Casa do Vale eu dir-lhe-ia que era receber jovens dos 12 aos 18 anos, hoje digo que são jovens dos 12 aos 21. (...) Nós temos aqui dois casos muito concretos, no meio de 13, que possivelmente ficarão aqui depois dos 21 anos. Um deles, tem 20 anos, fará 21 agora em abril e é um caso no âmbito da saúde mental que não tem condições para viver sozinho, por exemplo, nem sai sozinho da Casa. Logo, o projeto de vida deste rapaz é institucionalização para a vida e não há vagas. (...) Por isso, ele ficará por cá até haver uma resposta para ele. (...). O outro caso, tem todas as competências para ser autónomo, esta fazer um processo formativo, saindo daqui vai ter de arranjar um emprego, um salário e entendemos que há aqui todo um processo formativo que será no mínimo interrompido e não faz muito sentido, não faz sentido nenhum. Temos uma lei fundamental que é a Constituição que diz que somos iguais em direito e deveres, mas pronto, uns são mais iguais do que outros. Cabe-nos a nós, claro, dar resposta a estes casos.” (Pedro Ferreira, entrevistado 5)</p> <p>Citação 6 – “É haver uma resposta familiar, necessariamente a família é melhor do que a instituição e é bom que assim seja. No dia em que cumprem 18 anos, se não houver um pedido de prorrogação, a medida cessa. Mas estas decisões não são tomadas no dia anterior ao aniversário, há um trabalho que vai sendo feito e a família é aqui um elemento muito importante, seja ao nível da medida de autonomia de vida, seja noutras medidas. (...) procuramos que os pais, ou os adultos de referência</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Perceção de que na instituição poderão alcançar o ensino superior; - Falta de noção das consequências que poderão advir da saída precoce da instituição; - Só saem os que têm retaguarda familiar estruturada, os outros pedem para ficar; - Perceção do técnico de que sair com 18 anos é difícil para os jovens se desenrascarem depois; - Exemplo de um jovem que saio com 18 anos e tinha competências e correu muito mal, principalmente pelo facto da prestação garantida pela segurança social ter chegado muito tardiamente; - Reconhecimento de que quase todos os jovens têm vontade de sair da instituição até antes dos 18 anos, mas que depois reconhecem que é melhor ficar; - Perceção de que a lei não é igual para todos; - Opinião de que as instituições têm de tentar arranjar respostas para os seus jovens; - A família é sempre melhor do que a instituição; - Preparação com antecedência da saída do jovem, integração da família na vida do jovem, nas várias vertentes; - Falta de um trabalho de acompanhamento posterior à desinstitucionalização; - Existência de <i>follow up</i> oficioso no pós-acolhimento, mas só com alguns jovens; - Os casos de reintegração familiar normalmente são bem sucedidos;
---	--

<p>estejam nas consultas médicas, reuniões de escola. (...) Nós não temos um trabalho de acompanhamento posterior à desinstitucionalização, gostaríamos de o ter. (...). Nós depois vamos fazendo aqui um especial de follow-up, mas sempre oficioso. E conhecemos muitos casos, e há casos que não perdemos. Em cento e tal acompanhamos aqui, seguramente 30, eles vem cá, mostrar os filhos, falar connosco. Os casos de reintegração familiar, habitualmente correm bem porque há aqui um trabalho prévio que é feito com a família.” (Pedro Ferreira entrevistado 5)</p>	
3. Importância dos Apartamentos de Autonomização e do apoio para a autonomia de vida no trabalho de autonomia dos jovens	
Transcrição das Respostas	<i>Síntese do Conteúdo</i>
<p>Citação 1 – “É muito positivo, uma vez que permite adaptarem-se ao quotidiano no exterior. Nestes apartamentos eles têm a sua autonomia e independência.” (Carla Oliveira, entrevistado 6)</p> <p>Citação 2 – “O apoio para a autonomia contempla um apoio financeiro de 419€ e um apoio ao nível de recursos humanos. O caso é sempre supervisionado pela CPCJ ou EMAT, no máximo até aos 21 anos, pois normalmente estes jovens estão fora da instituição. Porém, os técnicos da CPCJ ou EMAT têm inúmeros casos e não conseguem acompanhar devidamente estes casos. Um jovem que viva num apartamento de autonomização ou que receba o apoio para autonomia de vida que não tenha um apoio muito próximo é complicado. Esta supervisão deveria ser constante, até porque para muitos jovens terem dinheiro no bolso é para gastar. É bom ter o dinheiro, mas ele acaba por ter de se desenrascar sozinho porque o dinheiro não dá para tudo. A questão da supervisão é uma questão muito importante neste tipo de medidas. Há jovens em autonomia de vida, mas é uma autonomia muito pouco autónoma porque recebem o dinheiro e uns dias depois já não têm o dinheiro e andam a pedir cabazes. A supervisão tem de ser próxima e constante que não há.” (Carla Oliveira, entrevistado 6)</p> <p>Citação 3 – “Não há apartamentos fora da instituição, o que temos é uma ala de autonomia. Do apoio para autonomia de vida estão 2 a usufruir, mas é a instituição que os supervisiona, os técnicos não vêm visitar os jovens, é tudo transmitido por relatórios. Mas não concordo que assim seja, é importante que a pessoa a quem o processo esta entregue veja in loco o que está a ser feito... A lei é muito bonita, mas depois na prática é difícil e as pessoas que a aplicam deviam vê-la quotidianamente.” (Carla Oliveira, entrevistado 6)</p> <p>Citação 4 – “Nós não temos apartamentos de autonomização. Acho que a instituição está a apresentar um projeto, mas não sei como isso está, pelo menos era a intenção desta administração. Acho que era muito benéfico para eles.” (Hernâni Barbosa, entrevistado 4)</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Maior autonomia, independência e preparação para o quotidiano no exterior; - Apoio para a autonomia de vida no valor de 419€ e com supervisão técnica; - O acompanhamento técnico na medida de apoio para a autonomia de vida é insuficiente; - Os jovens se não tiverem apoio, gastam logo o dinheiro que lhes é disponibilizado e depois recorrem a outras ajudas: cabazes – acaba por não promover a autonomia; - Acompanhamento nestas medidas é fundamental; - Contacto entre a instituição e o técnico dos jovens é sempre feito por relatórios, o que é negativo; - Nenhuma instituição tem apartamentos, mas tenta recriar espaços com maior privacidade; - Necessidade de quem aplica a lei estar mais próximo dos casos, no dia a dia; - Apartamentos de autonomização enquanto uma resposta benéfica e positiva para trabalhar a autonomia dos jovens; - Pouco conhecimento das instituições sobre a medida de apoio para a autonomia de vida; - Poucos/raros casos de jovens que usufruem deste apoio;

<p>Citação 5 – “Há a medida de promoção de autonomia de vida que é aplicada em que eles recebem um montante e os jovens têm que ter umas certas condições. Não sei muito bem como é que funciona... Sei que têm de ter uns certos requisitos e eles podem ter um valor que ronda mais ou menos o valor que ronda o salário mínimo, mas não ficam aqui, em geral. Nunca calhou, eu estou aqui há 5 anos e nunca saiu nenhum jovem para a autonomia de vida com esse apoio. ” (Hernâni Barbosa, entrevistado 4)</p> <p>Citação 6 – “Não, não temos nenhum jovem em nenhum desses casos.” (Hernâni Barbosa, entrevistado 4)</p> <p>Citação 7 – “Aqui nesta casa juntamente com outro colega desenvolvemos um projeto de apartamento de autonomia, podendo ser uma valência desta casa. Concorreremos a um financiamento da Calouste Gulbenkian, mas não foi aprovado. (...) Neste contexto de centro de acolhimento temporário ou LIJ, faz todo o sentido. O que lhe falei dos miúdos que ficam para lá dos 21, não diz que a lei esta mal, a lei tem de se adequar à realidade, se não é uma anedota. (...) Efetivamente, sejamos nós muitos ricos ou pobres, pretos, brancos ou amarelos, no nosso país, no mundo real onde vivemos, os jovens autonomizam-se cada vez mais tarde de casa. (...) E portanto, se as instituições não são capazes de acompanhar isto que é uma tendência social então não estamos a fazer o nosso trabalho de promoção e de muito menos de proteção. Estamos a promover o quê? Estamos a manter aqui uns sujeitos 3 / 4 anos que ficam muito caros ao estado, pelo menos que sirva para alguma coisa, para eles, desde logo e depois para os outros, para a sociedade. (...) Ter um espaço onde este pessoal possa estar, possa ter um espaço de autonomia, mais individualizado, sem doutores em cima, onde haja espaço para a gestão da casa, só temos a ganhar com isto. E acho que muitas vezes mais do que ter a ver com a falta de fundos, tem que ver com um caminho natural de evolução do contexto institucional que tem de ser percorrido. Quanto menos instituição for a instituição, melhor é a instituição. Quanto mais normativo for o meio em que eu cresço, mais feliz vou ser na minha vida, integrado, equilibrado. (...) Depois, não é líquido que seja mais caro do que ima instituição, não é. Quando se faz um trabalho para integrar uma residência de autonomia, há um trabalho anterior, Não se espera que o jovem a integre e depois tenha de descer de divisão e voltar pra instituição. Há uma série de características, competências de autonomia que se esperam que estejam adquiridas e nem toda a gente as adquire com a mesma idade. Mas depois não haverá lá 3 técnicos, monitor, cozinha e senhora da limpeza e depois os municípios estão disponíveis para apoiar. Todos os exemplos que conheço de residência de autonomia fora do contexto institucional são apoiados pelo município, objetivamente, com uma casa. Da mesma forma que a certa altura se percebeu quem uma instituição com 130 jovens não era funcional e era melhor serem 13, isto não foi pacífico, isto é muito caro, mas funciona melhor objetivamente, os trabalhos que vão sendo feito até ao nível académico vão dando conta de que os resultados são melhores. Penso que com os apartamentos de autonomia funcionará assim também. Há pouco falava-me de um jovem que sai de casa aos 18 anos para ir estudar, o comum é o pai ligar, saber se esta tudo bem, se jantou, se tem dinheiro, isto é normativo não é? Então porque é que não podemos fazer isso? Acho que o devemos fazer.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Perceção de que a lei não está mal, é preciso é que ela se vá adaptando à realidade; - Reconhecimento de que se as instituições não são capazes acompanhar a realidade social, então não cumprem o seu papel de proteção e muito menos de promoção; - Perceção de que os jovens saem cada vez mais tarde de casa dos pais; - É errado pensar que ter apartamentos de autonomização fica mais caro do que ter os jovens na instituição; - Quanto menos instituição for a instituição, melhor é a instituição; - Ter um espaço em que os jovens possam pôr em prática as suas competências de autonomia é uma mais-valia para eles e para a sociedade; - Esforço das instituições para criarem condições similares aos apartamentos de autonomização para treinarem e desenvolverem competências de autonomia dos jovens; - Desconhecimento dos valores em causa, mas reconhecimento de que independentemente dos valores, o grande problema é eles não chegarem em tempo útil; - Medida antiga de colocar os jovens em pensões era desastrosa; - Nenhuma instituição tem apartamentos de autonomização; - Das 3 instituições, só numa é que havia casos (2) de apoio para autonomia de vida;
---	---

<p>Toda a gente que procura aqui fazer trabalho no âmbito da autonomia e por todas as instituições onde vão estando, identificam esta necessidade. Nós abdicamos aqui de 2 gabinetes para termos mais 2 quartos individuais e para quem são? Um sempre para quem entra de novo, evitar praxes e coisas idiotas que agora não costumam acontecer, mas podem acontecer. Os outros 3 quartos individuais são para os jovens mais velhos, criamos as condições que podemos para que eles tenham o melhor processo de autonomização e do que conheço todas as instituições procuram fazer isso, desde que tenham condições físicas para tal.” (Pedro Ferreira, entrevistado 5)</p> <p>Citação 8 – “Normalmente, isso é utilizado quando não há mais nenhuma alternativa, mas faz sentido que exista. Eu não tenho muitos casos, apenas 2 ou 3. Um que não correu nada bem, outro que já correu um bocadinho melhor, pronto não tenho uma opinião formada sobre isto. Não me lembro das verbas destes jovens e do que sei, o problema não era tanto o valor, era o facto de ele não cegar em tempo útil. Durante algum tempo, os jovens saíam das instituições e iam para pensões, que não eram espaços muito agradáveis, onde havia prostituição e comportamentos do género. Faz sentido que a própria segurança social procure espaços adequados para os jovens viverem.” (Pedro Ferreira, entrevistado 5)</p> <p>Citação 9 – “Neste momento não.” (Pedro Ferreira, entrevistado 5)</p>	
4. Forma como é vivido e sentido o momento da desinstitucionalização para os técnicos e par5os jovens	
<i>Transcrição das Respostas</i>	<i>Síntese do Conteúdo</i>
<p>Citação 1 – “Não é fácil... Claro que há jovens a quem nos afeiçoamos mais do que a outros, empatias, feitos, valorização do próprio jovem pelo nosso trabalho. Mas é um bocadinho perder um filho, temos um sentimento muito protetor em relação a todos. Mesmo os que se portam mal, quando eles saem, há sempre aquela saudade e aquela nostalgia. E a muitos, não perdemos o rasto, mas há muitos que perdemos, até porque eles não querem manter nenhuma relação. Para nós é sempre um vazio grande, são momentos muito emocionais. E depois há os que nos ligam e estão bem, mas também há os que vemos na rua, a cometer crimes, sempre envolvidos com a polícia, é muito triste. Quando saem ficam muito ansiosos, porque sempre o desejaram, sair da instituição. Euforia para alguns, mas para muitos é euforia e muita tristeza porque sabem que vão ter muitas saudades, é um misto de emoções. A intensidade das institucionalizações é muito grande.” (Carla Oliveira, entrevistado 6)</p> <p>Citação 2 – “Após os 21 não fazemos o acompanhamento, até mesmo após os 18 anos. Quando os jovens que são menores de idade vão para casa por vezes o tribunal pode pedir à segurança social para fazer o acompanhamento durante 3, 4 ou 6 meses em meio natural de vida. Após os 18 anos quando sai, ele assina e não há mais nada. O que nós sabemos é quando eles aparecem aqui e nos dizem que as coisas correm bem ou não. Depois temos jovens que sabemos que estão presos outros são sem abrigo, outros até conseguiram estar a trabalhar.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Sentimento muito protetor em relação aos jovens; - Sentimento de tristeza por vê-los partir; - Momento muito emocionante; - Alegria sentida quando os jovens dão notícias e são boas; - Perceção de que em muitos casos as coisas não correm bem e acabam no caminho do crime, do roubo, envolvimento constante com a polícia; - A institucionalização envolve momentos de grande intensidade; - Pedindo a cessação da pena, após os 18 anos, ela não se volta a reabrir mais; - Após a saída, temos notícias daqueles que vêm cá dizer como estão, mas muito sabemos que

<p>Relativamente ao momento de saída em si, também depende do jovem. Com aqueles em que já me habituei mais vivo com alguma tristeza, porque era daqueles jovens que já estava habituado, mas também é assim. Eles em algum momento tinham de sair e quando começam a caminhar sozinhos também é sinal que alguma coisa teve efeito, teve um resultado positivo. (...) Pelo menos nisso, é positivo, porque foi um jovem que saiu daqui para trabalhar ou pelo menos está a trabalhar, porque a pior coisa que pode acontecer é quando os jovens que saíram e ficaram dependentes do RSI e estão metidos no mundo do crime, pronto ... (...).” (Hernâni Barbosa, entrevistado 4)</p> <p>Citação 3 – “Já acompanhei várias, algumas muitas boas. Eles vivem de forma ambivalente, porque tirando o caso de miúdos que entram aqui e fogem no dia seguinte, os que vão ficando, vão criando empatia, relações positivas e vão apropriando-se deste espaço como deles e regressar a casa trás um conjunto de desafios, por vezes assustadores. Jovens que estão institucionalizados durante um certo período fazem grandes aquisições, conquistas e depois nos últimos 3 / 4 meses parece que anda tudo para trás porque têm medo. Mas quando saem, os dias seguintes nem sempre são maus, muitas vezes é o regresso ao colo materno. Quando saem aos 21 anos e vão ter de trabalhar, nós também procuramos fazer um trabalho prévio de construção de relações com pessoas da comunidade. Temos voluntários, idealmente um por jovem, inicialmente pede-se apoio escolar, mas o interessante é que a relação se vá construindo, para que quando a saída se dá, a casa do vale não seja o único elo. Nós procuramos que todos os jovens estejam em escolas diferentes, que façam desporto ou cursos que queiram ou aulas de música para que construam laços. Isto para que quando se dê a saída, existam diversos suportes sociais diferentes. A saída é sempre assustadora, principalmente quando estão cá por muito tempo, mas a vida também tem coisas muito boas.” (Pedro Ferreira, entrevistado 5)</p>	<p>foram por caminhos indesejados, estão presos, são sem abrigo...;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Momento de saída depende de cada jovem: tristeza por um lado, mas alegria por vê-los a crescer e a seguirem o seu caminho; - Pior coisa é o jovem sair, ficar dependente do RSI e entrar no undo do crime; - Sentimentos ambivalentes na hora da saída: euforia e tristeza; - Criação de laços muito fortes durante a institucionalização; - Tentativa de criação de laços com pessoas da comunidade de forma a instituição não ser o único elo, caso o jovem tenha de sair e não tenha retaguarda familiar; - Distribuição dos jovens da instituição por diferentes escolas, atividades desportivas, lúdicas, na tentativa de que criem laços com pessoas diferentes;
5. Apoios financeiros, psicológicos, de habitação, entre outros, de que dispõem os jovens quando saem da instituição	
<i>Transcrição das Respostas</i>	<i>Síntese do Conteúdo</i>
<p>Citação 1 – “ Dos mesmos benefícios que a restante população tem direito através dos apoios sociais do Estado. Mas como os apoios escasseiam, quando um jovem vai sair e não tem retaguarda, tentamos prepará-lo para ter o quarto alugado junto com alguém que conheça... Mas a sociedade não está a dar o apoio necessário, isso não. Depois, muitos perdem-se, claro... Perdem-se mesmo! Tínhamos que o acompanhar após a desinstitucionalização. Largá-los só porque têm 21 anos e muitas vezes nem retaguarda familiar, é irresponsabilidade. Na Inglaterra, os jovens não ficam tantos anos na instituição, mas quando saem são acompanhados, há equipas que os orientam. Se não estamos aqui em contra ciclo, foram retirados do seio familiar porque estavam em risco e depois do 21 se ninguém os agarra e os acompanha, vão cair no risco de novo, não há hipótese, e é isso que faz falta... não faz sentido, é trabalho em vão! Deveria haver uma equipa que os acompanha após a saída da instituição. Além disso, a nível financeiro, quando acabam os 21 anos, não há nada. Podem ter o RSI, mas tenho dúvidas que isto resulte. O nosso sistema de proteção é muito bonito, mas precisa de ir muito mais além. Mesmo com a nova lei não houve</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Depois de saírem da instituição, têm acesso aos mesmos apoios do que qualquer outra pessoa; - A saída de um jovem que não tem retaguarda é preparada previamente, mas que a sociedade não dá o apoio necessário, isso é sentido claramente que não; - Muitos jovens perdem-se porque não têm acompanhamento posterior; - Comparação do nosso sistema com o inglês, em que há uma equipa que acompanha os jovens depois de saírem da instituição;

<p>grandes alterações, pensei que ia haver uma revolução na medida de proteção e promoção, mas nada.” (Carla Oliveira, entrevistado 6)</p> <p>Citação 2 – “É assim, cessando com a maioria o processo de promoção e proteção, nunca mais o processo pode ser reaberto, ou seja, cessam todas as medidas. Depois com essa idade é a ação social, é candidatarem-se ao RSI e beneficiarem dos apoios previstos no âmbito do RSI e alguma coisa se for alojamento, dirigindo-se à ação social da segurança social, estão dependentes de uma consulta.” (Hernâni Barbosa, entrevistado 4)</p> <p>Citação 3 – “Há muitos. Quando saem antes dos 18, habitualmente o técnico responsável da CPCJ ou da EMAT continua ligado ao caso para acompanhar a ida para casa. Depois há organizações que acompanham as famílias e fazem um trabalho intenso até ao nível das relações familiares. Além disso, muitas destas famílias têm apoios sociais como o RSI, logo existe também acompanhamento técnico. Depois existem organizações até ligadas à religião, vicentinos, paróquias, projetos municipais. Um dos grandes desafios que se coloca quando um jovem entra na instituição é pôr toda a gente que está a trabalhar com a família, a conversar e a perceber o que se está a fazer.</p> <p>Os mais velhos, que saem para trabalhar ou para tratar da sua vida, no caso de quererem ir para a faculdade, o que nunca aconteceu aqui com nenhum jovem, a não ser com um que pensou em ir para a faculdade e nessa altura até liguei para uma colega que já tinha estado na FAP e que me referiu que se conseguiria arranjar bolsa e alojamento. Agora, se é um jovem com 19, 20 anos que quer sair da instituição e não tem retaguarda familiar, eu sou da opinião de que deve ficar na instituição, pois é um lugar mais protegido, mais seguro, onde poderá trabalhar ainda as suas competências, tem outras condições ... penso que é sempre preferível. Mas havendo saída, existe o RSI... Se é suficiente, não sei, mas pelo menos é um ponto de partida, temos de ser pragmáticos e não nos podemos focar só nas soluções ideais, o que não significa que não devamos procurar as soluções ideais. Agora, que não é suficiente, isso não! (...) O ideal para um miúdo que sai daqui com 19/20 anos que não está em formação, era ter um posto de trabalho com os direitos reservados pela lei. Isto é a melhor forma de integração, melhor do que subsídios, do que apoios institucionais... Se eu conseguisse que uma empresa em vez de me dar cheques prenda no natal, me dissesse “nós garantimos um posto de trabalho na nossa linha de produção durante x anos”. Isto era incrível, mas isso nós não temos. Há apoios do estado, a questão do subsídio de autonomia, o RSI, estes são os que existem, temos de os agarrar para que estes jovens possam, com este pouco, que é pouco, seguir em frente. (...)” (Pedro Ferreira, entrevistado 5)</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Noção de que o jovem é retirado de um contexto de risco, mas quando sai sem acompanhamento nenhum, ingressa de novo num ambiente de risco; - Nova lei, não trouxe nada de novo; - Quando saem, podem recorrer ao RSI e ao apoio social geral; - Quando saem antes dos 18 anos, são acompanhados pelos técnicos da CPCJ ou EMAT; - Quando jovem sai sem retaguarda, pode pedir o RSI – questão deste apoio ser suficiente ou não; - Necessidade de pragmatismo nestes casos e de aproveitar as soluções boas que existem; - Solução ideal: o jovem quando sai ter emprego. Seria melhor do que qualquer subsídio, acompanhamento; - Emprego enquanto melhor forma de integração.
6. Avaliação global do regime existente direcionado para apoios a os jovens quando saem da instituição	
<i>Transcrição das Respostas</i>	<i>Síntese do Conteúdo</i>
<p>Citação 1 – “É um processo dinâmico, pelo que há sempre melhorias a realizar, nomeadamente o acompanhamento efetivo após a desinstitucionalização.” (Carla Oliveira, entrevistado 6)</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Há sempre melhorias a realizar, devido ao dinamismo do processo;

<p>Citação 2 – “Maior acompanhamento técnico e financeiro no Processo de Autonomização. Haver uma equipa de <i>follow up</i> (...) multidisciplinar para estes jovens, que intervinha havendo ou não retaguarda familiar.” (Carla Oliveira, entrevistado 6)</p> <p>Citação 3 – “Nisso eu não me posso pronunciar muito. Eu acho que em alguns casos, a idade devidamente justificados devia ser prolongado, pelo menos 22/23 anos. De resto, da parte de como está a funcionar a medida de autonomização e mesmo a medida de promoção eu não sei e dos apartamentos de autonomização também não sei responder. O que eu sei dos apartamentos de autonomização é benéfico porque eles são praticamente obrigados a aprender como gerir uma casa, luz, água, cozinhare, tratarem das roupas.” (Hernâni Barbosa, entrevistado 4)</p> <p>Citação 4 – “Se calhar, em alguns casos, a idade ser prolongada, nos casos que fosse devidamente justificado e que o jovem necessitasse mesmo. Acho que era só isso.” (Hernâni Barbosa, entrevistado 4)</p> <p>Citação 5 – “Durante anos e anos foram institucionalizados crianças com dias e semanas de vida retiradas às famílias e muito bem, mas nós já sabemos há quantas dezenas de anos o que é a vinculação e a importância da vinculação para a nossa vida futura e equilíbrio mental. Mas sabemos isto e continuamos a ter de retirar crianças com semanas e meses de vida que têm uma figura de referência em cada turno de trabalho e às vezes nem são sempre as mesmas, ora bem, não podemos escravizar os adultos, se calhar faz sentido é que não haja instituições com menos de 3 anos. Aqui em Espanha, por exemplo, não se pode institucionalizar crianças com 3 anos, isto é a evolução natural, e o que nos diz a ciência e o que nos diz a prática, mas não é de um dia para o outro. A autonomização eu penso que será a mesma coisa. Os exemplos que existem dos apartamentos de autonomia e de respostas similares e penso que a resposta será por aqui.” (Pedro Ferreira, entrevistado 5)</p> <p>Citação 6 – “Penso que os apartamentos de autonomia e a prorrogação deste período de institucionalização porque os 21 anos parece me efetivamente pouco para quem não tem nenhuma retaguarda, é a evolução natural.” (Pedro Ferreira, entrevistado 5)</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Acompanhamento efetivo após a desinstitucionalização era fundamental; - Haver <i>follow up</i> após o acolhimento, havendo ou não retaguarda familiar; - Mais apoio financeiro; - Possibilidade de prolongar a institucionalização até aos 22/23 anos, em casos devidamente justificados; - Compreender que a evolução do sistema é gradual, é um processo natural; - Perceção de que as coisas se irão adaptar à realidade, com tempo, mas não é no imediato; - Reconhecimento de que os apartamentos de autonomização e respostas similares serão o futuro; - Prorrogação da medida para além dos 21 anos, pois é uma questão de evolução natural e de acompanhar a realidade social em Portugal.
---	--

Anexo XX

Grelha de Análise Vertical do conteúdo das entrevistas dos jovens ex institucionalizados

1. Trabalho da autonomia dos jovens e preparação para a sua saída da instituição	
<i>Transcrição das Respostas</i>	<i>Síntese do Conteúdo</i>
<p>Citação 1- “ Durante uns anos vivi nos quartos de autonomia que a instituição tem lá dentro, onde temos casas de banho e tal...Estive praí 5 anos num desses quartos e estive institucionalizado 9 anos, sim, estive praí 5 anos sozinho. Eu sempre fui tranquilo, desde 18 anos ou 17 nunca tive <i>stresses</i> nenhuns, talvez por isso nunca trabalharam muito comigo.” (entrevistado 7)</p> <p>Citação 2- “A partir dos 16 anos. Eu sentia-me bem, era uma forma de a gente ver como era a vida no dia-a-dia. Sim, tinha de fazer recados, contar dinheiro, o básico.” (entrevistado 8)</p> <p>Citação 3 – “Logo que fiz os meus 18 anos. Senti isso na forma como já lidavam comigo, como me faziam chefe entre aspas dos outros jovens. Depois mesmo na mudança de quarto para não estar com jovens tão mais novos do que eu e eu estivesse na minha zona de conforto e com jovens mais da minha idade e foi aí que eu fui sentindo. A nível do horário deixavam-me sair até mais tarde, era uma questão de responsabilidade. Depois também desde que estou lá, desde os 6 anos, já tinha de fazer a cama, arrumar as minhas coisas, fazer tudo sozinho. É bom porque somos mais autónomos. E eu poderia ter um quarto individual, só não tinha porque gostava de ter companhia e não estar sozinho no quarto.” (entrevistado 9)</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Não foi feito trabalho de autonomia, talvez pelo jovem não dar problemas; - Viveu durante 5 anos num quarto individual, dentro da instituição; - Tratava das coisas básicas e de recados; - Desde os 6 anos fazer as tarefas do dia a dia; - A partir dos 18 ser uma referência para os mais novos e orientá-los; - Possibilidade de estar num quarto individual;
2. Considerações sobre o Apoio para a autonomia de vida e os apartamentos de autonomização	
<i>Transcrição das Respostas</i>	<i>Síntese do Conteúdo</i>
<p>Citação 1 – “Não, sobre apoio para a autonomia de vida não. Sobre os apartamentos acho que estavam a tentar fazer alguma coisa disso aqui, mas não sei como está.” (entrevistado 7)</p> <p>Citação 2 – “Não, não sei nada.” (entrevistado 8)</p> <p>Citação 3 – “Conheço os apartamentos, não através da minha instituição, mas de outras. Nesses apartamentos de autonomização os jovens conseguiam crescer ainda mais porque os jovens não estavam tanto tempo com as pessoas que tomam conta de nós. Do apoio para a autonomia de vida, concretamente, não sei nada.” (entrevistado 9)</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Desconhecimento sobre o apoio para a autonomia de vida e os apartamentos de autonomização; - Um dos jovens conhece os apartamentos, mas desconhece o apoio para a autonomia de vida.
3. Idade e motivo pelo qual saiu da instituição	
<i>Transcrição das Respostas</i>	<i>Síntese do Conteúdo</i>
<p>Citação 1 – “Fui institucionalizado até aos 22 anos. Depois, tive de deixar de ser institucionalizado e deixaram-me usar umas instalações aqui ao lado para continuar a estudar. No entanto, em maio optei por ir para casa dos meus tios, já não dava, já não me estava a sentir confortável, até porque as instalações que nos deram não tinham boas condições. Mas assim que conseguir, vou sair</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Sentimento de caridade da parte dos tios que o acolhem; - Tomada de decisões de forma inconsciente;

<p>de casa deles. Eles disseram que me podiam acolher, tranquilo. Mas é aquele acolher em que eles acolhiam, mas é aquela coisa estranha porque é meio caridade, eu sempre senti isso, não é.” (entrevistado 7)</p> <p>Citação 2- “Saí com 18 anos. Porque arranjei uma rapariga e prontos, a gente escolhe as opções com a memória quente e foi nessa altura que escrevi para o tribunal a dizer que queria sair e fui para casa dos pais dela.” (entrevistado 8)</p> <p>Citação 3 – “Saí com 19 anos. Neste momento, se pudesse voltar, voltava. Normalmente eu pensava que só nas instituições é que isto acontecia, mas reparei que problemas temos em todo o lado. Mas eu queria mais autonomia do que a que eu tinha, lá está, se calhar precisava de um apartamento onde pudesse ser mais autónomo. Eu com 19 anos sentia que tinha muitas pessoas à volta a tomarem conta. Lá dentro não conseguia, por exemplo, sair às 16h da tarde, chegar às 17h e sair novamente. Na instituição não era por mal, mas perguntavam logo, vais sair outra vez? Eu sentia-me logo, fogo, não posso sair outra vez? E na minha opinião, sentia muitos conflitos entre a equipa técnica e a educativa e os jovens eram os culpados, quando não tínhamos culpa nenhuma. Incomodava-me o controlo e a parte dos conflitos.” (entrevistado 9)</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Arrependimento; - Consciência do mundo real quando saem da instituições; - Perceção de que todas as pessoas têm problemas; - Vontade de ter mais autonomia; - Existência de conflitos entre as equipas incomodava, principalmente por depois atribuírem culpas aos jovens.
4. Apoios obtidos (Instituição, Segurança Social,...) no momento de saída da instituição	
<i>Transcrição das Respostas</i>	<i>Síntese do Conteúdo</i>
<p>Citação 1- “Eu estou a receber uma bolsa do estado. O problema é que estou numa privada e não pedi transferência porque me disseram que não ia ter problemas, mas para o ano poderei ter problemas não é? Porque já não sou institucionalizado, não estou a viver na instituição, o que faz com que eu não saiba o meu futuro não é? Parece que ando sempre em areias movediças... em que não sei se vou... há uma probabilidade de eu receber, mas também existe a probabilidade de eu não receber, daí querer ir trabalhar.</p> <p>Houve gente aqui que saiu sem nada. Acho que ainda não concluiu o 12º ano um deles, e teve de arranjar um trabalho precário, em que recebe à comissão praí 200 e tal euros, a recibos verdes acho. O outro que também é estudante ainda não concluiu os estudos, também teve de sair porque tem mais de 21 anos ... os dois tentaram arranjar um quarto, cada um vai pagar 90€ e conseguiram o RSI e um deles vai ter um abono. No entanto, são muito baixos rendimentos. Como é óbvio o RSI e o abono são uma ninharia, como é óbvio. Eu sei que posso ir a esses sítios pedir ajuda, mas se as respostas se enquadram ou não isso é outra coisa e eu acho que não.</p> <p>Também posso sempre recorrer aos técnicos da instituição, mas sei lá, falar com um técnico é como falar com os meus tios... Eles podem tentar perceber, mas não vão perceber e começam “ai, na minha época também tive uma vida muito dura” e então sentes-te meio incompreendido. Por parte dos técnicos sentes muita incompreensão, é tudo muito simples, quando nada é simples, nós somos pessoas, não é? Em casa dos meus tios também é esse o problema. Por isso é que é muito difícil recorrer a um técnico muitas vezes, prefiro recorrer a um amigo, do que a um técnico, mas de longe!” (entrevistado 7)</p> <p>Citação 2 – “Através de apoios não tive nenhum, foi por minha opção própria. Recorri só ao tribunal, com uma carta e os motivos a dizer que queria sair e esperei pela resposta que deu como arquivado o meu processo.” (entrevistado 8)</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Apoiado por uma bolsa estatal para estudar; - Estuda numa privada, o apoio apenas cobre 10 meses do ano; - Receio da bolsa ser cortada pois já não é institucionalizado; - Sentimento de insegurança e instabilidade; - Reconhecimento de que pode recorrer ao RSI; - Incompreensão por parte dos técnicos; - Consciência de que os apoios financeiros são muito diminutos e não são suficientes para as suas despesas futuras; - Muitos jovens não concluem os seus estudos antes de saírem da instituição; - Trabalhos precários; - Na instituição disseram que poderia ir à segurança social, mas o jovem não quis ir; - Tristeza em relação à forma como algumas pessoas trataram a sua saída da instituição;

<p>Citação 3 – “Eu... Não, falaram-me que poderia ter ido à segurança social se pretendesse ter algum apoio, mas eu, não sei se deveria ter ido, mas não fui e não pedi ajuda. Na minha instituição, eu gostaria pelos anos todos que estive lá, gostaria de ter saído melhor, foi tipo um pontapé de algumas pessoas que mais gostava. Agora, há pessoas dentro da instituição que me disseram que se eu precisasse de alguma coisa podia falar com elas. Apesar de eu já andar assim indeciso desde os meus 18 anos, quando eu disse que era desta e eles ficaram “é mesmo desta?”. Neste momento, vivo com os meus tios e o meu irmão que também saiu de lá há 2 meses.” (entrevistado 9)</p>	<p>- Vive com os tios e um irmão mais novo que também saiu da mesma instituição há pouco tempo;</p>
<p>5. Apoios fundamentais para conseguir concretizar os seus objetivos, após a saída da instituição</p>	
<p><i>Transcrição das Respostas</i></p>	<p><i>Síntese do Conteúdo</i></p>
<p>Citação 1 – “Primeiro, antes de tudo, o trabalho que é feito connosco. Se calhar como não damos tanto trabalho, alguns, não vai sendo feito nenhum trabalho connosco. Então, não sendo feito esse trabalho contínuo, quando nos dizem que vamos ter de deixar de ser institucionalizados e que nos vão ceder umas instalações e que temos de ver a nossa vida, pronto. Ou seja, não foi feito um trabalho para que existisse essa preparação para a autonomia. Quem está com os pais, tem os pais que orientam de alguma forma e isso não existiu. Essa preparação antes é muito importante. Comigo não houve essa preparação, nem comigo, nem com os meus colegas. Esta preparação implica como é que podemos começar a procurar trabalho enquanto ainda estamos institucionalizados, não é só dizer fazes “assim, assim e assim”. É “olha, tu tens 18 anos e é importante começares a perceber como te vais organizar para quando saíres daqui”. Acho que isso passaria por começar a procurar emprego enquanto se está na instituição e ser trabalhador estudante. Começar a preparar-se ao meio externo. Nestes casos, o importante é perceber como é que se pode fazer esta mudança, mas mais ténue, com mais tempo, em que tenhamos tempo para adaptar a essa mudança, dando um passo de cada vez e não logo 10 ao mesmo tempo. (...) O que acontece é que me mudei, de repente estou em casa dos meus tios, com os problemas daquilo que é estar em casa, não é... Num ano, tive de mudar de casa 3 vezes e para mim é complicado gerir tudo isso, enquanto estou a estudar.</p> <p>Apesar de tudo, se não houver essa preparação, és atirado aos leões, sempre... és sempre atirado aos leões, por maior que seja a estrutura, tu não conheces. Eu tive 9 anos aqui, são muitos anos, é quase metade da minha vida em que não vivi lá fora, então de repente, é outra coisa viver numa instituição ou viver lá fora. Tive um amigo que teve aqui 12, 13, 14 anos... Não, que 14? Ele tem 22 anos, esteve aqui praí 17 anos, ele nunca viveu lá fora, nem aos fins-de-semana ia para casa. Nenhuma resposta social, por mais que lhe dessem uma casa, não ia ter uma pessoa que lhe tratasse da papelada como temos aqui, sei lá, preencher ingressos, limpar o quarto, saber cozinhar, passar a ferro, meter roupa a lavar na máquina ou à mão... São coisas básicas que se não forem aprendidas antes, por mais estrutura que exista material ou física, não conseguem, não é suficiente, isto é a minha opinião.</p> <p>Depois, é óbvio que faz sentido um apoio monetário e darem outro tipo de condições, mas acho que essa é a última coisa a ser pensada, ou seja, esse apoio deve entrar, mas tudo para trás deve ser trabalhado nesse âmbito... é como o RSI, toda a gente recebe aquilo, mas não sabe porque é que o recebe. Aquilo chama-se Rendimento social de inserção, mas de inserção não tem nada, é apenas um dinheiro que é dado, mas que não é explicado às pessoas o porque de estarem a receber aquele dinheiro!” (entrevistado 7)</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Tem de ser feito um trabalho anterior à saída, que nem sempre é feito; - Falta de competências ao nível da procura de emprego; - Importância de dar passos mais graduais; - Imprevisibilidade da vida fora da instituição e impreparação para lidar com os problemas que surgem; - Ineficácia das respostas sociais posteriores, se não houve o adequado processo de autonomização; - Incapacidade de resolver as questões do dia-a-dia; - Importância de ter um trabalho após a saída; - Importância de concluir os estudos, pelo menos até ao 9º ano; - Sair da instituição significou estar praticamente por sua conta, apesar de estar em casa dos tios; - Arrependimento de ter saído da instituição por achar que fora dela só havia coisas boas, quando está a ver que não é verdade; - Perceção de que não tem maturidade suficiente para cuidar de si e motivar-se a fazer as coisas e ser melhor;

<p>Citação 2 – “Pelo menos arranjar trabalho, não é. Ou se não concluir os estudos, concluir os estudos principalmente o 9º ano, arranjar uma empresa conhecida ou alguma cunha entre aspas, porque agora é difícil arranjar emprego Ou então continuar a tirar algum curso ou ir para a faculdade. Depois, apoio de habitação eu estou a tratar disso, mas a casa camarária demora o seu tempo porque estão outras pessoas com prioridade. A opção para mim que eu estou a ver é alugar uma casa, mas como as coisas ainda não estão muito bem financeiramente ainda não procuro muito.” (entrevistado 8)</p> <p>Citação 3 – “Nesse aspeto, a nível de concretizar esses objetivos, eu não posso dizer que tenho das melhores famílias do mundo, eu sabia que ia ser muito difícil porque eu posso estar, falando agora em pormenores, porque eu posso estar em casa dos meus tios, mas eu vou ter de me orientar por mim mesmo. Lá está, tem coisas boas em sair e tem coisas más, como na instituição tem coisas boas e más. Se calhar, foi um erro meu ter saído, porque não saí bem e pensei que a vida cá fora fosse fácil, mas de fácil não tem nada. Por isso, para concretizar os objetivos por mim próprio é preciso ter uma pessoa ou outra por trás a incentivar-nos e eu pensei que já era o adulto suficiente para isso e não sou. É das coisas que necessito, ter apoio, alguém que puxasse por mim para alcançar os meus objetivos. Porque no colégio eu sentia-me preguiçoso para ir aqui ou acolá e sabia que tinha alguém a obrigar-me o que era ótimo que tivesse ainda e agora tenho de ser eu próprio a obrigar-me, não são os meus tios que vão fazer isso. E neste momento eu não tenho regras aqui em casa e isso é muito mau para mim e para o meu irmão também, porque o meu irmão é um pouco mais novo do que eu e às vezes até tenho de ser eu a estabelecer regras por ser tipo o mais velho. Somos dois irmãos a tomar conta um do outro e é difícil. Uma boa ajuda era então alguém que me orientasse e que até já tivesse passado por isto de ter de trabalhar para depois até ir para a faculdade, ter exemplos. Agora cá fora sou eu que tenho de fazer, se quiser melhor notas, sou eu que tenho de saber isso, se quiser ir a uma consulta sou eu que tenho de marcar. Muitas vezes chego a casa tarde e ainda tenho de ir fazer o jantar, passar a roupa, tenho de ser sempre eu. Estes exemplos pequenos acabam por ser muita coisa. Para entrar na faculdade, por exemplo, no colégio tinha a Dra. Rafaela que dizia vamos ver estas, tu vês esta e esta e eu estas, agora não, tenho de ser eu a ver tudo, a ir ali e acolá, é muita coisa. São coisas que lá tenho tudo e ainda digo hoje, acho que naquela instituição nós temos tudo.” (entrevistado 9)</p>	<ul style="list-style-type: none"> - No colégio havia sempre alguém a orientá-lo, agora tem de se orientar sozinho e até orientar o irmão; - Era positiva uma ajuda que o orientasse, desse exemplo, estabelecesse regras; - Dificuldade de tratar dos assuntos do dia a dia; - Necessidade de ter bons exemplos de jovens mais velhos;
6. Motivos que levam os outros jovens a sair ou a permanecer na instituição	
<i>Transcrição das Respostas</i>	<i>Síntese do Conteúdo</i>
<p>Citação 1 – “Para mim era impossível sair, não tinha para onde ir. Tinha apenas os meus tios que me acolhiam ao fim de semana, mas não tinha para onde ir. Se saísse daqui não poderia continuar os meus estudos. Mas muitos dos jovens saem. A todos nós já deu vontade de com 18 anos e antes sair daqui. É duro estar aqui até aos 21/22 anos, apesar de conseguirmos estudar, existem uma série de mordomias que se tem em casa que não temos aqui, coisas básicas, como chegar a casa e ter o prato preferido de comida, ou eu não gosto de ervilhas e até não se faz com ervilhas ou preciso desta camisola e a camisola é passada a ferro... é muito diferente, ou apetece-me sair... tendo uma estrutura familiar tentam dar 5€ ou 10 €, o que puderem para a pessoa sair.</p> <p>Nós aqui, quem quer ir para a faculdade tem de estar tão focado porque sabe que esta é das poucas oportunidades que se tem e se a deixa escapar ainda vai ser mais difícil e depois há um conjunto de coisas que se perdem...Não gostam de aqui estar! Poucos deles, pelo menos que eu conheça ou saiba, poucos vão para o ensino superior, seja com 18 ou 21. Atualmente, da minha geração,</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Impossibilidade de continuar os estudos após a desinstitucionalização; - Vontade de sair da instituição é comum; - Falta de cuidados personalizados; - Dificuldade em aceder à faculdade; - Número escasso de pessoas que conseguem ingressar no ensino superior; - O regresso à família desestruturada;

<p>só estão dois na faculdade, eu e outro e ainda éramos alguns. Com 18 anos vão para casa dos pais. Mas eles quando vêm para a instituição, em princípio, vêm porque têm uma família desestruturada. O que acontece é que, como o ambiente na instituição pode não ir de acordo com eles e eles não se sentirem bem, eles vão de novo para esse espaço desestruturado, ora, vai ser desestruturado na mesma, não há muito a fazer, sei lá!” (entrevistado 7)</p> <p>Citação 2 – “Já conheço muitos, é assim, muitos saíram porque a família já estava organizada e foram para a família, outras saíram por opção deles. Quem não tem família, ou tem mas não está organizada, normalmente fica aqui. Quem tem família, normalmente fica até aos 18 anos. Eu estou a receber o rendimento mínimo. A primeira vez foi fácil ter, tive uma técnica específica que tratou do meu caso e foi fácil, depois entrei numa empresa a trabalhar, a fazer descontos por um trabalho de 2 meses e acabaram com o rendimento mínimo, aí já demora muito tempo a voltar a ter, mas neste momento já estou a receber.” (entrevistado 8)</p> <p>Citação 3 – “A maioria, falando por eles quer sair. Muitos, até fazer 18 anos, falam em sair, mas qualquer um deles pode chegar aos 18 anos e pensar se sair o que vou ter, se ficar o que vou ter. Mas ao pensar, querem sair. Mas a maior parte saiu, apesar de... É uma mudança que há, de que para as instituições parece que só vão a partir de mais idade, 13/14 anos e vão por causa dos comportamentos ou andam com substâncias e antes não. Eu quando entrei na instituição, todos os casos que entravam era porque não tinham condições, não tinham a ver com comportamento ou de usarem coisas más, era sempre por causa das famílias não terem isto ou aquilo. E esses jovens que viveram comigo desde pequeninos, viveram tanto tempo no colégio que quando chegaram aos 18 anos quase todos escolheram ficar. Agora, o que posso dizer é que do presente de 3/4 anos atrás, chegam aos 18 anos e saem porque entram por mau comportamento. Enquanto uma parte vê aquilo como uma casa, outra metade vê aquilo mesmo como um colégio. Eu acho que até aos 18 anos e mesmo depois disso, eu também pensei erradamente é isso é que temos liberdade, que podemos fazer tudo o que queremos e que as coisas vão aparecer. E não, não é assim, é difícil. Por exemplo, eu sempre disse que só queria sair da instituição depois da universidade e depois de ter tudo organizado e acabei por sair antes. Muitos jovens pensam que saem, vão para casa dos pais e que arranjam assim um trabalho à toa e que a vida vai ser assim, outros sabem que se ficarem na instituição, a vida pode ser muito melhor, sabemos que se algo correr pior, temos a instituição sempre por trás, mesmo ficar sem dinheiro, sem isto ou aquilo.” (entrevistado 9)</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Saída da instituição quando há retaguarda familiar e permanência na instituição quando não há; - O facto de haver jovens a entrar muito tarde, faz com que mal fazem 18 anos queiram sair; - Quando entram mais pequenos, normalmente por motivos de família, depois ficam até mais tarde, pois vêm o colégio como uma casa; - Pensamento errado de que fora da instituição a vida é fácil; - Estar na instituição é mais seguro porque em qualquer situação, a instituição protege; - Quando saem novinhos, pensam que arranjam logo trabalho e que os pais os vão ajudar, mas não é isso que acontece.
7. Opções de vida dos jovens que saem das instituições aos 21 anos	
<i>Transcrição das Respostas</i>	<i>Síntese do Conteúdo</i>
<p>Citação 1 – “Quase ninguém está a estudar, só eu e outro colega é que estamos a estudar neste momento. Todos a trabalhar, os que conseguiram emprego. Dos meus amigos mais próximos, todos conseguiram. Os que eram mais novos acho e saíram aos 18, 17, 16, muitos deles que saíram por mau comportamento, continuam a tê-lo, a ter comportamentos desviantes ou delinquentes como quisermos chamar, é isso. Normalmente, têm, esses trabalhos precários. Um rapaz saiu daqui com 18 ou 19 anos, foi mandado embora porque ele não ia às aulas, aquelas confusões. Foi para casa da mãe, ele já sabia que ia trazer problemas, ele sempre conseguiu arranjar trabalhos, mas houve uma altura que quis ou teve de ir viver sozinho, não sei e andava a comer pão com manteiga. No meu caso, quando sair de casa dos meus tios, terei de pedir o tal RSI, arranjar um quarto mais barato possível, pedir o abono,</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Número diminuto de jovens que quando saem da instituição continuam os seus estudos; - Necessidade de recorrer a apoios exteriores ao nível alimentar para conseguir orientar-se; - Oportunidade dada aos jovens de prepararem o seu futuro entre os 18 e os 21 anos;

<p>pedir ajuda alimentar à freguesia, à AMI, que é o que vou fazer, senão não há outra forma de o fazer ... a bolsa de estudo que eu recebo, só dá para 10 meses, o ano tem 12 e nós pagamos propinas para 12 meses.” (entrevistado 7)</p> <p>Citação 2 – “Pelo menos conheço um que foi do meu tempo aqui na instituição. Aos 18 anos estava a começar a organizar a vida dele e aos 21 anos já tinha tudo organizado. Muitos, depois do estudo arranjam trabalho, outros saem e vão para casa das namoradas ou de um amigo. No meu caso já trabalhei em muitos lados, por outro lado é difícil porque o que conta são os estudos e eu só tenho o 6º, é difícil.” (entrevistado 8)</p> <p>Citação 3 – “Conheço, conheço. Não conheço muitos jovens ... Quer dizer conheço, porque eram jovens que estavam quando eu estava na instituição. Agora destes últimos tempos, dos que entraram há 5/6 anos são raros os casos que saem aos 21 anos. Mas quando eu entrei com 6 anos e todos os jovens que entraram com 7, 8, 9 anos... Não sei, eu posso ter uma média de 2002 a 2008 entravam casos que não eram derivados do mau comportamento e ficaram lá, alguns até trabalham na tipografia do colégio, adaptaram o trabalho mesmo enquanto viviam no colégio e tiveram logo trabalho. Todos os que eu vi, quando saem, já tinham trabalho. Alguns até já acabaram a faculdade. Outros, acabam o 12º, podem arranjar trabalho e depois saem. Agora, quase todos os casos que eu conheço, o motivo de saída foi o mesmo do que o meu, os conflitos que existem lá dentro. Conheço jovens que, muitas vezes depende das capacidades deles porque se forem para casa e não tiverem ninguém que os apoiem os incentivem eles não vão lá. Há casos que correm bem, mas lembro-me de um rapaz que tinha assim problemas, acho que era deficiência e que saiu de lá sem pensar.” (entrevistado m.)</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Os jovens que entraram mais pequeninos, ficam até mais tarde e normalmente quando saem têm a sua vida organizada; - Os jovens que já entram mais crescidos, saem logo aos 18 anos;
8. Opinião sobre a idade em que os jovens têm de decidir entre sair ou ficar na instituição (18 anos) e sobre a idade em que têm de abandonar a instituição (21 anos)	
<i>Transcrição das Respostas</i>	<i>Síntese do Conteúdo</i>
<p>Citação 1- “Aos 18 acho que sim, que devem fazer essa pergunta. Aos 21, acho que não faz sentido nenhum e acho que a legislação vai mudar para os 23 anos, não é? (...) essa questão da obrigação aos 21 anos agora não faz sentido nenhum... ou seja, nós vimos para aqui muitos de nós, já reprovamos... Tenho um amigo que acabou o 6º ano com 17 anos, então... são pessoas que já vêm das famílias desestruturadas, não é? Então não têm qualquer ambição, se depois começam a ganhar essa ambição... aos 21 anos, mesmo os que estão lá fora no meio externo, aos 21 não acabaram... acabam lá para os 22, 23 não é? Ou seja, aos 21 para mim não faz sentido... uma coisa é querer ir trabalhar, mas para quem quer estudar, é tirar o tapete, é literalmente isto, tirar o tapete... claro que depois temos de nos desenrascar, lá fora também existem muitas outras pessoas que se safam...</p> <p>No meu caso, eu estive um ano ainda parado a perceber o que queria fazer. Estudei 5 anos cozinha, mas depois, com o teatro que fiz, fiquei mais sensibilizado para as questões sociais, pois era teatro do oprimido e ao ficar mais sensibilizado para esse tipo de problemáticas, fez com que eu acreditasse e ainda acredito que posso ser um fator de mudança e é isso que me motiva. Para mim, faz sentido trabalhar na institucionalização, pelo mau funcionamento desta respostas que não existem após 21 e até aos próprios 21anos que não funcionam porque se funcionassem o insucesso escolar se calhar não seria tão grande ou as fugas não seriam tão elevadas, não é... Pronto! Para outros o que motiva, como no caso de um amigo meu, é o facto de dizer que vai fazer, vai ser bom, vai ser o melhor, vai arranjar trabalho, vai ter dinheiro e nunca mais vai precisar de nada. Então são essas as motivações, até porque</p>	<ul style="list-style-type: none"> - 18 anos é a idade certa para o jovem decidir; - 21 Não é a idade certa para ter de sair – impossibilidade de atingir o ensino superior e terminá-lo até esta idade; - Jovens com percursos negativos na escola, sair aos 21 anos corta a ambição que entretanto podem ter adquirido; - Desacreditar de tudo: do sistema, das pessoas, da sociedade... - Os 18 e os 21 anos são as idades certas e adequadas. - São as idades certas, embora aos 18 anos não deveriam poder sair para depois não se arrependem.

<p>não há grandes motivações externas para nós. Existe um desacreditar de tudo, eles vão perder o quê? Não há nada a perder, o que é que há a perder não é? Todo o discurso seja político, na rua, seja onde for... o discurso da sociedade é desmotivador, existe um desacreditar de tudo!” (entrevistado 7)</p> <p>Citação 2 – “Sim, são adequadas. Há a exceção de se a pessoa não resolver a vida até aos 18 anos, resolve depois até aos 21 anos e aos 21 anos sai.” (entrevistado 8)</p> <p>Citação 3 – “Não, não. Eu não posso dizer como são as outras instituições, mas eu, quer dizer, se calhar isso são coisas que estão escritas, mas se eu pretendo seguir os estudos ou mesmo um trabalho e quiser ficar na instituição posso ficar aos 18, 20, até onde eu achar que tenho a minha vida organizada. Sim, 18 e 21 anos nunca vão ser as idades certas. Chegar aos 18 estamos nós a chegar à faculdade, a não ser que tenhamos tudo em casa dos pais, que não é o caso destes jovens. Não sei, como é aos 18 que normalmente é tudo entre aspas, acaba por ser a idade certa, agora para muitos jovens como eu não deveria ser aos 18 anos.”</p>	
--	--

Anexo XXI

Grelha de Análise Vertical do conteúdo das entrevistas dos jovens institucionalizados

1. Trabalho da autonomia dos jovens e preparação para a sua saída da instituição	
Transcrição das Respostas	Síntese do Conteúdo
<p>Citação 1- “ (...) Eu neste momento estou numa parte mais separada da instituição onde tenho o meu quarto individual. Há uma diferença entre estar nestes quartos e viver em conjunto com os outros todos, mas não é nada assim fora do normal. A autonomia é basicamente como uma parede ou uma porta que me separa deles. Eu abro a porta e estou com eles, fecho a porta e estou sem eles, basicamente serve para eu ter um momento só para mim... Para dormir sozinho, estudar sem ouvir os barulhos e as brincadeiras deles e coisas desse género. Mas, por exemplo, mesmo que feche a porta e que eu esteja no meu sossego, eles podem estar junto à porta e se estiverem a fazer barulho, eu acabo por ouvir e isso também me atinge. E mesmo que me empenhe para isto não me abalar, acaba por abalar.</p> <p>Importante é também as restrições e controlo no interior da instituição em si. Muitas vezes tal como em todo o lado não é, há corrupções, há muitas falhas... Até há pouco tempo houve aquela polémica de os diretores, a antiga direção daqui, que andavam a fazer as coisas um pouco más em relação às crianças e jovens de cá, como por exemplo, agressões, ameaças, não se preocuparem com questões fundamentais, tal como a ida do jovem a casa... eles até chegavam a proibir essas idas... E um jovem está aqui trancado um ano inteiro, por vezes mais, semana, fim de semana, semana, fim de semana e é muito cansativo. E depois também é costume virem muitos jovens para cá e estarem misturados grandes com pequenos e isso não é bom para o crescimento dos jovens e os jovens tentam focar-se no exemplo dos mais velhos, mas aqui não há mais velhos que sejam exemplares. E isso é muito mau...” (entrevistado 10)</p> <p>Citação 2 – “(...) Penso que foi por volta dos 16, 17 anos... com workshops que fizemos de finanças, como fazer compras no supermercado, tudo o que precisamos para a casa... tentaram fazer uma lista de móveis, tudo o que nós precisávamos para a casa e nós tínhamos de escolher o mais barato, promoções, saldos, foi mais ou menos à base de workshops que a instituição organizava. Eu também na parte da cozinha, na parte de autonomia de cozinha, eu é que tinha a vontade própria de aprender a cozinhar e aprender a fazer tudo mais ou menos direitinho para me desenrascar. Além disso, quando já temos trabalho fixo ou no meu caso, de estar na universidade, vamos para o setor de autonomia. Não tem a ver com a idade, mas com a ocupação ser fixa. A diferença de estar aqui é que temos de ter mais responsabilidade, é um sítio mais calmo, porque</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Respostas alternativas aos apartamentos de autonomização para trabalhar a autonomia dos jovens: ala de autonomia / setor de autonomia - A autonomia é diminuta; - Funcionários da instituição sem competências; - Falta de jovens mais velhos exemplares; - <i>Workshops</i> para trabalhar a autonomia: finanças, compras, lista de móveis para a casa; - Iniciativa de aprender a cozinhar; - Setor de autonomia apenas para quem tem uma ocupação fixa: ou trabalho ou estudo; - Setor de autonomia implica mais responsabilidade e independência – é um sítio mais calmo e privado;

<p>não temos de andar atrás das pessoas porque já se sabe fazer muita coisa sozinho, não temos de esperar, porque às vezes é preciso esperar muito tempo, pode-se ir ter diretamente com o técnico e falar diretamente, pelo menos lá é assim. Neste setor tenho um quarto só para mim, mas estou com mais dois jovens lá. Cada um com o seu quarto.” (entrevistado 11)</p>	
2. Motivos pelos quais o jovem permaneceu na instituição após os 18 anos	
<i>Transcrição das Respostas</i>	<i>Síntese do Conteúdo</i>
<p>Citação 1- “Durante o meu processo de institucionalização eu tive de aprender muita coisa. O meu problema baseava-se na família, relação familiar. Então eu vim para cá, deixei a minha família, o meu pai, madrasta e irmãos e fiquei sozinho. No entanto, devido a esse conflito eu tentei apegar-me a outra parte da família que me era próxima, mas com o tempo também percebi que não era opção, então se não tenho família de um lado nem do outro, tenho de ser eu a criar a minha e mesmo que não consiga criar, vou ter de ser eu a construir a minha própria estrada para fazer o meu caminho. Foi só por causa disso que fiquei aqui. Isto é uma oficina onde eu tenho de fazer o meu carro para me conseguir mover.” (entrevistado 10)</p> <p>Citação 2- “Sim, sei que posso optar e decidi ficar. Os meus motivos foram mais porque me sinto melhor na instituição e prefiro visto que eles podem pagar tudo e têm mais condições do que os meus pais e sempre me ajudaram, desde pequeno que estou lá. Optei por ficar lá mais por causa do ambiente ser mais, como é que eu hei-de dizer, é mais confortável estar lá e tenho mais oportunidades, exatamente se eu tivesse em casa não teria oportunidade de ir para a faculdade, enquanto que na instituição deram-me oportunidade de vir estudar para longe e tudo mais.” (entrevistado 11)</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Falta de retaguarda familiar ou de retaguarda familiar estável, capaz de receber o jovem; - Perceção de que na instituição tem as ferramentas que precisa para traçar o seu caminho; - Melhores condições da instituição – mais conforto e mais oportunidades para a sua vida, por exemplo, possibilidade de ir para a faculdade.
3. Motivos que levam os outros jovens a sair ou a permanecer na instituição	
<i>Transcrição das Respostas</i>	<i>Síntese do Conteúdo</i>
<p>Citação 1- “ Há casos e casos. Muitos deles, o que têm de fazer é tentar trabalhar, porque as famílias para onde eles costumam ir, não ajudam. Eles também não querem estudar, está fora de questão para eles. Mas ficar na instituição também não é opção, sentem-se presos.” (entrevistado 10)</p> <p>Citação 2 – “Penso que querem sair assim que completem os 18 anos, sim, a maioria prefere sair. Muitos é por não gostar das regras outros é porque se sentem muito apertados por estarem lá, outros é porque não gostam daquele tipo de vida, de estar sempre metido lá, outros é por não terem a liberdade que tinham em casa, basicamente é por esses motivos que eles querem todos sair. No meu caso, quis ficar para continuar a estudar, mas os meus colegas querem sair todos, querem liberdade e acho que isso também tem a ver com o facto de terem entrado mais tarde. Eu quando entrei tinha mais regras, estudar todos os dias, fazer tarefas todos os dias. Agora não, a maior parte das tarefas são feitas pelos funcionários, educadores e técnicas.” (entrevistado 11)</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Pretendem mais liberdade; - Famílias não têm condições para os acolher; - Não gostam de cumprir regras; - Pretensão de prosseguir os estudos e ter consciência de que em casa não haverá essa possibilidade; - A entrada tardia dos jovens faz com que eles queiram sair quando completam 18 anos, pois não tiveram tantas regras e tarefas para cumprir, não são tão conscientes.
4. Opções de vida dos jovens que saem das instituições aos 21 anos	

Transcrição das Respostas	Síntese do Conteúdo
<p>Citação 1- “Isto pode parecer um bocado exagerado porque apesar de terem essa idade, homens feitos já, eles não têm consciência da situação até ao momento em que saem daqui. Eles sabem que até aquele dia vão ter de sair, mas até o dia chegar, não se preocupam. (...) Então, estando eles desamparados porque lhes tiraram o tapete, eles não sabem o que fazer e têm de andar por aí. Conheço inúmeros casos em que eles se sentem mesmo assim, desamparados. Tentam arranjar habitação, depois da habitação arranjar trabalho e o que eles deviam fazer depois disso era tentar prosseguir com os estudos, mas a ânsia por dinheiro é tanta que eles esquecem os estudos. Se eles arranjam um emprego ali na <i>Worten</i>, eles vão aceitar o emprego e depois não vão querer mais e acabam por se estragar. Quanto à habitação, eles pedem ajuda a familiares ou à namorada, mas a verdade é que os familiares não estão lá muito presentes, então eles costumam apoiar-se em amigos, melhores amigos ... (...) Em relação ao emprego, mandam currículos, alguns mandam imensos currículos, não tendo muita experiência é complicado e o que calhar calhou. Mas até terem assim um emprego fixo, eles tentam fazer outras coisas, mesmo que sem contrato. O que interessa para eles é safarem-se. (...) basicamente aqui tem-se tudo, água, habitação, ninguém se precisa de preocupar com nada, no entanto, ao sair daqui sentem-se com dificuldades nisso. Estando lá fora não estão presos, o conceito de liberdade muda drasticamente e eles ficam arrependidos de não ter aproveitado enquanto tiveram tempo, mas também ficam com o alívio de estarem por conta deles, de fazerem o que querem.” (entrevistado 10)</p> <p>Citação 2- “Quando saem com 18 anos, as situações que conheço são, ou vão viver com os pais e vão trabalhar, outros vão viver com os pais e continuam a estudar e outros não têm para onde ir e eu não sei como é que eles resolvem essa situação. Agora quando saem aos 21 anos penso que é diferente porque dos 18 aos 21 já tiveram oportunidade de continuar a estudar e ter as ajudas sociais possíveis, ou de terem arranjado um trabalho bom, que queriam, ganhar um salário que, mais ou menos querem, basicamente acho que é isto. Sair com 18, não têm essa oportunidade de explorar mais um bocadinho o futuro, enquanto que aos 21 já tiveram possibilidade de pensar um bocadinho mais e sair com mais calma. Dos que eu conheço com 21 anos estão a trabalhar e um deles está numa fábrica de automóveis, que é o único que eu sei. Por exemplo, os dois que estão comigo no setor de autonomia, um é mais velho e trabalha e o outro, que é mais novo, também já está a trabalhar.” (entrevistado 11)</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Inconsciência dos jovens que saem; - Despreocupação até ao dia de saída; - Desamparados, é como se sentem depois de sair; - A prioridade é arranjar emprego e habitação e depois normalmente já nem pensam nos estudos; - Vivem com amigos ou pessoas conhecidas na mesma situação; - Emprego: dificuldade de arranjar um – falta de experiência; - Arrependimento por não terem aproveitado para preparar a sua vida enquanto estavam na instituição; - Vão viver com os pais e trabalhar ou estudar; - Desconhecimento do que acontece aos que não têm casa para ir; - Possibilidade de tratar da sua vida entre os 18 anos e os 21 anos: pensar no que quer fazer com mais calma, arranjar emprego;
5. Opinião sobre a idade em que os jovens têm de decidir entre sair ou ficar na instituição (18 anos) e sobre a idade em que têm de abandonar a instituição (21 anos)	
Transcrição das Respostas	Síntese do Conteúdo
<p>Citação 1- “ Eu... Eu acho bem. Eu estou de acordo com isso, mas no entanto, certas vezes nós pensamos que ‘bem temos de sair agora, é obrigatório sair’ e às vezes falta acabar os estudos ou concretizar algo que nós tínhamos em mente e temos de interromper isso e recomeçar é muito complicado. Não sei ... é muito complicado!” (entrevistado 10)</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Concorda com as idades, mas reconhece que por vezes interrompe algo de positivo que tinham iniciado e que será difícil recomeçar; - Tanto os 18 anos como os 21 são a idade certa para tomar decisões: aos 18 porque já têm de

<p>Citação 2- “Penso que sim, eu acho que sim porque quando chegam aos 18 anos eles têm de ver, ‘ora bem, vou para casa dos meus pais e tenho condições para continuar a estudar ou para ir trabalhar ou fico aqui mais 2 anos e eles ainda me ajudam mais um bocado, mais apoio social, os meus pais não têm de se preocupar tanto comigo e com o dinheiro que vão gastar comigo, para o caso de ir estudar ou vou trabalhar e eles conseguem arranjar-me um <i>part-time</i> ou um trabalho mais ou menos bom’. Penso que aos 18 anos é a idade certa para escolher se quer sair ou se não quer sair. Acho que aos 21 anos também é a idade certa, porque já tiveram 2 anos para pensar no futuro, se querem estudar ou trabalhar e sair com algumas ideias de como trabalhar, organizar-se economicamente e por aí fora...” (entrevistado 11)</p>	<p>saber o que querem fazer, continuar a estudar ou ir trabalhar e aos 21 porque já tiveram tempo para orientar a sua vida;</p>
<p>6. Previsões sobre a idade em que pensa sair da instituição</p>	
<p><i>Transcrição das Respostas</i></p>	<p><i>Síntese do Conteúdo</i></p>
<p>Citação 1- “Bem, eu tenho o limite de 21 anos e eu planeio sair antes dos 21. Não quero olhar para mim e dizer ‘olha, fiz 21 e tenho de sair’. Não, eu quero fazer de mim um homem, construir-me e sair daqui tal como o pássaro tem de sair do ninho, eu tenho de sair daqui. Tenciono terminar primeiro os estudos e depois sair daqui, antes dos 21. E depois, depois continuar...” (entrevistado 10)</p> <p>Citação 2- “Neste momento estou a fazer um curso nas Caldas da Rainha e concorri a uma bolsa nacional e como estava na instituição ainda, tive direito a receber a uma bolsa máxima anualmente. Só tenho de pagar propinas e alojamento e depois é só comprar comida... tudo o que precisar tento controlar o dinheiro que tenho de gastar para ter dinheiro o mês todo. Eu giro o dinheiro da bolsa. Por isso, quando sair eu quero continuar a estudar, o meu curso são 2 anos, por isso, quando acabar este curso estou a pensar ir estudar para fora, mas não sei muito bem por causa das ajudas e do dinheiro e tudo mais...” (entrevistado 11)</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Depois de terminar os estudos e antes dos 21 anos; - Sair aos 21 anos e continuar os estudos ou ir para fora estudar, mas ainda terá de saber se tem ajudas para isso;
<p>7. Planos traçados para quando sair da instituição</p>	
<p><i>Transcrição das Respostas</i></p>	<p><i>Síntese do Conteúdo</i></p>
<p>Citação 1- “Eu não tenho muito jeito para a escola, mas claro que eu tenho de a fazer. O 12º ano é obrigatório por isso tenho de o fazer, mas gostava de alcançar a faculdade, nem que vá a morrer, mas tenho de alcançar e depois da faculdade começar a trabalhar. Nem que tenha de trabalhar primeiro e depois pagar a minha própria faculdade, nem é por aí, não há limites.” (entrevistado 10)</p> <p>Citação 2- “Quando sair da instituição ainda não sei muito bem o que fazer, se vou para casa dos meus pais, se continuo a estudar ou vou trabalhar para ganhar algum dinheiro. Aqui nas residências universitárias, tenho sempre a ajuda da bolsa de estudos. Basicamente ainda estou a pensar...” (entrevistado 11)</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Vontade de alcançar a faculdade, mesmo que tenha de trabalhar para pagar os estudos; - Indecisão quanto ao que fazer no futuro: estudar, trabalhar e ir ou não para casa dos pais;
<p>8. Conhecimento sobre as ajudas que poderá usufruir quando sair da instituição</p>	

<i>Transcrição das Respostas</i>	<i>Síntese do Conteúdo</i>
<p>Citação 1- “Pois, não sei bem ... cá na instituição não costumam dizer essas informações de ajudas. E até agora nenhum dos meus colegas que saiu me disse que tinha algum apoio quando saía, seja da segurança social, seja de qualquer outra instituição, por isso, se nenhum deles me disse é porque não devem ter nenhum apoio desses. Todos os que saíram tiveram que se safar sozinhos, nem as famílias lhes estenderam a mão. Soube de um caso há pouco tempo de um jovem que ia pedir RSI e que lhe iam pagar habitação, mas eu não acreditei muito porque esse jovem não é lá grande exemplo.” (entrevistado 10)</p> <p>Citação 2- “Acho que sim, sim. Pode ser na instituição, pode ser na segurança social, mas provavelmente será na instituição porque já estou mais habituado, já consigo falar melhor com eles. Mesmo após os 21 anos, sei que posso recorrer à instituição porque eles vão ajudar-me.” (entrevistado 11)</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Desconhecimento sobre o tipo de ajudas existentes ou não; - Conhecimento de que os jovens que saíram tiveram de se desenrascar por si; - Noção de que poderá pedir ajuda na instituição para tudo o que precisar, mesmo após os 21 anos a instituição irá apoiar e encaminhar para as entidades competentes;
9. Apoios fundamentais para conseguir concretizar os seus objetivos	
<i>Transcrição das Respostas</i>	<i>Síntese do Conteúdo</i>
<p>Citação 1 – “Na minha opinião, quando saímos daqui, eu penso que precisávamos de ajuda, pois muitos de nós não temos onde nos apoiar. Se eu tivesse de sair daqui neste momento, sem família, sem dinheiro, sem nada, era muito complicado, o que é que eu iria fazer? O melhor a fazer, era receber um apoio. Dar dinheiro para a mão não era a melhor coisa a fazer, mas ter uma habitação, nem que fosse um quarto, alimentação, nem que fosse mínima, mas ter alimentação e os estudos. Terminando os estudos, aí, teríamos de ser nós a fazer isso, a procurar. Termos um apoio, mas termos de trabalhar na mesma. Mas este apoio não teria de ser dado a qualquer um, teria de ser a quem merece.” (entrevistado 10)</p> <p>Citação 2- “Primeiro, queria que me ajudassem a arranjar um quarto ou uma casa baratinha para não gastar muito dinheiro, depois ajuda para o caso de querer ir trabalhar, se não puder estudar fora, para o caso de ir trabalhar, ajudarem-me a arranjar um trabalho bom, na minha área e penso que se depois precisasse de mais alguma coisa, estaria sempre em contacto com a instituição, nunca perderia o contacto.” (entrevistado 11)</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Dificuldade de sair da instituição sem nada: família, dinheiro, habitação e ter de se safar; - Noção de que dar dinheiro aos jovens que saem não é uma boa opção; - Seria uma boa opção ter um quarto, alimentação e os estudos – terminados os estudos teriam de trabalhar; - Apesar do apoio, teriam de trabalhar; - Apoio só deveria ser dado a quem merece; - Ter um quarto barato para viver é das principais necessidades e depois ajuda na procura de trabalho na área de formação;
10. Considerações sobre o Apoio para a autonomia de vida e os apartamentos de autonomização	
<i>Transcrição das Respostas</i>	<i>Síntese do Conteúdo</i>
<p>Citação 1- “Já ouvi falar dos apartamentos de autonomização, mas... O que nos dizem aqui é que isso ficou congelado, tal como uma obra que depois fica sem fundos e não é terminada, é só isso que eu sei. Era ótimo poder viver num sítio desses, mas tinha de haver avaliações muito rigorosas. Mas como referi aqui há bocado, não costumam ser rigorosas, costumam até ... como é que se diz ... quando não há rigor no que se faz... corrompido. Só devia ir quem merece, mas também acaba por ir quem não merece, quem não devia ir. Não sei se é por medo ou por respeito, ou é o filho do dono, mas devia ser imparcial,</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Conhecimento sobre os apartamentos de autonomização e reconhecimento de que seriam uma ótima opção; - Necessidade de haver avaliações muito rigorosas sobre quem merece ir para um apartamento de autonomização;

<p>mas não é. Para irem para esses apartamentos de autonomização não é? Deviam ir os que merecem, quem já se encontra nessas condições, que já tem condições para tal. Não é por ter 18 ou 20 anos que mereço ir para aí. Mas eu acho que isso também devia ter um limite de tempo e de maturidade. O que acontece muito aqui é as pessoas ficaram já assim acostumadas e depois não querem sair porque sabem que aqui estão bem. Aquilo devia ser como a casa de banho de manhã, lavar os dentes e dar o lugar a outro.” (entrevistado 10)</p> <p>Citação 2- “Não, nunca ouvi falar.” (entrevistado 11)</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Só deve ir quem tem maturidade e não porque tem 18 ou 20 anos; - Os apartamentos teriam de ser um lugar de passagem e não para ficar muito tempo, pois as pessoas habituam-se e não procuram por elas; - Desconhecimento do apoio para a autonomia de vida e dos apartamentos de autonomização;
---	---

Anexo XXII

Grelha de Análise Individual do conteúdo da entrevista à Presidente de uma CPCJ

1. Trabalho de autonomia dos jovens e preparação para a sua saída da instituição	
Transcrição das Respostas	<i>Síntese do Conteúdo</i>
<p>Citação 1- “Citação 1 – “Se estamos a falar de reunificação familiar e se falarmos, por exemplo, no caso dos CATs, a criança é institucionalizada e tanto a instituição, como o técnico que acompanha o caso desenvolvem programas na instituição e no domicílio, de responsabilidades parentais, que promovam a reintegração. Temos casos positivos em que um ano, dois anos depois da institucionalização a criança volta a casa. Se estamos a falar de adolescentes, temos situações em que o trabalho é mais centrado no jovem, nomeadamente dos jovens institucionalizados por questões comportamentais em que o problema é do jovem e não da família. Temos também casos de sucesso porque os psicólogos das instituições trabalham de forma intensa na mudança dos comportamentos dos jovens. Se falamos depois da saída dos jovens da instituição, para se trabalhar a autonomia já é necessário haver fundos financeiros que deem a possibilidade ao jovem de apreender competências de autonomia e independência. Isto fica dependente ou da segurança social ou da possibilidade das instituições. Qualquer instituição terá como objetivo promover essa autonomia, mas tenho muitos exemplos de todos os tipos. Teoricamente, elas deveriam promover essa autonomia, elas existem para cumprir essa função.”</p>	<p>- Trabalho de autonomia é diferente conforme o projeto de vida da criança. Se reunificação familiar; se questões comportamentais; se o projeto é a desinstitucionalização sem retaguarda o trabalho de autonomia depende mais dos fundos financeiros;</p> <p>- É função das instituições trabalharem a autonomia dos jovens.</p>
2. Adequação do atual processo de autonomização	
Transcrição das Respostas	<i>Síntese do Conteúdo</i>
<p>Citação 1 – “Nós temos experiências que são muito positivas, tudo depende das instituições, das equipas técnicas que temos nas instituições. Teoricamente, qualquer instituição deve promover esta autonomia, se não, os jovens estavam nas famílias. Melhorias, não sei se há melhorias, o que me parece é que a operacionalização não é a melhor. As respostas existem e parecem-me boas, mas a operacionalização às vezes falha. Todos conhecemos jovens em que a institucionalização foi muita má para o jovem, em que eles pioram os seus comportamentos, há jovens que não têm ganhos por serem institucionalizados. Jovens que antes não consumiam e passam a consumir, por exemplo. Teoricamente, as respostas parecem-me boas, mas claro que as instituições queriam ter mais meios, se em vez de um tivessem dois psicólogos era melhor.”</p>	<p>- Sucesso do processo depende das instituições e equipas técnicas;</p> <p>- Respostas são boas, a operacionalização do sistema é que nem sempre é a melhor.</p>
3. Importância dos apartamentos de autonomização e do apoio para a autonomia de vida no trabalho de autonomia dos jovens	
Transcrição das Respostas	<i>Síntese do Conteúdo</i>

<p>Citação 1 – “Nestes casos, temos sempre exemplos de tudo, muitos positivos e muitos negativos. Temos alguns jovens com estas medidas, mas é um número muito reduzido. Esta medida de autonomia de vida implica um apoio económico, o que significa que se tem de reconhecer uma grande responsabilidade e uma grande maturidade porque eles têm de gerir o dinheiro que lhes é dado, pagar a água, a luz, a alimentação, têm de fazer uma gestão muito equilibrada. Quanto ao valor, parece-me um valor muito adequado mesmo, ainda para mais se compararmos com o Rendimento Social de Inserção.”</p> <p>Citação 2 – “Sim, em casos raros, porque temos de reconhecer uma grande maturidade àquele jovem para lhe ser dado este apoio. Depende de onde está o processo, se for na comissão, é a comissão que avalia o caso e solicita à segurança social, se for o tribunal, é a EMAT que trata deste apoio. Quanto aos apartamentos de autonomização acho que há falta de verbas para o efeito, não há muito aposta nas instituições neste tipo de medida, mas conheço instituições em que os jovens mais velhos estão separados, ou seja, têm de fazer eles as refeições, arrumar as suas coisas, mas sempre com o apoio da instituição, porque não pagam nada: água, luz, alimentos... Eles confeccionam os alimentos, mas não os pagam. Portanto, é uma espécie de pré autonomia.”</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Poucos jovens a usufruir destes medidas; - O apoio para autonomia de vida implica dinheiro, logo só jovens com muita responsabilidade e maturidade é que podem usufruir; - Valor do apoio para a autonomia de vida é muito adequado; - Estes apoios só são aplicados em casos raros; - Falta de verbas e pouca aposta nos apartamentos de autonomização; - Instituições arranjam alternativas.
4. Apoios financeiros, psicológicos, de habitação, entre outros, de que dispõem os jovens quando saem da instituição	
<i>Transcrição das Respostas</i>	<i>Síntese do Conteúdo</i>
<p>Citação 1 - “Só o apoio social normal, que está disponível para qualquer outra pessoa. Agora isto está dentro da eterna questão em que se discute qual é a idade certa para se ser inimputável ou a idade certa para se ser maior de idade, vamos ter sempre esta discussão... Com as políticas sociais e respostas que temos atualmente, isto não se coloca só para estes jovens com 21 anos. (...) Ou seja, esta questão coloca-se para toda a população em geral. Ora, 21 anos, parece-me um prazo razoável se a instituição tiver promovido este processo de autonomização. 21 anos já é um adulto, terá o apoio de qualquer adulto. Se eles permanecem na instituição, a instituição tem de promover este processo de autonomização que implica perceberem o que é o mundo cá fora. Em termos de apoios que possam ter fora deste ambiente protegido, é mesmo a resposta que qualquer adulto têm. E parece-me bem que sim, pois se não seria uma discriminação positiva. Nós não podemos continuar a ter crianças institucionalizadas aos 2/3 anos e permanecerem até aos 21 anos. Quando são institucionalizados, se não há retorno à família, temos de encontrar respostas: adoção, apadrinhamento civil... agora a instituição não, a instituição não é uma família.”</p> <p>Citação 2 – “Não, penso que não, acho que até seria uma forma de os estigmatizar. Acho que não faz sentido. Antigamente, antes da entrada em vigor da Lei de Promoção e Proteção e da Lei Tutelar Educativa, em 2001, as crianças eram praticamente depositadas nas instituições e apenas havia uma intervenção judicial, mais nada, as crianças estavam completamente abandonadas. (...). Foram décadas e décadas em que não se encontraram outras respostas. Mas agora</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Depois de saírem, os jovens apenas contam com o apoio social normal; - É discutível se 21 anos é a idade certa e se deveriam ter ajudas específicas ou não; - Problema das políticas sociais aplicam-se a toda a sociedade; - Com 21 anos já é adulto; - Obrigação da instituição promover o respetivo processo de autonomização; - Tratar os jovens que já saíram da instituição de forma diferente seria estigmatizá-los; - Avanços conseguidos com a Lei de Promoção e Proteção e a Lei Tutelar Educativa; - Havia crianças que eram depositadas nas instituições porque não havia respostas;

existem respostas. Agora, é verdade que as respostas sociais que temos vão de mal a pior. No fundo, esta é uma realidade muito complexa, não há receitas.”	<ul style="list-style-type: none"> - Atualmente existem respostas, ainda que não sejam as melhores; - Realidade complexa, sem resposta certa.
5. Avaliação global do regime existente, relativamente aos apoios para os jovens quando saem da instituição	
<i>Transcrição das Respostas</i>	<i>Síntese do Conteúdo</i>
<p>Citação 1 – “Em setembro, houve uma alteração que nós comissões pensamos que ia trazer algo de novo, decorrente de uma série de sugestões nossas. Pelos vistos as sugestões não foram ouvidas e a lei pouco ou nada se alterou. Quem legisla não questiona quem está no terreno, não perguntam. Por isso, haveria muitas alterações a fazer. O que considero é que se não tivermos políticas sociais de apoio às pessoas que se encontram vulneráveis, é difícil que elas se orientem sozinhas, seja quem for. O nosso sistema de proteção de promoção, no meu entender, em muitos aspetos é perfeito, agora a operacionalização é que me parece que falha muitas das vezes.”</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Comissões pensavam que a alteração da lei em setembro teria incluído as suas sugestões, mas não foi isso que aconteceu; - Quem legisla não questiona quem está no terreno; - Sem políticas sociais de apoio às pessoas vulneráveis é difícil que elas se orientem; - Sistema de proteção e promoção tem aspetos em que é perfeito, operacionalização é que falha.